

Universidade de Lisboa



**O Ensino dos Temas Programáticos Liberalismo Português
e Estado Novo e o Papel da História na Formação da
Consciência Cívica do Aluno**

Sílvia Ferreira Nobre

Mestrado em Ensino de História no 3º. Ciclo do Ensino Básico e no
Ensino Secundário

Relatório de Prática Letiva Supervisionada orientado pelo Professor
Doutor Miguel Maria Santos Corrêa Monteiro

2017

Universidade de Lisboa



**O Ensino dos Temas Programáticos Liberalismo Português
e Estado Novo e o Papel da História na Formação da
Consciência Cívica do Aluno**

Sílvia Ferreira Nobre

Mestrado em Ensino de História no 3º. Ciclo do Ensino Básico e no
Ensino Secundário

Relatório de Prática Letiva Supervisionada orientado pelo Professor
Doutor Miguel Maria Santos Corrêa Monteiro

2017

DEDICATÓRIA

Aos meus Pais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais pelo apoio e esforço, como o respeito que demonstraram e continuam a demonstrar pelo caminho que escolhi prosseguir. Sem vocês, nada seria possível. A vossa força, dedicação e paciência foram fundamentais neste longo percurso académico. E naquilo que sou. A possibilidade de estudar e concretizar os meus sonhos é a melhor prenda que me poderiam dar.

Ao orientador e Professor Doutor Miguel Monteiro pela dedicação, motivação, amizade e grande apoio que fomos recebendo ao longo do Mestrado, principalmente nesta fase final, por demonstrar que não podemos desistir do que mais queremos.

À Professora Cooperante Maria Amélia Vasconcelos pelo apoio e conselhos dados, e à Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho pela oportunidade concedida de dar o primeiro passo para o resto da minha vida.

Aos colegas e amigos, Mário Rocha e José Janes, pela partilha de experiências, pelo apoio e amizade.

A todos que me apoiaram neste longo percurso. O meu sincero obrigada!

Ao Gonçalo. Pela paciência, pelo enorme apoio e motivação. Por tudo!

Sílvia

07.09.2017

SIGLAS

DL	Decreto-Lei
EN	Estado Novo
ESMAVC	Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho
FLUL	Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa
IPPI/II/III	Iniciação à Prática Profissional I/II/III
LBSE	Lei de Bases do Sistema Educativo
OMEN	Obras das Mães Pela Educação Nacional
MPF	Mocidade Portuguesa Feminina

ABREVIATURAS

[...]	corde na citação de texto
Apud	segundo, conforme
cap.	capítulo
Cf.	confronte, confira
Coord.	Coordenador
Dir.	Direção
ed.	edição, editor(a)
<i>ibidem</i>	mesmo lugar
Idem	o mesmo
in	em
n.º.	número
<i>op. cit.</i>	obra citada
p.	página
pp.	páginas
séc.	século
s.d.	sem data
s.l.	sem local
tpc	trabalho(s) para casa
vide	veja-se
vol.	volume

NOTA: A elaboração deste relatório segue as “Orientações para o desenvolvimento e elaboração do relatório de prática de ensino supervisionada”, da Comissão Científica do Mestrado em Ensino, de 5 de dezembro de 2012, redigido conforme o Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa seguido na Universidade de Lisboa a partir de 2011.

As referências bibliográficas e as citações estão de acordo com a Norma Portuguesa, nomeadamente a NP 405-1 – documentos impressos; NP 405-2 – materiais não-livro; NP405-3 – documentos não publicados; NP 405-4 – documentos eletrónicos.

Também de acordo com as “Orientações [...]”, da CCME, de 5 de dezembro de 2012, segue-se a seção “Suporte informático”, onde estarão em CD-ROM/DVD documentos Anexo.

RESUMO

O Relatório de Prática de Ensino Supervisionada apresenta-se como uma proposta didática, no 11º. ano, da unidade didática 4 – *A Implantação do Liberalismo em Portugal*, e no 12º. ano, a unidade didática 2.5 – *Portugal: O Estado Novo*, a alunos da Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho, em Lisboa.

O nosso Relatório tem também por base a reflexão do papel da História na formação da consciência cívica dos alunos e alunas que hoje temos, tendo em consideração o estatuto da disciplina no plano curricular, do ensino secundário, desde 2002, assim como uma visão das turmas que lecionámos: as suas características, interesses e necessidades/dificuldades.

Ao longo do percurso de cada aluno é pretendido que alcancem determinadas finalidades, objetivos e competências que os preparem para a vida adulta e se tornem cidadãos conscientes e críticos do mundo atual. É neste sentido que se pretende que os jovens tenham a capacidade de perceber e refletir acerca da realidade de hoje, a sociedade em que vivemos e, para tal, é fundamental que tenham noção da contextualização dos acontecimentos, do espaço e do tempo para assim interpretarem momentos anteriores como a ação liberal e o regime salazarista, por exemplo.

Queremos que os alunos construam o próprio conhecimento histórico com a problematização das situações estudadas, das relações passado e presente, através de um trabalho autónomo, mas igualmente cooperativo no meio escolar e social. Para tal, o/a aluno/a deve ter acesso a métodos do historiador para saber analisar e refletir a diversidade de documentos, percebendo e utilizando de forma correta o vocabulário específico da disciplina. Deve desenvolver estratégias de estudo e a resolução de problemas com um trabalho organizado e intelectual assim como compreender a História como uma ciência social, nas suas várias áreas de estudo – política, económica, social, cultural –, com relações de acontecimentos nacionais, europeus e mundiais.

PALAVRAS-CHAVE: História de Portugal, Liberalismo, Estado Novo, Didática da História, Formação Cívica.

ABSTRACT

The Supervised Teaching Practice Report is presented as a didactic proposal, in the 11th year, with Module 5 – *The Implantation of Liberalism in Portugal*, and in the 12th year, with Module 2.5 – *Portugal: New State*, with students at the high school Maria Amália Vaz de Carvalho, in Lisbon.

Our Report is also based on the reflection of the role of History in the development of civic consciousness of the students' education, since 2002, as well as a view of the classes that we have taught: their characteristics, interests and needs/difficulties.

Throughout the course of each student we have planned the achievement of specific purposes, objectives and skills that prepare them for adulthood so they can become aware and critical citizens of our world today. Taking this into account, it is intended that young people have the capacity to perceive and reflect the reality of today, the society in which we live and for that it's fundamental that they have the notion of the contextualization of events, space and time to interpret moments like the liberal revolution and Salazar's period, amongst other examples.

We want students to be able to build their own historic knowledge articulated with the problematization of the situations studied and also defining relations between past-present through an autonomous but equally cooperative work in school, as well as in a social environment. In order to achieve this, the student must have access to the historian's methods to know how to analyze and reflect about the diversity of documents, perceiving and using correctly the specific vocabulary of this course. In addition, the student must develop strategies for studying and solving problems with an organized and intellectual work, as well as an understanding of History as a social science in its various fields of study – political, economic, social and cultural – with national, European and world relations events.

KEY WORDS: History of Portugal, Liberalism, New State, Didactic of History, Civic Formation.

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA.....	i
AGRADECIMENTOS.....	ii
SIGLAS.....	iii
ABREVIATURAS.....	iii
RESUMO.....	iv
ABSTRACT.....	v
ÍNDICE GERAL.....	vi
ÍNDICE DE FIGURAS.....	viii
ÍNDICE DE QUADROS.....	ix
ÍNDICE DE ANEXOS.....	x
INTRODUÇÃO.....	1

PRIMEIRA PARTE – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. O Papel da História na Formação da Consciência Cívica do Aluno.....	7
1.1. A evolução do ensino da História.....	7
1.1.1. Do período liberal ao fim da monarquia.....	7
1.1.2. Primeira República.....	15
1.1.3. Da Ditadura Militar ao Estado Novo.....	21
1.1.4. O período pós-25 de Abril.....	25
1.1.5. O ensino numa sociedade contemporânea.....	27
2. Modelos de Aprendizagem Aplicados.....	42
2.1. Teoria Psicocognitiva.....	43
2.1.1. Jean Piaget.....	43
2.1.2. David Ausubel.....	45
2.2. Teoria Sociocognitiva.....	46
2.2.1. Jerome Bruner.....	46
2.3. Teoria Personalista.....	48
2.3.1. Carl Rogers.....	48
2.4. Aplicabilidade à Prática Letiva.....	50

SEGUNDA PARTE – CONTEXTO ESCOLAR

1. Enquadramento Territorial e Caraterização da Freguesia das Avenidas Novas.....	53
2. A Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho.....	56
2.1. A Patrona: Maria Amália Vaz de Carvalho.....	60
2.2. A Professora Cooperante.....	62
3. Caraterização das Turmas.....	63
3.1. A Turma 11º.LH1.....	63
3.2. A Turma 12ºL.H1.....	66

TERCEIRA PARTE – DIMENSÃO DIDÁTICA E PEDAGÓGICA

1. Observação de Aulas: papel formativo.....	70
2. Planificação: um elemento relevante?	72
3. Opções de Ensino-Aprendizagem.....	75
4. Aulas Lecionadas e Comentadas – 12º.LH1	76
4.1. Aula Nº. 1 – Aula Supervisionada.....	76
4.2. Aula Nº. 2.....	83
4.3. Aula Nº. 3.....	89
5. Aulas Lecionadas e Comentadas – 11º.LH1	96
5.1. Aula Nº. 4.....	96
5.2. Aula Nº. 5.....	101
6. Avaliação.....	106
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 109
BIBLIOGRAFIA.....	114
ANEXOS.....	123

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 Freguesia das Avenidas Novas.....	53
Figura 2 Localização da ESMAVC.....	55
Figura 3 Fachada da ESMAVC.....	56
Figura 4 Maria Amália Vaz de Carvalho.....	60
Figura 5 Fases da planificação (adaptação)	72
Figura 6 “Salazar, Salvador da Pátria”	78
Figura 7 Estado Nacionalista.....	80
Figura 8 A Lição de Salazar – Pátria.....	80
Figura 9 O Livro da Segunda Classe.....	82
Figura 10 O “Baluarte Redondo”	85
Figura 11 Censura na política.....	85
Figura 12 A Lição de Salazar, cartaz nº. 2, Raquel Roque Gameiro, 1938....	86
Figura 13 Estabilidade Financeira – o moderno ovo de Colombo.....	87
Figura 14 A defesa da ruralidade.....	91
Figura 15 A Lição de Salazar, cartaz nº. 4, Emmerico Nunes, 1938.....	93
Figura 16 Esquema da Constituição de 1822.....	98
Figura 17 A Independência do Brasil.....	99
Figuras 18 e 19 Quadros cronológicos – resistência e contrarrevolução absolutista.....	103
Figura 20 A Carta Constitucional de 1826 explicada pelo Professor Doutor Fernando Rosas.....	105
Figura 21 Teste 12º.LH1 – 4 de novembro de 2016.....	107
Figura 22 Teste 12º.LH1 – 6 de dezembro de 2016.....	108

ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1 A Teoria Psicocognitiva.....	43
Quadro 2 A Teoria Sociocognitiva.....	46
Quadro 3 A Teoria Personalista.....	48
Quadro 4 Deslocação casa-escola e escola-casa.....	63
Quadro 5 Ingressos na ESMAVC.....	64
Quadro 6 Processo de Aprendizagem.....	65
Quadro 7 Deslocação casa-escola e escola-casa.....	66
Quadro 8 Ingressos na ESMAVC.....	67
Quadro 9 Adaptação de tópicos para observação de aulas.....	71
Quadro 10 Planificação a curto prazo – N.º. 1.....	77
Quadro 11 Planificação a curto prazo – N.º. 2.....	83
Quadro 12 Planificação a curto prazo – N.º. 3.....	89
Quadro 13 Planificação a curto prazo – N.º. 4.....	95
Quadro 14 Planificação a curto prazo – N.º. 5.....	101
 Gráfico 1 Enquadramento da Freguesia Avenidas Novas na cidade de Lisboa.....	 54
Gráfico 2 Caraterísticas principais.....	54
Gráfico 3 Faixa Etária da população.....	54
Gráfico 4 Habilitações literárias.....	55
Gráfico 5 Idade dos Alunos.....	63
Gráfico 6 Idade dos Alunos.....	66

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1 Relação da Turma 12ºLH1.....	124
Anexo 2 Relação da Turma 11ºLH1.....	126
Anexo 3 Horário da Turma 12ºLH1.....	128
Anexo 4 Horário da Turma 11ºLH1.....	130
Anexo 5 Sala de Aula – A15.....	132
Anexo 6 Questionário sobre as Turmas.....	134
Anexo 7 Questionário – Papel Formativo da História.....	141
Anexo 7A Questionário – Respostas dos Alunos.....	143
Anexo 8 Powerpoints.....	144
Anexo 8A Aula Nº. 1 – 12ºLH1.....	145
Anexo 8B Aula Nº. 2 – 12ºLH1.....	150
Anexo 8C Aula Nº. 3 – 12ºLH1.....	154
Anexo 8D Aula Nº. 5 – 11ºLH1.....	157
Anexo 9 Documentos Analisados em Aula – 12ºLH1.....	161
Anexo 10 Documentos Analisados em Aula – 11ºLH1.....	168
Anexo 11 Trabalho de Grupo “Constituição de 1933”: Documentos de Apoio.....	176
Anexo 11A Ficha de Trabalho.....	183
Anexo 11B Critérios de Classificação.....	189
Anexo 11C Grelha de Classificação.....	198
Anexo 11D Trabalhos da Turma.....	200
Anexo 12 Trabalho “A Lição de Salazar”: Questões Orientadoras.....	207
Anexo 12A Critérios de Classificação.....	209
Anexo 12B Grelha de Classificação.....	215
Anexo 12C Trabalhos da Turma.....	127
Anexo 13 Recursos Audiovisuais.....	252
Anexo 13A “Salazar – O Super-Ministro das Finanças”.....	253
Anexo 13B “A Construção da Ponte Sobre Tejo”.....	254
Anexo 13C “A Revolução Liberal”.....	255
Anexo 13D “Constituição de 1822”.....	256
Anexo 13E “A Independência do Brasil”.....	257
Anexo 13 F “Carta Constitucional de 1826”.....	258
Anexo 14 Grelha de Observação - Exemplo.....	259

INTRODUÇÃO

O Mestrado em Ensino de História no 3º. Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário foi realizado ao longo de dois anos. Iniciámos o nosso contato com a escola de estágio – Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho – ao observarmos as aulas da Professora Cooperante. Mais à frente, e de acordo com o que aprendíamos nas aulas universitárias, fomos tendo um contato mais direto com as planificações, as metodologias e estratégias a adotar, tendo em consideração o que observámos da Professora e das características das turmas.

Foi um momento desafiante estar pela primeira vez numa outra posição: a de Professora, apesar de sabermos que as turmas não eram nossas e tendo lecionado na presença da docente cooperante, a verdadeira “dona” das mesmas. Sem dúvida que foi marcante para o nosso percurso não só pela experiência, mas também a nível pedagógico e científico. Continuámos com entusiasmo o nosso percurso durante o segundo ano do Mestrado, conjugando as aulas universitárias, como referimos, com o estágio, e prosseguimos honestamente o nosso trabalho e por isso é com uma enorme satisfação que apresentamos o presente Relatório. Temos noção de que este processo não significa o fim, mas o início como se fosse o primeiro dia da nossa vida profissional.

Antes de expormos a escolha do tema do Relatório, queremos referir que o nosso estágio, a nível de calendarização, não foi fácil. Quando iniciámos o mesmo, éramos três mestrandos. No entanto, no segundo ano passámos a seis (três do segundo ano e mais três do primeiro ano). Em boa verdade, quando os alunos do primeiro ano chegam a IPP1 (2º. Semestre), não deveriam já encontrar os alunos de segundo ano, que se encontram no 4º. Semestre. Assim, concluímos que com apenas duas turmas não se deve aceitar mais que duas vagas no núcleo de estágio. Foi neste contexto que tivemos que dividir as cinco aulas propostas pelos dois níveis de ensino (11º. e 12º. anos). A par do que possa ter sido concretizado anteriormente a este Mestrado, não lecionámos uma unidade didática, mas sim duas, o que se por um lado pode ser entendido como uma mais valia, por outro lado aumenta o grau de dificuldade.

Temos de assumir que esta ideia, no princípio, não nos agradou (aos mestrandos de segundo ano), pois tínhamos ideia de lecionar continuamente as cinco aulas com o objetivo de ter um melhor conhecimento da turma, não só a nível pessoal

como também no acompanhamento da sua aprendizagem. Contudo, reconhecemos que foi o melhor e o possível, pois o 12º. ano tem exame nacional e é o ano final de secundário, levando os alunos a concorrer a instituições universitárias. Por isso, e para não criarmos nenhum mal-entendido, apresentamos neste Relatório duas turmas de anos diferentes e conteúdos programáticos diferentes, como se pode verificar pelo título do mesmo.

Pretendemos demonstrar a nossa prática letiva na escola de estágio, dando a conhecer ao leitor as metodologias e estratégias escolhidas para a leção de *Liberalismo Português e o Estado Novo*. Neste contexto, decidimos ser relevante refletir sobre *O Papel da História na Formação da Consciência Cívica do Aluno*.

Não é só de hoje que têm havido diversos desafios à sociedade portuguesa no que concerne à educação e ao ensino da História, assim como ao papel do Professor. Sabemos que o Professor não é apenas um cientista de uma área, pois tem incorporado diversas competências que são essenciais ao ensino.

Torna-se cada vez mais evidente o desenvolvimento de um grupo de crianças e jovens perante as novidades tecnológicas, as modas que vêm do exterior, as influências que surgem, por vezes, sem aviso a encarregados de educação e profissionais do ensino e que têm exigido um maior esforço por parte dos docentes, por exemplo, em encaminhar os seus estudantes num processo de aprendizagem significativo. Todavia, a formação dos alunos de hoje leva-nos a crer a existência de uma «crise de valores» devido ao grupo diversificado que encontramos, às opiniões fixas, e muitas vezes desajustadas à realidade vivida. Estamos perante uma competição que não nos parece saudável, a um egoísmo acrescido, a um consumismo exorbitante e imediato, pois só assim, segundo consta, se encontra a felicidade e o bem-estar.

É igualmente frequente a acrescida desvalorização ao trabalho do Professor. A ignorância leva grande parte das vezes a juízos de valores errados ao nosso papel na vida de cada criança e jovem. Enquanto Escola, temos o objetivo de ensinar diferentes áreas científicas para que os alunos obtenham conhecimentos e capacidades. Não podemos continuar a alimentar “rivalidades” entre a família e a escola. Ao contrário disso, ambas são parceiras no bem dos educandos, a nível pessoal e escolar. Queremos crianças e jovens felizes com as suas escolhas e que tenham a possibilidade de concretizar o que mais desejam.

É por isso que a História tem um papel relevante no ensino, apesar de muitos afirmarem convictamente que não existe interesse em aprender História. Quão errados estão! Quando nascemos, já temos uma. Que sorte a nossa! Fazemos a nossa História!

Mas para que possamos ter uma compreensão mais acertada da sociedade em que vivemos, e por que é que determinadas coisas são como são, temos de nos consciencializar que a História não é decorar datas e nomes, mas sim a forma de percebermos o passado, como viviam as sociedades em épocas sem televisão, sem internet, sem aquilo que hoje temos ao nosso dispor. E se hoje temos acesso a um número vasto de coisas, por que não ter curiosidade em perceber como é possível atualmente comprarmos chocolate. Algo tão simples que nos delicia. Seja qual for a nossa classe económica, conseguimos comprar chocolate. Mas nem sempre foi assim. Será que a sociedade hoje que se diz tão intelectual, sabe a sua origem e como vinha até países europeus? Ou o café? Ou o açúcar? Ou as especiarias?

Cada vez mais se fazem grandes obras cinematográficas de situações ocorridas no passado. Bem sabemos que nem tudo é real, pois há a necessidade de adaptar. De facto, essas séries ou filmes fazem-nos viajar por épocas que nos são estranhas e diferentes devido à cultura, aos costumes, à indumentária... Assim se sabe que os Vikings queriam ter acesso a terrenos cultiváveis para sobrevivência, tendo por isso invadido regiões europeias, como a Inglaterra. Igualmente se sabe que Henrique VIII casou seis vezes e foi ele o responsável pela criação da Igreja Anglicana, proveniente dos ideais protestantes. Ou, por exemplo, o ambiente trágico vivido pelos judeus, e não só, e a busca pela sobrevivência durante a Segunda Guerra Mundial. Deixamo-nos levar pelas cenas que vemos, seja de alegria ou de tristeza. Ficamos fascinados...

Assim sendo, a disciplina de História não deve ser menosprezada. O gosto vai-se desenvolvendo à medida que crescemos, principalmente em maturidade. A História é um conhecimento científico que tem competências específicas. Ao estudarmos as conjunturas do passado desenvolvemos as nossas capacidades de pesquisa, de trabalho, de relacionar o passado e o presente. Sabemos refletir melhor sobre as ações passadas, sobre o mundo de hoje. Obtemos uma responsabilidade crítica. Uma consciência social. Tudo isto, e mais alguns aspetos que evidenciamos no nosso Relatório, fazem de nós cidadãos ativos e participantes numa sociedade que precisa do nosso contributo para ser cada vez melhor!

Por conseguinte, o nosso Relatório apresenta-se em três partes. Na primeira refletimos a importância da História na formação da consciência cívica do aluno, do qual fazemos uma breve síntese das práticas adotadas desde o período liberal até aos dias de hoje. Contudo, não é nosso intuito realizar uma História da Educação e do Ensino da História em Portugal. Para tal, sugerimos a completa obra de Rómulo de Carvalho, *História da Educação em Portugal*, assim como obras e documentos de Maria Cândida Proença e Joaquim Pintassilgo, por exemplo, entre outras que apresentamos na Bibliografia. Ainda nesta primeira parte, o leitor poderá ver os Modelos de Aprendizagem, ou seja, os autores que escolhemos estudar para aplicar as suas teorias na nossa experiência pedagógica, como Jean Piaget, David Ausubel, Jerome Bruner e Carl Rogers.

Na segunda parte queremos dar a conhecer o enquadramento territorial da Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho, assim como a sua história, quem foi Maria Amália Vaz de Carvalho, e dar a conhecer alguns aspetos da nossa Professora Cooperante, Maria Amélia Vasconcelos. Além disso, apresentamos igualmente a caracterização das turmas que lecionámos: o 11º.LH1 e o 12º.LH1.

A terceira parte do Relatório retrata as aulas que lecionámos, demonstrando as planificações que elaborámos e qual a sua importância, assim como a relevância da observação de aulas e a avaliação.

Nas considerações finais iremos fazer um balanço da nossa pesquisa e reflexão ao tema apresentado e da nossa experiência enquanto alunos do Mestrado e professores no núcleo de estágio.

Por fim, além das referências bibliográficas que apresentamos – que fazem jus à nossa investigação, queremos salientar que algumas obras não foram citadas ao longo do Relatório pois serviram de base de pesquisa para a planificação e lecionação das cinco aulas – damos igualmente a conhecer apenas alguns Anexos pois a maior parte encontra-se em suporte digital.

“Creio em uma escola que não só ensina os alunos o que sabemos sobre o mundo, como ensina também a pensar as possibilidades”.

- Jerome Bruner

PRIMEIRA PARTE

ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. O Papel da História na Formação da Consciência Cívica do Aluno

“A História é émula do tempo, repositório de factos, testemunha do passado, exemplo do presente, advertência do futuro”.
- Miguel Cervantes

1.1. A evolução do ensino da História

Em consideração com o que já referimos no início deste Relatório, abordámos dois anos escolares – 11º. e 12º. –, e conteúdos programáticos diferentes: o Liberalismo Português e o Estado Novo.

É relevante, neste contexto, que tenhamos a perceção do papel da História ao longo do tempo para que possamos refletir a sua prática educativa, como também a ação do Professor que tem um valor acrescido para o desenvolvimento da consciência cívica dos alunos, futuros cidadãos intervenientes do país. Nesse sentido, iremos refletir sobre as práticas educativas durante o Liberalismo Português, passando pela I República, para uma sequência lógica sobre o regime salazarista, assim como do período pós-25 de Abril. Após essa reflexão falaremos concretamente do papel da História na atualidade e do seu valor para um processo educativo de sucesso (assim o desejamos).

1.1.1. Do período liberal ao fim do regime monárquico

Pode parecer estranho recuarmos tanto no tempo para justificarmos o início do liberalismo em Portugal. Contudo, entendemos que Pombal lançou as raízes para a futura Revolução Liberal de 1820 ao fazer emergir uma burguesia que foi tomando consciência da sua importância social, ao implementar as condições regalias que levaram à expulsão dos Jesuítas e à sua futura extinção.

Após a expulsão da Companhia de Jesus de Portugal, em 1759, decretada por José I sob a influência do ministro Pombal, foi decidido, meses depois, reorganizar a estrutura educativa que não integrasse nenhuma componente pedagógica jesuíta. Era importante implementar formas mais simples e fáceis na instrução nacional.

As alterações realizadas na educação serviram para transformar a sociedade, no entanto, Pombal foi responsável por diversas situações de controlo de opinião através da Real Mesa Censória, que anteriormente estavam na esfera do Santo Ofício. Desta forma, essa transformação da sociedade seria conforme as ideias do marquês, com base iluminista (sendo por isso D. José denominado de déspota esclarecido).

As reformas pombalinas do ensino tiveram sucesso no ensino superior com a reforma do plano de estudos da Universidade de Coimbra, mas foram um grande fracasso ao nível do ensino médio porque a criação do Colégio dos Nobres não surtiu o efeito desejado. No entanto, o chamado caos provocado pela saída dos jesuítas não foi tão dramático como alguma historiografia, contrária a Pombal, tentou fazer crer. Os alunos não ficaram “perdidos” sem instrução. Lentamente, outras congregações como os Franciscanos, os Dominicanos e os Oratorianos foram absorvendo os estudantes.

Com a morte de D. José, D. Maria I manteve praticamente intacta a máquina administrativa deixada pelo poderoso ministro do seu pai. Ao assumir a governação do país, houve um interesse maior em aumentar o número de escolas primárias e desenvolvê-las tendo em conta outros graus de ensino. Ao promover a Intendente Geral da Polícia Diogo Inácio de Pina Manique, D. Maria continuou a política centralizadora do seu pai. Mais tarde, a vertente filantrópica própria do Iluminismo fez com que Pina Manique tivesse fundado a Real Casa Pia de Lisboa:

“[as] crianças abandonadas na cidade, outras cujos pais não podiam sustentá-las ou olhar por elas [...], e também à organização de casas correcionais para ambos os sexos. Para todas as crianças recolhidas se foram instituindo aulas de primeiras letras e oficinas de trabalho de natureza vária. [...] foi a Casa Pia diversificando as suas actividades pedagógicas, alcançando até matérias de grau universitário [...] uma «universidade plebeia»”¹.

Foi igualmente no reinado da rainha «Piedosa» que se abordou o ensino de carácter oficial feminino com o propósito de ensinar a ler, a escrever ou a bordar, por exemplo, inculcando a componente cristã. Contudo, esta situação apenas foi

¹ Carvalho, Rómulo de, *História da Educação em Portugal*, 2ª Ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, p. 519.

decretada efetivamente na década de 70, do século XIX, com D. António da Costa, como ministro da Instrução Pública.

Em 1779, fundou-se a Academia Real das Ciências de Lisboa, pelo duque de Lafões e o abade Correia da Serra, como um “adiantamento da Instrução Nacional [...] e aumento da Instrução Popular”². Não nos esqueçamos que a Academia foi fundada ainda em período de Antigo Regime, porém tem as suas bases na filosofia das luzes³. Como afirmou Sérgio Campos Matos, a Academia já demonstrava ter um valor instrutivo e utilitário em relação à economia, ao direito, aos deveres de cada português⁴. Em contexto das invasões napoleónicas e do domínio inglês, a Academia devia cooperar “na restauração do País, por meio de projectos e conselhos a encaminhar para os poderes públicos”⁵.

Vamos assim compreendendo que imperava uma vontade de mudança, baseada em ideais iluministas, mas sem alterações na hierarquia governativa do país, principalmente quando se tomou conhecimento da situação francesa, em 1789. Foi precisamente nesta lógica que alguns portugueses esclarecidos ansiavam pela subida ao trono do filho mais velho da rainha, D. José, que poderia conduzir à vitória de liberdade e implementação de ideias progressistas. Algo que não se concretizou pelo falecimento do príncipe. A governação nacional foi entregue a D. João, futuro D. João VI, em 1792, devido às condições psicológicas da rainha-mãe, muito afetada pelos acontecimentos políticos da revolução e por desgostos familiares.

A regência de D. João não foi, porém, um período sereno no que concerne à política do país. Foram vários os avisos realizados por Napoleão Bonaparte ao fecho dos portos nacionais ao comércio inglês. A recusa foi evidente. Nesse sentido, a partir de 1807, Portugal foi palco de três invasões francesas que originaram destruições de bens materiais e não materiais, em mortes, e por fim na transferência

² Idem, *ibidem*, p. 513.

³ Cf. Mattoso, José (Dir.), “O Liberalismo (1807-1890)”, *História de Portugal*, vol. 5, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, p. 549.

⁴ Cf. Matos, Sérgio Campos, “Historiografia e Intervenção Cívica em Portugal no Século XIX: de Herculano à I República”, in Matos, Sérgio Campos e João, Maria Isabel (Orgs.), *Historiografia e Memórias (séculos XIX-XXI)*, Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta, p. 154.

⁵ Cf. Serrão, Joaquim Veríssimo, “A Instauração do Liberalismo (1807-1832)”, *História de Portugal*, vol. VII, 3ª Ed., Lisboa, Editorial Verbo, 1983, p. 306.

da corte para o Brasil, deixando a Nação sem um representante legal e uma defesa vigorosa para controlar os inúmeros ataques. Os anos foram passando e as consequências eram visíveis: Portugal já não tinha acesso ao comércio do Brasil que passou a ser controlado pela Grã-Bretanha, pelo que as condições de vida se foram degradando cada vez mais em termos económicos, políticos e sociais. Estas condições estiveram na base da futura Revolução Liberal de 1820.

Esta revolução incorporou os ideais oriundos da Revolução Francesa: “*Égalité, Liberté, Fraternité*”. Uma nova organização, de carácter moderno, responsável pelas suas ações e defensora da liberdade e justiça entre todos⁶. O liberalismo queria igualmente a construção de um estado cívico, como referiu Rui Ramos. Um estado autónomo, com igualdade, no entanto, este mesmo estado seria de homens formados e não de pobres, mulheres e jovens que eram à partida excluídos da cena política, pois a maior parte não tinha uma formação suficiente para receber um modo de vida assente em noções liberais. Porém, era um objetivo educar e civilizar quem não tinha posses, dando oportunidade de se conviver em comunidade, de gerar um sentimento patriótico de sacrifício e devoção, tendo em vista o melhoramento da vida⁷. Segundo a tradição iluminista, a escola e a História viram a sua importância acrescida para formar cidadãos e estruturar a nação⁸.

No século XIX, era relevante que o Estado assegurasse o direito à educação dos cidadãos com carácter obrigatório e gratuito, no sentido de escolarizar uma população analfabeta e inculta. Defendia-se o desenvolvimento de determinadas faculdades que elevassem “o homem pela dignidade pessoal, e, [...] o conhecimento da responsabilidade”⁹. Instruir a população era sinónimo de prosperidade do país, como afirmou D. António da Costa.

Após a Revolução Liberal de 1820 e a reunião das Cortes Gerais para fins mais objetivos e propícios ao desenvolvimento do país, o rei D. João VI foi

⁶ Cf. Policarpo, Fernando, *D. Maria II – Rainhas e Infantas de Portugal*, Vila do Conde, QuidNovi, 2011, pp. 13-14.

⁷ Ramos, Rui (Coord.), “Os Últimos Anos do Estado Liberal (1890-1908)”, in Mattoso, José (Dir.), *História de Portugal – A Segunda Fundação*, Lisboa, Editorial Estampa, 2001, p. 47.

⁸ Matos, Sérgio Campos, *op. cit.*, p. 154.

⁹ D. António da Costa. Apud Torgal, Luís Reis e Vargues, Isabel Nobre, “O Liberalismo e a Instrução Pública em Portugal”, in Escolano, A. e Fernandes, R., *Los caminos hacia la modernidade educativa en España y Portugal (1800-1975)*, 1997, Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques, p. 211.

pressionado a regressar ao reino e a assinar a Constituição de 1822¹⁰. A Constituição Liberal abordou a questão educacional:

“em todos os lugares do Reino onde convier, haverá escolas suficientemente dotadas, em que se ensine a mocidade portuguesa de ambos os sexos a ler, escrever e contar, e o catecismo das obrigações religiosas e civis.” (Art. 237º., Cap. IV).

Na Carta Constitucional de 1826 existe uma mera menção sobre a Instrução Pública: “A instrução primária é gratuita a todos os Cidadãos” (Título VIII, Art. 145º., § 30). Podemos concluir que nestes dois textos constitucionais não encontramos um projeto definido sobre a instrução da população portuguesa. Ainda assim o ambiente vivido em Portugal não melhorou, principalmente com a governação despótica de D. Miguel. Em 1828, a Companhia de Jesus foi autorizada a regressar ao reino com o apoio do Papa Pio IX. D. Miguel não só não cumpriu o acordo que fez com o seu irmão Imperador D. Pedro I do Brasil, em relação à sua sobrinha D. Maria da Glória, como no que respeita ao ensino encerrou diversas escolas, tendo avisado que as instituições passariam a ser inspecionadas por gente da sua confiança, e a vida dos docentes passou a ser vigiada tanto em termos profissionais como pessoais, e censuradas as suas ideias políticas¹¹.

Na esperança de um período sereno e de consolidação do liberalismo português, devemos referir que havia um objetivo comum entre as posições liberais, que pretendiam diminuir a percentagem de analfabetos (que era na ordem dos 90%). Era fundamental

“uma instrução primária para todos, de um ensino superior para alguns, mas também [...] a necessidade de um outro tipo intermédio de escola que desse mais do que o saber ler, escrever e contar [...], uma escola que fornecesse uma informação concreta e mínima, mas de real utilidade, para o exercício de tantas atividades de que o país carecia.”¹².

Porém, essas posições discordavam em outras matérias, ou seja, enquanto uns defendiam a necessidade de preparar cidadãos para os seus deveres cívicos,

¹⁰ A rainha Carlota Joaquina recusou-se a assinar, tendo sido exilada para o Palácio do Ramalhão, em Sintra.

¹¹ Carvalho, Rómulo de, *op. cit.*, p. 541.

¹² Idem, *ibidem*, p. 549.

outros consideravam urgente preparar técnicos, engenheiros, operários, ou ainda uma reforma universitária para a formação de uma elite capaz de orientar a nação¹³. Como afirmou D. António da Costa, em 1870, na sua obra *A Instrução Nacional*, existiam três elementos importantíssimos – o ensino, a educação e o trabalho. A partir daí, fomentava-se a instrução nacional¹⁴.

Somente em 1838, com um novo texto constitucional – resultado da revolução setembrista de 1836 –, temos acesso a informações claras, ainda que parcas, sobre a educação: “1.º - A instrução primária e gratuita” e “2.º - Estabelecimentos em que se ensinem as ciências, letras e artes” (Título III, Art. 28º.).

Nesse contexto, Passos Manuel estimulou em Portugal medidas educativas tanto no ensino primário como no secundário e superior, como destacou Rómulo de Carvalho. A reforma no ensino primário centralizou a organização das escolas no Estado. Uma outra situação realizada por Passos Manuel foi a do ensino obrigatório, do qual “todos os pais de família têm rigorosa obrigação de facilitar a seus filhos a instrução [...]”¹⁵.

O ensino secundário foi um outro campo estruturado por Passos Manuel, principalmente com a criação dos Liceus. Mesmo que não houvesse um objetivo concreto de “acesso a estudos superiores, [...] prepara[va] os cidadãos que a eles não ascendessem” de forma a obterem igual oportunidade de alcançar “elementos científicos e técnicos indispensáveis aos usos da vida no estado actual das sociedades”¹⁶. Porém, o sucesso desejado de transformar a sociedade não foi atingido por razões diversas, nomeadamente a falta de professores preparados, como também a [in]capacidade da sociedade portuguesa em receber instituições com ideias assentes no liberalismo pois, era necessário ter em consideração a tradicional mentalidade portuguesa, na qual foi difícil, ao longo deste período, implementar determinadas medidas progressistas, por exemplo com o Cabralismo

¹³ Idem, *ibidem*.

¹⁴ Cf. Ferreira, Alberto, *Antologia de Textos Pedagógicos do Século XIX Português*, vol. 1, Lisboa, Instituto Gulbenkian de Ciência – Centro de Investigação Pedagógica, 1975, p. 210.

¹⁵ Carvalho, Rómulo de, *op. cit.*, p. 562.

¹⁶ Torgal, Luís Reis e Vargues, Isabel Nobre, *op. cit.*, p. 86.

– a famosa lei das propriedades e da saúde, medidas que provocaram momentos conflituosos e de lutas políticas.

Tendo em consideração as várias mudanças políticas demonstradas por Costa Cabral, entre 1836 e 1842 – ano em que restaura a Carta Constitucional de 1826 e fica como ministro do Reino –, o seu pensamento também sustentava ideias progressistas no geral. Era igualmente um objetivo reduzir o número de analfabetos com a obrigatoriedade de os pais inscreverem os seus filhos nas escolas oficiais do governo, caso contrário poderiam ser intimidados e/ou repreendidos ou até mesmo ser aplicada uma coima¹⁷.

Depois de um ambiente de guerra – revolta da Maria da Fonte e da Patuleia – Costa Cabral saiu da cena política em 1851, em que teve início um novo capítulo da História de Portugal – a Regeneração.

O período da Regeneração foi, sem dúvida, de tranquilidade e de um desenvolvimento possível tendo em consideração as possibilidades na Nação. Havia essa necessidade de criar organizações escolares para ensinar a população a novas tarefas, como aludiu Rómulo de Carvalho. Nesta linha de pensamento, a educação tinha dois objetivos fundamentais: educar o homem e formar o cidadão, e preparar o cidadão para uma profissão¹⁸. Podemos considerar a vontade destes reformadores como algo positivo, o seu pensamento deixa-nos convencidos de que tudo poderia correr bem. Contudo, devemos salientar as descrições realizadas por estrangeiros de viagem ao nosso país, como triste e pobre, e com grandes contrastes a nível social e económico¹⁹.

Foi com Luciano de Castro, em 1888, que se deu a divisão em liceus nacionais centrais, liceus nacionais e escolas municipais secundárias, com o objetivo em divulgar este tipo de ensino a várias regiões em Portugal. Esse objetivo era “difundir conhecimentos gerais indispensáveis para todas as carreiras e situações sociais, e preparar para a admissão aos estabelecimentos de instrução superior e aos cursos técnicos”²⁰. Compreendemos as razões que levam às reformas implementadas, no entanto, tal como aconteceu com Passos Manuel, houve uma

¹⁷ Carvalho, Rómulo de, *op. cit.*, p. 578.

¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 592.

¹⁹ Cf. Policarpo, Fernando, *op. cit.*, p. 33.

²⁰ Idem, *ibidem*.

outra situação importantíssima para que o rumo educativo fosse, de facto, de sucesso: a formação de professores. Para Rómulo de Carvalho, esta situação era “uma calamidade nacional a que ninguém acudia” – os professores não tinham preparação suficiente para o ensino, havendo uma ocupação dos cargos por muita gente desinteressada. Sem um corpo docente preparado e específico para as áreas a ensinar, e um governo forte, dificilmente a situação poderia ter prosperado.

Em 1876, com o Partido Republicano Português, as críticas à ação governativa do reinado de D. Carlos I cresceram bastante. Foi no ano de 1890 que os republicanos acentuaram a sua luta contra o regime monárquico e a sua falta de vivacidade em defender a soberania nacional, concretamente em organizar um sistema educativo satisfatório, tendo em consideração que o nosso país não tinha condições para estender o ensino às classes populares²¹, como acontecia com outros países europeus. A taxa de analfabetismo continuava bastante elevada, no entanto podemos realçar uma pequena diminuição para 82,4% em 1878, 79,2% em 1890 e 78,6% em 1900²².

Queremos ainda salientar o ano de 1906 que foi decisivo para o ensino liceal feminino, através da ação de Eduardo José Coelho. A intenção era boa, no sentido em que se queria dar oportunidade às mulheres de prosseguirem os seus estudos e estarem inseridas numa sociedade culta, todavia, esse acesso ao ensino secundário tinha em vista a sua permanência no lar como esposas e futuras mães²³. Destacamos, neste contexto, a Escola Maria Pia, fundada em 1885, para ensino das raparigas²⁴.

O regime monárquico, ainda assim, não teve capacidades para dar um rumo positivo à sociedade portuguesa devido a diversos fatores, como em 1907 em que a ação de João Franco contribuiu ainda mais para o descontentamento da população. A monarquia era, pelas palavras de Sérgio Campos Matos, “um corpo estranho em relação à sociedade portuguesa, um obstáculo ao progresso”²⁵. Por ação da Carbonária, a 1 de fevereiro de 1908, deu-se o regicídio de D. Carlos I e do infante

²¹ No ano de 1888, Cunhal Leal referiu que apesar de existirem más condições económicas, algumas famílias da classe média, que viviam nas províncias, diziam “adeus às suas raízes” para que os progenitores estudassem nas cidades. Como afirma Rui Ramos: “a educação [era uma] marca essencial da pertença a uma classe respeitável”. Ramos, Rui (Coord.), in Mattoso, José (Dir.), *op. cit.*, p. 268.

²² Carvalho, Rómulo de, *op. cit.*, p. 635.

²³ Idem, *ibidem*, pp. 645-646.

²⁴ Vide “Segunda Parte – Contexto Escolar: 2. A Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho”.

²⁵ Matos, Sérgio Campos, *op. cit.*, p. 160.

D. Luís Filipe, ficando a governação do país entregue ao impreparado D. Manuel II. A 5 de outubro de 1910 deu-se a revolução republicana, terminando assim uma história monárquica de 800 anos.

1.1.2. Primeira República

Era importante dar aso à aclamada liberdade. A imposição de reformas e leis liberais surgiam, por assim dizer, sem aviso prévio a uma população maioritariamente tradicional e sem instrução para as abraçar, sem desconfiança, para o fomento da querida Nação que parecia não conseguir encontrar um rumo certo onde a prosperidade e a felicidade imperassem. Não era possível aplicar as leis na sua totalidade e conformidade quando havia uma diversa mudança de governos e lutas de poder. Era preciso um plano conciso que estivesse de acordo com as características da sociedade. Talvez assim a liberdade imperasse, pois “sem instrução [...] não pode haver cidadãos que a executem e, sem cidadãos cônscios dos seus direitos e deveres, a liberdade será apenas a estátua da formosa deusa”²⁶. O advento do republicanismo talvez tenha trazido essa esperança de melhoria do país. Talvez tenha sido o sinal que (quase) todos ansiavam. Talvez...

* * *

Os Centros republicanos foram significativos no sentido em que auxiliavam tanto crianças como adultos a ler, a escrever e a contar. Além disso, para a população mais preparada também estes Centros ofereciam sessões, conferências e lições para a organização de pensamento e comunicação de quem presenciava.

Quando analisamos o Título II – Dos Direitos e Garantias Individuais, da Constituição de 1911, verificamos, logo no início, que continuou a persistir uma posição anterior, ou seja, de o ensino primário ser obrigatório e gratuito. Além disso, “o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos e particulares fiscalizados pelo Estado será neutro em matéria religiosa”²⁷. Já em outubro de 1910 se decretou o fim do ensino cristão nas escolas primárias e normais primárias, como contou Rómulo de Carvalho. Justificou-se esta ação

²⁶ Cf. Ferreira, Alberto, *op. cit.*, p. 212.

²⁷ Cf. Constituição de 21 de agosto de 1911.

“considerando que o ensino dos dogmas é incompatível com o pensamento pedagógico que deve regular a instrução educativa [...]. O ensino moral [...] será feito sem auxílio de livro, [...], [mas sim] pelo exemplo da compostura, bondade, tenacidade e método de trabalho do professor e pela explicação dos factos de valor cívico e moral”²⁸.

Acreditava-se que a educação de todas as crianças portuguesas resultaria numa república feliz, como defendeu Rui Ramos. Manifestou-se, de facto, uma acrescida importância em tornar os primeiros anos escolares obrigatórios pois a partir daí as crianças obtinham as principais bases de conhecimento, sendo necessário formar um cidadão que tivesse capacidade de viver democraticamente e de acordo com a ideologia do regime para “conservar a herança adquirida”²⁹.

Como afirmou João de Barros: “é preciso «republicanizar o país»”³⁰. O regime republicano teve, deste modo, o propósito de, numa primeira instância, “criar” um homem novo de acordo com os novos ideais que excluía de imediato características jesuítas³¹, monárquicas e excessivamente conservadoras. Por conseguinte, esta nova educação, assente nos princípios que há pouco referimos – provenientes da Revolução Francesa –, teve por base uma sociedade nova, como referiu António Sampaio da Nôvoa.

Salientamos igualmente este reforço educativo em abril de 1912 com a criação de “jardins-de-infância, colónias e cantinas escolares, balneários públicos, cursos escolares nocturnos [...] para adultos, escolas móveis³² e bibliotecas populares”³³. De fazer notar a preocupação demonstrada ao organizar escolas de cegos, surdos-mudos, de deficientes e instáveis³⁴.

²⁸ Carvalho, Rómulo de, *op. cit.*, pp. 660-661.

²⁹ Nôvoa, António Sampaio da, “A República e a Escola das Intenções Generosas ao Desengano das Realidades”, *Revista Portuguesa de Educação*, vol. 1, nº. 3, Braga, 1988, p. 30.

³⁰ Cf. Carvalho, Rómulo de, *op. cit.*, p. 652.

³¹ João de Barros considerava o ensino jesuíta demasiado livresco e abstrato, não servindo para formar os portugueses para o mundo moderno. Apud Ramos, Rui (Coord.), in Mattoso, José (Dir.), *op. cit.*, p. 367.

³² Serviam para auxiliar os adultos analfabetos. Em 1911 oficializou-se este tipo de ensino nas freguesias onde não fosse possível criar escolas. Foram extintas em 1930. Todavia, Casimiro Freire, em 1882, tinha divulgado esta ideia e auxiliar quem mais precisasse. Começou por iniciativa privada, sendo sustentada por quem estava cansado das ações monárquicas e que, assim, poderia transmitir à população ideais republicanas. Apud Carvalho, Rómulo de, *op. cit.*, p. 671 e 612, respetivamente.

³³ Pereira, Davide, “A I República Promessas sociais e realidades”, *O Militante*, História, Edição Nº. 301, 2009.

³⁴ Carvalho, Rómulo de, *op. cit.*, p. 676.

Relativamente à educação feminina, vamos percebendo, ao longo da nossa investigação, que o objetivo era comum, ou seja, podiam ter acesso ao ensino para futuramente desempenharem os seus deveres domésticos. De facto, as aspirações para o sexo feminino baseavam-se neste pensamento geral, como se não tivessem capacidades para alcançar mais.

Reconhecidos os esforços referidos, ainda assim, para alguns, não eram suficientes para progredir. João de Barros, em 1920, criticou duramente as medidas republicanas no sentido em que tinham “[...] uma inteligência demolidora que sabe ver todos os pontos fracos do adversário [monarquia] para melhor o atingir e, simultaneamente, uma série de afirmações vagas sobre a realização do Ideal Republicano”. Além disso, acrescentou a não ligação entre os ensinos em vigor: o primário com o secundário e este com o superior³⁵.

* * *

Em relação à nossa disciplina, os primeiros programas, anteriores à implementação do regime, davam conta de uma História assente na descrição e nos aspetos políticos, privilegiando-se os reinados, as dinastias, os nomes e os acontecimentos relevantes da História da Pátria³⁶, ou seja, um ensino baseado na memória e na exaltação dos valores nacionais.

Para Fidelino de Figueiredo, historiador português, o ensino da História era fundamental para a nacionalização da sociedade portuguesa. Para ele, “a história [...] tem especiais recursos para dar à educação um carácter nacional [...]”, sendo essencial adequar os homens à sociedade onde futuramente irão viver³⁷.

Para José Santa Rita, docente da disciplina,

³⁵ Em 1911, existiam em Portugal 75,1% de analfabetos, não havendo uma diferença significativa desde 1900; em 1930 a percentagem foi de 67,8%, continuando, portanto, bastante elevada. Salientamos ainda que em 1881, em países protestantes, as percentagens eram baixíssimas ou até mesmo nulas, em relação ao analfabetismo. Em países católicos, as percentagens eram significativas. Apud Carvalho, Rómulo de, *op. cit.*, pp. 708-711.

³⁶ Pintassilgo, Joaquim, “A República e o Ensino da História: Inovações e Permanências”, in Proença, Maria Cândida (Coord.), *Um Século de Ensino da História*, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Edições Colibri, 2000, p. 54-55.

³⁷ Torgal, Luís Reis, “Ensino da História e Ideologia”, in Proença, Maria Cândida (Coord.), *ibidem*, p. 33.

“o fim moral do ensino da história é mostrar ao aluno feitos de ordem elevada, [...]. O ensino deve ser [...] uma lição de moral, procurando dar o maior relevo aos actos de coragem, de amor pátrio, de abnegação e de amor pela verdade e por aqueles que os praticaram... O outro intuito, [...] social, é mostrar como as sociedades têm evoluído, [...]”³⁸.

Teófilo Braga também atribuiu um papel relevante à disciplina de História, pois o “conhecimento do passado era [...] um meio indispensável para povo alcançar a liberdade. [...] um instrumento fundamental de consciencialização e de mobilização para a ação, em prol do progresso [...]”³⁹.

Os programas de 1919 seguiram uma pedagogia “intuitiva” e das “lições das coisas”⁴⁰, com o propósito de ensinar às crianças a “noção de tempo”. A função social da História tinha igualmente esse propósito de tempo, da mesma forma queria o desenvolvimento de uma consciência de evolução social, uma visão positivista como referiu Joaquim Pintassilgo. Nesse contexto, continuou-se a dar relevância a uma História nacional, mas que se interligasse com o “mundo” exterior. Além do campo político, alargou-se o estudo para áreas económicas, científicas, culturais e artísticas. Todavia, devido ao seu “enciclopedismo”, como mencionou o mesmo autor, estes programas tiveram uma duração efémera⁴¹.

Em 1921, até final do regime, estiveram no ativo renovados programas, de carácter tradicional, com relevância para uma História da pátria – o que não era tão evidente nos programas anteriores.

“O ensino da história tem de dar a visão dos acontecimentos que mais importam à evolução social portuguesa..., de modo que forme espontaneamente a concepção duma vida colectiva autónoma, acordando o forte e profundo sentimento nacional e a combatividade heroica da raça

³⁸ Pintassilgo, Joaquim, in Proença, Maria Cândida (Coord.), *ibidem*, p. 61.

³⁹ Matos, Sérgio Campos, *op. cit.*, p. 158.

⁴⁰ “A lição de coisas” tinha como objetivo que as crianças, em meio ambiente, adquirissem conhecimento através da observação direta de um objeto ou fenómeno, como afirmou Adolfo Lima. Cf. Pintassilgo, Joaquim, *República e Formação de Cidadãos – A Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Edições Colibri, 1998, p. 232.

⁴¹ É importante salientar que a pedagogia republicana estava marcada pelo positivismo que não concordava com o carácter enciclopédico do ensino português, não só por ser um produto de fora e que não se adequava às características de Portugal, como também poderia inibir/oprimir o pensamento das crianças e dos jovens estudantes. Apud Proença, Maria Cândida, “O advento do republicanismo e a escola republicana (1890-1926), *Encontros Ibéricos da História da Educação*, vol. 2, [Porto], 1995, p. 128.

e conduzindo todas as classes a um ideal solidário e harmónico da grandeza pátria... [...]”⁴².

De facto, a pátria foi a “doutrina” religiosa republicana e os docentes os seus “apóstolos”, como afirmou Rui Ramos. Em 1918, Ana de Castro Osório publicou um decálogo com o objetivo de elucidar às crianças a entrada de Portugal na Primeira Guerra. Dos dez deveres, destacamos os seguintes, como fundamentais à formação dos futuros cidadãos:

- “1. O primeiro dever de um português é amar Portugal acima de tudo;
2. [...] orgulho da raça a que pertence;
3. Ter um pensamento contínuo no engrandecimento de Portugal [...];
[...]
7. Conservar todas as nossas qualidades, dirigindo-as para uma acção nova, conjunta e bela;
8. Educar os nossos próprios defeitos, para que [...] se modifiquem de modo a servir a pátria;
[...]
10. [...] uma grande disciplina e uma forte organização de energias para vencer o mal presente e esperar o grande futuro reservado aos vencedores de guerra, [...].”⁴³.

Neste sentido, podemos falar de uma ligação entre o ensino da História e a educação cívica. A introdução desta disciplina na educação republicana indica a relevância de aproximar as crianças e os jovens àquilo que seria a verdade nacional, incutir os reais valores nacionalistas e patrióticos da República, como defenderam Maria Cândida Proença e Ernesto Castro Leal. Esta instrução deveria ser ministrada pelos professores de Português e História.

Em 1917, foi aprovado pelo governo republicano um manual de Educação Cívica, da autoria de João Soares e Elísio de Campos, que demonstrou a essência desta formação na vida educativa, não só com o propósito de fomentar a instrução dos cidadãos portugueses, como também formar cidadãos cumpridores dos seus deveres e direitos⁴⁴. Era uma doutrinação através da propaganda: dos princípios

⁴² *Diário do Governo* nº. 235 de 8 de outubro de 1913. Apud Pintassilgo, Joaquim, in Proença, Maria Cândida (Coord.), *op. cit.*, p. 62.

⁴³ Apud Ramos, Rui (Coord.), in Mattoso, José (Dir.), *op. cit.*, p. 363.

⁴⁴ Cf. Soares, João e Campos, Elísio de, *Portugal Nossa Terra – Educação Cívica*, Lisboa, 1917, p. 1.

ideológicos e políticos assim como dar a conhecer certos acontecimentos patrióticos de forma a educar as crianças e os jovens em exclusivo para o novo regime⁴⁵.

Os autores do manual justificam esta importância em “formar o carácter da mocidade, ensinando-lhe todas as virtudes cívicas sem as quais não pode haver progresso”⁴⁶, criticando, assim, a forma como o Antigo Regime lidou com o processo educativo e formador dos cidadãos. Neste contexto, a República queria fazer esquecer um período “negro” e contribuir para a construção de uma Nação verdadeira, tendo por base a procura da liberdade e da igualdade e o desenvolvimento das inteligências, citando novamente Maria Cândida Proença⁴⁷.

Um outro aspeto que queremos evidenciar relaciona-se com os manuais escolares adotados durante o regime. Para Joaquim Pintassilgo, o manual é um “veículo privilegiado das finalidades socializadoras e integradoras do poder-saber instituído, é um instrumento de poder”⁴⁸, tendo sido essencial na formação dos alunos durante o período que aqui refletimos. Curioso saber que apesar de ser considerado um instrumento de poder para formar uma nova sociedade, as escolas continuaram a utilizar os manuais do regime anterior.

Houve preocupação em dotar esses manuais com qualidade gráfica, adequação ao nível etário dos alunos, através de uma aprendizagem que também envolveu gravuras e mapas. Incluíam-se resumos, questionários e glossários para um melhor entendimento dos temas⁴⁹. Ainda assim, nem tudo era perfeito. As críticas não cessavam, muitas vezes por não estarem de acordo com as opções tomadas. Santa Rita afirmou que os programas e os manuais não estavam ao nível do desenvolvimento mental dos alunos. É neste contexto que Adolfo Lima reflete sobre a problemática, compreendendo que a forma de ensinar história não era a mais adequada pois não fazia os alunos pensar, refletir nem raciocinar⁵⁰.

⁴⁵ Leal, Ernesto Castro, “João Soares e Elísio de Campos: Pátria e Educação Cívica”, in Leal, Ernesto Castro (Coord.), *Pátria e Liberdade*, Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p. 86.

⁴⁶ Soares, João e Campos, Elísio de, *op.cit.*, p. 2.

⁴⁷ Proença, Maria Cândida, “O advento do republicanismo e a escola republicana (1890-1926)”, p. 128.

⁴⁸ Cf. Pintassilgo, Joaquim, in Proença, Maria Cândida (Coord.), *op. cit.*, p. 57.

⁴⁹ Idem, *ibidem*, p. 59.

⁵⁰ Idem, *ibidem*, p. 65.

Nesta linha de pensamento, falamos da influência da Escola Nova durante este período.

“[...] a República veio introduzir [...], inegáveis mudanças qualitativas que se traduziram numa nova ideia de escola e em novas formas de pensar a educação e a formação para a cidadania”⁵¹.

Os métodos tradicionais já não eram os adequados a um novo contexto político, sendo importante inovar, encontrar alternativas pedagógicas que satisfizessem os objetivos republicanos na área educativa. Além disso, uma das situações negativas, que podemos dizer que ainda hoje existe, é a passividade do aluno no processo de aprendizagem. Neste contexto, foi importante implementar métodos ativos que ajudassem da melhor forma as crianças e jovens a construir o seu conhecimento através de observações, experiências e pesquisas, como defende Joaquim Pintassilgo, autor que temos vindo a citar. Quer isto dizer que os alunos deviam descobrir determinados conhecimentos, considerando a ação de cada um perante a realidade e problemas existentes.

Defendia-se igualmente uma educação integral, ou seja, uma educação que desenvolvesse todas as competências dos alunos, no sentido de puderem cumprir os seus deveres e direitos, como referido. Na formação dos cidadãos do futuro, era relevante que estes pudessem desenvolver todas as suas faculdades.

1.1.3. Da Ditadura Militar ao Estado Novo

O período republicano não veio concretizar todas as promessas feitas, dificultando toda a situação do país. A instabilidade andava de mãos dadas com a população e com os governantes que não conseguiam impor um espírito de autoridade e conquistas. Por isso mesmo, a 28 de maio de 1926, teve início uma revolução militar para acabar de vez com a I República e impor um novo regime. Todavia, não sejamos ingênuos ao pensar que agora toda a tristeza assente num país glorioso acabaria de vez. Continuavam a persistir lutas de poder por grupos diversos (republicanos, liberais, conservadores, monárquicos). Não havia definido um

⁵¹ Proença, Maria Cândida, “O advento do republicanismo e a escola republicana (1890-1926)”, p. 131.

caminho a seguir e levar a Nação portuguesa à vitória. Ou será que, no meio de uma multidão enfurecida, mas cheia de boas vontades, haveria uma figura que viria mudar todo o panorama nacional? Seria o Professor Catedrático de Coimbra Oliveira Salazar essa figura?

Desde a sua chegada ao poder, como ministro das Finanças, em 1928, a convite do Presidente da República, Óscar Carmona, que a terrível situação portuguesa começa a mudar. Como Maria Manuela Carvalho refere, começa, na década de 30, a afirmar-se uma hegemonia salazarista. A sua confirmação chega em 1933 quando é aprovada a nova Constituição do país. A mesma dedica vários artigos relacionados com a educação, o ensino e a cultura nacionais.

O ensino e a instrução pertenciam não só à Família – um dos pilares fundamentais do regime –, como também às escolas públicas ou privadas. O pensamento passava por um “revigoramento físico e aperfeiçoamento das faculdades intelectuais, à formação do carácter, do valor profissional e de todas as virtudes cívicas e morais” (Constituição de 1933, Art. 43, Título IX).

Também o Estado Novo, através do Secretariado de Propaganda Nacional, criou um decálogo⁵² com o objetivo de difundir por toda a sociedade os ideais agora assentes para o país. Destacamos os princípios seguintes:

“[...]”

3.º O Estado Novo [...] subordina, [...], tôdas as classes à suprema harmonia do interêsse Nacional.

[...]

7.º Dentro do Estado Novo, a representação nacional [...] é dos elementos reais e permanentes da vida nacional: famílias, municípios, associações, corporações, [...].

[...]

9.º O Estado Novo quer reintegrar Portugal na sua grandeza histórica, na plenitude da sua civilização universalista de vasto império. [...].

10.º Os inimigos do Estado Novo são inimigos da Nação. Ao serviço da Nação – isto é: da ordem do interêsse comum e da justiça para todos – pode e deve ser usada a fôrça que realiza, [...] a legítima defesa da Pátria”.

⁵² Secretariado de Propaganda Nacional, *Decálogo do Estado Novo*, 1934.

Esta “educação nacional”, como afirmou Margarida Felgueiras, tinha como ponto essencial os Liceus para uma formação de elite⁵³, com objetivo de “formar homens de vontade disciplinada e forte a que se juntaria hábitos de bem pensar, sem descurar a função informativa do ensino”⁵⁴. No entanto, façamos brevemente uma distinção entre educar e instruir neste período. De facto, o EN quis educar a população a ler, escrever e contar. Nem era necessário um professor com grandes saberes didáticos e científicos para tal, apenas alguém que soubesse o suficiente. A intenção era educar conforme a política ideológica do EN, enquanto instruir era fornecer os meios necessários para refletir sobre certos assuntos, o que era considerado perigoso, como conta Rómulo de Carvalho, podendo, nesse sentido, a população enveredar por outras doutrinas inimigas.

Este ensino assentava numa visão nacionalista, isto é, uma prática de interpretação que seguia um caminho de “mitificação, silenciamento e [falsificação]”⁵⁵. Significa isto que importava transmitir valores de exaltação de um estado forte, onde os alunos respeitassem e não se desviassem daquilo que era a “verdade nacional” e, ao mesmo tempo, relacionassem esses conhecimentos da História com a Geografia e a Educação Cívica para que, de alguma forma, passassem a ter uma ideia da grandeza do império português e, de outra, se preparassem para “cumprir os seus deveres com a Pátria”, num claro condicionalismo nacionalista e social⁵⁶. Já dizia Gustavo Cordeiro Ramos, ministro da Instrução em 1929, que “sem conhecimento histórico, não há verdadeira cultura”. Referia, igualmente, que a geração a ser formada precisava de conhecimentos do passado para compreender a evolução da humanidade.

Compreendemos que a ação docente era restritiva, isto é, tinha de estar de acordo com a verdade nacional, não havendo liberdade para ir mais além na ação educativa. Os professores tinham de difundir a ideologia salazarista – os interesses morais, estéticos e sociais, mas desta vez veiculados de manuais escolares

⁵³ Aliás, data de 1948 a aceitação do restabelecimento da Companhia de Jesus em Portugal. O Presidente do Conselho, Doutor Oliveira Salazar, autorizou a compra por parte dos Jesuítas dos terrenos do Lumiar, onde construíram um colégio de grandes dimensões para a formação das elites.

⁵⁴ Felgueiras, Margarida M. L., “O ensino da história em Portugal durante a ditadura: determinantes epistemológicas e condicionamento político no trabalho docente”, *O Instituto do Professorado Primário Oficial Português: História de uma Instituição e de um grupo sócio-profissional, História da Educação*, vol. 4, nº. 7, Pelotas, 2000, p. 94.

⁵⁵ Idem, *ibidem*, p. 96.

⁵⁶ Idem, *ibidem*.

aprovados pelo Estado. Esses mesmos manuais tinham de ser úteis na aprendizagem dos alunos de que Portugal era a “mais bela, a mais nobre e a mais valiosa de todas as pátrias, que os portugueses não podem ter outros sentimento que não seja Portugal acima de tudo”⁵⁷. Restrição inclusive em assuntos pessoais, como é exemplo do pedido de autorização pelas professoras, ao Ministério da Educação Nacional, para casarem.

Com a reforma educativa de António Carneiro Pacheco, em 1936, as noções atrás enunciadas fizeram-se impor de uma forma mais persuasiva. Fizeram-se determinadas alterações em sala de aula que nos ajudam a perceber e caraterizar um ambiente autoritário: além do livro único⁵⁸, a imposição de um crucifixo por cima do quadro, ladeado pelos retratos do chefe de Estado e do Presidente da República, assim como os cartazes ilustrativos d’A Lição de Salazar e outra propaganda.

Quer isto dizer que o professor educador de futuros cidadãos do país tinha de exaltar os valores nacionais, coloniais, antiliberais, antidemocráticos, antiparlamentares e anti partidários, “glorificando a época da expansão e dando uma imagem negra do período liberal e republicano”⁵⁹.

Não nos esqueçamos de outra caraterística fundamental deste regime: a separação por género. Ora, com esta divisão compreendemos igualmente que o ensino era segregador e os objetivos formativos eram diferentes, tendo sido criados para o efeito a Mocidade Portuguesa (1936) e a Mocidade Portuguesa Feminina (1937). A finalidade para o sexo masculino era a formação de um cidadão leal e patriota, pronto a servir a Pátria e tornar-se um honrado chefe de família. Para o sexo feminino, era relevante que possuíssem determinados conhecimentos culturais para que pudessem educar da melhor forma os seus filhos. A partir do refletido

⁵⁷ Idem, *ibidem*, p. 80.

⁵⁸ O livro único e os compêndios, em cada classe, sempre aprovados pelo Estado, além de serem uma maneira de uniformizar os conhecimentos a saber pelos alunos, e de poupança às famílias, era a forma mais adequada de interpretar a ideologia salazarista. A estrutura estudada era desde a fundação à época dos Descobrimentos, do domínio filipino à Restauração, a Revolução Francesa e os ideais liberais, a República e, por fim, a felicidade imperativa do Estado Novo. Mas os temas não eram tratados como uma verdade de factos, mas de acordo com o que era importante saber pelos cidadãos futuros. Podemos até dizer que, de acordo com o papel dado ao patriotismo, na I República, há uma continuidade de pensamento, mas desta vez com a verdade nacional defendida por Salazar. Cf. Carvalho, Maria Manuela, in Proença, Maria Cândida (Coord.), *op. cit.*, pp. 86-87. * Queremos ainda destacar que esta “ideia” de livro único não foi exclusiva do salazarismo, pois no regime monárquico fazia-se uso do mesmo. Em 1895, Eduardo J. Coelho, com a sua reforma, acabou com o livro único e impôs o caderno escolar. Cf. Carvalho, Rómulo de, *op. cit.*, p. 644.

⁵⁹ Felgueiras, Margarida M. L., *op. cit.*, p. 97.

anteriormente percebemos perfeitamente o papel (pretendido) da mulher na sociedade salazarista: boa esposa, boa mãe, boa dona de casa. Neste contexto, o plano educativo das raparigas passava por cursos de puericultura, de educação familiar – com auxílio da Obra das Mães pela Educação Nacional (OMEN) e, pouco depois, da MPF, apesar destes movimentos serem fundamentalmente urbanos.

Bem sabemos que esta idealização não era 100% verdadeira, pois as mulheres de grupos sociais mais baixos tinham de ajudar no sustento do lar, trabalhando no setor primário, mas também por existirem determinadas profissões ocupadas especialmente por elas: enfermagem, telefonistas, hospedagem. Aliás, a ação da OMEN não foi imposta em diversas regiões portuguesas e quem o confirmou foi Maria Lamas com a sua obra *As Mulheres do Meu País*. De referir que a escritora, tradutora e jornalista foi igualmente um exemplo de que o objetivo salazarista de fazer regressar a mulher ao seu lar natural não singrou.

Maria Lamas não se conformava com a imagem da mulher em Portugal, atuando nesse mesmo sentido para valorizar a condição feminina. No entanto, a sua ação foi reprimida com o fim do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, do qual era presidente (criado em 1914), com o argumento de que não era necessário pois havia a OMEN. Foi assim que iniciou a sua jornada com a finalidade de observar a vida das mulheres e verificar se de facto as organizações do Estado Novo (EN) resolveram todos os problemas. Confirmou, principalmente em áreas rurais, que continuava a persistir “a miséria, a ignorância, a superstição, o obscurantismo, a falta de condições básicas de higiene e salubridade e a falta quase total de cuidados médicos”⁶⁰.

Depois de Carneiro Pacheco seguiram-se outros ministros que, no seu tempo de vigência, foram fazendo pequenas alterações às reformas já impostas, nomeadamente a escolaridade obrigatória e o combate ao analfabetismo.

Veiga Simão, ministro de 1970 até à revolução dos cravos, falou em “democratização do ensino”. É curioso verificar este conceito num regime como o do EN. A democratização define princípios de igualdade entre uma comunidade.

⁶⁰ Catálogo da Biblioteca Municipal de Ponte de Sor – *As Mulheres do Meu País* de Maria Lamas. [consult. 17.Jul.2017]. Disponível em: <https://bibliotecapontesor.files.wordpress.com/2017/03/mulheres-do-meu-pais.pdf>.

As medidas não eram tidas com bons olhos pelos conservadores que queriam dificultar a implementação das mesmas, como referiu Rómulo de Carvalho.

1.1.4. Período pós-25 de Abril

O ano de 1974 foi, sem dúvida, um tempo revolucionário onde se iniciaram mudanças que foram fundamentais para a passagem para um estado democrático. Porém, as alterações feitas não podiam estar apenas indicadas para uma vertente política. Era essencial que neste novo capítulo se renovasse, por completo, a sociedade portuguesa com o desenvolvimento de um “homem-novo” e, neste contexto, a implementação de uma “educação humanista”⁶¹.

A partir dessa renovação, chamemos-lhe assim, a escola tinha a possibilidade de evoluir, não ficando limitada a caprichos políticos, ou será que ficou? Era propósito criar uma sociedade que não vivesse no medo constante, que pudesse disfrutar dos seus direitos e de expressão de liberdade, “encorajando a criança a pensar, sentir e executar”⁶², ao contrário do que se sucedia anteriormente.

A área política foi transversal a todas as outras áreas, havendo uma ligação forte entre a política e a educação. Neste sentido, podemos falar de uma “revolução cultural” necessária para que a população portuguesa pudesse ter acesso ao conhecimento, e não somente ao ler, escrever e contar. Esse conhecimento, daria – e dá! – acesso a um pensamento reflexivo, uma tomada de consciência sobre as escolhas a fazer. Esta revolução

“restituirá a cada português a consciência da sua dignidade, desenvolverá o espírito de solidariedade humana, responsabilizará a cada um pelos problemas da sua terra e dos destinos da sua pátria, difundirá um humanismo novo científico e coletivista”⁶³.

A Constituição de 1976 demonstra que passou a existir liberdade em aprender e ensinar e que o Estado não tinha o direito de definir a educação com fins políticos e ideológicos (Art. 43.º). A expressão “democratização do ensino”, neste

⁶¹ Pintassilgo, Joaquim, “Discursos de professores em contexto revolucionário”, *O 25 de Abril e a Educação*, Lisboa, Edições Colibri, 2014, p. 13.

⁶² Idem, *ibidem*.

⁶³ Idem, *ibidem*, p. 15.

contexto, faz todo o sentido. O aumento da escolaridade obrigatória faz jus a essa expressão. Havia a necessidade de contribuir para o desenvolvimento da personalidade e para o progresso da sociedade (Art. 73.º). Foi relevante alterar todo um sistema educativo – professores, alunos, famílias, no fundo as próprias condições escolares.

O aluno passou a ser o centro do processo de aprendizagem, ou seja, as ações educativas eram pensadas e realizadas em função do aluno, verificando-se os conteúdos e as metodologias, sendo igualmente relevante que o professor, e a Escola, se adaptasse às diversificadas características de cada discente de forma a construir um ensino menos elitista, como defendeu Raquel P. Henriques. Por conseguinte, os professores tiveram que adquirir novas competências para inovar nas suas aulas e motivar os respetivos alunos.

Foi criada uma disciplina de Ciências Sociais tendo em vista o que já fomos referindo: consciencializar os jovens e também responsabilizá-los de uma forma intelectual e moral. Em 1979, passou a existir a disciplina de Estudos Histórico-Sociais para que os estudantes tivessem uma perceção mais clara da sociedade atual, desenvolvendo, assim, o seu espírito crítico e tomando consciência de como era importante trabalhar para melhorar as vidas portuguesas⁶⁴.

A História surge como uma disciplina importante para ajudar o aluno a compreender a sociedade e saber intervir na mesma de forma consciente. A História, como afirma Raquel P. Henriques, continuou a ser uma disciplina formativa com o intuito de formar cidadãos elucidados. Pretendia-se, neste sentido, privilegiar aspetos demográficos, económicos e civilizacionais, como refere a mesma autora. Valorizavam-se conceitos como a liberdade, o progresso e a democracia.

“Ser professor não consiste apenas em preparar corretamente as aulas, explicar a matéria, corrigir exercícios. É necessário contribuir pelo seu exemplo para a formação de uma nova mentalidade. [...] Para que uma nova mentalidade se forme é urgente que o professor se engaje numa autêntica revolução democrática”⁶⁵.

⁶⁴ Henriques, Raquel P., “A Revolução no Ensino da História”, in Proença, Maria Cândida (Coord.), *op. cit.*, pp. 109-112.

⁶⁵ Pintassilgo, Joaquim, *op. cit.*, pp. 16 – 17.

Esta citação demonstra-nos a relevância do professor no novo regime. A sua ação seria necessária para a transformação da sociedade, como já mencionámos. Para tal, o professor teria, também, de estar de acordo com os novos ideais revolucionários... Bem vistas as coisas não estamos perante situações semelhantes?

1.1.5. O ensino numa sociedade contemporânea

Não há dúvidas que ser Professor é das mais nobres profissões no mundo. Ganhámos consciência na nossa breve passagem pela ESMAVC do que acabámos de referir, apesar de também constatarmos que continua a existir gente sem vocação nas escolas. Atualmente os professores têm que estar preparados para os novos desafios de uma Sociedade que se desenvolve cada vez mais depressa que a Escola enquanto instituição, nomeadamente ao nível das novas tecnologias. A Escola é, portanto, um agente relevante na sociabilização das crianças e dos jovens, pois ficam inseridos em contextos amplos e diferenciados⁶⁶.

“[Perante esta] era da globalização, os desafios impostos à sociedade não cessam de aumentar e a aprendizagem constitui um tesouro importante para o desempenho profissional de qualquer indivíduo, face às competências profissionais cada vez mais solicitadas. [...] os docentes são confrontados com novas tarefas, maior profissionalismo, mais responsabilidades e sobretudo uma panóplia de competências bem diversificadas”⁶⁷.

Significa isto que para se ser Professor hoje, não basta obter conhecimento científico de uma determinada área, mas sim várias competências tanto gerais como específicas que estejam de acordo com a profissão, mas também com a sociedade em si mesma. A Escola era instrutiva e funcional, porém, tem vindo a incorporar outras funções educativas como a transmissão de valores, atitudes e práticas, como salienta Miguel Corrêa Monteiro⁶⁸.

⁶⁶ Monteiro, Miguel Corrêa, “Da escola armazém à escola humanizada”, in *Actas do V Curso de Verão da Ericeira* (26-28 de junho de 2003), Ericeira, Mar de Letras, 2004, p. 4.

⁶⁷ Conceição, Cristina e Sousa, Óscar de, “Ser Professor hoje. O que pensam os professores das suas competências”, *Revista Lusófona de Educação* [em linha], nº. 20, Lisboa, Universidade Lusófona, 2012, pp. 82.

⁶⁸ Monteiro, Miguel Corrêa, “O ensino numa escola plural”, *Revista da FAEEDBA – Educação e Contemporaneidade*, vol. 23, nº. 42, Salvador, 2014, p. 156.

Importa então refletir sobre a formação dos alunos na atualidade. Estamos perante um grupo diversificado, com opiniões próprias individuais e, por vezes, competitivas. Um grupo de alunos que vai sendo educado por esta «moda» de consumismo, no qual, como António Estanqueiro assinalou, há uma intensa necessidade de haver prazeres imediatos concretizados. Será que podemos afirmar que estamos perante uma “crise de valores”? Não estaremos apenas em confronto com uma diversidade geracional?

Assiste-se atualmente a novas mudanças na nossa sociedade que seguem um caminho em que há uma fragmentação da autoridade, da unidade e da harmonia. Torna-se frequente, como referiu Joaquim Pintassilgo, autor que temos vindo a citar, “[a] fragilidade do pensamento, [a] pluralidade ideológica, [...] [a] indiferença política e [a] diversidade cultural”⁶⁹. Os Professores de hoje exercem a sua função perante comportamentos como a desconfiança, o humor, a superficialidade e a indiferença dos alunos⁷⁰. Será que este “círculo vicioso” pode mudar? Estarão os pais disponíveis para auxiliar as escolas no desenvolvimento de um contexto educativo mais justo, mais correto e positivo a nível das aprendizagens e da mentalidade?

A educação tem a sua primeira instância em casa, junto dos pais e parentes mais próximos. Contudo, hoje em dia pede-se demais à Escola, isto é, obriga-se a instituição a ser igualmente formadora e educadora, quando este papel cabe às famílias. Contudo, não queremos com isto retirar ao professor a responsabilidade de ser um formador e também um educador. Na vida moderna agitada, talvez nem todos os pais e encarregados de educação estejam de acordo com o que acabámos de referir. No entanto, consideramos ser este um grande desafio que se coloca hoje à escola. Além disso, temos vindo a assistir a uma “formação massificante”, com origem no modelo taylorista, que se estende até ao ensino superior, havendo, talvez, imposições, pressões e interesses económicos⁷¹, que levam a uma desvalorização e ao correto papel da Escola e dos docentes.

⁶⁹ Pintassilgo, Joaquim (Org.), “Antologia 2”, *Escola e Sociedade*, Lisboa, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2016, p. 4.

⁷⁰ Idem, *ibidem*, p. 7.

⁷¹ Monteiro, Miguel Corrêa, *op. cit.*, p. 157.

O Professor deve, portanto, saber desenvolver um ambiente propício à aprendizagem da sua turma, mas sem se tornar um dinamizador cultural, como defendem alguns autores. Além das competências científicas da sua área disciplinar, deve auxiliar os seus alunos “a conhecer, apreciar e praticar os valores morais básicos, que fazem parte da nossa herança”⁷².

É recorrente, atualmente, através dos *media*, termos acesso a notícias da constante indisciplina escolar, seja com Professores, pessoal não docente e entre colegas. Com certeza que todos os dias há casos preocupantes e alguns chegam até nós, mas... qual é a nossa posição perante tais situações? Apesar da pouca experiência que ainda temos, achamos que, para evitar problemas no local de trabalho, “fechamos por vezes os olhos”. Sabemos que os docentes são muitas vezes preteridos em relação às queixas que fazem, isto é, veem desvalorizadas as razões que lhe assistem, sendo a sua autoridade posta em causa e diminuída. Não podemos negar que estas situações vão ter uma enorme influência no crescimento das crianças e dos jovens, na formação da sua personalidade, nas escolhas que fazem e nas ações que têm, mas também são motivo, por vezes, da desmotivação dos docentes.

Nesta linha de pensamento, o Professor deve ser um modelo para os alunos que acompanha. Significa isto que, se queremos alunos responsáveis, interessados, trabalhadores e respeitadores, temos de demonstrar como o fazer. Somos todos humanos e erramos. Sim, os professores também erram e devem ter a capacidade de o admitir. Isto significa, como referimos atrás, que o Professor não deve esquecer a sua dimensão de educador, e deve dar o exemplo em termos privados e públicos. É por isso que consideramos essencial a teoria de Carl Rogers, quando explica a importância de uma relação pedagógica entre professor e alunos, criando um ambiente potenciador de uma boa aprendizagem.

Por conseguinte, a Família tem, ou deve ter, um papel educador, assertivo e ativo na vida dos seus filhos na linha do que defendeu António Estanqueiro, “a família e a escola são parceiros na educação”, apostando no diálogo e desenvolvendo um caráter pessoal e social dos educandos. Deve então haver uma

⁷² Estanqueiro, António, *Boas Práticas na Educação. O Papel dos Professores*, 2ª Ed., Lisboa, Editorial Presença, 2010, p. 106.

orientação para uma educação democrática, como defende Miguel Corrêa Monteiro, que respeite a identidade dos educandos. No entanto, compreendemos que esta situação tem sido difícil devido ao tempo reduzido que os pais têm para dedicarem aos seus filhos. E não só. Concordamos com Miguel Monteiro quando refere, ao citar Leonardo Coimbra, que a educação não se faz somente por ação do Ministério, nem por esforço dos Professores. A educação tem de ser desenvolvida em conjunto, pois assim poderemos enveredar a nossa ação de forma significativa.

“A cidadania é a responsabilidade perante nós e perante os outros, a consciência de deveres e direitos, o impulso para a solidariedade e para a participação, o sentido de comunidade e partilha, a insatisfação perante o que é injusto ou o que está errado, a vontade de aperfeiçoar e de servir, o espírito de inovação, de audácia e de risco, o pensamento que age e a acção que se pensa”. (Jorge Sampaio, 2000).

Este pequeno excerto do antigo Presidente da República, Jorge Sampaio, faz-nos pensar enquanto cidadãos. De facto, ao longo da nossa vida vamos aprendendo o sentido de responsabilidade, mesmo por coisas mínimas: um brinquedo, um livro, um telemóvel, por exemplo. Vamos ganhando consciência das situações que nos rodeiam, vamos crescendo enquanto pessoas e observando o que está em nosso redor. Vamos vivendo numa sociedade que nem sempre demonstra como agir positivamente. Uma sociedade de extremos, de consumo, de intolerância.

A partir daqui e do que fomos refletindo, compreendemos que a formação de cidadãos enfrenta alguns obstáculos. Por exemplo, a “modernização das estruturas familiares”, como referiu José Palma Ramos. Quer isto dizer – mas atenção que não queremos generalizar –, que a educação que os jovens hoje obtêm alimenta-se do imediato, criando “um vazio de espaços [...]” que, nesta pressa de tempo, tem sido difícil para a criação de um elo forte na própria identidade⁷³.

Defendemos que, quando não há alguém que auxilie estes jovens a seguir um caminho próprio, as possibilidades multiplicam-se: confusão de papéis, falta de disponibilidade, autoritarismo, indiferença⁷⁴, recompensas ou bónus, entre outras. Enquanto professores, e reforçando algumas ideias anteriores, vamos além do que

⁷³ Ramos, José Palma, “Educação para a Cidadania” (compilação), Tomar, Instituto Politécnico de Tomar, [s.d.], p. 2.

⁷⁴ Idem, *ibidem*.

oferecemos em sala de aula pela nossa área. Adquirimos outras competências fundamentais no processo educativo dos nossos alunos. Este problema da formação de cidadãos vem, portanto, redefinir o papel social das escolas.

Também consideramos que atualmente a comunidade escolar tem que arranjar estratégias que encarem o individualismo que vai deixando de lado a cooperação e a confiança, de forma a que se desenvolva uma personalidade convicta dos indivíduos para que sejam responsáveis, solidários e valorizem o trabalho, assim como a obtenção de um espírito democrático, crítico e criativo no meio social em que estão inseridos⁷⁵.

* * *

Como atrás referimos, vivemos numa sociedade de diferentes culturas e saberes resultantes de uma influência cada vez maior do que se faz no exterior. Há evidentes fatores de manipulação e despersonalização dos alunos⁷⁶. Torna-se um desafio para as escolas conseguirem ensinar crianças e jovens, que todos os dias são influenciados por novas coisas que desvalorizam por completo a essência da Escola. Como fazer que, nos dias de hoje, esta geração goste de História? Será algo impossível?

Já ouvimos por diversas vezes a célebre pergunta: “para que serve a História para o meu futuro?” ou afirmações convictas de que a História só serve para decorar datas e nomes. O nosso estatuto obriga-nos a responder de forma clara qual é o papel formativo da História e qual a sua importância para nós – enquanto seres humanos e enquanto mestrandos em formação.

Para Joaquín Pratts – que esteve em 2016 na Faculdade de Letras de Lisboa, no *III Encontro sobre o Ensino da História* promovido pelo Professor Miguel Monteiro –, a História é um “conhecimento científico, é a única maneira rigorosa e objectiva de explicar os tempos”⁷⁷. Enquanto disciplina, ajuda os alunos a

⁷⁵ Cf. Lei de Bases do Sistema Educativo, Art. 2º., nº. 1, 2, 3, 4 e 5.

⁷⁶ Roldão, Maria do Céu, *Gostar de História, Um Desafio Pedagógico*, Lisboa, Texto Editora, 1987, p. 30.

⁷⁷ Pratts, Joaquín, *Ensinar História no contexto das Ciências Sociais: princípios básicos*, Educar, Curitiba, 2006, p. 199.

compreender que situações levaram as sociedades a transformarem-se. Neste contexto, qual o papel da História na educação atual?

A educação “deve transmitir [...], cada vez mais saberes e saber-fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva, pois são as bases das competências do futuro”⁷⁸. Obtemos uma formação a nível intelectual, social e afetiva, e a História justifica a sua presença no currículo nacional pelo estudo do passado, pela compreensão do presente, analisando o que aconteceu: as causas e consequências, as influências e ações de uma determinada sociedade, as culturas, organizações políticas, económicas e religiosas⁷⁹.

Concordamos com Maria do Céu Roldão quando refere que o gosto pela História vai-se desenvolvendo conforme o crescimento de cada um, pois enquanto criança vai compreendendo aspetos que a levam a descobrir, a querer saber o porquê de certos factos, mais tarde tem a necessidade de interpretar determinadas ações e organizar o saber que foi adquirindo. A construção do conhecimento histórico vai sendo feito de forma gradual. Com o crescimento do aluno e o desenvolvimento da sua maturidade, “entra” no mundo científico da História de forma a entender o passado e analisar convenientemente, sem juízos de valores despropositados, o presente, gerando um sentimento de pertença a uma Comunidade.

No nosso entender, devemos fazer com que o processo de aprendizagem seja significativo na forma de inserir os alunos em modelos de socialização e, de acordo com a autora atrás citada, se tenha em consideração uma identidade pessoal e os valores de cada um, para que adquiram a capacidade de analisar e valorizar o que aconteceu em outras épocas históricas. Contudo, devemos ter em atenção esta transmissão de valores, pois não é nosso objetivo impor aos alunos determinadas competências. O aluno deve reconhecer “os valores [que] orientam e motivam as acções humanas; [...] [em] que os homens devem ser livres para fazerem as suas opções [...]”⁸⁰.

⁷⁸ Delors, Jacques (Coord.), “Os Quatros Pilares da Educação”, *Um Tesouro a Descobrir*, Rio Tinto, Asa, 1996, p. 77.

⁷⁹ Pratts, Joaquim e Santacana, Joan, “Principios para la enseñanza de la Historia” (adapt.), *Enciclopedia General de la Educación*, vol. 3º (Didáticas específicas), Barcelona, Editorial Océano, 1998, p. 16.

⁸⁰ Proença, Maria Cândida, *Didáctica da História*. Lisboa, Universidade Aberta, 1989, p. 94.

É, também, objetivo da disciplina, que os alunos consigam desenvolver as suas capacidades, nomeadamente uma consciência social e responsabilidade cívica⁸¹, compreendendo as ações do Homem em determinada época histórica. O ensino da História abarca

“[...] finalidades específicas, algumas das quais não podem ser alcançadas por outras disciplinas, já que o ensino/aprendizagem da História constitui um campo específico para o desenvolvimento de determinadas capacidades essenciais à formação de um indivíduo que compreenda a realidade social e participe na vida coletiva”⁸².

Assim, quando analisamos o Programa de História A, do ensino secundário, podemos verificar o descrito na citação anterior – com as finalidades, objetivos e competências –, sendo esperado que os alunos adquiram essas aptidões, nomeadamente: na problematização e relações entre o passado/presente, para uma melhor organização do seu trabalho, do uso dos recursos em História e do vocabulário específico.

Para tal é o próprio Professor que deve dar a conhecer o caminho que os alunos seguirão de forma a inseri-los no espírito da disciplina, dando-lhes a conhecer as finalidades das diferentes épocas históricas, motivando-os a construírem, aula após aula, o seu próprio conhecimento histórico. Sabemos, a partir de um questionário que efetuámos às turmas lecionadas (*vide* Anexo 7A), que existe um conhecimento da função da História no ensino, mas que subsistem diversas dificuldades comuns que devemos ter em consideração como já referimos: o tempo, o espaço e o contexto. Do que analisámos, os alunos, de nível secundário, não conseguem, na maior parte das vezes, compreender as sequências apresentadas no manual escolar, passando do estudo de uma estrutura para outra, regressando, adiante, à estrutura inicial.

Joaquín Pratts referiu que em História temos de analisar os conteúdos e verificar se “respondem a alguma das necessidades educativas e se, de outro lado, estão ao alcance das capacidades [dos alunos]”⁸³. Para tal, o Professor deve dar

⁸¹ Ribeiro, Joana M. A., *O papel da História para (In)Formar*. Dissertação de Mestrado em Ensino dos 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico apresentada ao Departamento de Educação da Escola Superior de Educação de Coimbra, Coimbra, 2015, p. 8.

⁸² Proença, Maria Cândida, *op. cit.*, p. 74.

⁸³ Pratts, Joaquín, *op. cit.*, p. 195.

atenção ao nível de aprendizagem da sua turma, adequar a matéria às diferentes faixas etárias, selecionar o mais importante a dar nas aulas assim como o material a apresentar, indo de encontro com a capacidade de cada um. Para aquele autor,

“deve-se partir de trabalhos que exijam capacidades de domínio de tempo convencional, passando ao domínio da situação espacial dos objetos [...] até chegar, ao final dos ciclos educativos, a formular análises e caracterizações sobre períodos históricos [...]”⁸⁴.

Contudo, enquanto Professores, devemos ter atenção para que a nossa ação em sala de aula não transmita a ideia de que a História é apenas uma narrativa de acontecimentos pois, se assim for, não temos a possibilidade de transmitir e demonstrar a importância da disciplina e exercitar o pensamento de cada um⁸⁵, e como obter “[uma] consciência dos problemas e dos valores nacionais, dos direitos e deveres democráticos [...]”⁸⁶.

Ensinar História é dar a conhecer aos alunos como é que conseguimos obter respostas às perguntas que efetuamos aos documentos que dispomos, como conseguimos, portanto, obter informação sobre determinado assunto. Neste sentido, devemos ensinar o método do historiador.

Este método passa por seis fases fundamentais que Joaquín Pratts e Joan Santacana apresentaram⁸⁷:

1. tratar a informação através de trabalhos, documentos, por exemplo;
2. formulação de hipóteses lógicas que sejam capazes de explicar acontecimentos;
3. análise e classificação das fontes históricas;
4. fazer uma crítica à informação presente nos documentos;
5. entender as causas e motivos dos acontecimentos, assim como as suas consequências;
6. explicação histórica do momento estudado: o que ocorreu, como, quando, porquê, em que contexto, que consequências, que soluções foram encontradas, se tiveram sucesso ou não.

⁸⁴ Idem, *ibidem*.

⁸⁵ Barca, Isabel, “Os jovens portugueses: ideias em História”, *Perspectiva* [em linha], vol. 22, nº. 2, Florianópolis, 2004, p. 382.

⁸⁶ Mendes, Clarisse (Coord.), “Programa de História A: 10º., 11º. e 12º. Anos – Curso Científico-Humanístico de Ciências Sociais e Humanas: Formação Específica”. Departamento do Ensino Secundário, Ministério da Educação, 2002, p. 6.

⁸⁷ Pratts, Joaquín e Santacana, Joan, *op. cit.*, pp. 22-24.

As fontes históricas são, sem dúvida, um elemento essencial à construção do conhecimento histórico até porque, os alunos ao terem contato com uma diversidade de documentos, não só os ajuda a compreender melhor as sociedades passadas, mas também a obter uma visão alargada da humanidade⁸⁸. Vai contribuir para a formação de cidadãos tolerantes e conscientes da importância dos valores culturais⁸⁹. Nesse sentido, é relevante incutir aos alunos que as fontes históricas não se resumem apenas a um tipo de documento específico. Existem documentos escritos – cartas, tratados, imprensa e documentos não escritos – iconografias (pinturas, fotografias), orais (testemunhos), sonoros (músicas) e materiais diversos (construções, paisagens)⁹⁰.

Tem de haver uma «consistência com a evidência», a partir das fontes, para a construção de um raciocínio histórico e não ficcional⁹¹. Concordamos totalmente com Isabel Barca quando refere que o Professor deve auxiliar os seus alunos

“a adquirir as ferramentas de trabalho necessárias para aprender a pensar historicamente, o saber-fazer, o saber-fazer-bem [...]. Ele [o professor] é o responsável por ensinar o aluno [a] captar e valorizar a diversidade de fontes e [os] pontos de vista históricos, levando-o a reconstruir, por adução, o percurso da narrativa histórica. [...]”⁹².

Os alunos entendem, desta forma, que a História é feita através dos documentos que temos acesso, sejam eles escritos ou não. É relevante que iniciemos este trabalho às turmas que dispomos e que saibamos adaptar aos anos escolares, de forma a não passarmos mensagens sem significado. Acreditamos que o uso de documentos em aula é fundamental para que os alunos possam igualmente desenvolver as suas capacidades de leitura e escrita, além de formas de pesquisa e trabalho para que obtenham um estudo mais organizado.

⁸⁸ Silva, Sara, *A Emigração Portuguesa (1960-2012): Coordenadas Económicas e Demográficas. O Ensino-Aprendizagem da História Como Ciência Social*. Dissertação de Mestrado em Ensino de História e Geografia apresentada ao Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015, p. 25.

⁸⁹ Monteiro, Miguel Corrêa, “Ensino da História”, in Veiga, Feliciano H., *O Ensino numa Escola para Todos. Teoria, Investigação e Aplicação*, cap. 8, Lisboa, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2017, p. 250.

⁹⁰ Proença, Maria Cândida, *op. cit.*, p. 127.

⁹¹ Barca, Isabel (Org.), “Concepções de adolescentes sobre múltiplas explicações em História”, *Perspectivas em Educação Histórica: Actas das Primeiras Jornadas Internacionais de Educação Histórica* [em linha], nº. 1, Braga, Centro de Investigação em Educação da Universidade do Minho, 2001, p. 30.

⁹² Idem, *ibidem*.

No entanto, a aplicação do documento na aula de História não deve ser arbitrária, ou seja, tem de estar ligado a um contexto histórico, sendo uma estratégia de reforço. Como estratégia deve ainda ter consideração a maturidade dos alunos para que o(s) objetivo(s) sejam alcançados.

Relativamente a outros recursos a apresentar em sala de aula, atualmente temos acesso a uma diversidade de multimédia: séries e filmes históricos, documentários, recriações sobre determinados acontecimentos. Do que já refletimos, há um uso cada vez maior das tecnologias e os alunos demonstram grande capacidade para isso mesmo. Talvez seja por esse hábito constante que na maior parte das vezes os alunos não tenham a capacidade de entender o que um Professor apresenta em sala de aula, se for diferente daquilo que estão acostumados.

Se os alunos ficam fascinados com a visualização de filmes, podemos fazer uso de algumas partes apropriadas nas nossas aulas, para que se tornem mais motivantes – pois, segundo consta, a História é vista como difícil e complicada⁹³ –, mas também para demonstrar como seriam as épocas anteriores à nossa em diferentes aspetos: paisagens, edifícios, indumentária, valores, costumes, por exemplo. Estas aulas podem captar a atenção dos alunos e, simultaneamente, é como se estivessem a fazer um “passeio virtual” pelo passado. Mas nada substitui o Professor, como afirma Miguel Corrêa Monteiro.

Um dos melhores contributos da História é a formação para a cidadania democrática. Juntamente com este objetivo, queremos alunos que saibam viver em sociedade e conheçam os seus deveres e direitos, que contribuam positivamente e justamente e que sejam tolerantes em relação aos outros e ao meio em que se inserem. Para Robert Mager “o ensino só é eficaz na medida em que atinge um objetivo primordial: deve fazer evoluir o aluno no sentido desejado”⁹⁴.

⁹³ Cf. Duarte, Ana Sofia de Carvalho, *A utilização das TIC no ensino e aprendizagem da História*. Dissertação de Mestrado em Educação apresentada ao Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013, p. 7.

⁹⁴ Mager, Robert. Apud Monteiro, Miguel Corrêa, *Didática da História*, Lisboa, Plátano Edições Técnicas, 2001, p. 32.

* * *

Decidimos aplicar um questionário (*vide* Anexo 7 e 7A) às turmas em que lecionámos, para compreendermos as suas posições face ao ensino da História, as principais dificuldades apresentadas na sua aprendizagem e a importância do Professor na formação dos estudantes.

A turma do 12º.LH1 tinha, na realidade, 29 alunos. A este questionário responderam 24 alunos, no dia 5 de dezembro de 2016. A turma do 11º.LH1 tinha 24 alunos, mas apenas 16 responderam ao questionário, no dia 7 de maio de 2017.

A primeira questão do questionário visava saber se a turma gostava de **aprender História**, justificando as suas respostas. Dos 40 alunos, 32 responderam que sim, três referiram que sim e que não – dependendo do conteúdo – e seis responderam negativamente – por causa da matéria, por não terem interesse, por não ser uma área predileta. Destacamos as seguintes respostas:

“aprender sobre as diferentes épocas, a evolução da mentalidade das sociedades [...] e como os acontecimentos passados ainda se refletem hoje”;

“conhecer vários factos não só de Portugal, mas de todo o mundo”;

“entender o porquê de as coisas serem como são hoje em dia através da exposição e explicação de acontecimentos passados”;

“enriquece muito culturalmente e permite ter uma opinião mais formada acerca do mundo [...]”;

“deixa[-nos] retratar o passado tal como ele era e comparar com o presente. Assim podemos, na maioria dos casos, ver que no presente temos uma qualidade de vida muito superior à dos nossos antepassados”;

“[é] uma mais valia para a vida educacional de um aluno bem como para a sua cultura profissional e social no meio em que se insere”.

“Não, devido ao atraso no desenvolvimento da instituição escolar”.

Entendemos que esta última resposta é desadequada porque o aluno não tem bases para avaliar se a instituição escolar está atrasada ou avançada. E em relação

a quê? Às obras da escola, ao equipamento da sala de aula, à preparação dos docentes? Isto é, a resposta é um enorme juízo de valor e só a deixamos estar por respeito à liberdade de expressão.

A intenção da segunda questão era para os alunos explicarem a **importância da História e o seu papel formativo no ensino**. Algumas respostas mais curtas, outras mais longas, mas (quase) todos souberam refletir sobre o papel da disciplina para a formação da sociedade:

“[...] acho interessante que saibamos como e porquê a sociedade está organizada como está, como foi a evolução das mesmas de modo não só a conhecer o passado, mas tirar lições para o futuro”;

“a História tem um papel fundamental no ensino, pois para compreender o presente é necessário saber o que aconteceu no passado. Julgo que outra grande importância na História é o facto de nos ajudar a prevenir erros, pois através da análise dos erros do passado, aprendemos o que não devemos fazer”;

“podemos aplicar em outras disciplinas, ao saber o passado ou o contexto em que criaram teorias, como a Filosofia, [...]”;

“[...]. Permite também valorizar o ensino e a educação pois desenvolve a nossa cultura geral, bem como um pensamento mais crítico e bem estruturado”;

“usar argumentos de autoridade e discutir com dados reais e construtivos”;

“ajuda a entender, por exemplo, o porquê do estado de um país [...] ou o porquê de certas pessoas terem certos valores”;

“Penso que o objetivo fulcral da História é alertar e dar a conhecer à nova geração as decisões que foram tomadas no passado e as suas consequências. Fundamentalmente, forma-nos como cidadãos”.

“[A História] não tem papel formativo”.

Esta última resposta tem a ver com o tipo de ensino memorizante da História. Os alunos já não são os mesmos de há 20 anos e alguns não vêm qualquer sentido na memorização de conteúdos, outros podem, eventualmente, perguntar se

o professor não dita apontamentos. Desconhecem que um povo sem memória não tem identidade e, por isso, a História não faz sentido.

A terceira questão tem o objetivo de saber quais as **principais dificuldades** que as turmas têm na disciplina, o que ajudará o Professor a adotar estratégias e metodologias que estejam de acordo com as suas características, porém, pode igualmente ajudar a compreender se o Programa de História A, de 2002 e atualmente adotado, estará de acordo com a sociedade que hoje temos, ou seja, dar-nos-á referências da necessidade acrescida de possíveis mudanças na sua organização.

Principais dificuldades:

“desenvolvimento de ideias de modo organizado, cronológico e completo”;

“ordenar cronologicamente os acontecimentos, [...] a matéria é dada em avanços e recuos no tempo, o que dificulta a aprendizagem de alguns aspetos, como as causas e consequências”;

“relacionar vários acontecimentos que aconteceram em simultâneo”;

“a imensa quantidade de matéria dada e para estudar”;

“[no] manual passar por exemplo do ano 1915 para 1930 e voltar no capítulo seguinte para o ano 1915. Confunde-me, pois, deixo de ter noção do tempo e do espaço”;

“interpretação e análise de textos e dos documentos”;

“organizar o meu pensamento e construir um texto estruturado e organizado e abordar temas financeiros e políticos”.

Por fim, mas não menos relevante neste processo, sentimos a necessidade de entender que **caraterísticas** deve ter, ou não, um docente de História. As respostas acabam por ser muito semelhantes. Os alunos querem professores “claro[s] e objetivo[s]”, pacientes “a explicar os conteúdos e adotar vários métodos de ensino”, “ter paixão pela História” e “ser [um grande] conhecedor da matéria”, ajudá-los a “organizar o raciocínio”, ser próximo deles pois “irá causar mais à

vontade numa sala de aula e um ambiente mais agradável”, “deixar intervir os alunos mais vezes”.

Conseguimos perceber que os alunos têm uma noção real da importância da História na formação de cidadãos com valores e que desenvolvam determinadas capacidades que lhes permitam compreender o mundo e a vida. Porém, existem dificuldades específicas e comuns que devem ser analisadas e refletidas para que seja possível oferecer, dentro da disciplina, um processo de ensino-aprendizagem favorável a cada um, tendo em conta as suas características e necessidades, o que nos parece difícil devido o aumento de alunos por sala.

A atual organização da sala de aula é proveniente do século XIX, da região da Prússia, influenciada pela revolução industrial e a massificação dos produtos. Todavia, e apesar de ser uma prática comum nas escolas, temos consciência que não devemos cair no modelo de formar alunos em massa. Temos capacidade e possibilidade para modificar o ambiente para que seja propício à aprendizagem de todos os alunos.

NOTA: O leitor pode encontrar em suporte digital (CD), dois ficheiros que incluem os questionários na íntegra das turmas lecionadas.

2. Modelos de Aprendizagem Aplicados

“O principal objetivo da educação é criar pessoas capazes de fazer coisas novas e não simplesmente repetir o que as outras gerações fizeram”.

- Jean Piaget

Fomos adquirindo ao longo do 1º. ano de Mestrado o conhecimento de diversas teorias de aprendizagem em UC's como *História da Educação* ou em *Processo Educativo: Desenvolvimento e Aprendizagem*. A partir das mesmas, esse conhecimento foi sendo aplicado em diversos trabalhos recorrendo a pequenos artigos, sítios da internet e livros, como o de Yves Bertrand intitulado *Teorias Contemporâneas da Educação*⁹⁵, entre outros.

A partir da obra em cima referida podemos verificar a grande diversidade de teorias existentes, cada uma com as suas especificidades e objetivos. Essas mesmas teorias e métodos de ensino são essenciais na experiência educativa que aqui apresentamos e, claro está, para o nosso futuro como professores de História. É evidente que não podemos usar apenas uma teoria ou um número considerável ao longo do nosso percurso, mas selecionar aquelas que seguem os nossos ideais. As teorias que em seguida apresentamos estão de acordo com o que pensamos ser um processo de ensino-aprendizagem eficaz e correto para alunos do ensino secundário, sendo as que nos influenciaram mais na nossa formação.

Além disso, é relevante acrescentar a essas teorias que estudámos aquilo que nos é possível observar no estágio como também em aulas de caráter universitário. Fomos deste modo adotando modelos que nos parecem corretos e metodologias que consideramos satisfatórias para a nossa prática profissional. Fomos adquirindo essas características, esperando que os anos futuros as vão amadurecendo.

⁹⁵ Bertrand, Yves, *Teorias Contemporâneas da Educação*, 2ª. Ed., Lisboa, Instituto Piaget, 2001.

2.1. A Teoria Psicocognitiva

ELEMENTOS ESTRUTURANTES	AUTORES	FONTES	TERMINOLOGIA AMERICANA
Processos de aprendizagem, conhecimentos preliminares, representações espontâneas, conflitos cognitivos, perfis pedagógicos, cultura pré-científica, construção do conhecimento, metacognição.	Anderson, [AUSUBEL] , Bachelard, Bednarz, Bourgeois, De la Garanderie, Giordan, Laroche e Désautels, PIAGET , Tardif, Taurisson.	Psicologia piagetiana, psicologia cognitiva, epistemologia construtivista.	<i>Cognitive development, misconceptions, development psychology.</i>

Quadro 1: A Teoria Psicocognitiva - adaptação de “Quadro Geral das Teorias Contemporâneas da Educação”.

Fonte: Yves Bertrand, *op. cit.*, pp. 18 – 19.

Tal como já afirmámos, não pretendemos fazer uma História da Educação. Baseámo-nos principalmente na obra anterior, e vamos apresentar uma pequena síntese das teorias que escolhemos.

As teorias psicocognitivas têm por base os processos de aprendizagem, a forma como os discentes podem construir o seu próprio conhecimento. Consideram-se as estruturas cognitivas, os conhecimentos preliminares, processos internos de espírito, perfis pedagógicos, uma cultura pré-científica e a metacognição.

2.1.1. Jean Piaget (1896 – 1980)

Jean Piaget foi um filósofo e psicólogo natural da Suíça, com relevância na área da Psicologia e da Pedagogia através das suas investigações na inteligência infantil. Foi a partir do seu trabalho como psiquiatra, em Zurique, que relacionou a psicologia experimental: estudo formal e sistemático, com métodos informais – conversas e análises de pacientes.

Em 1919, quando foi para França, trabalhou ao lado de Alfred Binet⁹⁶, conhecido psicólogo infantil que trabalhou com testes de inteligência para crianças.

⁹⁶ Portal da Educação, *Jean Piaget: Biografia*, Psicologia, 2004. [consult. 29.dez.2016]. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/psicologia/artigos/53974/jean-piaget-biografia>.

Foi neste contexto que Piaget compreendeu o porquê das crianças, de idades iguais, não conseguirem resultados positivos devido aos erros semelhantes que cometiam. O pensamento lógico de cada um vai desenvolvendo-se com o tempo, de forma progressiva. Este foi um ponto de partida para Piaget estudar o desenvolvimento cognitivo.

O seu estudo teve por base as observações e entrevistas a crianças, compreendendo o que elas já sabiam e o que queriam conhecer. Como Sara Silva indica, Piaget decidiu estudar a epistemologia para descobrir “as raízes das diversas modalidades de conhecimento, desde as mais elementares até às mais complexas”⁹⁷.

O estudo do psicólogo segue o sentido construtivista, estruturalista, interacionista e cognitivista⁹⁸. Podemos, assim, perceber que a partir da observação das crianças, no sentido de evolução do seu conhecimento, obtemos uma melhor perceção da natureza do conhecimento humano, de acordo com os estádios de desenvolvimento cognitivo que formulou.

Piaget defende a tese que no momento do nascimento de um ser humano já haver a existência de um “património genético”⁹⁹ que ajudará a criança no seu crescimento. Essas vivências do dia a dia fornecem novos conhecimentos que interligarão com aqueles que já detém, o conhecimento prévio. Este processo é conhecido como **assimilação**. Quando a estrutura cognitiva da criança é alterada, chamamos a esse processo de **acomodação**. Porém, em alguns casos, as novas informações não têm uma adaptação imediata, e podemos referir que a cognição da criança sofreu um desequilíbrio. Apenas quando se dá essa adaptação do que já conhece ao que é novo, deu-se um processo de **equilíbrio**¹⁰⁰.

Através de Piaget e da Escola de Genebra tivemos acesso às teorias construtivistas, das quais as crianças, assim como os jovens, constroem o seu conhecimento de forma ativa e têm um desenvolvimento “mais global de

⁹⁷ Apud Silva, Sara R. M., *op. cit.*, p. 38.

⁹⁸ Veiga, Feliciano, H., “Desenvolvimento Cognitivo”, *Processo Educativo: Desenvolvimento e Aprendizagem*, Lisboa, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2016, p. 3.

⁹⁹ Silva, Sara R. M., *op. cit.*, p. 38.

¹⁰⁰ Cf. Idem., *ibidem*, p. 39. Veja-se igualmente António Tereno, *O Dinamismo Civilizacional da Europa Ocidental nos Séculos XIII-XIV – Espaços, Poderes e Vivências: Uma Proposta Didática*. Dissertação de Mestrado em Ensino de História e Geografia apresentada ao Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013, p. 17.

autorregulação e de adaptação ao seu meio e, segundo, os estádios de desenvolvimento”¹⁰¹.

2.1.2. David Ausubel (1918 – 2008)

Ausubel foi um psicólogo e pedagogo, autor da teoria de aprendizagem significativa – considerada uma das principais da pedagogia construtivista¹⁰². Como Sara Silva alude, esta teoria pode ser uma extensão da de Piaget, pois “Ausubel considera que o aluno é construtor do seu conhecimento além de possuir conhecimentos anteriores”¹⁰³.

Ausubel refletiu acerca dos métodos de ensino, referindo que estes devem estar conectados com a aula e as atividades desenvolvidas, de acordo com fatores cognitivos, afetivos e sociais¹⁰⁴. A teoria da **aprendizagem significativa** assenta no princípio que o aluno tem conhecimentos prévios e capacidade para adquirir novos, havendo uma ligação entre eles. Desta forma compreendemos que existiu algo significativo quando esse sistema de conceitos é enriquecido, pois houve modificação.

Porém, esta situação quando não se concretiza sabemos que o aluno apenas desenvolveu uma **aprendizagem por memorização**, isto é, não houve articulação do que é novo para o previamente conhecido, do qual as respostas são aquelas do manual escolar ou o que o docente ditou¹⁰⁵. Esta aprendizagem caracteriza-se como fraca, onde se perdem esses conhecimentos com facilidade, além disso demonstra

“um nível geralmente elevado de ansiedade ou por terem fracassado repetidas vezes numa determinada disciplina [...], não possuem confiança suficiente na capacidade de aprenderem de forma significativa; logo, acreditam que não têm alternativa para fugirem à aprendizagem por memorização”¹⁰⁶.

¹⁰¹ Bertrand, Yves, *op.cit.*, p. 66.

¹⁰² Biografia y Vidas, *David Ausubel*, [s.d.]. [consult. 2.jan.2017]. Disponível em: <http://www.biografiasyvidas.com/biografia/a/ausubel.htm>.

¹⁰³ Silva, Sara R. M., *op. cit.*, p. 39.

¹⁰⁴ Biografia y Vidas, *op. cit.*.

¹⁰⁵ Silva, Sara R. M., *op. cit.*, p. 40.

¹⁰⁶ Tereno, António V. S., *op. cit.*, p. 18.

2.2. A Teoria Sociocognitiva

ELEMENTOS ESTRUTURANTES	AUTORES	FONTES	TERMINOLOGIA AMERICANA
Cultura, meio social, meio ambiente, determinantes sociais do conhecimento, interações sociais, comunidades de discentes, cognição distribuída.	Bandura, Barth, A. Brown, J. L. Brown, BRUNER , Campione, Clancy, Collins, Cooper, Doise, Duguid, Frenay, Gilly, Greeno, Houssaye, Johnson e Johnson, Joyce, Kagan, Lefebvre-Pinard, McLean, Mugny, Palinscar, Pea, Perkins, Rogoff, Sharan, Sims, Slavin, Viau, Turiel, Vygotsky.	Sociologia, antropologia, psicosociologia.	<i>Cooperative learning, cooperative teaching, pragmatism, social cognitive education, socio-conflict, situative learning, distributed cognition, communities of practice, culture embeddedness, social mediation.</i>

Quadro 2: A Teoria Sociocognitiva - adaptação de “Quadro Geral das Teorias Contemporâneas da Educação”.

Fonte: Yves Bertrand, *op. cit.*, pp. 18 – 19.

As teorias sociocognitivas vão ter como componente relevante as dimensões socioculturais entre um sujeito e o seu meio envolvente, com interesse nos aspetos que vão influenciar as aprendizagens dos alunos¹⁰⁷. Esta teoria vai estudar quais as influências que os jovens têm no meio ambiente, as classes sociais, a cultura regional e popular, como refere Bertrand. Jerome Bruner assume e defende esta visão de que a cultura e o contexto em que o aluno se insere são determinantes na construção do saber.

2.2.1. Jerome Bruner (1915-2016)

Foi em 1933 que ingressou na Universidade de Duke (EUA), especializando-se em psicologia, dando continuidade aos seus estudos de pós-graduação, mestre e doutorado na Universidade de Harvard (EUA) entre 1939 – 1941. Destacamos em Bruner dois momentos relevantes: o modelo **construtivista** e o **sociocognitivista**. No primeiro há a defesa da adoção de métodos ativos e da descoberta. No segundo podemos analisar a importância das influências socioculturais recebidas pelos jovens adolescentes e que, na maior parte das vezes, é visível em sala de aula.

¹⁰⁷ Bertrand, Yves, *op. cit.*, p. 115.

Para Bruner, a par dos estudos de Piaget, o aluno vai-se desenvolvendo seguindo estádios, de acordo com o que aprendeu anteriormente – ativa/legal (0/3A), icónica (3/9A) e simbólica (10/14A). Nos seus estudos refere que o ser humano necessita de técnicas para realização da própria humanidade, havendo uma integração de uma “transmissão social, [de um] processo de identificação e imitação no processo de desenvolvimento e formação”¹⁰⁸, adquirindo o indivíduo melhor competência para se autorregular.

Os jovens devem ter motivação onde se considera como essencial aspetos “culturais, motivacionais e pessoais”, sem esquecer a “exploração de alternativas por parte do aprendiz”¹⁰⁹, havendo igualmente uma estruturação dos conhecimentos que devem ser interiorizados pelos discentes – aqui vai depender o modo de apresentação dessa mesma estrutura: dedutiva (noções teóricas) e indutiva (dos casos às questões e problemas)¹¹⁰, e o “processo de ensino-aprendizagem deve ser estimulado com o binómio de punição-recompensa”¹¹¹, ou seja, o feedback “permitirá confirmar ou corrigir o processo de aprendizagem”¹¹².

Numa sala de aula, os alunos vão adquirir nova informação que pode substituir a que previamente já tinham alcançado. Vai igualmente existir uma transformação da informação, resultando num

“processo de manipular o conhecimento para o adaptar a novas tarefas. Aprendemos a «desmascarar» ou analisar a informação, organizando-a de um modo que permita a sua extrapolação, interpolação ou conversão noutra forma”¹¹³.

É neste contexto que devemos ter em conta o **currículo em espiral**. Ramiro Marques define-o como a

¹⁰⁸ Marques, Ramiro, *A Pedagogia de Jerome Bruner*, Santarém, Escola Superior de Educação de Santarém, [s.d.], p. 1.

¹⁰⁹ Nascimento, Maria A., “Teoria de Jerome Bruner”, *Psicologia Educacional II*, Coimbra, Departamento de Matemática da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, [s.d.], p. 4.

¹¹⁰ Idem, *ibidem*.

¹¹¹ Terno, António, V. S., *op. cit.*, pp. 21 – 22.

¹¹² Nascimento, Maria A., *op. cit.*, p. 5.

¹¹³ Bruner, Jerome, *O Processo da Educação*, Lisboa, Edições 70, tradução de Maria do Carmo Romão, 2015, p. 64.

“ciência [que] pode ser ensinada, pelo menos nas suas formas mais simples, a alunos de todas as idades, uma vez que os mesmos tópicos serão, posteriormente, retomados e aprofundados mais tarde”¹¹⁴.

Para Maria do Céu Roldão, o currículo em espiral é

“fundamentado pela caracterização do desenvolvimento dos estádios. No entanto, [...] é vista como uma orientação para adaptar estratégias de ensino aos diferentes modos de ver o mundo em diferentes idades e não para seleccionar ou excluir conteúdos ou conceitos”¹¹⁵.

2.3. A Teoria Personalista

ELEMENTOS ESTRUTURANTES	AUTORES	FONTES	TERMINOLOGIA AMERICANA
Crescimento da pessoa, inconsciente, afetividade, desejos, pulsões, interesses, o eu.	Adler, Angers, Caouette, Freud, Lewin, Maslow, Neill, Paquette, Paré, ROGERS .	Psicologia humanista, personalismo, hermenêutica, psicanálise.	<i>Romantic humanism, naturalism, non-deterministic free school, open education.</i>

Quadro 3: A Teoria Personalista - adaptação de “Quadro Geral das Teorias Contemporâneas da Educação”.

Fonte: Yves Bertrand, *op. cit.*, pp. 18 – 19.

As teorias personalistas defendem uma educação e um desenvolvimento da pessoa, respeitando a liberdade do aluno no seu processo de aprendizagem, rejeitando, portanto, um ensino essencialmente adepto dos conteúdos e de métodos de transmissão. A teoria também tem por base a experiência e a criatividade existencial do ser humano, respeitando o seu desenvolvimento progressivo através das tarefas educativas, esperando que exista uma ou mais modificações em situações pessoais do próprio alun¹¹⁶.

2.3.1. Carl Rogers (1902 – 1987)

Foi entre 1928 e 1931 que obteve títulos de mestre e doutor na área da psicologia. É reconhecido pelos seus estudos de psicoterapia não diretiva, isto é,

¹¹⁴ Marques, Ramiro, *op. cit.*, p. 4.

¹¹⁵ Roldão, Maria Céu. Apud Marques, Ramiro, *op. cit.*, p. 4.

¹¹⁶ Bertrand, Yves, *op. cit.*, pp. 41-42.

centrado na pessoa. Para Rogers, “todas as pessoas têm uma orientação positiva e querem aprender”¹¹⁷, quer isto dizer que as pessoas, neste caso as crianças e jovens, devem reconhecer a verdade que há em si mesmos, isto é, “é necessário sentir as coisas, [...], ter confiança na sua experiência, escutar-se a si mesmo, exprimir aquilo que verdadeiramente se experimenta, aceitar-se tal como se é, [...]”¹¹⁸. Há aqui uma relevância maior na nossa experiência e nos sentimentos de cada um.

A **aprendizagem experiencial** baseia-se na pessoa em si, nas ações do aluno e como pode haver uma mudança de comportamento, de atitude, de personalidade. No contexto que aqui retratamos, o escolar, o aluno deve reconhecer a importância dos conhecimentos que pode obter, seja qual for a disciplina, dando-se aquilo que desenvolvemos anteriormente – uma aprendizagem significativa. Assim sendo, o aluno deve ter consciência e responsabilidade de escolher as estratégias que lhe são mais convenientes, tendo de viver com as suas consequências, mas ter sempre confiança em si¹¹⁹.

O professor deve ser um facilitador da comunicação e, neste sentido, falamos da **aprendizagem interpessoal**, da qual o professor deve conseguir estabelecer uma **relação pedagógica** com as suas turmas, obtendo, assim, um melhor funcionamento em sala de aula. Como aludimos, o mais importante é a experiência adquirida em sala de aula e o sentimento que se desenvolve, levando os alunos ao caminho do conhecimento. Neste sentido Rogers ignora o facto de um aluno, com um pensamento invulgar, ler um manual, afirmando que essa forma não leva o aluno a uma aprendizagem de experiências nem a um entendimento do conteúdo.

Além disso, para Rogers, o ensino tradicional não é satisfatório por ser “impessoal, frio e oco e que entra realmente por um ouvido e sai por outro”¹²⁰. Para que as crianças possam viver, em contexto escolar, livre e alegremente, o professor deve criar empatia, comunicando com os jovens, compreendendo os seus sentimentos.

¹¹⁷ Idem, *ibidem*, pp. 46-47.

¹¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 47.

¹¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 48.

¹²⁰ Sprinthall, N. A., e Sprinthall, R. C., “Métodos e Modelos de Ensino”, *Psicologia Educacional: Uma Abordagem Desenvolvimentista*, Lisboa, McGraw-Hill, 1993, p. 321.

2.4. Aplicabilidade à Prática Letiva – 12º.LH1 e 11º.LH1

É nosso objetivo fundamentar a utilização das anteriores teorias em relação às turmas que lecionámos no segundo ano de mestrado.

Relativamente à teoria piagetiana demos relevância à construção do conhecimento e à interação sujeito-objeto, mas também sujeito-sujeitos. Nesse sentido, com a turma de 12º.LH1, desenvolvemos um trabalho de grupo sobre a Constituição de 1933 – quatro grupos de quatro elementos e dois grupos de três elementos (fizemos a seleção dos elementos de cada grupo). Este trabalho foi desenvolvido na segunda parte da Aula Nº. 2 (o que consideramos ter sido pouco tempo para uma melhor análise e reflexão dos artigos disponibilizados). Além disso, foi também nosso intuito ajudar os alunos no seu processo de aprendizagem, para que fossem capazes de responder corretamente às diversas questões efetuadas em sala de aula.

Gostaríamos de ter tido mais tempo para implementar um trabalho mais eficiente na turma do 11º.LH1, mas face às contingências de planeamento tal não foi possível. Ainda assim, estamos satisfeitos com o que foi possível fazer. Desta forma, e sabendo atempadamente que a construção do saber pode ser realizada de diversas formas, decidimos colocar os alunos a analisar, individualmente, documentos variados presentes no manual escolar e não só, e que, de seguida, conseguissem fazer uma reflexão de acordo com o conteúdo programático – o liberalismo português.

Sobre Ausubel tentámos compreender se a estrutura cognitiva dos alunos se modifica e se, nesse processo, ocorre uma aprendizagem significativa. Nesse sentido, nas duas turmas, foi estratégico rever conteúdos anteriormente lecionados para uma melhor perceção e aquisição de novos conhecimentos, fazendo uma ligação do que os alunos já conheciam e o que se aprende de novo, através de várias questões efetuadas ao longo das aulas.

Com Bruner temos a aprendizagem pela descoberta e, nesse caso, foram feitas várias questões, como já foi referido, no sentido de compreender a lógica dos alunos. Pretendemos, assim, situar os alunos diante de um problema para serem capazes de resolver por eles próprios. Recorremos à análise de documentos de

natureza diversa, com o objetivo de os alunos compreenderem melhor o conteúdo lecionado.

Com a teoria rogeriana desejámos, sobretudo, criar uma relação pedagógica entre a mestrandia e os alunos, num ambiente favorável à aprendizagem e através das experiências ao longo das aulas, na aceitação de todos como eles são, ajudando-os no necessário, para acreditarem em si mesmos e terem a iniciativa de progredir no seu processo de aprendizagem, reconhecendo que são responsáveis pelo que fazem e o que não fazem.

Sendo o professor um facilitador da aprendizagem, pretende-se que ao longo de um ano letivo, e não somente em cinco aulas, se auxilie sempre que possível nas dificuldades que surgem para que os alunos tenham consciência da relevância da aprendizagem e possam mudar.

Admitimos que houve uma maior facilidade em trabalhar com a turma de 12º. ano, pois já a conhecíamos do ano letivo anterior, do que com a turma de 11º. ano. No entanto, queremos realçar a boa disposição e aceitação das turmas com a nossa presença em sala de aula.

SEGUNDA PARTE

CONTEXTO ESCOLAR

1. Enquadramento Territorial e Caracterização da Freguesia das Avenidas Novas

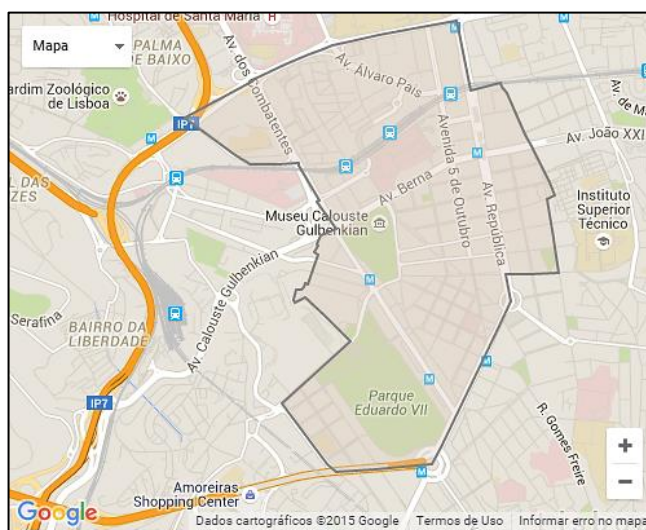


Figura 1: Freguesia das Avenidas Novas.

Fonte: <http://www.cm-lisboa.pt/municipio/juntas-de-freguesia/freguesia-das-avenidas-novas>.

Para uma melhor compreensão do contexto escolar do núcleo de estágio, a Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho, fazemos uma breve análise do enquadramento territorial, assim como caracterização da Freguesia das Avenidas Novas¹²¹.

De acordo com os dados gerais disponibilizados no site da Câmara Municipal de Lisboa, a área da Freguesia das Avenidas Novas é de 2,99 km². A partir dos seguintes Gráficos, podemos observar o enquadramento da Freguesia na cidade de Lisboa:

¹²¹ Passou a ser assim denominada devido ao “Plano Geral de Melhoramentos da Capital”, assinado por Frederico Ressano Garcia. A referida Freguesia abarca outras como a de Nossa Senhora de Fátima e de São Sebastião da Pedreira in Câmara Municipal de Lisboa, “Freguesia das Avenidas Novas”, [s.d.]. [consult. 25.set.2016]. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/municipio/juntas-de-freguesia/freguesia-das-avenidas-novas>.

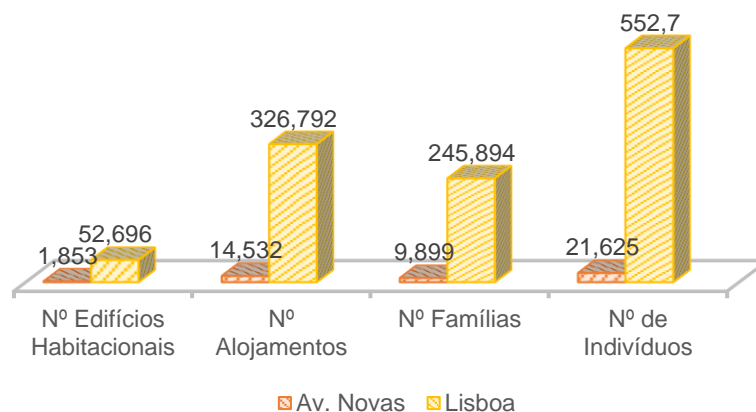


Gráfico 1: Enquadramento da Freguesia Avenidas Novas na cidade de Lisboa.

Fonte: [http://www.cm-](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/MUNICIPIO/Reforma_Administrativa/Juntas_de_Freguesia/JF_Avenidas_Novas.pdf)

[lisboa.pt/fileadmin/MUNICIPIO/Reforma_Administrativa/Juntas_de_Freguesia/JF_Avenidas_Novas.pdf](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/MUNICIPIO/Reforma_Administrativa/Juntas_de_Freguesia/JF_Avenidas_Novas.pdf).

Em relação às características dos edifícios, temos informação da existência de edifícios não residenciais, principalmente residenciais e exclusivamente residenciais, tendo este último a predominância:

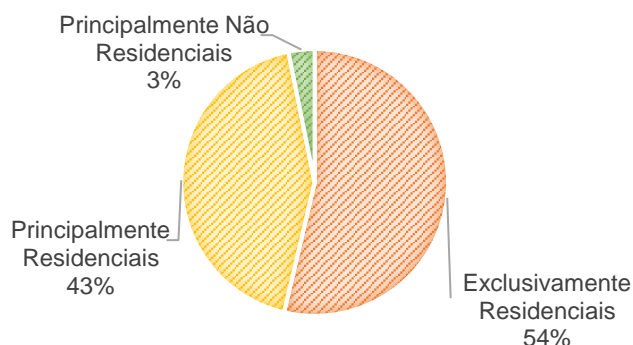


Gráfico 2: Características principais do edificado.

Fonte: [http://www.cm-](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/MUNICIPIO/Reforma_Administrativa/Juntas_de_Freguesia/JF_Avenidas_Novas.pdf)

[lisboa.pt/fileadmin/MUNICIPIO/Reforma_Administrativa/Juntas_de_Freguesia/JF_Avenidas_Novas.pdf](http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/MUNICIPIO/Reforma_Administrativa/Juntas_de_Freguesia/JF_Avenidas_Novas.pdf).

Acerca da população, no período entre 2001–2011, os seguintes gráficos mostram-nos a faixa etária da população, o índice de envelhecimento e as habilitações literárias:

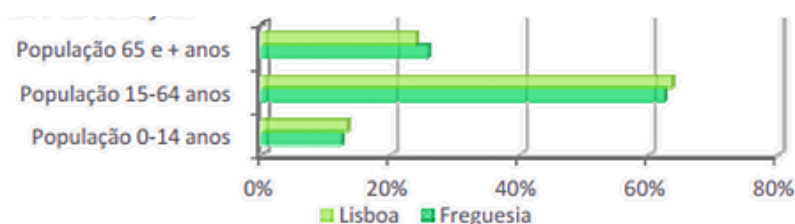


Gráfico 3: Faixa Etária da População de Avenidas Novas em relação à cidade de Lisboa.

Fonte: http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/MUNICIPIO/Reforma_Administrativa/Juntas_de_Freguesia/JF_Avenidas_Novas.pdf.

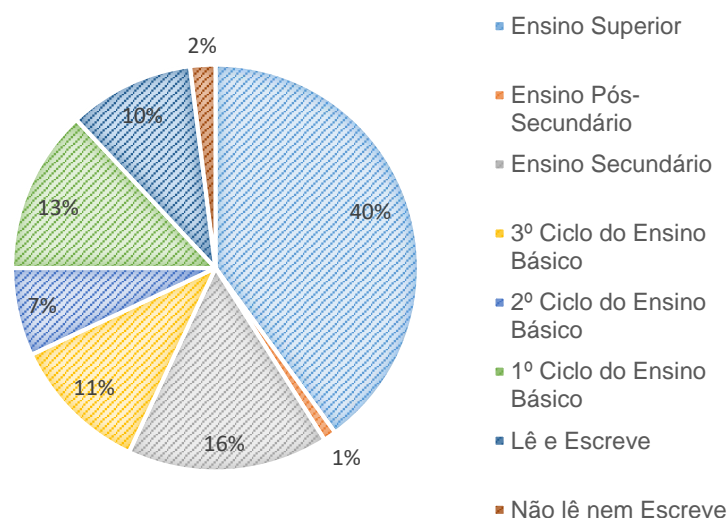


Gráfico 4: Habilitações Literárias dos Habitantes de Avenidas Novas.

Fonte: http://www.cm-lisboa.pt/fileadmin/MUNICIPIO/Reforma_Administrativa/Juntas_de_Freguesia/JF_Avenidas_Novas.pdf.

A Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho está localizada na Rua Rodrigo Fonseca 115 (1099 – 069 Lisboa). Podemos referir que é uma Escola com uma ótima localização e de fácil acesso por Metro (entrada/saída Marquês de Pombal), cerca de 10 minutos a pé, através de autocarro da Carris e/ou carro.

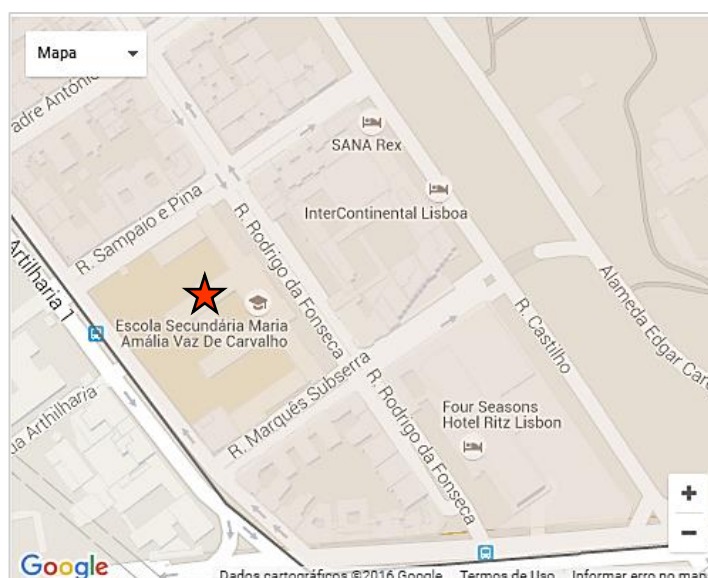


Figura 2: Localização da Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho.

Fonte: <http://www.cm-lisboa.pt/municipio/juntas-de-freguesia/freguesia-das-avenidas-novas>.

2. A Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho

“[...] A natureza é ainda a bela insensível, que assinte radiosa e iluminada às nossas lágrimas, eternas
que o vento enxuga num momento!
Contemplemos de mais alto a evolução dos ideais e a transformação das coisas”.
- Maria Amália Vaz de Carvalho



Figura 3: Fachada da Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho.
Fonte: http://www.cm-lisboa.pt/uploads/pics/tt_address/lxi-2229-01.jpg.

Criada no ano de 1885 e instalada no Largo do Contador-Mor, em Alfama, numa fase inicial, a Escola chamava-se Maria Pia, homenageando a Rainha Maria Pia, com o intento de emancipar a mulher pela instrução. Nessa altura, tinha somente 45 alunas que, no entanto, foram desistindo devido à localização de difícil acesso, e, também, por pensarem que podiam ficar habilitadas para o exercício de magistério primário. Apenas continuaram 26 alunas. A Escola proporcionava quatro cursos: labores, tipografia, telegrafia e escrituração comercial¹²².

O grande objetivo era passar de Escola a Liceu e, em 1906, o Rei D. Carlos I decretou o primeiro Liceu feminino em Portugal¹²³.

No ano de 1911, o número acrescido de alunas levou a uma segunda fase da história da Escola, passando o Liceu Maria Pia a localizar-se no Palácio Valadares, no

¹²² ESMAVC, “Uma Escola para o Conhecimento e Cidadania”, *Projeto Educativo da Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho*. Lisboa, 2013, p. 1. [consult. 2.out.2016]. Disponível em: http://www.esmavc.org/images/documentos/core/PEE_2013-15.pdf.

¹²³ Idem, *ibidem*, p. 2.

Largo do Carmo. Porém, continuava a ser um espaço exíguo e por isso mesmo concedeu-se a existência dois turnos.

O objetivo do corpo docente tinha em vista a habilitação de instalações próprias como os liceus masculinos, assim como a elevação à categorial de Liceu Central¹²⁴. Foi no ano de 1917, com Sidónio Pais, que se assinou o decreto com esse fim, e o Liceu Maria Pia passou a ser conhecido como Liceu Central Almeida Garrett¹²⁵.

No entanto, a questão das instalações continuava a ser um problema e, nesse sentido, decidiu-se nomear uma comissão para organizar um projeto de construção de um edifício próprio. Foi efetivamente entre 1933 e 1934, durante o Estado Novo, que o Liceu, já com o nome de Maria Amália Vaz de Carvalho, inaugurou as suas novas, e ainda atuais, instalações na Rua Rodrigo da Fonseca.

Na sequência das mudanças que ocorreram com o 25 de abril de 1974, o Liceu, até aí exclusivamente feminino, passou a aceitar, em 1975-1976, estudantes do sexo masculino, passando a existir turmas mistas, além da integração de elementos masculinos no quadro do pessoal docente e não docente¹²⁶.

Hoje é conhecida como a Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho devido à unificação de todos os liceus em Portugal. O número de alunos aumentou, sendo provenientes de famílias médias-altas, porém, nos últimos tempos, a escola acolhe estudantes de vários bairros lisboetas, das periferias e fora da cidade.

* * *

A Escola tem uma estrutura física e material ampla. É composta por três pisos, com diversos espaços: tem Salas (as de aulas, de apoio, de computadores, de Professores, Funcionários, Reuniões), tem Gabinetes da Direção, de Apoio à Educação Especial, de Orientação Vocacional, Laboratórios (Biologia, Geologia), Locais de estudo (como a Biblioteca), assim como o Bar, Reprografia, Papelaria, Salão Nobre, Capela, Arquivos, entre outros. Exteriormente, tem Campos de Jogos, Pátio de Convívio, Parque de Estacionamento¹²⁷.

¹²⁴ Idem, *ibidem*, p. 2.

¹²⁵ Idem, *ibidem*.

¹²⁶ Idem, *ibidem*, p. 3.

¹²⁷ Idem, *ibidem*, pp. 9 - 10.

A administração e gestão da Escola distribui-se pelo Conselho Geral: inclui a Direção, o Conselho Administrativo e o Conselho Pedagógico. Está igualmente composta por Serviços de Administração Escolar, a Gestão de Edifícios e Equipamentos e Serviços Técnicos-Pedagógicos (com Ensino Especial, Biblioteca, Salas de Estudo).

O Conselho Pedagógico é constituído por Grupos Disciplinares, com uma maioria de Docentes do quadro da Escola, e isso traduz-se, igualmente, em Conselho de Diretores de Turma, Diretores de Turma e Conselhos de Turma.

A Escola apresenta diversos Grupos Disciplinares: departamento de Línguas (Português, Inglês, Alemão e Espanhol), departamento de Ciências Sociais e Humanas (Educação Moral e Religiosa Católica, História, Filosofia, Geografia, Economia e Contabilidade), departamento de Matemática e Ciências Experimentais (Matemática, Física e Química, Biologia e Geologia, e Informática), e, por fim, o departamento de Expressões (Artes Visuais, Educação Física e Educação Especial)¹²⁸.

Damos igualmente relevância aos Assistentes Técnicos e Operacionais, o pessoal não docente, em que alguns estão inseridos em um regime da Função Pública e outros têm Contrato Individual de Trabalho, assim como Contratos de Emprego e Inserção, Contratos de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Certo a Tempo Parcial.

* * *

A Escola dispõe de cursos do Ensino Secundário, em regime diurno, que se dividem em: (i) Ciências e Tecnologias, (ii) Ciências Socioeconómicas, (iii) Línguas e Humanidades e (iv) Artes Visuais.

Além disso, tem igualmente cursos do Ensino Profissional, com o objetivo de obter o ensino secundário, com componentes socioculturais, científicos e técnicos: (i) Curso Profissional de Técnico de Restauração – vertente Cozinha/Pastelaria e Restaurante/Bar, (ii) Curso Profissional de Técnico de Apoio à Gestão Desportiva, e (iii) Curso Profissional de Técnico de Marketing.

¹²⁸ Idem, *ibidem*, p. 8 – 9.

Salientamos o Ensino Recorrente que oferece uma “segunda oportunidade de formação que permit[e] conciliar a frequência de estudos com uma atividade profissional”¹²⁹. Nesse sentido, os cursos são os mesmos referidos anteriormente, com a diferença no tipo de regime que é noturno.

Os Cursos de Educação e Formação para Aluno (EFA) são igualmente proporcionados aos cidadãos com idade igual ou superior aos 18 anos que não obtenham uma formação necessária para a entrada no mercado de trabalho¹³⁰. Existe igualmente uma formação direcionada para adultos com mais de 18 anos e que não conseguiram terminar o seu ciclo de estudos – Formação Modular. Existem também Cursos de Português para Falantes de Outras Línguas (PFOL) e Cursos de Português para Estrangeiros.

De acordo com o Projeto Educativo estabelecido para o período de 2013/2016, a Escola tem como objetivo desenvolver competências e conhecimentos aos seus alunos que sejam suficientes para uma “integração na sociedade e no mercado de trabalho”¹³¹. Estas ligações pretendem “melhorar o domínio social e ambiental, aceder a mais recursos, possibilitar o trabalho em rede, desenvolver o capital humano e social, promover a inovação organizacional, otimizar a formação e qualificação da comunidade educativa”, por exemplo¹³².

A Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho tem um protocolo com o Instituto de Educação da Universidade de Lisboa para a formação dos licenciados que frequentam o Mestrado em Ensino. Além deste convénio, celebrou no ano letivo de 2016/2017 um outro especialmente destinado à formação e aprofundamento de conteúdos científicos.

¹²⁹ Idem, Oferta Educativa – Ensino Recorrente, [s.d.]. [consult. 2.out.2016]. Disponível em: <http://www.esmavc.org/index.php/oferta-educativa/ensino-recorrente>.

¹³⁰ Idem, Oferta Educativa – Cursos EFA, [s.d.]. [consult. 2. out. 2016]. Disponível em: <http://www.esmavc.org/index.php/oferta-educativa/cursos-efa>.

¹³¹ Idem, *op. cit.*, p. 11.

¹³² Cf. Idem, *ibidem*, pp. 12-13.

2.1. A Patrona: Maria Amália Vaz de Carvalho



Figura 4: Maria Amália Vaz de Carvalho.

Fonte:

http://lh6.ggpht.com/poemas.poetas/SDABI0AqmKI/AAAAAAAAAOI/dcgE_5hJVkk/mariaamliavazdecarvalho6.jpg?imgmax=800.

Maria Amália Vaz de Carvalho nasceu a 1 de fevereiro de 1847. A sua educação foi realizada pela mãe, tendo sido por isso que não frequentou escolas públicas nem privadas. Era descendente de uma família de figuras na área das Letras, armas, política, vida social e cultural. Foi precisamente na área das Letras que se destacou, defendendo a dignificação moral e cultural da figura feminina¹³³.

Consideramo-la uma figura conceituada, como escritora e poetisa, sendo a sua obra diversificada: poesia, novela, biografia, literatura moral, educativa, infantil, investigação histórica, entre muitos outros campos. Também se identificou com as questões sociais e pedagógicas, e com um espírito emancipado, preocupou-se com a educação e como os cidadãos se inseriam na sociedade.

Casou com o poeta António Cândido Gonçalves Crespo, em 1874, ficando viúva no ano de 1883. Desse relacionamento nasceram três filhos – Luís, Maria Cristina e António Cândido.

Foi sócia honorária do Instituto de Coimbra, em 1896, da Oficial Ordem de Santiago, em 1901, e em 1912, juntamente com Carolina Michaëls, a primeira mulher a ser eleita como sócia correspondente da Academia das Ciências de Lisboa da Classe de Letras.

¹³³ Idem, *ibidem*, p. 21.

A ação de Maria Amália foi reconhecida durante o período republicano que, em 1918, na comemoração dos 50 anos da sua atividade, foi homenageada em conferências que deram destaque à sua função educativa¹³⁴.

Conviveu com outras figuras ilustres da literatura portuguesa como Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Camilo Castelo Branco, Guerra Junqueiro, entre outros.

Faleceu em Lisboa, em março de 1921.

¹³⁴ Poemas & Poetas, *Maria Amália Vaz de Carvalho*, 2008. [consult. 7.jun.2016]. Disponível em: <http://poemas-poetas.blogspot.pt/2008/05/maria-amalia-vaz-de-carvalho.html>.

2.2. A Professora Cooperante

O estágio do nosso Mestrado em Ensino de História realizou-se na Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho com a Professora Maria Amélia Vasconcelos, que nos recebeu com entusiasmo e motivação.

A Professora iniciou o seu percurso académico na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, no curso de História, durante quatro anos. O último ano foi concluído na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Mais tarde, concluiu uma Pós-Graduação em Gestão e Administração Escolar no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, assim como uma outra Pós-Graduação no Instituto Nacional de Administração.

É docente da ESMAVC desde 1987, tendo feito parte da Direção. É atualmente a Coordenadora da disciplina de História (Grupo 400) e Coordenadora dos Diretores de Turma.

Desde 2013 que é Professora Cooperante através do acordo estabelecido com a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. A sua longa experiência na área da docência, e não só, tem sido, desde essa data, essencial para a formação de futuros professores através da forma como age em sala de aula, como comunica com os alunos, como planeia as suas aulas de acordo com os anos que leciona, pelo que o seu exemplo é altamente formativo para quem a observa.

Por tudo o que referimos, consideramos ter sido para nós um privilégio a colocação na Escola Maria Amália da qual levaremos para a nossa vida profissional fortes lembranças destes dois anos de estágio que se irão refletir certamente no futuro que desejamos.

3. Caraterização das Turmas

Decidimos ser fundamental incluir neste relatório algumas informações das duas turmas que lecionámos para que o leitor conheça um pouco os grupos estudantis com quem trabalhamos.

3.1. A Turma 11º.LH1¹³⁵

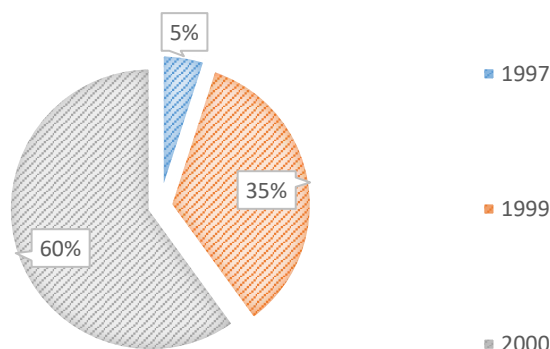


Gráfico 5: Idade dos Alunos.

Fonte: Estatística do Questionário / Própria

O anterior gráfico apresenta os anos em que a maior parte nasceu: em 2000 (precisamente doze alunos, com idades a variar entre os 16/17 anos); sete alunos nasceram em 1999 (entre 17/18 anos); e um aluno nasceu em 1997 (com 19 anos). A média de idade deverá rondar os 17 anos.

Sobre o contexto familiar, treze alunos responderam que vivem com os pais, e no caso de uma aluna, vive em custódia partilhada; seis alunos vivem apenas com a mãe e outros onze (alguns deles incluídos nos números anteriores) vivem com outras pessoas, nomeadamente avó, padrasto e irmão/irmã. Nesse contexto, quinze alunos têm irmãos, os restantes não.

MODO	Nº RESPOSTAS
A pé	3
Automóvel	8
Transportes Públicos	18
Outro	1 (comboio)

Quadro 4: Deslocação de casa-escola e escola-casa.

Fonte: Estatística do Questionário / Própria

¹³⁵ No dia em que realizámos o questionário apenas estavam presentes 20 alunos (a turma tinha 24 alunos).

Sobre o deslocamento de casa-escola e escola-casa, percebemos que a maioria dos alunos utiliza transportes públicos, porém, alguns alunos deslocam-se a pé e/ou de automóvel. Em alguns casos, os alunos demoram mais tempo a fazer o percurso casa-escola por habitarem em zonas fora do centro de Lisboa (Loures, Barreiro, por exemplo) ¹³⁶.

ANO LETIVO	Nº RESPOSTAS
2014/2015	1
2015/2016	16
2016/2017	3

Quadro 5: Ingressos na ESMAVC
Fonte: Estatística do Questionário / Própria

O Quadro 5 indica-nos que a maioria dos alunos entrou na Escola em 2015/2016, o que equivale ao seu 10º. ano. Verificam-se três alunos que ingressaram neste ano letivo, ou seja, 2016/2017, e um em 2014/2015.

Ainda na sequência do Percurso Escolar:

- nove alunos responderam que já repetiram de ano (três no 7º. ano, um no 8º. ano e cinco no 10º. ano).
- onze alunos responderam que nunca repetiram de ano.

Foi questionado se gostavam do ambiente da escola e todos responderam que sim. Qualquer que fosse a resposta dada, tínhamos curiosidade em saber porquê. Todavia, alguns alunos não responderam e das respostas que obtivemos, disseram que o ambiente era bom e amigável e que gostavam de estar ao pé dos colegas e amigos.

Relativamente às Preferências Curriculares, os alunos gostam bastante de Português, Inglês e Educação Física. Porém, alguns referiram que não têm muito interesse por Geografia.

Decidimos colocar a disciplina de História A à parte:

- dezassete alunos responderam que **gostam** de História.
- três alunos responderam que **não gostam**.

¹³⁶ De fazer notar ao leitor que um aluno pode ter respondido mais que uma vez.

Sobre os conteúdos programáticos, a maior parte escreveu que gosta da Segunda Guerra Mundial.

Em relação ao processo de aprendizagem tentámos compreender como os alunos estudam do melhor modo as diversas matérias:

MODO	Nº RESPOSTAS
Sozinho	10
Aulas	7
Explicador	3
Em Grupo	5
Outro	1 (Pai)

Quadro 6: Processo de Aprendizagem.
Fonte: Estatística do Questionário / Própria

A maior parte da turma prefere estudar sozinha, outros conseguem compreender melhor as matérias nas aulas; cinco alunos disseram-nos que é melhor estudar em grupo; três alunos têm explicadores e um estuda com o auxílio do pai.

Para completar a caracterização do 11º.LH1, finalizamos o questionário sobre as Perspetivas de Futuro:

- dezoito alunos responderam que querem ingressar no Ensino Superior.
- dois alunos responderam que não querem prosseguir os estudos.

Quando explicaram o porquê, as razões variam entre objetivos de vida, melhor emprego, melhor futuro, porém, outros não estão interessados ou ainda não pensaram sobre o assunto. Acerca do emprego que gostavam de ter, a maior parte responde que não sabe, enquanto outros referiram Psicologia, Advocacia, Marketing, por exemplo.

3.2. A Turma 12º.LH1¹³⁷

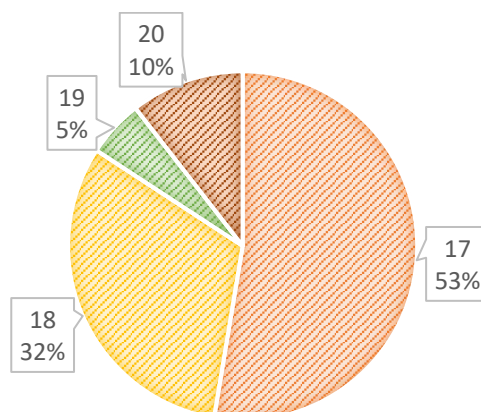


Gráfico 6: Idade dos Alunos.
Fonte: Estatística do Questionário / Própria

Verificamos que a maior parte dos alunos tem 17 anos (precisamente dez alunos); 18 anos (seis alunos); 19 anos (dois alunos); 20 anos (um aluno). A média de idade é de 17,6 da qual arredondamos para 18 anos.

Relativamente ao contexto familiar podemos verificar que apenas oito alunos vivem com pais, sendo que a maioria, onze alunos, vive apenas com a mãe e/ou com irmãos e padrasto. Dos dezanove alunos, quinze têm irmãos, três responderam que não, e um aluno disse que não sabia.

MODO	Nº RESPOSTAS
A pé	9
Automóvel	2
Transportes Públicos	13
Outro	-

Quadro 7: Deslocação casa-escola e escola-casa.
Fonte: Estatística do Questionário / Própria

Percebemos que a maioria dos alunos vai de casa–escola e escola–casa de transportes públicos, porém, alguns desses alunos também responderam que fazem esses percursos a pé e/ou de automóvel. A maioria não demora muito tempo a chegar à escola e a casa, pelo menos cinco alunos demoram mais tempo devido à localização da habitação, como Almada¹³⁸.

¹³⁷ No dia em que realizámos o questionário apenas estavam presentes 19 alunos (a turma tinha 29 alunos).

¹³⁸ De fazer notar ao leitor que um aluno pode ter respondido mais que uma vez.

ANO LETIVO	Nº RESPOSTAS
2011/2012	2
2012/2013	1
2013/2014	4
2014/2015	10
2015/2016	2
2016/2017	-

Quadro 8: Ingressos na ESMAVC.

Fonte: Estatística do Questionário / Própria

A partir dos dados que apresentamos no Quadro 8, ficamos a saber que a maioria dos alunos entrou na ESMAVC em 2014/2015, o que equivale ao seu 10º. ano, porém, temos outros casos de ingressos anteriores a 2014/2015 o que significa que esses mesmos alunos ficaram retidos.

Ainda na sequência do Percurso Escolar:

- oito alunos responderam que já repetiram de ano (oito no 10º. ano e dois no 11º. ano – isto significa que dois alunos ficaram retidos por duas vezes);
- dez alunos responderam que nunca repetiram de ano.

Foi questionado se gostavam do ambiente da escola e todos responderam que sim. Qualquer fosse a resposta dada, tínhamos curiosidade de saber porquê. Todavia, alguns alunos não responderam. Deixamos algumas respostas fornecidas:

“Ambiente diferente e acolhedor”.

“É um ambiente tranquilo, não é costume a existência de desentendimentos [...], a relação com os professores é bastante saudável e amistosa”.

“Porque tem pessoas de diferentes classes sociais e é heterogéneo”.

Em relação às Preferências Curriculares, os alunos têm uma maior preferência por Educação Física, Português e Filosofia, no entanto, pelas respostas obtidas, demonstraram não ter muito interesse pela disciplina de Inglês.

Decidimos colocar a disciplina de História A à parte:

- catorze alunos responderam que **gostam** de História.
- quatro alunos responderam que **não gostam**.
- um aluno não respondeu.

Sobre as matérias mais interessantes responderam: Grécia, guerras e revoluções, pestes, fome e crescimento demográfico.

Para completar a caracterização do 12º.LH1, finalizamos o questionário sobre as Perspetivas de Futuro:

- catorze alunos responderam que querem ingressar no Ensino Superior.
- quatro alunos responderam que não querem.
- um aluno não sabe.

Ao explicarem o porquê, as razões variam entre objetivos de vida, melhor emprego, melhor futuro.

Relativamente aos cursos e profissões que gostariam de frequentar e ter, há uma grande variedade: advocacia, gestão, marketing, psicologia, jornalismo, sociologia, por exemplo.

TERCEIRA PARTE

DIMENSÃO DIDÁTICA E PEDAGÓGICA

1. Observação de aulas: papel formativo

“Se ensinares, ensina ao mesmo tempo a duvidar daquilo que estás a ensinar”.
- José Ortega y Gasset

Tendo em consideração o ciclo de estudos lecionado por nós, e acima de tudo as exigências que afluem em maior dimensão em relação à educação numa sociedade contemporânea, não temos dúvidas que a observação de aulas é um elemento fundamental para a formação de futuros professores, seja qual for a sua área científica. A observação é

“um processo que inclui atenção voluntária e a inteligência, orientado por um objetivo terminal ou organizador e dirigido sobre um objeto para dele recolher informações”¹³⁹.

Observamos o meio educativo, os alunos, o professor cooperante, as suas estratégias e metodologias conforme o conteúdo a lecionar, entre outros aspetos. A observação de aulas é um “desenvolvimento pessoal e profissional de qualquer professor, independentemente do seu nível de conhecimento e experiência”¹⁴⁰.

Existem várias funções de observação sobretudo relacionadas com o desempenho dos professores. São focalizadas e têm efeitos avaliativos. Durante o nosso estágio na ESMAVC, a nossa observação foi descritiva e formativa e teve de um modo geral um carácter naturalista, uma vez que não observamos para avaliar a docente cooperante ou outro colega estagiário¹⁴¹.

O nosso objetivo nas aulas da Professora Cooperante tinham por base a Tabela de Wragg¹⁴², que nos foi fornecida no Seminário de IPP1, na FLUL, com vista em aprender o tipo de discurso específico da disciplina utilizado e a respetiva adequação às características dos alunos, as metodologias de ensino usadas, a gestão do espaço e do

¹³⁹ Cf. Damas, Maria J. e Ketele, J. M. de, *Observar para avaliar*, Coimbra, Livraria Almedina, 1985. Apud Coelho, Teresa, in “A Observação de Práticas de Ensino: Descrever / Refletir / Intervir”, 2011.

¹⁴⁰ Reis, Pedro, *Observação de Aulas e Avaliação do Desempenho Docente*, Ministério da Educação – Conselho Científico para a Avaliação de Professores, Cadernos do CCAP – 2, Lisboa, 2011, p. 12.

¹⁴¹ Dias, Carlos de Melo e Morais, José António, *Interação em Sala de Aula: Observação e Análise*, Revista *Referência*, n.º. 11, Coimbra, 2004, p. 51. – A observação foi “realizada em meio natural por um observador distanciado em relação à realidade observada, descrevendo as circunstâncias das situações ou os comportamentos dos indivíduos”.

¹⁴² Wragg, E.C., *An Introduction to Classroom Observation (Classic Edition)*, London, Routledge Education Classic Editions, 1994, pp. 17-18.

tempo, do grupo turma e do trabalho proposto e desenvolvido, o início e a conclusão da aula, que recursos foram utilizados e para que fins, como questionar os alunos, o próprio relacionamento didático entre docente e alunos, entre outras situações, como afirmou Pedro Reis.

Caraterísticas pessoais	Do professor e da turma; se o professor é agradável ou distante e qual a resposta da turma.
Interação verbal	Diálogo entre professor e turma; utilização de um vocabulário correto e científico.
Interação não-verbal	Movimentos, gestos, expressões faciais.
Atividade	Tarefas dos alunos e do professor.
Gestão	A ação do professor face a comportamento da turma; organização do trabalho (individual ou grupo).
Competências profissionais	Questões; explicações; desenvolvimento de motivação e interesse.
Material didático	Manual escolar; slides, gravações (computador), e.g.
Afetividade	Relações interpessoais.
Dimensão cognitiva	Nível de pensamento, raciocínio e compreensão dos alunos a certas questões e conceitos.
Dimensão sociológica	Papel de cada um; regras; estatuto social.

Quadro 9: Adaptação de tópicos para observação de aulas.

Fonte: E.C. Wragg, 1994.

A partir dos elementos descritos no Quadro 9, realizámos registos escritos por vezes exaustivos ou, em outras ocasiões, somente de alguns acontecimentos que considerámos relevantes para a nossa aprendizagem, assim como fomos apontando o tempo utilizado em cada atividade para que tivéssemos perceção da gestão efetuada pela Professora de forma a cumprir a sua planificação para cada aula.

2. Planificação: um elemento relevante?

“É preciso variar, se não tivermos cuidado a vida torna-se rapidamente previsível, monótona, uma seca”.
- José Saramago

As aulas que em breve comentamos são de ensino secundário. Compreendemos que o nível de ensino se torna mais complexo e exigente, do qual é fundamental aplicar e desenvolver estratégias que consigam dar aos alunos uma melhor compreensão dos acontecimentos.

É igualmente necessário que exista uma evolução dos alunos em História na análise e reflexão de documentos históricos, por exemplo. A interpretação é um aspeto a ter em consideração, um exercício que os ajuda a pensar sobre as problemáticas apresentadas, articulando informações anteriores e atuais para que consigam entender de uma melhor forma o tema em estudo.

Seja qual for a nossa área disciplinar, temos sempre a necessidade de planificar as nossas aulas. Devemos, portanto, ter um bom conhecimento dos programas em vigor de forma a realizarmos uma planificação didática que pode ser a longo, médio ou a curto prazo.

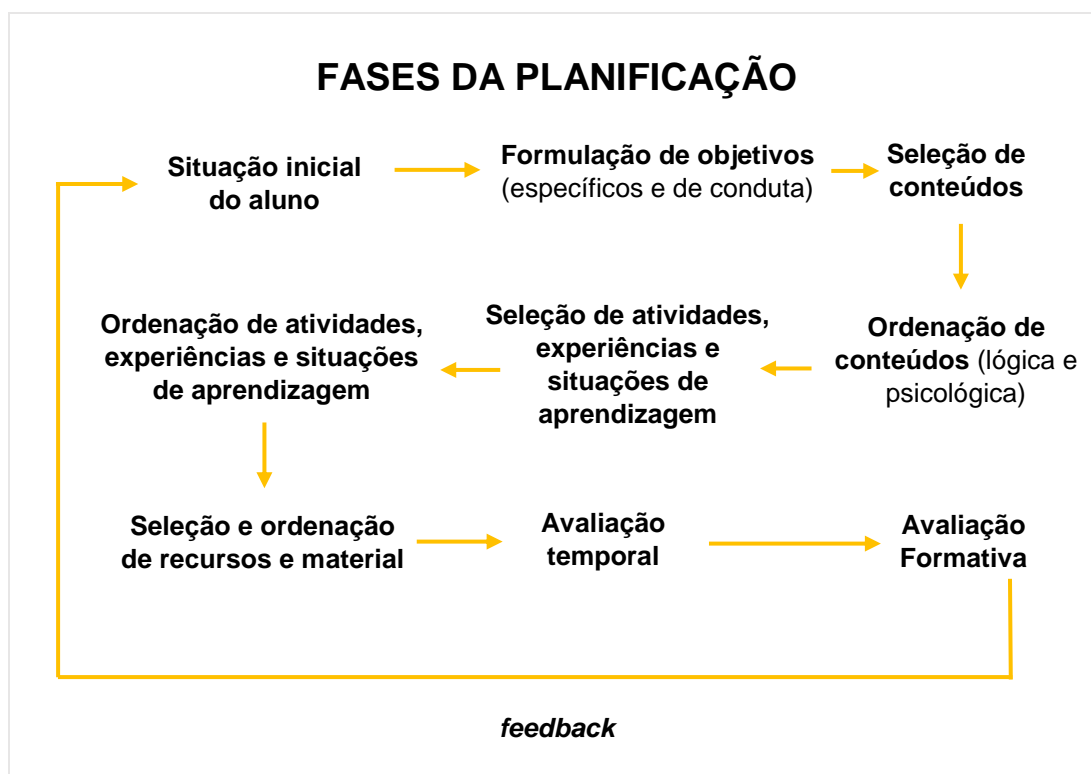


Figura 5: Fases da Planificação (adaptação).
Fonte: Miguel Corrêa Monteiro, *Didáctica da História*, p. 35.

Ao realizarmos uma planificação a curto prazo, por exemplo, temos de saber refletir na escolha e tratamento dos recursos e das atividades a concretizar pelo grupo turma, como afirma Miguel Corrêa Monteiro. Não se consegue, obviamente, seguir de uma forma fixa a planificação, e como diz Maria Cândida Proença, a aula deve acontecer e permitir as alterações que forem necessárias, de forma a conseguirmos trabalhar os conceitos a partir de diversificadas tarefas para que no fim os objetivos específicos sejam concretizados pelos alunos.

Porém, temos de olhar com atenção as características dos nossos alunos para perceber quem são, qual o nível de maturidade, de aprendizagem. É um ponto importante pois nem todos aprendem ao mesmo ritmo, sendo necessário ter especial atenção às suas capacidades. Devemos, enquanto professores, conseguir que os alunos alcancem os objetivos delineados e que tenham uma evolução positiva ao longo da sua formação.

Devemos, neste contexto, realizar uma diagnose, como defende Lino Moreira da Silva, através de apresentação de início de ano, de preenchimento de ficha, teste diagnóstico ou troca de impressões das atividades a realizar naquele ano letivo¹⁴³.

Esse é o ponto de partida para que possamos definir as estratégias e metodologias a usar em cada aula. Vivemos num mundo cada vez mais tecnológico e se queremos preparar o aluno para a sociedade, podemos fazer uso disso e assim permitimos que sejam desenvolvidas as capacidades intelectuais de cada um.

O professor deve igualmente expor que domínios os alunos devem aprender. Jorge Rio Cardoso dá três exemplos¹⁴⁴ que consideramos essenciais:

1. Domínio do **SABER** e do **SABER-FAZER**, ou seja, o que queremos que o aluno compreenda em termos de conteúdo;
2. Domínio da **RELAÇÃO**. [...] tipo de atitude que se considera adequada, quer em relação à disciplina, quer em termos de cidadania presente e futura [...].
3. Domínio da **ORGANIZAÇÃO**. [...] definir ao nível dos processos como o aluno se organiza para enfrentar os desafios [...].

¹⁴³ Cf. Monteiro, Miguel Corrêa, *Didáctica da História*, p. 33.

¹⁴⁴ Cardoso, Jorge Rio, *O Professor do Futuro*, Lisboa, Guerra e Paz, Editores, S.A., 2013, pp. 154-155.

Podemos usar o manual escolar com alguma frequência, nos primeiros anos de experiência, pois é, sem dúvida, um elemento chave para os alunos dos nossos dias. Porém, será um erro cingir-nos apenas ao manual. Um professor de História tem a possibilidade de utilizar inúmeros recursos nas suas aulas e que pode incluir na sua planificação, diversificando as suas aulas e mostrando à sua turma que a História deve ser compreendida através de diversas fontes.

Um dos guias orientadores dos professores estagiários é o Programa em vigor para o ciclo de estudos. A partir daí, temos acesso aos objetivos a serem concretizados ao longo do ano letivo. Bem sabemos que os programas da nossa disciplina são extensos e, talvez por isso, possam dificultar a maior parte dos alunos na compreensão de espaço, de tempo e contextualização (como já comprovamos pelos questionários efetuados às “nossas” turmas).

Felizmente, vivemos num período em que temos liberdade para escolher a forma como o aluno deve alcançar não só os objetivos propostos, mas também os do ensino da História, como já retratámos. É nessa linha de pensamento que o professor António Nogueira Leite afirma que “um docente deve ter a capacidade de mostrar o que é complexo de forma simples”¹⁴⁵.

¹⁴⁵ Idem, *ibidem*, p. 149.

3. Opções de Ensino-Aprendizagem

“Ninguém é tão grande que não possa aprender, nem tão pequeno que não possa ensinar”.
- Esopo (620 – 560 a.C.)

Consideramos fundamental que ao iniciar um novo conteúdo se faça uma contextualização para que os alunos tenham uma melhor compreensão de como os acontecimentos se ligam e da sequência que é seguida. Não houve nenhum assunto em particular que quiséssemos desenvolver dentro do tema escolhido – poderíamos tê-lo feito – mas sim, como referido no início deste relatório, refletir acerca do papel formativo da História e o seu lugar no plano curricular nacional.

Em relação à turma de 12º. ano, procedemos à análise de fontes de origem diversa (documentos escritos, iconográficos e audiovisuais), assim como a concretização de um trabalho de grupo – sobre a Constituição de 1933 – para que, além de desenvolverem “atitudes de curiosidade intelectual, de pesquisa e de problematização”, a turma fosse capaz de “aplicar instrumentos de análise das ciências sociais na construção do conhecimento histórico”, “utilizar corretamente o vocabulário específico da disciplina”, terem a capacidade de “desenvolver hábitos de organização de trabalho [...], utilizando diversos recursos [...], e “sistematizar conhecimentos e apresentá-los [...]”¹⁴⁶.

Em relação à turma de 11º. ano, também procedemos à análise de fontes de natureza diversa e a várias questões para desenvolver nos alunos competências de análise e reflexão sobre o conteúdo estudado, e que reiteramos as citações do parágrafo anterior.

Os objetivos traçados para as aulas não iam apenas num sentido: cumprir o programa. Foi do nosso interesse que a experiência de cada aluno fosse relevante no seu processo de aprendizagem e que cresçam pessoalmente enquanto cidadãos do mundo. É nesse sentido que desejamos que esta disciplina e as opções tomadas sejam essenciais para estes alunos no desenvolvimento de capacidades específicas e fundamentais na formação de um indivíduo que entenda a realidade social e participe na vida coletiva, como afirmou Maria Cândida Proença¹⁴⁷.

¹⁴⁶ Mendes, Clarisse (Coord.), *op. cit.*, p. 6.

¹⁴⁷ Proença, Maria Cândida, *Didáctica da História.*, p. 74.

4. Aulas Lecionadas e Comentadas – 12ºLH1

“O ensino deve ser um modo de fazer sentir aos alunos que aquilo que se lhes ensina é uma dádiva preciosa e não uma amarga obrigação”
- Albert Einstein

Como referido no início deste Relatório, as cinco aulas lecionadas foram divididas entre o 11º. ano (duas aulas) e 12º. ano (três aulas).

Apresentaremos, em primeiro, as aulas lecionadas à turma de 12º. ano que decorreram de 29 de novembro a 5 de dezembro de 2016, estando inseridas no Módulo 7 do programa de História A – “Crises, Embates Ideológicos e Mutações Culturais na primeira metade do século XX”, tendo como unidade didática “O agudizar das tensões políticas e sociais a partir dos anos 30”. O tema desenvolvido foi: “2.5. Portugal: O Estado Novo”, e seguintes subtemas: 2.5.1. O Triunfo das Forças Conservadoras, 2.5.2. Uma Economia Submetida aos Imperativos Políticos: Prioridade à Estabilidade Financeira, 2.5.3. A Defesa da Ruralidade, e 2.5.4. Obras Públicas e Condicionamento Industrial.

4.1. Aula Nº. 1 – Aula Supervisionada

Após o toque de entrada os alunos sentaram-se nos seus respetivos lugares, colocando nas mesas o material necessário para a aula: o caderno diário, estojo e manual escolar. Já conhecíamos a turma do ano letivo anterior, do qual considerámos não haver necessidade de apresentação, e apesar de existirem quatro alunos novos na turma, em aulas anteriores os mesmos compreenderam que os estagiários da UL estariam ali não só para observar as aulas da Professora Cooperante como também para lecionar.

Foi a aula supervisionada pelo Professor Miguel Corrêa Monteiro e apesar de os alunos o conhecerem, foi relevante comunicar à turma que, uma vez mais, contaríamos com a sua companhia.

Antes de iniciar uma aula é sempre bom cumprimentar a turma, perguntar-lhes como estão. Depois é importante que os alunos registem, em todas as aulas, o sumário.

Planificação a curto prazo
29 de novembro de 2016

<p>MESTRANDA: SÍLVIA NOBRE Profª. Cooperante: Mª. Amélia Vasconcelos Ano: 12º Turma: LH1 Hora: 10H00 Sala: A15 Nº Alunos: 29 Faltas: 4</p>	<p>Módulo 7 – CRISES, EMBATES IDEOLÓGICOS E MUTAÇÕES CULTURAIS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX Unidade Didática 2 – O AGUDIZAR DAS TENSÕES POLÍTICAS E SOCIAIS A PARTIR DOS ANOS 30</p> <p>Sumário: Continuação da aula passada: os princípios ideológicos do Estado Novo.</p>
--	--

CONTEÚDOS	OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CONCEITOS	ESTRATÉGIAS E METODOLOGIAS	RECURSOS	AVALIAÇÃO
<p>2. O agudizar das tensões políticas e sociais a partir dos anos 30</p> <p>2.5. Portugal: O Estado Novo</p> <p>2.5.1. O triunfo das forças conservadoras</p> <ul style="list-style-type: none"> – A progressiva adoção do modelo fascista italiano nas instituições e no imaginário político; – Estado autoritário, antidemocrático, antiliberal, antiparlamentar e antipartidário; – Estado nacionalista, tradicionalista e conservador; – Estado doutrinador e enquadramento das massas; 	<ul style="list-style-type: none"> – Compreender o triunfo das forças conservadoras: o Estado Novo. 	<ul style="list-style-type: none"> – Conhecer o período de Salazar como ministro das Finanças e a sua ascensão a Presidente do Conselho de Ministros; – Caracterizar o Estado Novo; – Compreender os princípios do nacionalismo e os valores do tradicionalismo e conservadorismo; – Conhecer os meios de enquadramento de massas; 	<ul style="list-style-type: none"> – <i>Estado Novo</i> – <i>Salazarismo</i> – <i>Nacionalismo</i> – <i>Tradicionalismo</i> – <i>Conservadorismo</i> 	<ul style="list-style-type: none"> → Articulação presente/passado e passado/presente; → Análise de documentos de natureza diversa (iconografias e textos); → Utilização das tecnologias de informação e comunicação (Powerpoint); → Reflexão sobre o documentário “Salazar – O Super-Ministro das Finanças”; → Exposição dialogada com Powerpoint – Salazar como Ministro das Finanças; → <i>Brainstorm</i> acerca das características do Estado Novo; → Explicação de Estado autoritário, antidemocrático, antiliberal, antiparlamentar e antipartidário com recurso a Powerpoint; → Explicação de Estado Nacionalista, Conservador e Tradicionalista com recurso a Powerpoint e Manual Escolar; → Análise da sociedade portuguesa, estado doutrinador e enquadramento de massas com base n’ “A Lição de Salazar” (Manual Escolar e Powerpoint); 	<ul style="list-style-type: none"> – Manual Escolar; – Quadro; – Computador, projetor de vídeo e ecrã; 	<ul style="list-style-type: none"> – Participação oral dos alunos (quantidade e qualidade); – Atitudes, conhecimentos e desempenhos na realização das tarefas propostas; – Registo de informação recolhida numa grelha de observação;

Quadro 10: Planificação a curto prazo – N.º. 1.

O conteúdo sobre o Estado Novo tinha sido iniciado pela Prof^a. Cooperante com uma breve introdução. A turma tinha um TPC, da aula anterior: comentarem um documentário visualizado intitulado “Dr. Oliveira Salazar – O Super-Ministro das Finanças”¹⁴⁸. Foi por aí que iniciámos a aula. Apenas alguns alunos tomaram a iniciativa de participar positivamente.

Utilizando o *Powerpoint* como recurso durante a aula, reviram-se alguns aspetos para consolidar os conhecimentos sobre o desempenho de Salazar no cargo das Finanças, assim como de Óscar Carmona, eleito por plebiscito. Neste contexto, colocámos a seguinte questão: “o que quer dizer plebiscito ou sufrágio direto?”. Contudo, a turma não reagiu, o que pode traduzir falta de conhecimento/estudo ou inibição.

Perguntámos o que entendiam por “Ditadura Financeira” – houve algum silêncio, mas diversos alunos souberam transmitir alguns aspetos importantes como o aumento de impostos e a redução das dívidas.

Revelámos que em pouco tempo Salazar conseguiu equilibrar as contas nacionais, havendo um “milagre financeiro”. Desta forma, perguntámos que reconhecimento Salazar teve após esses resultados positivos – os alunos responderam “Salvador da Pátria”. Visualizaram precisamente um documento icnográfico desse reconhecimento, do qual explicámos o seu significado, como os conceitos salazarismo e Estado Novo.

Figura 6: “Salazar, Salvador da Pátria”.
Fonte: Linhas da História – 12º
Ano / própria.

A turma já tinha estudado as Opções Totalitárias: o fascismo e o

nazismo. Foi nesse sentido que achámos interessante realizar um *brainstorm* – os alunos tinham de pensar duas palavras, pelo menos, que caracterizassem o EN.



¹⁴⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jcVrPKmgET8>.

Decidimos escrever no quadro o que iam dizendo, ficando ali até ao final da aula, servindo de referência caso necessário¹⁴⁹.

Explicámos a posição do Partido Nacional, o partido único permitido em Portugal, e a turma foi participando, percebendo que estávamos perante um regime antidemocrático, anti partidário, antiliberal e antiparlamentar. Realizámos uma relação passado/presente, questionando-os sobre o que atualmente se faz no Parlamento. Esclarecemos que durante o EN não havia Parlamento, pois Salazar considerava que os males vinham daí. No entanto, havia uma Assembleia Nacional que se regia perante as indicações do chefe de Estado, com uma Câmara Corporativa, semelhante ao modelo italiano, que funcionava três meses por ano, meramente com carácter consultivo.

Relativamente à Constituição de 1933, esclareceu-se que foi um documento fundador e legitimador do EN, nas medidas impostas para estabilizar o país em vários campos, havendo assim um Estado com um poder executivo forte.

Uma situação curiosa sobre a Constituição é que foi votada. Questionámos a turma se as mulheres tinham feito parte dos eleitores. A resposta foi rápida e mútua: “não!”. Foi pedido que pensassem nisso, pois adiante falaríamos do papel da mulher.

No momento de caracterizarmos alguns conceitos essenciais do EN, foi pedido que lessem e analisassem um documento do manual (*vide* Anexo 9) e soubessem transmitir quais os valores assentes no nacionalismo – as respostas foram vagas, mas corretas.

Para retratar o tradicionalismo e o conservadorismo usou-se a mesma estratégia de leitura de um documento do manual (*vide* Anexo 9), para referirem as principais ideias, mas as respostas foram igualmente vagas, sem reflexão, mas corretas.

¹⁴⁹ As características fundamentais do regime salazarista não foram explicadas no momento do *brainstrom*, pois voltaríamos a essa parte com exemplos concretos para um melhor entendimento.



Figura 7: Estado Nacionalista.

Fonte: Linhas da História – 12º Ano / própria.

Procedemos à análise do cartaz propagandístico “A Lição de Salazar – Deus, Pátria e Família: A Trilogia da Encucação Nacional”. Consideramos fundamental que se explorem da melhor forma os documentos iconográficos, pois são um recurso significativo no processo de ensino-aprendizagem de História.

Questionou-se o título do cartaz – entenderam que era a lição que se queria ensinar à população, e também se questionou o ano 1938 – os alunos não conseguiram perceber do que tratava, mas depois de uma pequena ajuda chegaram à conclusão que este cartaz, e outros, celebravam os dez anos de Salazar no governo (1928-1938).

A partir de *Powerpoint* fez-se uma focalização dos aspetos essenciais do cartaz para uma melhor aprendizagem: evidenciámos o altar, as flores, as velas e o crucifixo – Deus. Também se evidenciou o castelo e a bandeira – Pátria.



Figura 8: A Lição de Salazar – Pátria.

Fonte: Cf. M. M. R. Remédio, *A Lição de Salazar e a Iconografia do Estado Novo*, p. 157 / Linhas da História – 12º Ano / Própria.

Sobre o papel do pai, os alunos souberam apontar as principais características – chefe de família que chega a casa depois de um dia de trabalho, indo para o conforto do seu lar e recebendo toda a atenção da família. Souberam também referir a atividade principal do cartaz – a agricultura.

Relativamente à figura da mulher, disseram que deveria ficar em casa a cozinhar e cuidar dos seus filhos. Falámos da Obra das Mães pela Educação Nacional, criada em 1936, que surge nesse exato sentido de educar as mulheres como futuras donas de casa e mães através de cursos de puericultura e de educação familiar. Era também essencial que as mulheres tivessem uma certa cultura, caso contrário, e como um aluno evidenciou, não ia de encontro com o salazarismo e poderia educar mal os seus filhos que, mais tarde, seguiriam um caminho diferente.

Foi neste ponto que voltámos à questão colocada anteriormente: do voto feminino. A turma continuou a dizer não, até que lhes explicámos que podiam. Foi feita uma breve relação da nossa história com a inglesa e a americana, em termos de direitos de voto – ambas conseguiram o direito de voto na década de 20 do século XX, mas em Portugal não houve uma conquista, mas sim uma concessão de Salazar, na década de 30. Todavia, essas mulheres eram escolhidas como defensoras da moralização, da educação, da assistência, da defesa da família, procurando, neste contexto, influenciar a restante população feminina. Maria Guardiola foi uma das primeiras deputadas, sendo, igualmente, reitora e docente do Liceu Maria Amália (escola de estágio) e comissária da Mocidade Portuguesa Feminina.

Sobre o papel da menina e do menino, os alunos compreenderam facilmente que deveriam seguir os passos do pai ou da mãe; no caso da menina, questionámos os alunos acerca do significado dos brinquedos – dissera, que serviriam para ajudar a criança nas tarefas domésticas e nos cuidados com os filhos. Acerca do ensino já era sabido que era separado e obrigatório; também sabiam que o ensino era fundamental pela facilidade em influenciar as idades mais novas.

Referimos a reforma de Carneiro Pacheco, em 1936, no ensino: obrigatoriedade de as escolas primárias colocarem um crucifixo em cima do quadro e os retratos do Presidente da República e do Presidente do Conselho de Ministros. Além disso, mencionámos a existência de um livro único permitido para uniformizar o ensino. Levámos um livro da 2^a. classe e um compêndio de História Universal para o 4^o. e 5^o. anos – os alunos gostaram de folhear livros de uma outra época.

Acerca do enquadramento das massas explicámos que houve influências do modelo fascista italiano e que Salazar também criou, em 1936, uma organização paramilitar, a Legião Portuguesa, e outra destinada aos mais novos, a Mocidade Portuguesa. Só em 1937 surgiu a Mocidade Portuguesa Feminina. Referimos à turma quais os objetivos de cada organização, quais os seus deveres e atitudes, assim como as suas referências, ao mesmo tempo que visualizavam documentos iconográficos de época.

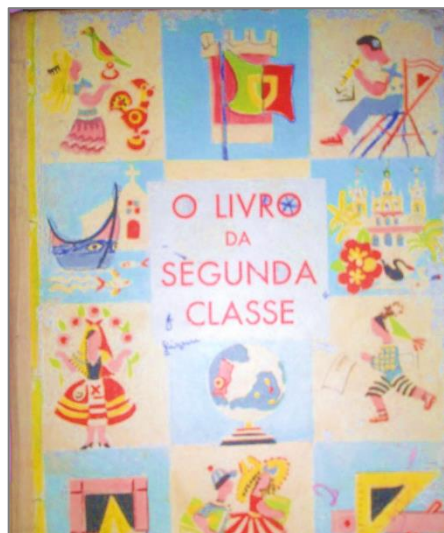


Figura 9: O Livro da Segunda Classe.
Fonte: Arquivo Pessoal de Sílvia Nobre.

Para finalizar os objetivos traçados para esta aula, o último slide visualizado foi uma fotografia da escola Maria Amália, da década de 50. Nesse sentido questionámos se sabiam a história da escola. Responderam que não. Foi pedido que fizessem uma breve pesquisa, em casa, para apresentarem na aula de 5 de dezembro (Aula Nº. 3).

Como faltavam 5 minutos para término da aula, decidimos fazer algumas questões para consolidação de conhecimentos. Entretanto, deu-se o toque e a turma teve autorização para sair da sala de aula.

Planificação a curto prazo
2 de dezembro de 2016

<p>MESTRANDA: SÍLVIA NOBRE Profª. Cooperante: Mª. Amélia Vasconcelos Ano: 12º Ano Turma: LH1 Hora: 10H00 Sala: A15 Nº Alunos: 29 Faltas: 4</p>	<p>Módulo 7 – CRISES, EMBATES IDEOLÓGICOS E MUTAÇÕES CULTURAIS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX Unidade Didática 2 – O AGUDIZAR DAS TENSÕES POLÍTICAS E SOCIAIS A PARTIR DOS ANOS 30</p> <p>Sumário: Continuação da aula anterior. Economia submetida aos imperativos políticos: a estabilidade financeira.</p>
--	--

CONTEÚDOS	OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CONCEITOS	ESTRATÉGIAS E METODOLOGIAS	RECURSOS	AVALIAÇÃO
<p>2. O agudizar das tensões políticas e sociais a partir dos anos 30</p> <p>2.5. Portugal: O Estado Novo</p> <p>2.5.1. O triunfo das forças conservadoras</p> <p>– Estado repressivo;</p> <p>– 2.5.2. Uma economia submetida aos imperativos políticos: prioridade estabilidade financeira</p>	<p>– Compreender o triunfo das forças conservadoras: o Estado Novo.</p> <p>– Compreender a situação económica.</p>	<p>– Conhecer os meios de repressão do regime;</p> <p>– Compreender os objetivos da política económica, quais as medidas e suas consequências;</p>	<p>– <i>Censura</i></p> <p>– <i>Repressão</i></p>	<p>→ Articulação presente/passado e passado/presente;</p> <p>→ Análise de documentos de natureza diversa: (iconografias e textos);</p> <p>→ Utilização das tecnologias de informação e comunicação (powerpoint);</p> <p>→ Breve revisão de conteúdo lecionado na aula passada;</p> <p>→ Exposição dialogada com Powerpoint – estado repressivo, com auxílio dos Docs. 6-8, p. 193;</p> <p>→ Exposição dialogada sobre a política económica aplicada por Salazar recorrendo a docs. iconográficos e escritos (Docs. 10 e 13, p. 197);</p> <p>→ Trabalho de grupo; análise da Constituição de 1933 e realização de ficha de trabalho;</p>	<p>– Manual Escolar;</p> <p>– Quadro;</p> <p>– Computador, projetor de vídeo e ecrã;</p> <p>– Fotocópias (disponibilizadas pela mestranda);</p>	<p>– Participação oral dos alunos (quantidade e qualidade);</p> <p>– Atitudes, conhecimentos e desempenhos na realização das tarefas propostas;</p> <p>– Registo de informação recolhida numa grelha de observação;</p> <p>– Dinâmica de trabalho de grupo;</p>

Quadro 11: Planificação a curto prazo – Nº. 2.

4.2. Aula Nº. 2

Estando os alunos já sentados e preparados para o início da aula, após marcação de faltas e registo do sumário¹⁵⁰, procederam-se às devidas revisões da aula anterior para consolidação de conhecimentos e fazer ligação com os objetivos da presente aula.

Relativamente ao Estado repressivo, retratámos as suas características, a polícia política criada pelo governo e as suas funções em território nacional. Neste contexto, os alunos ficaram a perceber que existiam vários tipos de detenções, não podendo ser ingénuos ao ponto de pensar que neste período as circunstâncias eram serenas e com respeito pelos direitos individuais.

Para compreenderem que a Fortaleza de Peniche não foi exclusiva do EN, sucintamente contámos a sua história e que seria uma ótima visita de estudo pois têm acesso a uma diversidade de informações da vila, dos prisioneiros, das fugas, das regras, o que aconteceu com o 25 de abril de 1974, entre outros aspetos.

Decidimos que seria aliciante colocar pequenos excertos em *Powerpoint* acerca das torturas realizadas na época: estátua, sono e isolamento. Leram também um pequeno texto do manual escolar, um testemunho de Álvaro Cunhal (*vide* Anexo 9). Fizeram breves comentários sobre cada um.

Ainda sobre a prisão de Peniche, os alunos leram um outro excerto acerca do Baluarte Redondo, também conhecido como “O Segredo”, compreendendo que a repressão e censura eram de nível elevado no regime salazarista.

¹⁵⁰ Foram questionados acerca do feriado do 1 de dezembro de 1640 e qual o seu significado – responderam corretamente que tinha sido o dia a Restauração da Independência face ao domínio filipino. Nesse sentido, e como a subunidade didática é propícia a isso, questionámos acerca da importância do ano 1140 – aqui ficaram um pouco confusos e não souberam dizer, só após uma pequena ajuda compreenderam que tinha sido o ano em que Afonso Henriques se autoproclama como o primeiro Rei de Portugal, assinando os documentos dessa forma. A partir daqui foi-lhes explicado que estas duas datas (1140 e 1640) são fundamentais na ideologia salazarista, no sentido em que se valorizava a História portuguesa e os heróis que defenderam a Pátria.

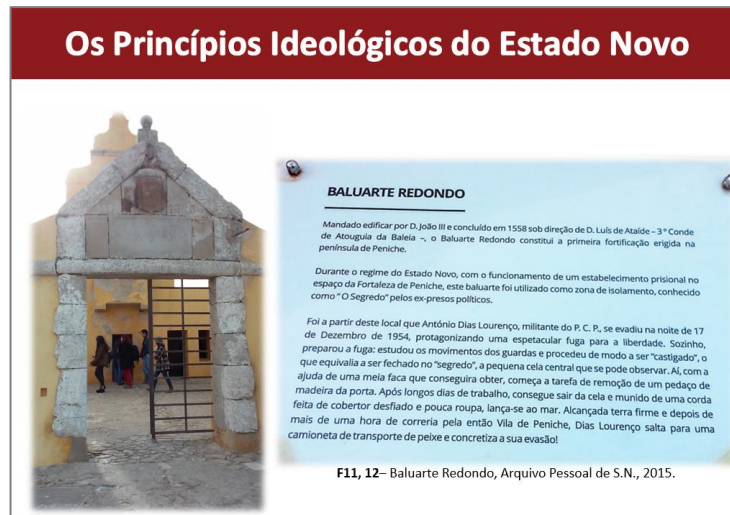


Figura 10: O “Baluarte Redondo”.

Fonte: Fortaleza de Peniche/Arquivo Pessoal de Sílvia Nobre, 2015.

Em relação ao Tarrafal referimos os campos de concentração alemães que eram espaços de internamento, de trabalho forçado e, supostamente, de reabilitação e reeducação, fazendo-se, assim, uma ligação para que a turma compreendesse que esta colónia penal portuguesa era também um espaço de reabilitação dos prisioneiros para não aderirem a outras ideias, mas que na verdade era conhecido como o “campo da morte lenta”. Decidimos, neste contexto, usar outros testemunhos (*vide* Anexo 8B) para uma melhor compreensão dos alunos, que se voluntariaram para ler.

Sobre a censura decidimos falar em várias áreas, demonstrando alguns documentos escritos e iconográficos censurados com o lápis azul (expressão que os alunos não conheciam). Souberam, porém, responder corretamente que o que não estivesse de acordo com os valores implementados pelo regime, era censurado.



Figura 11: Censura na política.

Fonte: www.museudaimprensa.pt / própria.

Decidimos que seria (e é) essencial analisar um documento iconográfico – o cartaz nº. 1, de Raquel Roque Gameiro. Explicámos como devem analisar este e outros cartazes semelhantes, produzidos em 1938. Com as duas gravuras apresentadas no cartaz, uma de menor e outra de maior dimensão, perguntámos à turma se havia alguma intenção para estarem assim apresentadas, ou não, do qual deram respostas convictas. Nesse caso, decidimos revelar que a gravura de maior dimensão era do período salazarista, insistindo com a turma sobre a outra, de que período era e para explicarem a sua intenção –responderam que pertencia ao período republicano e que foi um período de grande instabilidade a vários níveis, havendo um descontrolo no dinheiro (através da ilustração da máquina de emissão de dinheiro). Perceberam que Salazar quis demonstrar, com este cartaz, que foi com ele que a situação financeira e económica se equilibraram, e não durante o período republicano, estando a construir um caminho positivo, acabando com o mal-estar em geral, pois na altura os cofres estavam recheados devido às medidas que aplicou, pela “política de sacrifício”.



Figura 12: A Lição de Salazar, cartaz nº. 1, Raquel Roque Gameiro, 1938.
Fonte: M. M. R. Remédio, *op. cit.*, p. 141 / própria.

Voltámos a mostrar o slide da aula de 28 de novembro, sobre a Ditadura Financeira, pedindo aos alunos que explicassem os aspetos descritos – foram conseguindo dizer corretamente ainda que de forma vaga; lendo, basicamente, o que estava no slide. Para os contextualizar referimos, de forma breve, a situação de Sinel de Cordes na defesa de um novo empréstimo, do qual Salazar achava desnecessário pois Portugal tinha boas condições para superar os problemas.

Os alunos souberam refletir que caso o país estivesse enfraquecido, dificilmente os investidores vinham apostar nas nossas infraestruturas. A partir daqui

ficaram a saber que a Caixa Geral de Depósitos, neste período, era um meio de investimento, uma gestão de fundos públicos. Passou a ser possível recorrer a créditos, para quem podia, pois eram mais baratos e facilitados – alguns alunos souberam justificar esta situação fazendo relação com o que se passa hoje. Também perceberam que o país ao produzir podia exportar mais e importar menos, tentando competir com outros mercados estrangeiros.

Para terminar o conteúdo, mostrámos um esquema e um documento iconográfico denominado “O Moderno Ovo de Colombo” – os alunos não sabiam do que se tratava, apenas perceberam que Colombo era de Cristóvão Colombo. Pedimos a um aluno, e quem mais quisesse participar, para analisar a caricatura – foi muito simples na sua descrição, dizendo que estava Salazar, o Zé Povinho e um ovo que dizia equilíbrio financeiro. Nesse contexto, explicámos que o “ovo de Colombo” tem uma estória, da qual apenas referimos o essencial para perceberem a mensagem¹⁵¹. A turma achou esta situação um pouco descabida. Foi referido que o que realmente interessa é a mensagem a transmitir – por vezes, estamos perante algo que consideramos complicado de resolver, porém, quando obtemos uma ajuda ou nos dizem como fazer, percebemos o quão fácil era.



Figura 13: Estabilidade financeira – o moderno ovo de Colombo.
Fonte: Nova Construção da História – 12º Ano / própria.

Por fim, ainda houve tempo para um trabalho de grupo – explicámos que iriam analisar algumas partes da Constituição de 1933 e que tinham de responder a algumas

¹⁵¹ Em um jantar de corte, Colombo perguntou aos seus companheiros se sabiam colocar um ovo “de pé”, mas acharam que isso era impossível: bastava partir um pouco da base e o ovo ficava “em pé”.

questões. Indicámos os grupos e distribuámos os temas e as fichas de trabalho com algumas diferenças consoante os grupos (*vide* Anexo 11A).

Formaram-se seis grupos: dois de três elementos e os restantes de quatro elementos.

Em relação à ficha de trabalho, tinham de indicar o título que estavam a analisar (alguns não sabiam o que fazer nesta parte), identificar o tipo de documento analisado¹⁵², em que contexto surgiu a Constituição, na terceira questão o objetivo era a leitura, a compreensão do documento e a seleção da informação que consideravam mais relevante para descrever (quase todos foram capazes de responder corretamente, mas de forma incompleta), por fim era pedido que cada grupo refletisse acerca de uma frase retirada dos textos e a comentasse, onde o objetivo era o pensamento reflexivo do aluno e perceber se sabem aplicar os conhecimentos que obtém em aula, se sabem pesquisar a informação do documento e manual num discurso próprio¹⁵³.

Quanto aos Critérios de Classificação, procedemos ao modelo que a Professora Cooperante usa que é o modelo do Exame Nacional.

¹⁵² É preocupante verificar que os alunos não têm noção da diversidade de documentos existente e, neste contexto, auxiliámos todos ao explicar o que é um documento escrito, iconográfico e oral/audiovisual.

¹⁵³ Infelizmente, as respostas eram muito incompletas, com frases “fabricadas”, sem reflexão e uma escrita própria; isto indica, talvez, a falta de capacidade de o fazer, a dificuldade em construir um texto estruturado com ideias bem assentes, o que se torna preocupante pois a Professora Cooperante insistia bastante com a turma neste assunto desde o 11º. ano.

Planificação a curto prazo
5 de dezembro de 2016

<p>MESTRANDA: SÍLVIA NOBRE</p> <p>Profª. Cooperante: M^a. Amélia Vasconcelos</p> <p>Ano: <u>12º Ano</u> Turma: <u>LH1</u></p> <p>Hora: 10H00 Sala: A15</p> <p>Nº Alunos: 29 Faltas: 2</p>	<p>Módulo 7 – CRISES, EMBATES IDEOLÓGICOS E MUTAÇÕES CULTURAIS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX</p> <p>Unidade Didática 2 – O AGUDIZAR DAS TENSÕES POLÍTICAS E SOCIAIS A PARTIR DOS ANOS 30</p> <p>Sumário: A defesa da ruralidade. As obras públicas e o condicionamento industrial.</p>
---	---

CONTEÚDOS	OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CONCEITOS	ESTRATÉGIAS E METODOLOGIAS	RECURSOS	AValiação
<p>2. O agudizar das tensões políticas e sociais a partir dos anos 30</p> <p>2.5. Portugal: O Estado Novo</p> <p>2.5.3. A defesa da ruralidade</p> <p>– 2.5.4. Obras públicas e condicionamento industrial</p>	<p>– Compreender as medidas políticas aplicadas durante o Estado Novo.</p>	<p>– Compreender que medidas foram adotadas na defesa e valorização da ruralidade;</p> <p>– Conhecer e compreender a política das obras públicas e os objetivos do condicionamento industrial.</p>	<p>– <i>Ruralidade</i></p> <p>– <i>Condicionamento industrial</i></p>	<p>→ Articulação presente/passado e passado/presente;</p> <p>→ Análise de documentos de natureza diversa: (iconografias e textos);</p> <p>→ Utilização das tecnologias de informação e comunicação (powerpoint);</p> <p>→ Breve revisão de conteúdo lecionado na aula passada;</p> <p>→ Breve análise a dois cartazes incorporados n’ “A Lição de Salazar” (ruralidades e obras públicas);</p> <p>→ Exposição dialogada com Powerpoint – a defesa da ruralidade com auxílio do Doc. 14, p. 199;</p> <p>→ Explicação da política das obras públicas com recurso a exemplos em Powerpoint e leitura do Doc. 15, p. 201;</p> <p>→ Explanação do condicionamento industrial com análise dos Docs. 16 e 17, p. 202;</p> <p>→ Realização de exercício com base no Doc. 17, p. 202, para entregar;</p> <p>→ Aplicação de questionário (para o relatório final).</p>	<p>– Manual Escolar;</p> <p>– Quadro;</p> <p>– Computador, projetor de vídeo e ecrã;</p>	<p>– Participação oral dos alunos (quantidade e qualidade);</p> <p>– Atitudes, conhecimentos e desempenhos na realização das tarefas propostas;</p> <p>– Registo de informação recolhida numa grelha de observação;</p> <p>– Trabalho a pares (Doc. 14, p. 199);</p> <p>– Exercício (sem recurso ao Manual Escolar);</p>

Quadro 12: Planificação a curto prazo – N.º 3.

4.3. Aula Nº. 3

Em comparação com as aulas anteriores, esta foi a menos conseguida devido a diversas situações. Apesar de a turma ter chegado a horas à sala, colocando à sua disposição o material necessário para a aula, existiram problemas técnicos com o projetor, ficando dois alunos, a nosso pedido, a resolvê-los. Ora, esta situação condicionou praticamente cerca de 20 minutos de aula. Nesse sentido, e para que a restante turma não ficasse a conversar, fomos assertivos e chamamos-lhes à razão para que tenham atenção ao sumário, de forma a começarmos a aula.

O objetivo, em primeiro lugar, foi a realização de revisões e fortalecimento de determinados aspetos da aula passada. Em segundo lugar, antes de iniciar a matéria, marcar um pequeno trabalho (*vide* Anexo 12) para fazerem durante as férias, algo que, no entanto, só foi comunicado na segunda parte da aula¹⁵⁴.

Em terceiro lugar, iniciar o conteúdo com uma análise do cartaz nº. 2 d’”A Lição de Salazar”, por Martins Barata. Como ainda não havia projeção, decidimos passar ao Plano B e pedir aos alunos que abrissem o manual na p. 198. Entretanto os dois alunos conseguiram ligar o projetor e a turma visualizou o documento iconográfico em maior dimensão e nítido. Fomos colocando algumas questões sobre o que observavam e aqueles que participaram souberam, e muito bem, analisar as duas gravuras. No período republicano, pela imagem que Salazar queria dar, não havia interesse nem preocupação em modernizar as estradas, sendo que a atividade agrícola era muito desatualizada, sem nenhum progresso; na gravura de maior dimensão disseram que havia uma estrada bem-feita, existência de eletricidade, as estruturas estavam melhor organizadas. Acrescentámos à reflexão deles a existência de uma fonte de água, o que demonstrava haver uma melhor distribuição, que as estradas foram obras da Junta Autónoma de Estradas, e, com auxílio do pequeno texto, houve um

¹⁵⁴ O objetivo trabalho / tpc era que os alunos a partir do cartaz “A Lição de Salazar – Deus, Pátria e Família: A Trilogia da Educação Nacional” respondessem a quatro questões, tendo por base o manual escolar, a aula nº. 1 e outras referências bibliográficas que considerassem relevantes. Era também objetivo que se preparassem para futuros testes e Exame Nacional ao construir respostas estruturadas e organizadas. Os trabalhos, visíveis em Anexo 12C, foram entregues a tempo (10/01/2017), porém, alguns alunos copiaram integralmente textos da internet, que anulámos, pois consideramos que alunos pré-universitários devem compreender melhor como fazer um trabalho e não copiar e assumir que é de autoria própria. Os alunos não aceitaram e negaram ter cometido esse ato de plágio.

processo de florestação, campos com melhores condições para as plantações de cereais, a base alimentar da população.



Figura 14: A defesa da ruralidade.
Fonte: Linhas da História – 12º Ano / própria.

Relativamente à defesa que Salazar fazia da ruralidade, explicámos alguns aspetos da sua vida – que vinha de uma família de pequenos agricultores, grande em número, conservadora, tradicional que respeitava os valores morais e religiosos. Para o chefe de Estado, a riqueza que a sociedade poderia obter era do cultivo da terra. Neste contexto, também em forma de revisão, falaram-se de alguns aspetos da Aula Nº. 2 –a facilidade do crédito agrícola, a necessidade de se produzir muito internamente para diminuir a dependência face ao estrangeiro, aumentar as exportações e, portanto, atingir a autarcia. Foi assim que relacionámos com a Campanha do Trigo, de 1929, dizendo-lhes que houve influência do modelo fascista italiano, pois Mussolini, em 1925, lançou a Batalha do Trigo no sentido de obter uma autossuficiência na produção de cereais.

Para retratar a Campanha do Trigo considerámos relevante utilizar o documento 14, p. 199 (*vide* Anexo 9) – após respetiva leitura, as respostas dadas (às questões presentes no manual escolar) foram muito simples, não havendo um esforço e reflexão significativo. Em cada uma referimos o que deviam responder – alguns alunos sublinharam, poucos escreveram e os restantes não estavam interessados¹⁵⁵.

¹⁵⁵ Acrescentámos, ao lido, a redução do desemprego rural, o desenvolvido de setores industriais para a produção agrícola, o plano de florestação, entre outros. Nesse sentido, falou-se do processo de colonização interna do qual lembrámos a turma de uma aula do passado ano letivo acerca dos processos migratórios. Os alunos perceberam bem do que se tratava – incentivar as pessoas aos campos para uma maior produção. Quanto às consequências falámos que o excessivo uso dos terrenos levou ao

Com a análise do cartaz nº. 3, da autoria de Raquel Roque Gameiro, (*vide* Anexo 8C), e as questões efetuadas, os alunos mostraram alguma dificuldade em descrever o que observavam. Viram essencialmente na primeira gravura um barco pequeno à vela, assim como os trabalhadores; na segunda, navios, trabalhadores, poluição e estruturas diferentes.

Foi visualizado um vídeo (*vide* Anexo 13B), da nossa autoria, com algumas fotografias de época da construção da Ponte Sobre Tejo – Ponte Salazar, inaugurada em 1966. Os alunos ficaram curiosos com o que viam, com a forma como a ponte foi construída, no entanto, lamentamos que a música de fundo não tenha ocorrido por impossibilidade técnica.¹⁵⁶

Sobre o metropolitano, contámos brevemente a sua história que vem já de finais do séc. XIX e no interesse em construir uma estrutura subterrânea no país, mas algo que só aconteceu efetivamente em 1955 com o início das construções e em 1959 com a sua inauguração – estações de Sete Rios, Rotunda, Entre Campos. Fizemos ligação com a Inglaterra no sentido de os alunos perceberem que esse país teve metro na segunda metade do sec. XIX e nós, portugueses, apenas 100 anos depois, o que demonstra um atraso em relação a esta potência. Para a turma perceber as diferenças de hoje para o “ontem”, mostrámos algumas fotografias da época¹⁵⁷, das quais gostaram bastante.

Em *Powerpoint* também se pôde visualizar o aeroporto da Portela, inaugurado em 1942, com apenas quatro pistas, com o objetivo de Lisboa ser também uma capital de voos transatlânticos (referiu-se que o do Porto foi inaugurado em 1945 e o do Funchal só em 1964).

seu esgotamento, à falta de nutrientes, fazendo aqui uma relação com o conteúdo de Geografia – não havia o pousio, nem o sistema bienal e trienal para que uma parte da terra pudesse recuperar. Ainda assim continuava a haver um atraso no desenvolvimento em relação a outras potências europeias.

¹⁵⁶ Explicámos que esta ponte foi inaugurada por outro Presidente da República – Américo Thomaz, e não Óscar Carmona, dizendo-lhes que durante o Estado Novo existiram três Presidentes: Carmona, Craveiro Lopes e Thomaz, sendo que entre Carmona e Craveiro Lopes temos Salazar como presidente interino. Foi igualmente referido que Salazar não queria ter o seu nome na ponte, mas a insistência do Presidente da República levou a isso mesmo. Este projeto foi conseguido com o auxílio de trabalhadores americanos, existindo cerca de 11 mortes, apesar do governo ter referido poucas.

¹⁵⁷ Cf. *Reportagem fotográfica sobre o Metropolitano de Lisboa, sobre a autoria do Estúdio Horácio Novais* (1930-1980). Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/biblarte/sets/72157623341498971/with/4370417710/>.

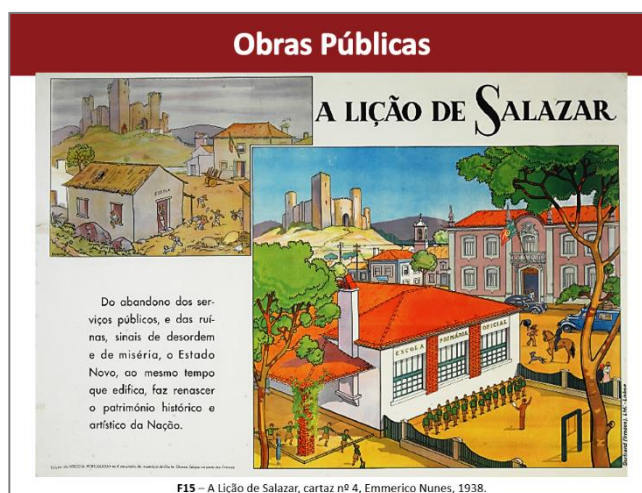
Acerca das barragens e centrais hidroelétricas apenas se deu o exemplo da Barragem de Castelo de Bode, inaugurada em 1951, com o objetivo de fornecer energia a Lisboa, apesar de já existir uma central do Tejo para esse efeito. A turma compreendeu que esta necessidade veio do que já tínhamos falado, ou seja, diminuir a dependência face ao estrangeiro.

Sobre o telefone fizemos uma relação com o que há atualmente. Temos acesso facilitado a tudo a partir do telemóvel que é, para nós, um pequeno computador, também no sentido de perceberem que houve, de facto, uma grande evolução, mas que antes nem todos tinham acesso, só a população com possibilidades. Referimos brevemente como o telefone se desenvolveu no país na década de 80 do séc. XIX com a Edison Bell. Mais tarde, esses direitos foram comprados pela *Anglo Portuguese Telephone*, com o aparecimento das linhas particulares. No entanto, na década de 60 do séc. XX passou a existir uma companhia nacional – Telefones de Lisboa e do Porto.

Acerca da saúde, mostrámos fotografia da Maternidade Alfredo da Costa, inaugurada e aberta ao público em 1932, e do Hospital de Santa Maria, de 1953. Também se falou de desporto, precisamente do Estádio do Jamor, inaugurado a 10 de junho de 1944, com celebrações e presença das Mocidades e com um jogo de futebol.

Em relação à educação, analisámos o cartaz n.º 4, de Emmerico Nunes, a turma soube descrever muito bem as duas gravuras.

Figura 15: A Lição de Salazar, cartaz n.º 4, Emmerico Nunes, 1938.
Fonte: M. M. R. Remédio, *op. cit.*, p. 147.



Na primeira uma cena triste, desorganizada, escola pequena e em mau estado, bandeira sem cor, ruas sujas, crianças indisciplinadas, edifícios degradados; na segunda gravura – eletricidade, transportes, escola primária em bom estado com um ensino de qualidade, respeito ao professor, presença das Mocidades e uma defesa da Pátria e da Cultura. Era esta a imagem que Salazar quis dar à sociedade, de que no

período republicano não havia qualquer tipo de preocupação, só com o Estado Novo é que as coisas, a todos os níveis, melhoram.

Faltava apenas um objetivo para concretizar na aula – o condicionamento industrial¹⁵⁸. A estratégia era utilizar o *Powerpoint* e o manual escolar. Os alunos tinham que ler e procurar na p. 201 do manual escolar os aspetos mais relevantes que explicassem esse condicionamento e dizer em voz alta as suas opiniões, para completar um slide em branco, portanto, uma espécie de “chuva de ideias”. No nosso entender, esta parte final correu menos bem. Talvez por nossa culpa com défice de explicação, talvez pela agitação da turma, provocada pela hora avançada da manhã e a expectativa de não haver aula a seguir. Apesar de tudo, consideramos que das três aulas, esta foi, quanto a nós, a menos conseguida.

¹⁵⁸ Pedimos que, em casa, lessem e analisassem o Documento 15, p. 201, e os Documentos 16 e 17, p. 202 (*vide* Anexo 9).

Planificação a curto prazo
8 de fevereiro de 2017

<p>MESTRANDA: SÍLVIA NOBRE Profª. Cooperante: Mª. Amélia Vasconcelos Ano: <u>11º Ano</u> Turma: <u>LH1</u> Hora: 10H00 Sala: A15 Nº Alunos: 24 Faltas: 3</p>	<p>Módulo 5 – O LIBERALISMO – IDEOLOGIA E REVOLUÇÃO, MODELOS E PRÁTICAS NOS SÉCULOS XVIII E XIX Unidade Didática 4 – A Implantação do Liberalismo em Portugal Sumário: O triunfo da Revolução vintista – 1820. A independência do Brasil.</p>
--	---

CONTEÚDOS	OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CONCEITOS	ESTRATÉGIAS E METODOLOGIAS	RECURSOS	AValiação
<p>4. A Implantação do Liberalismo em Portugal</p> <p>4.2. A Revolução de 1820 e as dificuldades de implantação da ordem liberal (1820-34):</p> <p>4.2.1. O vintismo</p> <ul style="list-style-type: none"> – O triunfo da Revolução vintista – A Constituição de 1822 – Precariedade da legislação vintista de caráter socioeconómico <p>4.2.2. A desagregação do Império Atlântico: a independência do Brasil</p> <ul style="list-style-type: none"> – A caminho da separação 	<ul style="list-style-type: none"> – Compreender o vintismo. 	<ul style="list-style-type: none"> – Compreender como se sucedeu a Revolução de 1820; – Conhecer os objetivos da Constituição de 1822; – Refletir acerca das medidas tomadas pelos vintistas; – Refletir acerca da independência do Brasil; 	<ul style="list-style-type: none"> – <i>Liberalismo</i> – <i>Vintismo</i> – <i>Constituição</i> 	<ul style="list-style-type: none"> → Articulação presente/passado e passado/presente; → Análise de documentos de natureza diversa (iconografias, textos e vídeos); → Revisões do conteúdo anterior; → Diálogo com a turma sobre a Revolução de 1820 com visionamento de vídeo “A Revolução Liberal de 1820”; → Leitura e análise dos Docs. 8B/C, pp. 78-80 – resolução de exercícios, p. 81; → Leitura e análise do Doc. 9B e resolução de exercício, p. 81; → Explicação dos objetivos da Constituição de 1822: contextualização e análise – Doc. 11, pp. 82-83; com visualização de vídeo “A Efémere Constituição Liberal”; → Breve introdução às medidas legislativas; → Diálogo com a turma sobre a independência do Brasil; 	<ul style="list-style-type: none"> – Manual Escolar; – Quadro; – Computador, projetor de vídeo e ecrã; 	<ul style="list-style-type: none"> – Participação oral dos alunos (quantidade e qualidade); – Atitudes, conhecimentos e desempenhos na realização das tarefas propostas; – Registo de informação recolhida numa grelha de observação;

Quadro 13: Planificação a curto prazo – N.º. 4.

5. Aulas Lecionadas e Comentadas – 11ºLH1

“Education is not a process of putting the learner under control, but putting the student in control of his or her learning”
- Alison Preece

Apresentamos agora as aulas lecionadas à turma de 11.º ano que decorreram a 8 e 9 de fevereiro de 2017, estando inseridas no Módulo 5 do programa de História A – “O Liberalismo – Ideologia e Revolução, modelos e práticas os séculos XVIII e XIX”, tendo como unidade didática “A implantação do Liberalismo em Portugal”. O tema desenvolvido foi: “4.2. A Revolução de 1820 e as dificuldades de implantação da ordem liberal (1820-1834)”, e seguintes subtemas: 4.2.1. O vintismo, 4.2.2. A desagregação do Império Atlântico: a independência do Brasil, e 4.2.3. A resistência ao liberalismo.

5.1. Aula Nº. 4

Após o toque de entrada, já estávamos prontas para receber a turma que entrou de forma calma. Apesar de os alunos já conhecerem os professores estagiários, foi feita uma pequena apresentação, informando-os que nos dias 8 e 9 de fevereiro, as aulas seriam lecionadas por nós.

Uma situação relevante a mencionar, antes do comentário sobre a aula, foi o facto da Professora Cooperante ter sugerido que nas cinco aulas lecionadas, uma não poderia ter recurso a *Powerpoint*. Todos concordámos com o proposto e cumprimos. Consideramos que o Professor deve estar preparado em termos de interiorização de conteúdos para não perder o controle da aula se falhar eventualmente algum recurso.

Pensamos que em muitos casos pode haver um “abuso” no uso do *Powerpoint*, pois alguns slides são apresentados com muito texto, sem interesse e lidos pelo docente. Consideramos que existem desvantagens e vantagens na utilização deste recurso. Pode ajudar-nos, em certas ocasiões, a tornar as aulas mais interessantes ao apresentar esquemas, iconografias de época, por exemplo

A aula propriamente dita teve início com a visualização de um pequeno vídeo sobre a Revolução Liberal (*vide* Anexo 13C). Para uma melhor exploração do mesmo,

considerámos pertinente fazer algumas paragens para compreender a sequência de acontecimentos sobre o conteúdo por parte da turma e, claro, explicá-las de uma forma acessível para não existirem momentos confusos.

A visualização deste vídeo serviu para dialogar acerca das consequências das invasões francesas no nosso país, no sentido de a turma compreender as principais perdas e consequentes dificuldades existentes na altura, assim como a perda do comércio brasileiro e respetivos lucros.

Foi neste seguimento que se deu a difusão de ideais liberais, com o objetivo de promover a salvação da independência da Pátria. A partir do vídeo, reforçou-se esta ideia de defender a Nação contra o ambiente desenvolvido desde a saída da corte para o Brasil até 1817, ano em que surgiu uma conspiração para expulsar os ingleses, sobretudo da chefia do exército, e salvar Portugal do domínio britânico sobretudo a nível económico. Essa revolta foi liderada pelo general Gomes Freire de Andrade, que pagaria com a própria vida a sua ação. Mais tarde, em 1818, foi organizada uma sociedade secreta conhecida como Sinédrio, liderada por Manuel Fernandes Tomás, com o mesmo objetivo.

Clarificámos aos alunos que em 1820 existiram movimentos determinantes para a difusão dos ideais liberais em Portugal e, mais tarde, a sua implantação. Porém, alguns alunos não estavam a perceber a ligação das invasões francesas com as revoluções liberais, perguntando diretamente o que é que uma coisa tinha a ver com a outra. Ora, estas dúvidas deixaram-nos preocupadas pois os alunos evidenciavam não saber relacionar nem perceber a cronologia que estava a ser estudada, havendo, claramente, uma confusão entre espaço e tempo¹⁵⁹, o que acontece muito nestas idades e também por defeito dos módulos curriculares.

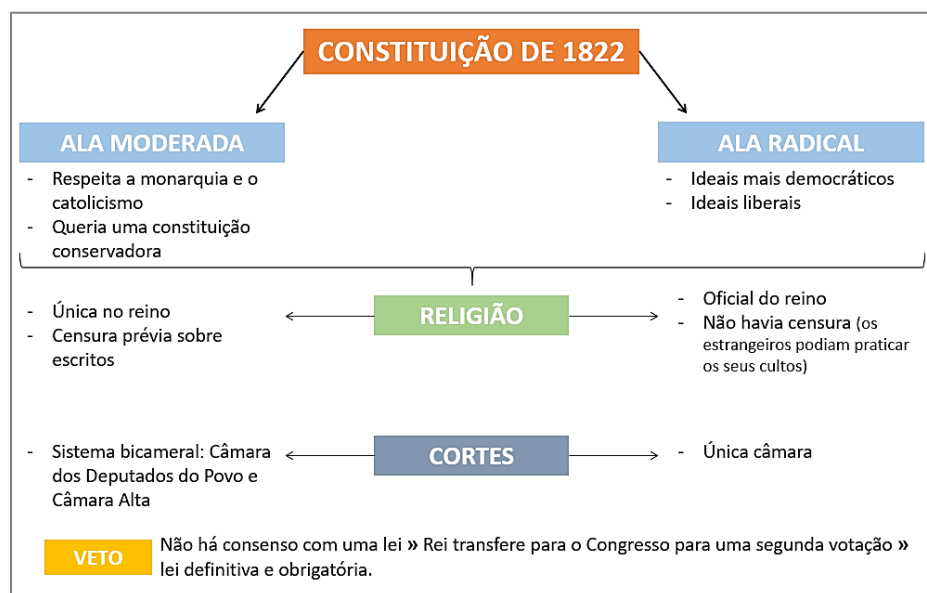
Para um melhor entendimento do pronunciamento militar (*vide* Anexo 10), pedimos que lessem um documento do manual e alguns alunos participaram bastante

¹⁵⁹ Fomos fazendo várias questões básicas acerca das invasões francesas: qual era o objetivo de Napoleão com o Bloqueio Continental?, qual a posição de Portugal perante os sucessivos avisos?, quantas invasões existiram?, em que anos?, chefiadas por quem?, por exemplo. Neste segmento, voltámos ao início da aula: qual foi o efeito dessas invasões em Portugal? A partir daí, tentámos que a turma fizesse ligação com esses efeitos negativos e a difusão do liberalismo no nosso país a partir das conspirações e das revoluções de 1820. Desta forma, para os alunos perceberem que estas revoluções não surgiram do nada, contextualizámos o nosso momento histórico com a situação espanhola: das ideias liberais difundidas no sul de Espanha que levaram o monarca Fernando VII a ceder o poder e a jurar a Constituição de Cádiz de 1812. Tudo isto influenciou o encadeamento de acontecimentos em Portugal, levando, efetivamente, a um pronunciamento militar em agosto de 1820.

na sua exploração. Em seguida, procedeu-se a uma nova leitura: *O Manifesto dos Portugueses* (vide Anexo 10). Compreenderam claramente o objetivo do manifesto: dar um novo rumo ao país através da redação de uma Constituição, sendo a melhor solução para a resolução dos problemas graves existentes.

Decidimos utilizar outro vídeo, sobre a Constituição de 1822, com explicação do Professor Doutor Fernando Rosas, do qual foi pedido à turma que tirassem apontamentos acerca do que considerassem mais relevante. Nem todos o fizeram, o que poderá demonstrar várias situações, no nosso entendimento: desinteresse na aula e conteúdo, falta de hábitos de estudo e preguiça intelectual. Depois da sua visualização, interrogámos a turma: em que períodos esteve vigente?, quais as suas influências?, quais os principais objetivos? Relacionámos o vídeo com um documento do manual escolar em uso (vide Anexo 10).

Figura 16: Esquema da Constituição de 1822.
Fonte: Autoria própria.



A partir da análise, os alunos visualizaram um simples esquema para compreenderem – através de diálogo professora/turma – que também existiram diferenças dentro dos próprios ideais liberais: a ala moderada e a ala radical. O esquema serviu também para explicar o conceito de veto, para o qual a maioria desconhecia.

Mais à frente falámos de outras medidas aplicadas pela legislação vintista e do objetivo de eliminar as estruturas do Antigo Regime para implementar estruturas liberais e referimos que mais tarde os discentes iriam compreender melhor esta posição quando estudassem a legislação de Mouzinho da Silveira.

Concluída esta parte do conteúdo, falámos da independência do Brasil. Decidimos seguir o manual escolar, por ser o livro de referência dos alunos. Contudo, temos consciência de que esta escolha foi “arriscada” devido à cronologia, ou seja, a sequência da aula foi no sentido de fazer compreender aos alunos os efeitos causados pelas invasões napoleónicas, as revoluções liberais e a Constituição de 1822. Após essa parte, retratámos a independência do Brasil. Este facto significa que recuámos na cronologia, ainda antes das revoluções e da Constituição para explicar como se deu este acontecimento.

Assim sendo, foi realizada uma breve reflexão acerca do que foi falado no início da aula e nesse sentido, os alunos claramente compreenderam que o Brasil deixou, neste instante, de ser uma colónia portuguesa, passando a ter um outro estatuto, na linha do que foi iniciado pelo regente e futuro rei D. João VI, ao declarar o Brasil um reino unido a Portugal. Para ajudar neste raciocínio, procedeu-se à leitura de um outro documento do manual: *A elevação do Brasil a reino (1815)* (vide Anexo 10).

Em seguida, projetámos um último vídeo: “A Independência do Brasil” (vide Anexo 13E). A partir do mesmo, foram repetidas algumas informações já faladas como o regresso da corte a Portugal (em 1821), devido à Revolução Liberal de 1820, e à atitude do rei ao responsabilizar D. Pedro pela governação do Brasil. Procedemos a nova leitura de outro documento do manual (vide Anexo 10): *Decretos das Cortes Constituintes*, para que a turma conhecesse os desígnios das Cortes em relação a D. Pedro e ao Brasil.



Figura 17: A Independência do Brasil.
Fonte: Escola Virtual.

Em setembro de 1822 deu-se o famoso “Grito do Ipiranga” que provocaria todo um conjunto de acontecimentos que culminaram com a independência do Brasil. Esta

situação foi apenas reconhecida por Portugal em 1825, com auxílio da Inglaterra. Foi igualmente referido que a separação dos dois países foi um golpe para os vintistas e que colocou em causa os interesses industriais e comerciais de Portugal e, consequentemente, a sua recuperação financeira, aliada à enorme instabilidade social.

Perto de terminar a aula, perguntámos se existiam dúvidas. A resposta foi unânime – não. Nesse sentido, autorizámos a saída dos alunos para o seu intervalo.

<p>MESTRANDA: SÍLVIA NOBRE</p> <p>Profª. Cooperante: M^a. Amélia Vasconcelos</p> <p>Ano: <u>11º Ano</u> Turma: <u>LH1</u></p> <p>Hora: 11H45 Sala: C1</p> <p>Nº Alunos: 24 Faltas: 1</p>	<p>Módulo 5 – O LIBERALISMO – IDEOLOGIA E REVOLUÇÃO, MODELOS E PRÁTICAS NOS SÉCULOS XVIII E XIX</p> <p>Unidade Didática 4 – A Implantação do Liberalismo em Portugal</p> <p>Subunidade Didática – 4.2. A Revolução de 1820 e as dificuldades de implantação da ordem liberal (1820-1834)</p> <p><u>Sumário:</u> Continuação do sumário da aula anterior. A resistência ao liberalismo.</p>
--	---

CONTEÚDOS	OBJETIVO GERAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CONCEITOS	ESTRATÉGIAS E METODOLOGIAS	RECURSOS	AValiação
<p>4. A Implantação do Liberalismo em Portugal</p> <p>4.2. A Revolução de 1820 e as dificuldades de implantação da ordem liberal (1820-34):</p> <p>4.2.2. A desagregação do Império Atlântico: a independência do Brasil</p> <ul style="list-style-type: none"> – A atuação das Cortes Constituintes <p>4.2.3. A resistência ao liberalismo</p> <ul style="list-style-type: none"> – A conjuntura externa e a oposição absolutista – A Carta Constitucional (...) – A guerra civil 	<ul style="list-style-type: none"> – Compreender a independência do Brasil e a resistência ao liberalismo. 	<ul style="list-style-type: none"> – Reflexão sobre a independência do Brasil; – Conhecer o plano da posição absolutista; – Analisar a Carta Constitucional e a sua importância no legado liberal; – Conhecer e relacionar os aspetos que originam a guerra civil (1832-34); 	<ul style="list-style-type: none"> – <i>Liberalismo</i> – <i>Constituição</i> 	<ul style="list-style-type: none"> → Articulação presente/passado e passado/presente; → Análise de documentos de natureza diversa (iconografias, textos e vídeos); → Utilização das tecnologias de informação e comunicação (Powerpoint); → Revisões do conteúdo anterior; → Leitura e análise dos Doc. 15A, p. 86 – resolução de exercícios, p. 88; → Leitura e análise do Doc. 18C, p. 88 – resolução de exercícios, p. 88; → Compreender a posição absolutista face ao liberalismo – discussão alunos-professora estagiária, com visionamento de vídeo “O regresso à monarquia liberal”; → Análise da Carta Constitucional com visualização de vídeo “A Resposta Conservadora”; → Exposição sobre os acontecimentos que deram origem à guerra civil (1832-34); → Marcação de TPC; 	<ul style="list-style-type: none"> – Manual Escolar; – Quadro; – Computador, projetor de vídeo e ecrã; 	<ul style="list-style-type: none"> – Participação oral dos alunos (quantidade e qualidade); – Atitudes, conhecimentos e desempenhos na realização das tarefas propostas; – Registo de informação recolhida numa grelha de observação;

Quadro 14: Planificação a curto prazo – N.º. 5.

5.2. Aula Nº. 5

A aula teve início com a entrada calma dos alunos que foram ocupando os respetivos lugares. Foi feita a chamada e a marcação das faltas, tanto de presença como de material, algo que também realizámos na aula anterior.

Ditámos o sumário e iniciámos a aula propriamente dita. Começámos por fazer uma breve revisão do conteúdo da aula passada para fazer a ligação com os objetivos traçados para esta aula.

Fizemos uso de *Powerpoint* e foi a partir daí que revimos as consequências das invasões napoleónicas em Portugal, a ida da Corte real para o Brasil, bem como o desenvolvimento realizado no novo mundo, a Constituição de 1822, assim como as causas da independência brasileira, em 1822. Nesta linha de pensamento, explicámos aos alunos, através de uma barra cronológica que apesar do programa da disciplina estar dividido por etapas para uma melhor compreensão, devemos ter sempre atenção ao espaço e tempo para que termos consciência de acontecimentos que se dão ao mesmo tempo, mas em espaços distintos, como foi o caso da independência brasileira e a implantação da Constituição Vintista.

Relembrámos igualmente à turma que D. João VI decidiu regressar a Portugal, mas não tendo vindo sozinho. Trouxe a sua família, deixando apenas o seu filho mais velho, D. Pedro (o futuro Pedro IV de Portugal e I do Brasil) a governar a Colónia. Com essa vinda, nem todos os membros da família real estavam satisfeitos com o regime liberal, nomeadamente a Rainha D. Carlota Joaquina e o infante D. Miguel, facto que teria como consequência o exílio da Rainha para a Quinta do Ramalhão.

Com o recurso ao *Powerpoint*, mostrámos dois quadros cronológicos com as principais datas e acontecimentos deste movimento antiliberal, protagonizado pela Rainha e pelo seu filho mais novo.



Figura 18 e 19: Quadros cronológicos – resistência e contrarrevolução absolutista.

Fonte: Escola Virtual / própria.

De 1820 a 1834 a implantação do liberalismo foi complicada devido aos vários movimentos contrários. Desta forma, achámos pertinente relembrar à turma o conceito de absolutismo monárquico. Os alunos souberam responder, ainda que de forma simples, que o rei tinha todos os poderes.

Explicámos que os movimentos antiliberais de D. Miguel e D. Carlota Joaquina sofreram influência política do que se passava em Espanha, nomeadamente com o rei Fernando VII, irmão da rainha consorte que, renegando o seu compromisso, restaurou o absolutismo e perseguiu os liberais.

Para uma melhor compreensão de dois momentos fundamentais neste processo, pedimos voluntários para leitura de dois documentos presentes no manual (*vide* Anexo 10): *A Vila-Francada* e *A Abrilada*. Após a leitura, questionámos sobre o que foi a Vila-Francada e a sua importância – os alunos foram respondendo vagamente e sem grande entusiasmo. Sobre a Abrilada, perguntámos, com base no documento, o que a turma tinha entendido. Responderam com exatas situações do documento, não havendo uma reflexão e explicação por palavras próprias.

Com o falecimento de D. João VI, perguntámos quem deveria ser o rei – responderam D. Miguel e D. Pedro. Explicámos então que era D. Pedro, mas que houve um período de regência atribuída à Infanta D. Isabel o que, no entanto, causou um momento controverso pois os miguelistas acusaram os liberais de tentarem ficar no poder. Nesse instante, a Infanta reconheceu D. Pedro como o legítimo rei, mas estando no Brasil, as suas ações são de fácil compreensão: outorgou uma Carta Constitucional ao país e abdicou do seu poder em favor da sua pequena filha, Maria da Glória.

Fomos fazendo referências a esta situação com o intuito de colocar os alunos a pensar: uma criança de 7 anos não pode governar! A solução foi combinar um casamento entre a menina e o seu tio, D. Miguel! A turma não achou próprio este momento, mas do qual lhes foi explicado que antigamente era assim para que a geração e herança ficasse na família.

Entretanto, visualizaram mais um vídeo, sobre a Carta de 1826 (*vide* Anexo 13F), pelas palavras de Fernando Rosas. Foi pedido que apontassem nos cadernos os aspetos mais importantes e sublinhassem no manual, para fazermos, ainda que de forma breve, uma comparação com a Constituição de 1822. Admitimos que não foi um momento conseguido como esperávamos porque a passividade de maior parte da turma provou o que referimos anteriormente, na linha do que já ocorrido nas aulas que observámos da Professora Cooperante.

Seguidamente, fomos dialogando sobre a ação de D. Miguel e as suas medidas repressivas que alertaram D. Pedro para o perigo da herança da filha e do país. O não cumprimento do irmão, e a situação política muito complicada no Brasil, levaram D. Pedro a abdicar do poder em favor do filho, Pedro de Alcântara, e apoiar os liberais,

tendo seguido para a Ilha Terceira, nos Açores. Assim se iniciou um período de guerra civil entre dois irmãos pela governação de Portugal.



Figura 20: A Carta Constitucional de 1826 explicada pelo Professor Doutor Fernando Rosas.
Fonte: <https://www.publico.pt/40-anos-da-constituicao/o-que-mudou>.

Demos a conhecer o significado da Avenida 24 de julho e o que se seguiu ao fim da guerra: a Convenção de Évora-Monte. Além disso, considerámos importante questionar a turma acerca da Lei Sálica, conceito que os alunos desconheciam. Referimos a situação vivida em Espanha com a morte de Fernando VII, e a sucessão ao trono por Isabel (II), de apenas três anos, que gerou controvérsia entre os carlistas (apoiantes de D. Carlos, irmão de D. Fernando e D. Carlota Joaquina). Foi nesse sentido que se assinou, em 1834, o Tratado da Quádrupla Aliança (entre Inglaterra, França, Espanha e Portugal) para acabar com os conflitos e salvaguardar os tronos das respetivas herdeiras.

Perto do final da aula, passámos alguns slides dos respetivos reis portugueses e como o regime monárquico estava quase no fim, fazendo assim ligação com a matéria que iria ser lecionada pelos mestrandos de 1º. ano e a Professora Cooperante.

Com o toque para sair, a aula terminou pacificamente.

Pensamos, à laia de conclusão, que cumprimos os objetivos que traçámos para o 11º. ano. Tivemos consciência da importância do estudo científico apurado na linha do que aprendemos no seminário de IPP.

6. Avaliação

“Sempre chega a hora em que descobrimos que sabíamos muito mais do que antes julgávamos”
- José Saramago

Uma outra dimensão com que não podemos descurar é a avaliação que tem uma conotação elevada nas aprendizagens dos alunos. Com a leitura do DL 139/2012 conseguimos ter uma noção mais específica de cada uma das modalidades: a diagnóstica, a formativa e a sumativa.

A avaliação que se deve realizar em sala de aula é a formativa, na nossa opinião. O DL refere que essa modalidade tem um “caráter contínuo e sistemático, recorre a uma variedade de instrumentos de recolha de informação adequados à diversidade da aprendizagem [...] permitindo ao professor, ao aluno [...] obter informação sobre o desenvolvimento da aprendizagem, com vista ao ajustamento de processos e estratégias”.

Todavia, consideramos relevante a avaliação sumativa que é um instrumento de “formação de juízo global sobre a aprendizagem realizada pelos alunos”. Mas nem sempre uma ficha de avaliação traduz o verdadeiro conhecimento do aluno – seja por falta de estudo e/ou interesse ou outros fatores externos à escola. Nesse sentido, o professor dispõe de inúmeros recursos que pode utilizar, consoante as características dos alunos, para avaliar de uma forma satisfatória, compreendo, deste modo, se a aprendizagem foi significativa.

Nas aulas que lecionámos, usámos uma grelha de observação adaptada por nós com diversos parâmetros (*vide* Anexo 14). Sabemos atempadamente que não é possível avaliar todos os alunos numa só aula, mas temos uma noção dos alunos que participaram mais e que de facto se esforçaram nas tarefas propostas, por exemplo. Além disso, como foi referido, realizámos dois trabalhos com a turma de 12º. ano e a pedido da Professora Cooperante formulámos duas questões para fichas de avaliação sumativas, na mesma turma, o que, no entanto, não nos foi possível corrigir.

GRUPO I

Documento 1

O Édito de Caracala

O imperador Marco Aurélio Antonino Severo proclama [...].

Dou a todos os que habitam o Império o direito de cidade romana com exceção dos deditícios¹. Determino que a multidão partilhe não somente das obrigações que pesam sobre todos nós² mas também das nossas vitórias. E o presente édito aumentará a majestade do povo romano: é benéfico que outros possam ser admitidos à mesma dignidade que os romanos beneficiam desde sempre [...].

Excerto do *Édito de Caracala*, segundo texto de Papiro de Gilssen

¹ Pessoas em estatuto jurídico inferior, equiparados aos vencidos privados de direitos.

² Refere-se aos tributos que pesavam exclusivamente sobre os cidadãos, por exemplo o imposto de 5% sobre as heranças.

Para responder ao item 1, selecione a opção correta.

Escreva, na folha de respostas, o número do item e a letra que identifica a opção escolhida.

1. O imperador Marco Severo, através do Édito de Caracala, concedeu
 - A) riqueza igual para todos os romanos.
 - B) a cidadania romana a todos os habitantes do Império.
 - C) recompensas a todos os romanos.
 - D) a cidadania romana aos habitantes do Império, exceto a pessoas com estatuto jurídico inferior.
2. Associe a cada conceito referido na coluna A, a definição referida na coluna B. Escreva na folha de resposta as letras e os números correspondentes.

Coluna A	Coluna B
a) Império b) Urbe c) Fórum d) Aculturação	<ol style="list-style-type: none">1. Termo usado para designar uma cidade ou recinto urbano, geralmente rodeado de muralhas, que se diferenciava do seu território ou distrito rural.2. Estado construído por vários territórios, um dos quais exerce o domínio político e a exploração económica sobre os outros.3. Processo de adaptação de um grupo ou povo a uma cultura diferente da sua.4. Centro administrativo e religioso de uma cidade romana, constituído por uma área destinada a reuniões ao ar livre, rodeada de edifícios e colunatas.

Figura 21: Teste 12º.LH1 – 4 de novembro de 2016.

Fonte: Mestrandos / Professora Cooperante.

GRUPO II

Documento 1

Manifesto da Nação Portuguesa aos Soberanos e Povos da Europa da Junta Provisional do Governo Supremo da Nação (15 de dezembro de 1820)

Toda a Europa sabe as extraordinárias circunstâncias que, no ano de 1807, forçaram o Senhor D. João VI, então Príncipe Regente de Portugal, a passar com a Sua Real Família aos seus domínios transatlânticos [...]

A ruína da sua povoação, começada pela emigração dos habitantes, que seguiram o seu Príncipe, [...] aumentou-se pelas duas funestas invasões de 1809 e 1810, e pelas perdas inevitáveis de uma dilatada e porfiosa guerra de sete anos. [...]

Em meio de tantas desgraças, que [...] oprimiram os Portugueses em progressivo crescimento, ainda de vez em quando se avivava em seus corações algum lume de esperança de que o Rei viria ao meio deles ouvir suas queixas, e dar o possível remédio a males tão rezados e opressivos. [...] Ela, porém, foi-se desvanecendo pouco a pouco [...].

Nem a força das armas, nem os hábitos inveterados, nem o decurso dos tempos podem jamais despojar a Nação da faculdade, e invariável direito, que sempre conserva de, [...] melhorar a forma do seu Governo, de prescrever-lhe justos limites e de fazê-lo útil aos governados. A própria Nação inteira, se em massa pudesse exercitar os poderes do Governo, não os teria ilimitados [...]. Eis aqui, pois, os verdadeiros princípios que dirigiram os Portugueses [...] para darem a esse Trono as bases sólidas da Justiça e da Lei [...].

Foram esses os votos de todos os Portugueses, quando proclamaram a necessidade de uma Constituição, de uma Lei fundamental, que regulasse os limites do Poder e da Obediência, que afiançasse para o futuro os direitos e a felicidade do Povo.

1. Partindo da análise do Documentos 1, identifique três fatores que justifiquem o descontentamento que conduziu à revolução portuguesa de 1820.

2. Na sequência da Revolução de 1820, a Constituição de 1822 representa uma tendência do liberalismo português que consagra

(A) a origem divina do poder, o papel absoluto do rei e o estatuto privilegiado do clero e da nobreza.

(B) a forma republicana de regime, a municipalização do país e a separação entre a Igreja e o Estado.

(C) a soberania popular, a limitação das prerrogativas reais e a abolição dos privilégios nobiliárquicos.

(D) o sufrágio indireto, o papel moderador do rei e a criação de Cortes compostas por duas câmaras.

Figura 22: Teste 12º.LH1 – 9 de dezembro de 2016.

Fonte: Mestrandos / Professora Cooperante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Relatório de Prática de Ensino Supervisionada conclui um percurso de aprendizagem realizado com seriedade e esforço de preparação para o caminho que decidimos seguir durante a nossa vida. Foi de facto uma proposta didática dos conteúdos programáticos *Liberalismo Português* e *Estado Novo*, lecionados às turmas de 11º. e 12º. anos.

Além dos objetivos específicos delineados para as cinco aulas, foi também objetivo atingir determinados itens contemplados no Programa de História A, onde foram feitas várias relações passado-presente, levando os alunos a um desenvolvimento de pensamento reflexivo e crítico sobre o conteúdo estudado e a atualidade, no desenvolvimento de competências de análise de documentos de natureza diversa, por exemplo. Além disso, foi igualmente importante compreender a postura dos alunos em sala de aula, observando se, de facto, compreenderam não só o conteúdo e as tarefas propostas, mas se conseguiram entender qual o objetivo da História no ensino e na sociedade em geral.

Foi neste contexto que refletimos sobre o papel da História na formação da consciência cívica do aluno, procurando justificar a disciplina no currículo nacional. No entanto, queremos igualmente evidenciar que há uma necessidade de revisão ao atual Programa, pois, pelas respostas que obtivemos no questionário, existem grandes dificuldades comuns que parecem desmotivar os alunos, dificultando a sua compreensão nos conteúdos estudados.

A História era um meio de transmissão de valores a serem adotados obrigatoriamente pela sociedade portuguesa conforme ideologias, políticas e religiões, como afirma Maria Cândida Proença no seu livro *Ensinar/Aprender História*. Existem valores ligados à educação, mas enquanto professores não podemos fazer da nossa disciplina uma imposição de valores, de interesses, de atitudes. A História é uma forma de compreender o passado e o presente.

Devemos, portanto, para a formação de uma consciência cívica, clarificar os valores que existem e ajudar as crianças e jovens a escolher. Existem, de facto, inúmeras possibilidades, como afirmava Jerome Bruner, e o nosso papel não é, de todo, de imposição, mas também não é de não intervenção e deixar o aluno sozinho. Em História, queremos o “desenvolvimento integral da inteligência e personalidade do

aluno” e tenha consciência que atualmente “é livre e tem oportunidade de escolher os seus valores, de analisar [...] factores que podem influir na decisão pessoal da escolha de valores [...]”¹⁶⁰, e que não era possível, em épocas anteriores, ter essa liberdade de escolha.

Para a iniciação deste caminho, ou continuação, tendo em conta a nossa experiência numa outra instituição, foi essencial a análise de determinados modelos de aprendizagem e respetivos autores. A partir daí, conseguimos compreender a dinâmica que uma sala de aula deve e pode ter. Não nos podemos basear num só autor ou teoria, mas sim em vários – que se alinhem nas nossas posições e ideais – para que as nossas aulas possam ir de encontro com as características e necessidades dos alunos, pelo que agradecemos à docente cooperante termos podido ensinar temas estratégicos.

É, sem dúvida, fundamental conhecer a “nossa” turma, sendo por isso que aplicámos questionário para percebermos melhor os seus gostos. Os modelos ajudam-nos, também, a perceber melhor a postura de um professor, de que forma pode levar os alunos a atingir todos os objetivos traçados para um ano de escolaridade – no nosso caso, o secundário. Mas não nos devemos esquecer da componente interpessoal, ou seja, do relacionamento pedagógico entre professor e alunos, sendo fundamental, neste sentido, criar e manter um bom ambiente em sala de aula para que o plano delineado possa ser seguido e cumprido.

É neste sentido que julgamos que um Professor de História é um especialista, um psicólogo e um pedagogo. Tem conhecimentos da área, e que metodologias e estratégias aplicar; analisa os conteúdos a lecionar consoante as características dos alunos; e sabe adequar o seu discurso tendo em consideração o nível etário e cognitivo da sua turma¹⁶¹.

Foi neste contexto que tentámos diversificar as nossas aulas – não falamos de um método totalmente tradicional, mas sim a criação de um diálogo entre os alunos sobre os assuntos tratados em sala de aula, e a exploração de documentos de origem diversa. Os exercícios ou tarefas que propusemos foram relevantes para percebermos a forma como os alunos pesquisam e, muitas vezes, não refletem sobre os assuntos, demonstrando desinteresse, distração, entre outros aspetos.

¹⁶⁰ Proença, Maria Cândida, *Aprender/Ensinar História. Questões de didáctica aplicada*, p. 62.

¹⁶¹ Monteiro, Miguel Corrêa, “O Ensino numa Escola Plural”, p. 159.

Todavia, queremos evidenciar se este é o modelo possível na formação de professores. Atenção que não estamos a fazer nenhuma crítica, mas sim uma breve reflexão. Modelos anteriores da formação de professores demonstram-nos enormes diferenças: em 2007, por exemplo, um professor estagiário tinha uma turma atribuída, acompanhando-a durante o ano letivo, sem esquecer outras responsabilidades a si atribuídas como a avaliação de cada aluno no final do período, as reuniões e as trocas de ideias entre professores sobre a parte pedagógica e científica, por exemplo.

Planificámos cinco aulas e estudámos os conceitos científicos adequados ao nível etário e cognitivo dos alunos. Tentámos igualmente que os mesmos compreendessem a importância do estudo da História. Raras são as ocasiões para aprender mais sobre o funcionamento de uma escola e o respetivo trabalho dos professores. A incompatibilidade provocou essa falha na aprendizagem e a falta de observação em certas reuniões do Grupo Disciplinar, nomeadamente de avaliação ou de Conselho de Turma, foi, no nosso entender, uma falha na presente formação de professores.

Uma das dificuldades que notámos neste modelo foi o número elevado de mestrandos num núcleo de estágio. A nossa Cooperante apenas tinha duas turmas, pelo que entendemos que o número de vagas deve ser de dois mestrandos por núcleo. É claro que foi efetuada uma gestão para que todos conseguíssemos lecionar, mas que nos impossibilitou de efetuar um trabalho mais pormenorizado e sequencial.

Uma outra situação que queremos referir é a impossibilidade de estendermos a nossa experiência ao 3º. Ciclo do Ensino Básico. No caso do Ensino Secundário parece-nos haver um outro “problema”: o exame nacional de História. Temos total noção de que somos aprendizes em ambiente educativo e que, de facto, cinco aulas não fazem um professor. Apenas a experiência nos dará um conhecimento amplo e profundo de determinadas questões, no entanto, parece-nos que o exame pode igualmente interditar a nossa ação nas escolas.

Temos noção de que não fomos perfeitas – ninguém o é. Ninguém nasce ensinado. Por isso mesmo, entendemos que os ensinamentos transmitidos nas nossas aulas de mestrado – enquanto alunos –, do que aprendemos nas aulas de estágio – enquanto observadores –, da análise e reflexão que efetuámos quando o papel se inverteu – enquanto professores –, foram pertinentes para a nossa aprendizagem.

Aquilo que observámos não só durante os dois anos de mestrado e dos três da licenciatura, permitiram conhecer determinadas características dos docentes que passaram pela nossa vida e nos marcaram – de forma negativa e positiva.

Queremos com isto dizer que é possível que no início da nossa carreira docente tenhamos de nos adaptar a certas metodologias e estratégias para ensinar História. Podem, no entanto, não ser as melhores aos olhos de quem já caminha nesta profissão há mais tempo, mas com certeza que iremos aprender a olhar para o que fizemos e melhorar a nosso desempenho enquanto profissionais e pessoas, dando o melhor a quem nos espera todos os dias numa sala de aula.

Este caminho levar-nos-á a diferentes situações e experiências, ao conhecimento de diferentes profissionais e diferentes alunos. Este caminho que queremos seguir será a verdadeira aprendizagem, pelo que queremos evidenciar neste Relatório o início, que, na altura, considerámos correto demonstrar. Não quer dizer que não o possamos voltar a fazer. Mas a adoção da mesma metodologia e estratégia pode, no futuro, ser melhorada.

Ensinar é alterar a sociedade do conhecimento, é ajudar na formação de pequenos e jovens cidadãos para uma sociedade pressionada a partir de várias direções. É desenvolver nos alunos um raciocínio mais aberto e um espírito crítico. É saber estabelecer uma conexão positiva, auxiliando-os nas várias fases da vida.

Ensinar é considerar, também, uma cooperação com os colegas, continuar a nossa formação na área em busca de novas fontes de informação, técnicas inovadoras como a metacognição e desenvolver a inteligência coletiva, social e emocional, não desistir dos objetivos que delineámos e enfrentar o que o futuro nos reserva.

Além disso, devemos combater a dispersão, como refere António Sampaio da Nóvoa¹⁶², pois os professores vão adquirindo diversos papéis para os quais, muitas vezes, não estão preparados e, nesse sentido, a gestão é complexa. É por isso que se deve centrar o desenvolvimento profissional no coração da profissão, em que a experiência será um material de formação, e a prática pedagógica dará um conhecimento profissional.

¹⁶² Nóvoa, António Sampaio, “Formação de Professores e a Profissão Docente, *Ofício de Professor*, Parte I, São Paulo, Colégio Gracinha, 2011. [consult. 18.abr.2016]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=txleZKamajE>.

Entendemos, finalmente, que ser Professor não é, ou não deve ser, uma profissão escolhida quando não temos mais opções. Ser Professor é uma missão social, um desafio idealista e de compromisso para toda a vida!

BIBLIOGRAFIA

CIÊNCIAS EDUCATIVAS E DIDÁTICA

BERTRAND, Yves, *Teorias Contemporâneas da Educação*, 2ª. Ed., Lisboa, Instituto Piaget, , 2001.

BRUNER, Jerome, *O Processo da Educação*, Lisboa, Edições 70, tradução de Maria do Carmo Romão, 2015.

CARDOSO, Jorge Rio, *O Professor do Futuro*, Lisboa, Guerra e Paz, Editores, S.A., 2013.

COELHO, Teresa, “A Observação de Práticas de Ensino: Descrever / Refletir / Intervir”, Projeto Professor, Aveiro, 2011. [consult. 24.jul.2017]. Disponível em: <https://projetoProfessor.wordpress.com/2011/11/22/a-observacao-de-praticas-de-ensino-descrever-refletir-intervir/>.

CONCEIÇÃO, Cristina e SOUSA, Óscar de, “Ser Professor hoje. O que pensam os professores das suas competências”, *Revista Lusófona de Educação*, nº. 20, Lisboa, Universidade Lusófona, 2012. [consult. 2.mai.2017]. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/2939>.

DELORS, Jacques (Coord.), “Os Quatros Pilares da Educação”, *Um Tesouro a Descobrir*, Rio Tinto, Asa, 1996.

DIAS, Carlos de Melo e MORAIS, José António, “Interação em Sala de Aula: Observação e Análise”, *Revista Referência*, nº. 11, Coimbra, 2004. [consult. 24.jul.2017]. Disponível em: web.esenfc.pt/v02/pa/conteudos/downloadArtigo.php?id_ficheiro=211.

ESTANQUEIRO, António, *Boas Práticas na Educação. O Papel dos Professores*”, Lisboa, Editorial Presença, 2ª. Ed., 2010.

FERREIRA, Alberto, *Antologia de Textos Pedagógicos do Século XIX Português*, vol. 1, Lisboa, Instituto Gulbenkian de Ciência – Centro de Investigação Pedagógica, 1975.

MARQUES, Ramiro, *A Pedagogia de Jerome Bruner*, Santarém, Escola Superior de Educação de Santarém, [s.d.].

MONTEIRO, Miguel Corrêa, “Da escola armazém à escola humanizada”, in *Actas do V Curso de Verão da Ericeira* (26-28 de junho de 2003), Ericeira, Mar de Letras, 2004.

MONTEIRO, Miguel Corrêa, *Didática da História*, Lisboa, Plátano Edições Técnicas, 2001.

MONTEIRO, Miguel Corrêa, “Ensino da História”, in VEIGA, Feliciano H, *O Ensino numa Escola para Todos. Teoria, Investigação e Aplicação*, cap. 8, Lisboa, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2017.

MONTEIRO, Miguel Corrêa, “O Ensino numa Escola Plural”, *Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade*, vol. 23, nº. 42, Salvador, 2014. [consult. 4.Ago.2017]. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/download/1037/715>.

NASCIMENTO, Maria A., “Teoria de Jerome Bruner”, *Psicologia Educacional II*, Coimbra, Departamento de Matemática da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, [s.d.]. [consult. 2.jan.2017]. Disponível em: <http://www.mat.uc.pt/~guy/psiedu2/bruner>.

PINTASSILGO, Joaquim (Org.), “Antologia 2”, *Escola e Sociedade*, Lisboa, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2016. [consult. 2.mai.2017]. Disponível em: <https://plataforma.elearning.ulisboa.pt/> [disciplina: Escola e Sociedade 15/16].

PRATS, Joaquín e SANTACANA, Joan, “Principios para la enseñanza de la Historia” (adapt.), *Enciclopedia General de la Educación*, vol. 3, Barcelona, Editorial Océano, 1998.

PROENÇA, Maria Cândida, *Didáctica da História*, Lisboa, Universidade Aberta, 1989.

PROENÇA, Maria Cândida, *Ensinar/Aprender História – questões de didáctica aplicada*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

RAMOS, José Palma, “Educação para a Cidadania” (compilação), Tomar, Instituto Politécnico de Tomar, [s.d.]. [consult. 26.jul.2017]. Disponível em: www.ipt.pt/tomar/apegp/EducCidadania.doc.

REIS, Pedro, *Observação de Aulas e Avaliação do Desempenho Docente*, Lisboa, Ministério da Educação – Conselho Científico para a Avaliação de Professores,

Cadernos do CCAP – 2, 2011. [consult. 24.jul.2017]. Disponível em: http://www.ccap.min-edu.pt/docs/Caderno_CCAP_2-Observacao.pdf.

ROLDÃO, Maria do Céu, *Gostar de História, Um Desafio Pedagógico*, Lisboa, Texto Editora, 1987.

SPRINTHALL, N. A., e SPRINTHALL, R. C., “Métodos e Modelos de Ensino”, *Psicologia Educacional: Uma Abordagem Desenvolvimentista*, Lisboa, McGraw-Hill, 1993.

VEIGA, Feliciano, H., “Desenvolvimento Cognitivo”, *Processo Educativo: Desenvolvimento e Aprendizagem*, Lisboa, Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2016. [consult. 14.mai.2016]. Disponível em: <https://plataforma.elearning.ulisboa.pt/> [disciplina: PEDA 15/16].

DISSERTAÇÕES

DUARTE, Ana Sofia de Carvalho, *A utilização das TIC no ensino e aprendizagem da História*. Dissertação de Mestrado em Educação apresentada ao Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013.

MÁXIMO, Maria Elisa dos Santos Costa, *A Política Educativa no Estado Novo em relação à Mulher, no tempo do Ministro António Faria Carneiro Pacheco (1936 – 1940): Contributo para a História do Género em Portugal*. Dissertação de Mestrado em Didáctica da História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2007.

REMÉDIO, Maria Margarida R., *A lição de Salazar e a iconografia do Estado Novo: contributo para a História da Educação em Portugal (1933-1939)*. Dissertação de Mestrado em Didáctica da História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012.

RIBEIRO, Joana M. A., *O papel da História para (In)Formar*. Dissertação de Mestrado em Ensino dos 1º. e 2º. Ciclos do Ensino Básico apresentada ao Departamento de Educação da Escola Superior de Educação de Coimbra, Coimbra, 2015.

SILVA, Sara R. M., *A Emigração Portuguesa (1960-2012): Coordenadas Económicas e Demográficas. O Ensino-Aprendizagem da História Como Ciência Social*. Dissertação de Mestrado em Ensino de História e Geografia apresentada ao Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.

TERENO, António V. S., *O Dinamismo Civilizacional da Europa Ocidental nos Séculos XIII-XIV – Espaços, Poderes e Vivências: Uma Proposta Didática*. Dissertação de Mestrado em Ensino de História e Geografia apresentada ao Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2013.

HISTÓRIA

BARCA, Isabel (Org.), “Concepções de adolescentes sobre múltiplas explicações em História”, *Perspectivas em Educação Histórica: Actas das Primeiras Jornadas Internacionais de Educação Histórica*, nº. 1, Braga, Centro de Investigação em Educação da Universidade do Minho, 2001. [consult. 25.mar.2017]. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/569>.

BARCA, Isabel, “Os jovens portugueses: ideias em História”, *Revista Perspectiva*, vol. 22, nº. 02, Florianópolis, [2004]. [consult. 6.abr.2017]. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/9650/0>.

CARVALHO, Rómulo de, *História da Educação em Portugal*, 2ª. Ed., Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1996.

FELGUEIRAS, Margarida M. L., “O ensino da história em Portugal durante a ditadura: determinantes epistemológicas e condicionamento político no trabalho docente”, *O Instituto do Professorado Primário Oficial Português: História de uma Instituição e de um grupo sócio-profissional, História da Educação*, vol. 4, nº. 7, Pelotas, 2000. [consult. 23.mar.2017]. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30097>.

LEAL, Ernesto Castro, “João Soares e Elísio de Campos: Pátria e Educação Cívica”, in LEAL, Ernesto Castro (Coord.), *Pátria e Liberdade*, Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2014.

MATTOSO, José (Dir.), *História de Portugal – O Liberalismo*, vol. 5, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.

MATTOSO, José (Dir.), *História de Portugal – A Segunda Fundação*, vol. 6, Lisboa, Editorial Estampa, 2001.

MATOS, Sérgio Campos, “Historiografia e Intervenção Cívica em Portugal no Século XIX: de Herculano à I República, in MATOS, Sérgio Campos e JOÃO, Maria Isabel (Orgs.), *Historiografia e Memórias (séculos XIX-XXI)*, Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais da Universidade Aberta, 2012.

MEDINA, João, (Coord.), “O «Estado Novo: O ditador e a ditadura», *História de Portugal: Dos Tempos Pré-Históricos aos Nossos Dias*, vol. XII Alfragide, Ediclube, 1998.

MENESES, Filipe Ribeiro de, *Salazar – Uma Biografia Política*, tradução de Teresa Cabral, 3ª Ed., Alfragide, D. Quixote, 2010.

NÓVOA, António Sampaio da, “A República e a Escola das Intenções Generosas ao Desengano das Realidades”, *Revista Portuguesa de Educação*, vol. 1, nº. 3, Braga, 1988. [consult. 22.abr.2017]. Disponível em: [https://plataforma.elearning.ulisboa.pt/disciplina: História da Educação em Portugal 16/17](https://plataforma.elearning.ulisboa.pt/disciplina:História%20da%20Educação%20em%20Portugal%2016/17)].

ORGANIZACIÓN DE ESTADOS IBEROAMERICANOS, *Sistema Educativo Nacional de Portugal*, Madrid, Ministério da Educação de Portugal y Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación la Ciencia y la Cultura, 2003.

PEREIRA, Davide, “A I República Promessas sociais e realidades”, *O Militante*, História, Edição nº. 301, 2009. [consult. 11.jul.2017]. Disponível em: <http://www.omilitante.pcp.pt/pt/301/Historia/337/>.

PIMENTEL, Irene Flunser, “A Mocidade Portuguesa Feminina nos primeiros dez anos de vida (1937-47)”, *Penélope*, nº. 16-20, [s.l.], 1998. [consult. 20.jul.2017]. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2655741>.

PINTASSILGO, Joaquim, “Discursos de professores em contexto revolucionário”, *O 25 de Abril e a Educação*, Lisboa, Edições Colibri, 2014. [consult. 27.abr.2017].

Disponível em: <https://plataforma.elearning.ulisboa.pt/> [disciplina: História da Educação em Portugal 16/17].

PINTASSILGO, Joaquim, *República e Formação de Cidadãos – A Educação Cívica nas Escolas Primárias da Primeira República Portuguesa*, Lisboa, Edições Colibri, 1998. [consult. 11.jul.2017]. Disponível em: <https://plataforma.elearning.ulisboa.pt/> [disciplina: História da Educação em Portugal 16/17].

POLICARPO, Fernando, *D. Maria II – Rainhas e Infantas de Portugal*, Vila do Conde, QuidNovi, 2011.

PROENÇA, Maria Cândida, “O advento do republicanismo e a escola republicana (1890-1926)”, *Encontros Ibéricos de História da Educação*, vol. 2, [Porto], 1995. [consult. 19.Jun.2017]. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/15152.pdf>.

PROENÇA, Maria Cândida (Coord.), *Um Século de Ensino da História*, Lisboa, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Edições Colibri, 2000.

ROBERTO, José Vala (Coord.), “Anos 30: Um Estado Novo em Portugal”, *Os Nossos Dias*, Lisboa, Editora Planeta DeAgostini, S.A., 2010.

SARAIVA, José Hermano, *História de Portugal*, vol. 4, Publicações Europa-América, 2013.

Secretariado de Propaganda Nacional, *Decálogo do Estado Novo*, 1934. [consult. 12.jul.2017]. Disponível em: <http://visualizingportugal.com/dec-vn-decalogo/2014/2/4/declogo-do-estado-novo-1934>.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. VII, 3ª Ed., Lisboa, Editorial Verbo, 1983.

SOARES, João e CAMPOS, Elísio de, *Portugal Nossa Terra – Educação Cívica*, Lisboa, 1917. [consult. 2.mai.2017]. Disponível em: <https://plataforma.elearning.ulisboa.pt/> [disciplina: História da Educação em Portugal 16/17].

TORGAL, Luís Reis e VARGUES, Isabel Nobre, “O Liberalismo e a Instrução Pública em Portugal” in ESCOLANO, A. E FERNANDES, R., *Los caminos hacia la modernidade educativa en Espanã y Portugal (1800-1975)*, Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques, 1997.

LEGISLAÇÃO

Constituição de 23 de setembro de 1822. Lisboa. [consult. 6.abr.2017]. Disponível em: <http://www.parlamento.pt/parlamento/documents/crp-1822.pdf>.

Carta Constitucional de 26 de abril de 1826. Lisboa. [consult. 6.abr.2017]. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CartaConstitucional.pdf>.

Constituição de 4 de abril de 1838. Lisboa. [consult. 7.abr.2017]. Disponível em: http://www.patrimonio-santarem.pt/imagens/3/Constituicao_1838.pdf.

Constituição de 21 de agosto de 1911. Lisboa. [consult. 11.abr.2017]. Disponível: <http://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1911.pdf>.

Constituição de 11 de abril de 1933. Lisboa. [consult. 27.abr.2017]. Disponível: <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1933.pdf>.

Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei nº. 49/2005 de 30 de agosto. Lisboa. [consult. 25.jun.2017]. Disponível em: http://www.fenprof.pt/Download/FENPROF/SM_Doc/Mid_132/Doc_1172/Anexos/LBSE%20Lei%2049%202005.pdf.

Decreto-lei nº 1/941 de 11 de abril de 1936 – *Remodelação do Ministério da Instrução Pública de 1936*. [consult. 11.jan.2016]. Disponível em: http://www.idesporto.pt/DATA/DOCS/LEGISLACAO/doc_h08.pdf;

Decreto-lei nº 27/084 de 14 de outubro de 1936 – *Reforma do Ensino Liceal*. Diário do Governo, I série, Número 241. [consult. 11.jan.2016]. Disponível em: <http://dre.pt/pdf1sdip/1936/10/24100/12351243.pdf>;

Decreto-lei nº 28/262 de 8 de dezembro de 1937 – *Regulamento da Mocidade Portuguesa Feminina*. [consult. 11.jan.2016]. Disponível em: http://www.idesporto.pt/DATA%5CDOCS%5CLEGISLACAO%5Cdoc_h14.pdf;

Decreto-lei nº 139/2012 de 5 de julho de 2012, Ministério da Educação e da Ciência. [consult. 12.jan.2016]: <http://dre.pt/pdf1sdip/2012/07/12900/0347603491.pdf>;

PROGRAMAS E MANUAIS ESCOLARES

MENDES, Clarisse (Coord.), “Programa de História A: 10º., 11º. e 12º. Anos – Curso Científico-Humanístico de Ciências Sociais e Humanas: Formação Específica”. Departamento do Ensino Secundário, Ministério da Educação, 2002. Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Secundario/Documentos/Programas/historia_a_a_10_11_12.pdf.

FONTES, Alexandra, GOMES, Fátima Freitas, FORTES, José, *Linhas da História*, História A - 12º Ano, Parte 1, Porto, Areal Editores, 2015.

COUTO, Célia Pinto e ROSAS, Maria Antónia Monterroso, *Um Novo Tempo da História*, História A - 11º Ano, Parte 2, Porto, Porto Editora, 2015.

NEVES, Pedro Almiro (Coord.), *Cadernos de História A – Tempos, Espaços e Protagonistas*, História A: 11º Ano, Parte 2, Porto, Porto Editora, 2008.

VERÍSSIMO, Helena, LAGARTO, Mariana, BARROS, Miguel, *Nova Construção da História*, História A 12º Ano, vol. 1. Lisboa, ASA Edições, 2009.

REFERÊNCIAS ELETRÓNICAS

Biografia y Vidas, *David Ausubel*, [s.d.]. [consult. 2.jan.2017]. Disponível em: <http://www.biografiasyvidas.com/biografia/a/ausubel.htm>.

Câmara Municipal de Lisboa, “Freguesia das Avenidas Novas”, [s.d.]. [consult. 25.set.2016]. Disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/municipio/juntas-de-freguesia/freguesia-das-avenidas-novas>.

ESMAVC, “Uma Escola para o Conhecimento e Cidadania”, *Projeto Educativo da Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho*. Lisboa, 2013. [consult. 2.out.2016]. Disponível em: http://www.esmavc.org/images/documentos/core/PEE_2013-15.pdf.

ESMAVC, Oferta Educativa – Ensino Recorrente, [s.d.]. [consult. 2.out.2016]. Disponível em: <http://www.esmavc.org/index.php/oferta-educativa/ensino-recorrente>.

ESMAVC, Oferta Educativa – Cursos EFA, [s.d.]. [consult. 2.out.2016]. Disponível em: <http://www.esmavc.org/index.php/oferta-educativa/cursos-efa>.

Poemas & Poetas, *Maria Amália Vaz de Carvalho*, 2008. [consult. 7.jun.2016]. Disponível em: <http://poemas-poetas.blogspot.pt/2008/05/maria-amalia-vaz-de-carvalho.html>.

Portal da Educação, *Jean Piaget: Biografia*, Psicologia, 2004. [consult. 29.dez.2016]. Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/psicologia/artigos/53974/jean-piaget-biografia>.

VÍDEOS

A Construção da Ponte Sobre Tejo. [registo vídeo – autoria própria], (1m45s). Imagens disponíveis em: <http://restosdecolecao.blogspot.pt/search?q=ponte+sobre+tejo>, música disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E3GLIjTJTU>.

A Independência do Brasil. [registo vídeo], (1m48s). Disponível em: www.escolavirtual.pt.

A Revolução Liberal. [registo vídeo], (2m,11s). Disponível em: www.escolavirtual.pt.

Dr. Oliveira Salazar – O Super-Ministro das Finanças. [registo vídeo Youtube], (4m10s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jcVrPKmgET8&t=2s>.

Carta Constitucional de 1826. [registo vídeo], (5m48s). Disponível em: <https://www.publico.pt/40-anos-da-constituicao/o-que-mudou>.

Constituição de 1822. [registo vídeo], (4m09s). Disponível em: <https://www.publico.pt/40-anos-da-constituicao/o-que-mudou>.

ANEXOS

ANEXO 1

RELAÇÃO DE TURMA 12º.LH1

Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho

RELAÇÃO DE TURMA

Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho, Lisboa

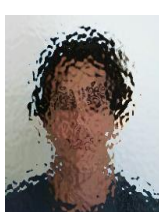
2016/17
12º - LH1



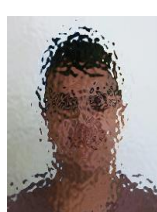
AFONSO VIDEIRA
1



ANA LIMA
2



CAETANO ANDRADE
3



CARLOS MAGALHÃES
4



CAROLINA CHANG
5



DUARTE FRADE
6



EDUARDO OLIVEIRA
7



JOÃO BULE
8



MADALENA SANTOS
9



MAFALDA PROENÇA
10



MARIA COSTA
11



MARIA ABREU
12



MARIANA ROMANA
13



MARISA GAMA
14



MARTIM LOUREIRO
15



RAFAELA FONSECA
16



RITA FREIRE
17



RITA REIS
18



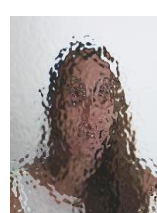
RITA VAZ
19



SARA CONCEIÇÃO
20



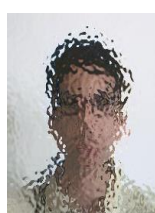
SOFIA FERNANDES
21



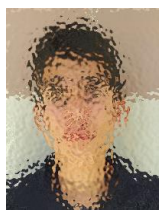
SORAIA GUERRA
22



TIAGO CARVALHO
23



TOMÁS MENINO
24



JOÃO GRACIAS
25



GABRIEL MALAGUTTI
26



EDINE SILVA
27



MÓNICA HARRIS
28



MARIA SAMPAIO
29

O(A) Diretor de Turma

Maria Amélia de Andrade Pinto Almeida
Vasconcelos

ANEXO 2

RELAÇÃO DE TURMA 11º.LH1

Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho

RELAÇÃO DE TURMA

Escola

Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho, Lisboa

2016/17
11º - LH1



ANA FERNANDES
1



ANA CABRAL
2



BRUNA MARTINS
3



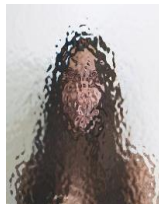
CAROLINA KNOTZ
4



CAROLINA FARIA
5



CAROLINA MARTINS
6



CATARINA VAZ
7



DIOGO FARIA
8



EMA PEREIRA
9



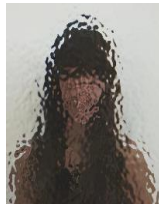
FRANCISCO DAVID
10



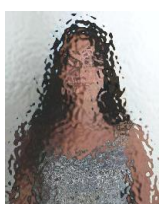
GONÇALO ROSA
11



GUILHERME CABRAL
12



JOANA PADINHA
13



MARGARIDA FILIPE
14



MARIA MATEUS
15



MARIANA SALVADO
16



MARIANA ALMEIDA
17



PATRÍCIA COSTA
18



PEDRO RODRIGUES
19



RAFAELA DUARTE
20



RODRIGO BATISTA
21



SUSANA XAVIER
22



TIAGO VALENTIM
23



TOMÁS GARCEZ-PALHA
24

O(A) Diretor de Turma

João Alexandre Mamede Fradique Jerónimo

ANEXO 3

HORÁRIO DA TURMA 12ºLH1

“O Ensino dos Temas Programáticos Liberalismo Português e Estado Novo e o Papel da História na Formação da Consciência Cívica do Aluno”



Esc. Sec. Maria Amália Vaz de Carvalho - Horário 2016/17
Lisboa

União 2016

Director de Turma: Amélia Vasconcelos

12º LH1

	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
1 8:15 9:00	Psicologia B C08	Ed. Física	Psicologia B C13		Português C13
2 9:00 9:45					
3 10:00 10:45	História A A15	História A A15		Ed. Física	História A A15
4 10:45 11:30					
5 11:45 12:30		Inglês C13 Geo C B27 C.Pol. C08 Sociologia C04	Português C09	Inglês A13 Geo C B11 C.Pol. C02 Sociologia C08	
6 12:30 13:15					
7 14:00 14:45		APEX-POR B02	EMRC	APEX-HIST C01	
8 14:45 15:30					
9 15:30 16:15					
10 16:30 17:15					
11 17:15 18:00					
12 18:00 18:45					

ANEXO 4

HORÁRIO DA TURMA 11ºLH1

“O Ensino dos Temas Programáticos Liberalismo Português e Estado Novo e o Papel da História na Formação da Consciência Cívica do Aluno”



Esc. Sec. Maria Amália Vaz de Carvalho | Horário 2016/17
Lábex

União 2016

Director de Turma:

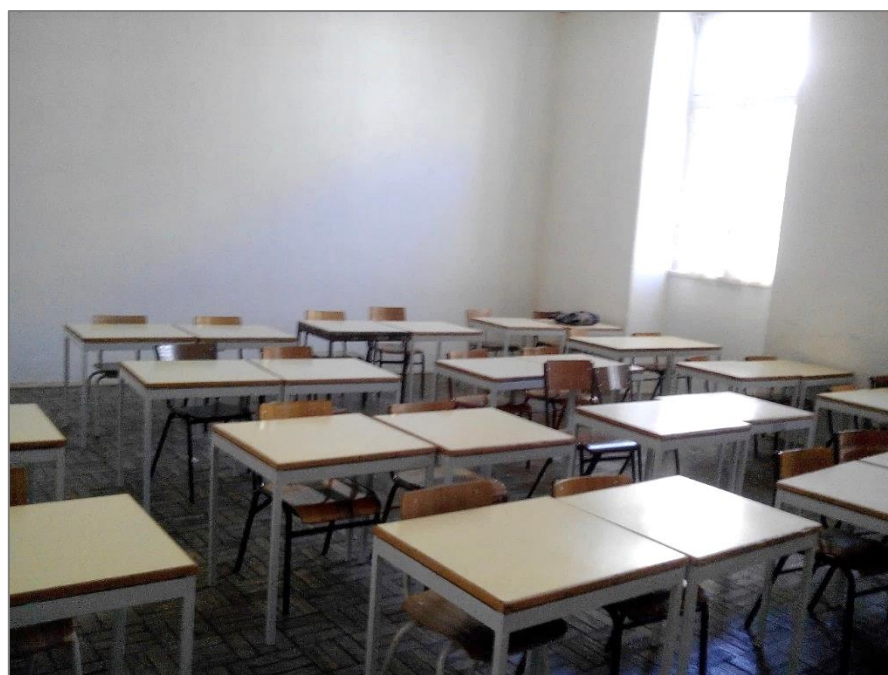
11º LH1

	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	
1 8:15 9:00	Ed. Física	Português C09	Geografia A B10	Geografia A A13	Português C04	
2 9:00 9:45						
3 10:00 10:45	LE I - Inglês C01	Geografia A B10	História A A15	MACS C01	Filosofia C04	
4 10:45 11:30						
5 11:45 12:30	MACS C01	Filosofia C01	MACS C13	História A C01	LE I - Inglês C04	
6 12:30 13:15						
7 14:00 14:45			EMRC			
8 14:45 15:30	História A A15	APEX-GEO B10			Ed. Física	
9 15:30 16:15						
10 16:30 17:15				APEX-MACS A12		
11 17:15 18:00						
12 18:00 18:45						

ANEXO 5

Sala de Aula – A15

“O Ensino dos Temas Programáticos Liberalismo Português e Estado Novo e o Papel da História na Formação da Consciência Cívica do Aluno”



Fonte: Arquivo Pessoal Sílvia Nobre, 2016.

ANEXO 6

Questionário sobre as Turmas

QUESTIONÁRIO – 11º.LH1

Este questionário tem como objetivo fazer uma caracterização da turma, no âmbito do Mestrado em Ensino de História no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário da Universidade de Lisboa.
É importante que responda com rigor, pois só assim é possível recolher informação credível.
O questionário é de natureza confidencial. O seu tratamento é efetuado de uma forma global, não sendo sujeito a uma análise individualizada, o que significa que o seu anonimato é respeitado.
Agradecemos a sua colaboração.

Os mestrandos,
José Janes, Mário Rui Rocha e Sílvia Nobre

1. DADOS DO ALUNO

Ano ____ Turma ____

Data de Nascimento ____/____/____ Local de Nascimento _____

Nacionalidade _____ Localidade _____

2. DADOS DO ENCARREGADO DE EDUCAÇÃO

Grau de Parentesco _____

Idade ____ Profissão _____

Nacionalidade _____ Localidade _____

Formação Académica:

Sem Habilitações ____ Formação Desconhecida ____ Básico (2º Ciclo) ____ Básico (3º Ciclo) ____

Secundário ____ Bacharelato ____ Licenciatura ____ Mestrado ____ Outra ____

Situação Profissional:

Trabalhador por conta de outrem ____ Situação Desconhecida ____ Desempregado ____ Trabalhador por conta própria como isolado ____ Trabalhador por conta própria como empregador ____ Doméstico ____ Outra ____

3. DADOS DOS PAIS

Pai

Idade ____ Profissão _____

Nacionalidade _____ Localidade _____

Formação Académica:

Sem Habilitações ____ Formação Desconhecida ____ Básico (2º Ciclo) ____ Básico (3º Ciclo) ____

Secundário ____ Bacharelato ____ Licenciatura ____ Mestrado ____ Outra ____

Situação Profissional:

Trabalhador por conta de outrem ____ Situação Desconhecida ____ Desempregado ____ Trabalhador por conta própria como isolado ____ Trabalhador por conta própria como empregador ____ Doméstico ____ Outra ____

Mãe

Idade _____ Profissão _____

Nacionalidade _____ Localidade _____

Formação Académica:

Sem Habilitações _____ Formação Desconhecida _____ Básico (2º Ciclo) _____ Básico (3º Ciclo) _____

Secundário _____ Bacharelato _____ Licenciatura _____ Mestrado _____ Outra _____

Situação Profissional:

Trabalhador por conta de outrem _____ Situação Desconhecida _____ Desempregado _____ Trabalhador por conta própria como isolado _____ Trabalhador por conta própria como empregador _____ Doméstico _____ Outra _____

4. CONTEXTO FAMILIAR

4.1. Com quem mora? Pais _____; Mãe _____; Pai _____; Outro(s) _____

Quem? _____

4.2. Tem irmãos? Sim _____ Não _____

Se respondeu sim, à questão anterior, indique: N.º de irmãos _____ Idades: _____, _____, _____, _____, _____

5. DESLOCAÇÃO DE E PARA A ESCOLA

5.1. Como se desloca de casa para a escola e da escola para casa e qual a duração do percurso?

A pé _____ (_____ minutos); Automóvel _____ (_____ minutos); Transporte público _____ (_____ minutos);

Outro _____ Qual? _____

6. PERCURSO ESCOLAR

6.1. Em que ano letivo ingressou na Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho? _____

6.2. Em que escola esteve matriculado anteriormente? _____

6.3. Já repetiu algum ano? Sim _____ Não _____

6.4. Se respondeu **sim**, à questão anterior, refira em que ano(s) e o número de vezes:

5.ºano _____ (_____ vezes); 6.ºano _____ (_____ vezes); 7.ºano _____ (_____ vezes); 8.ºano _____ (_____ vezes); 9.ºano _____ (_____ vezes); 10.ºano _____ (_____ vezes); 11.ºano _____ (_____ vezes); 12.ºano _____ (_____ vezes)

6.5. Gosta do ambiente da escola? Sim _____ Não _____

Porquê? _____

7. PREFERÊNCIAS CURRICULARES

7.1. Quais as disciplinas que mais gosta?

Português _____; Inglês _____; Educação Física _____; Geografia _____; Matemática Aplicada às Ciências Sociais (MACS) _____; Outra _____ Qual? _____

7.2. Quais as disciplinas que menos gosta?

Português _____; Inglês _____; Educação Física _____; Geografia _____; Matemática Aplicada às Ciências Sociais (MACS) _____; Outra _____ Qual? _____

7.3. Gosta da disciplina de História A? Sim _____ Não _____

7.4. Que conteúdos programáticos gosta mais na disciplina de História A?

7.5. Costuma ir aos apoios de Geografia e de MACS? Sim ____ Não ____

Porquê? _____

7.6. Em que situação aprende melhor a matérias das diversas disciplinas?

Sozinho ____ Nas aulas ____ Em grupo ____ Com um explicador ____ Outro _____

7.7. Em 7.8. casa costuma falar da escola/estudo?

Raramente ____ Nunca ____ Frequentemente ____ Sempre ____

7.8. Tem computador em casa? Sim ____ Não ____

7.9. Em casa tem acesso à internet? Sim ____ Não ____

8. OCUPAÇÃO DOS TEMPOS LIVRES

8.1. Como ocupa os tempos livres? **Ordene as suas preferências numa escala de 1 a 5, em que 1 corresponde à atividade que mais gosta e 5 à que menos gosta.**

Cinema ____; Teatro ____; Leitura ____; Música ____; Desenho ____; Desporto ____; Televisão ____;
Computador ____; Discoteca/Bar/Café ____; Conviver com amigos ____; Ajudar os pais ____; Trabalhar ____;
Outro(s): Qual/Quais? _____

9. PERSPETIVAS DE FUTURO

9.1. Pretende ingressar no Ensino Superior? Sim ____ Não ____

Porquê? _____

9.2. Se respondeu **sim**, à questão anterior, para que curso? _____

9.3. Que profissão gostaria de ter? _____

9.4. Tem algum sonho que gostasse de concretizar? Sim ____ Não ____

Qual? _____

QUESTIONÁRIO – 12º.LH1

Este questionário tem como objetivo fazer uma caracterização da turma, no âmbito do Mestrado em Ensino de História no 3.º Ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário da Universidade de Lisboa.
É importante que responda com rigor, pois só assim é possível recolher informação credível.
O questionário é de natureza confidencial. O seu tratamento é efetuado de uma forma global, não sendo sujeito a uma análise individualizada, o que significa que o seu anonimato é respeitado.
Agradecemos a sua colaboração.

Os mestrandos,
José Janes, Mário Rui Rocha e Sílvia Nobre

1. DADOS DO ALUNO

Ano ____ Turma ____

Data de Nascimento ____/____/____ Local de Nascimento _____

Nacionalidade _____ Localidade _____

2. DADOS DO ENCARREGADO DE EDUCAÇÃO

Grau de Parentesco _____

Idade ____ Profissão _____

Nacionalidade _____ Localidade _____

Formação Académica:

Sem Habilitações ____ Formação Desconhecida ____ Básico (2º Ciclo) ____ Básico (3º Ciclo) ____

Secundário ____ Bacharelato ____ Licenciatura ____ Mestrado ____ Outra ____

Situação Profissional:

Trabalhador por conta de outrem ____ Situação Desconhecida ____ Desempregado ____ Trabalhador por conta própria como isolado ____ Trabalhador por conta própria como empregador ____ Doméstico ____ Outra ____

3. DADOS DOS PAIS

Pai

Idade ____ Profissão _____

Nacionalidade _____ Localidade _____

Formação Académica:

Sem Habilitações ____ Formação Desconhecida ____ Básico (2º Ciclo) ____ Básico (3º Ciclo) ____

Secundário ____ Bacharelato ____ Licenciatura ____ Mestrado ____ Outra ____

Situação Profissional:

Trabalhador por conta de outrem ____ Situação Desconhecida ____ Desempregado ____ Trabalhador por conta própria como isolado ____ Trabalhador por conta própria como empregador ____ Doméstico ____ Outra ____

Mãe

Idade _____ Profissão _____

Nacionalidade _____ Localidade _____

Formação Académica:

Sem Habilitações _____ Formação Desconhecida _____ Básico (2º Ciclo) _____ Básico (3º Ciclo) _____

Secundário _____ Bacharelato _____ Licenciatura _____ Mestrado _____ Outra _____

Situação Profissional:

Trabalhador por conta de outrem _____ Situação Desconhecida _____ Desempregado _____ Trabalhador por conta própria como isolado _____ Trabalhador por conta própria como empregador _____ Doméstico _____ Outra _____

4. CONTEXTO FAMILIAR

4.1. Com quem mora? Pais _____; Mãe _____; Pai _____; Outro(s) _____

Quem? _____

4.2. Tem irmãos? Sim _____ Não _____

Se respondeu sim, à questão anterior, indique: N.º de irmãos _____ Idades: _____, _____, _____, _____, _____

5. DESLOCAÇÃO DE E PARA A ESCOLA

5.1. Como se desloca de casa para a escola e da escola para casa e qual a duração do percurso?

A pé _____ (_____ minutos); Automóvel _____ (_____ minutos); Transporte público _____ (_____ minutos);

Outro _____ Qual? _____

6. PERCURSO ESCOLAR

6.1. Em que ano letivo ingressou na Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho? _____

6.2. Em que escola esteve matriculado anteriormente? _____

6.3. Já repetiu algum ano? Sim _____ Não _____

6.4. Se respondeu **sim**, à questão anterior, refira em que ano(s) e o número de vezes:

5.ºano _____ (_____ vezes); 6.ºano _____ (_____ vezes); 7.ºano _____ (_____ vezes); 8.ºano _____ (_____ vezes); 9.ºano _____ (_____ vezes);
10.ºano _____ (_____ vezes); 11.ºano _____ (_____ vezes); 12.ºano _____ (_____ vezes)

6.5. Gosta do ambiente da escola? Sim _____ Não _____

Porquê? _____

7. PREFERÊNCIAS CURRICULARES

7.1. Quais as disciplinas que mais gosta?

Português _____; Educação Física _____; Outra _____ Qual? _____

7.2. Quais as disciplinas que menos gosta?

Português _____; Educação Física _____; Outra _____ Qual? _____

7.3. Gosta da disciplina de História A? Sim _____ Não _____

7.4. Que conteúdos programáticos gosta mais na disciplina de História A?

7.5. Tem computador em casa? Sim ____ Não ____

7.6. Em casa tem acesso à internet? Sim ____ Não ____

8. OCUPAÇÃO DOS TEMPOS LIVRES

8.1. Como ocupa os tempos livres? **Ordene as suas preferências numa escala de 1 a 5, em que 1 corresponde à atividade que mais gosta e 5 à que menos gosta.**

Cinema ____; Teatro ____; Leitura ____; Música ____; Desenho ____; Desporto ____; Televisão ____;
Computador ____; Discoteca/Bar/Café ____; Conviver com amigos ____; Ajudar os pais ____; Trabalhar ____;
Outro(s): Qual/Quais? _____

9. PERSPETIVAS DE FUTURO

9.1. Pretende ingressar no Ensino Superior? Sim ____ Não ____

Porquê? _____

9.2. Se respondeu **sim**, à questão anterior, para que curso? _____

9.3. Que profissão gostaria de ter? _____

9.4. Tem algum sonho que gostasse de concretizar? Sim ____ Não ____

Qual? _____

ANEXO 7

Questionário – Papel Formativo da História



MESTRADO EM ENSINO DE HISTÓRIA
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO E FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA
2016/2017

Caro(a) aluno(a),

De acordo com as ações desenvolvidas por mim na Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho, no estágio integrado no Mestrado em Ensino de História da Universidade de Lisboa, o seguinte questionário tem como finalidade a elaboração do relatório final e destina-se à recolha de informações acerca da sua perceção e crítica acerca do ensino da História e a importância de um Professor na formação dos alunos, assim como no desenvolvimento de competências dos mesmos. Pedimos que responda às seguintes questões da forma mais completa possível. Garantimos o tratamento dos dados com a máxima confidencialidade e não vamos utilizá-los a não ser para o uso exclusivo a que se destina.

Sílvia Nobre

1. Gosta de aprender História? Justifique.

2. Para si, qual o papel formativo da História no ensino?

3. Quais as suas principais dificuldades no processo de aprendizagem em História?

4. Na sua perspetiva, que características deve ter um Professor de História?

Obrigada pela colaboração! ☺

ANEXO 7A

Questionário – Respostas dos Alunos

(DVD)

ANEXO 8

Powerpoints

ANEXO 8A

Aula Nº. 1 – 12º.LH1

Escola Secundária
Maria Amália
Vaz de Carvalho

LIBDA

HISTÓRIA A

Turma: 12ºLH1

Crises, embates ideológicos e mutações culturais na 1ª metade do séc. XX

F1 – António de Oliveira Salazar, ministro das Finanças, 1928.

Crises, embates ideológicos e mutações culturais na 1ª metade do séc. XX

1928 → Óscar Carmona é eleito Presidente

↓

Salazar assume a pasta das Finanças

↓

Ditadura Financeira

F2 – António de Oliveira Salazar e Óscar Carmona, [s.d.]

Crises, embates ideológicos e mutações culturais na 1ª metade do séc. XX

Ditadura Financeira

↓

Controlar as contas de todos os Ministérios

Diminuição da despesa

Aumento de impostos

As verbas tinham de ser sempre discutidas

Vetar aumentos de despesas dos Ministérios

Evitar recorrer a créditos

Crises, embates ideológicos e mutações culturais na 1ª metade do séc. XX

F3 – Postal ilustrado de Salazar, representado como D. Afonso Henriques – “Salvador da Pátria”, 1935.

Crises, embates ideológicos e mutações culturais na 1ª metade do séc. XX

F3 – Postal ilustrado de Salazar, representado como D. Afonso Henriques – “Salvador da Pátria”, 1935.

PORTUGAL: O ESTADO NOVO

Os Princípios Ideológicos do Estado Novo

Alicerces do Regime

- 1930**
 - Ato Colonial
 - União Nacional

F4 – Bandeira da União Nacional.
- 1933**
 - Estatuto do Trabalho Nacional
 - Constituição

F5 – Cartaz de Almada Negreiros de incentivo ao voto.
- Secretariado de Propaganda Nacional**

F6 – Propaganda em França, 1939.

Os Princípios Ideológicos do Estado Novo



INFLUÊNCIAS

- Integralismo Lusitano (1914)
- Centro Académico de Democracia Cristã (1901)
- Centro Católico Português (1917)
- Adoção do modelo fascista italiano

F7 – Estado Novo.

Os Princípios Ideológicos do Estado Novo

Estado

autoritário antidemocrático antiliberal

antiparlamentar antipartidário

- Recusava a soberania popular
- Impedia a realização de eleições livres
- Os direitos individuais não eram respeitados

Poder político → **União Nacional**

Os Princípios Ideológicos do Estado Novo

Estado

autoritário antidemocrático antiliberal

antiparlamentar antipartidário

Poder Executivo
Poder Legislativo → **Chefe do Governo**

Culto do Chefe → Figura de chefe providencial
Intérprete supremo do interesse nacional

Os Princípios Ideológicos do Estado Novo

Estado

nacionalista tradicionalista conservador

- Valorizar o Povo de Heróis
- Passado histórico grandioso

Mitificou o passado para fazer apologia da Nação



F8 – Cartaz de propaganda dos valores nacionalistas e dos heróis nacionais.

Os Princípios Ideológicos do Estado Novo

Estado

nacionalista tradicionalista conservador

- Exaltou as tradições nacionais
- Promoveu a defesa de tudo o que fosse genuinamente português
- Valorizava o mundo rural
- A base da nação era a família - com papéis rigidamente atribuídos à mulher e ao homem

Os Princípios Ideológicos do Estado Novo

Controlo da sociedade → FNAT (1935)

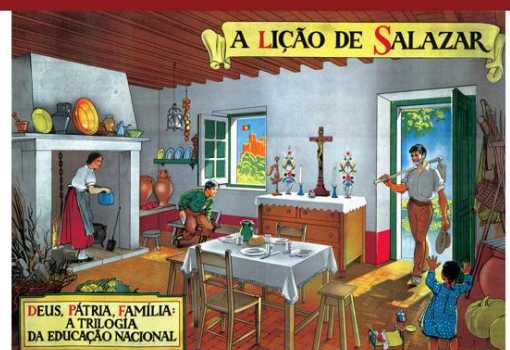
- Controlo dos trabalhadores no espaço laboral e fora dele: colónias de férias, excursões, atividades diversas;
- Organizavam sessões de teatro, cinema, visitas de estudo a museus e outros locais históricos;
- Papel importante na formação de classes, para não seguirem caminhos opostos ao regime – comunismo;



F9 – Trabalhadores dos Armazéns Grandella, em excursão a Setúbal, 1943.

Os Princípios Ideológicos do Estado Novo

A LIÇÃO DE SALAZAR



DEUS, PÁTRIA, FAMÍLIA: A TRILOGIA DA EDUCAÇÃO NACIONAL

F10 – “Deus, Pátria, Família: A Trilogia da Educação Nacional”, A Lição de Salazar, por Martins Barata, 1938.

Os Princípios Ideológicos do Estado Novo

A LIÇÃO DE SALAZAR

- Concordata de Separação (1940);
- Conservadorismo;
- Missão civilizadora;



DEUS, PÁTRIA, FAMÍLIA: A TRILOGIA DA EDUCAÇÃO NACIONAL

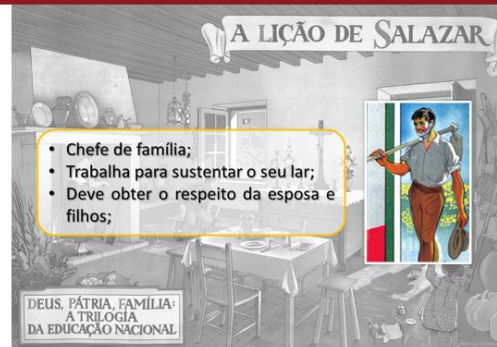
F11 – “Deus, Pátria, Família: A Trilogia da Educação Nacional”, A Lição de Salazar, por Martins Barata, 1938.

Os Princípios Ideológicos do Estado Novo



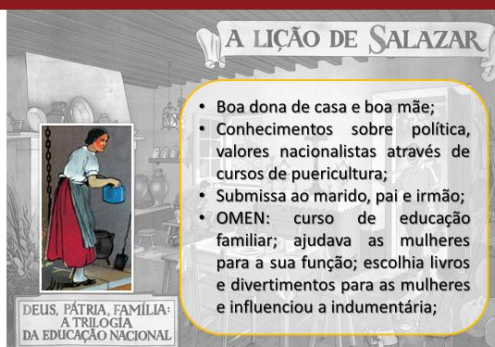
F12 – “Deus, Pátria, Família: A Trilogia da Educação Nacional”, A Lição de Salazar, por Martins Barata, 1938.

Os Princípios Ideológicos do Estado Novo



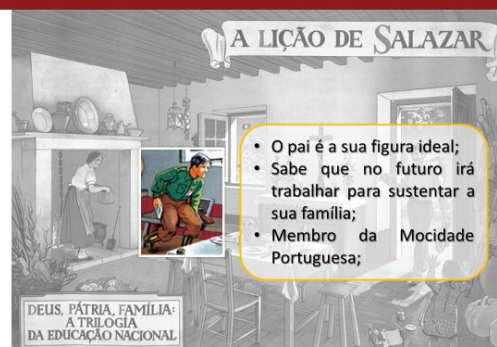
F13 – “Deus, Pátria, Família: A Trilogia da Educação Nacional”, A Lição de Salazar, por Martins Barata, 1938.

Os Princípios Ideológicos do Estado Novo



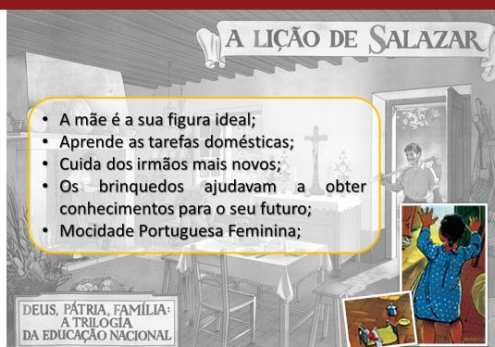
F14 – “Deus, Pátria, Família: A Trilogia da Educação Nacional”, A Lição de Salazar, por Martins Barata, 1938.

Os Princípios Ideológicos do Estado Novo



F15 – “Deus, Pátria, Família: A Trilogia da Educação Nacional”, A Lição de Salazar, por Martins Barata, 1938.

Os Princípios Ideológicos do Estado Novo



F16 – “Deus, Pátria, Família: A Trilogia da Educação Nacional”, A Lição de Salazar, por Martins Barata, 1938.

Os Princípios Ideológicos do Estado Novo



Os Princípios Ideológicos do Estado Novo

Legião Portuguesa

→ Criada em 1936



F19 – Bandeira da Legião Portuguesa.

- Vontade de ter uma milícia civil no país;
- Organização paramilitar destinadas aos adultos;
- Combater as forças opositoras (republicanos mais conservadores e nacionais-sindicais);
- Controlar a sociedade;
- Combater o comunismo – Frentes Populares em Espanha e França;
- Salazar assume a pasta da Guerra;

Os Princípios Ideológicos do Estado Novo

Legião Portuguesa

→ Criada em 1936

- Respeitar a fé, a família, a moral cristã, a autoridade;
- Repúdio ao comunismo e anarquismo;
- Membros aptos fisicamente, intelectualmente e profissionalmente;
- Leais à pátria e aos seus deveres;
- Muitos foram informadores da PIDE;



Organizações Legionárias Femininas

- Enfermagem;
- Difusão de cuidados higiénicos;
- Informações sobre a educação familiar;

Os Princípios Ideológicos do Estado Novo



F20 - Legionários em Lisboa, [s.d.].

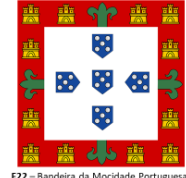


F21 - Bilhete de Identidade do Legionário, 1938.

Os Princípios Ideológicos do Estado Novo

Mocidade Portuguesa → Criada em 1936

- Reforçar o sentimento pela Pátria, a família, assim como a parte agrícola, marítima e colónias;
- Referências: Nuno Álvares, Infante D. Henrique e D. João I;
- A zona de influência eram os centros urbanos mas conseguiram atingir outras áreas;
- Lusitos (7-10 anos)
- Infantes (10-14 anos)
- Vanguardistas (14-17 anos)
- Cadetes (mais de 17 anos)



F22 - Bandeira da Mocidade Portuguesa.

Os Princípios Ideológicos do Estado Novo



F23 - Elementos da Mocidade Portuguesa [s.d.].

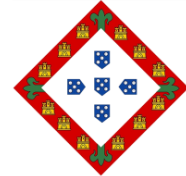


F24 - Cartão de Identidade da Mocidade Portuguesa [s.d.].

Os Princípios Ideológicos do Estado Novo

Mocidade Portuguesa Feminina → Criada em 1937

- Incutir nas raparigas o gosto pelas tarefas domésticas;
- Referências: Virgem Maria (virtuosa e cristã), rainha D. Leonor (atos de caridade e cuidado com os outros) e rainha D. Filipa de Lencastre (exemplo de boa mãe);
- Ao contrário da MP, não houve influência em outras áreas, apenas as urbanas;
- Lusitas (7-10 anos)
- Infantas (10-14 anos)
- Vanguardistas (14-17 anos)
- Lusas (mais de 17 anos)



F25 - Bandeira da Mocidade Portuguesa Feminina

Os Princípios Ideológicos do Estado Novo



F26 - Elementos da Mocidade Portuguesa Feminina [s.d.].



F27 - Lusitas e Infantes na aula de trabalhos manuais, 1942.

Os Princípios Ideológicos do Estado Novo



F28 - Mocidade Portuguesa.



F29 - Mocidade Portuguesa Feminina.

Os Princípios Ideológicos do Estado Novo



F30 - Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho, 1958.

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

- ✓ Quem é que Óscar Carmona convidou para assumir a pasta das Finanças?
- ✓ Quais as condições impostas por Salazar para assumir o cargo das Finanças?
- ✓ Quais os alicerces do Estado Novo?
- ✓ Quais as características que fazem do Estado Novo um regime autoritário?
- ✓ Qual o significado de Estado Forte?
- ✓ Quais os princípios do nacionalismo?
- ✓ Quais os valores que sustentam a tradição e o conservadorismo?
- ✓ Quais os meios de enquadramento de massas?
- ✓ Quais os valores defendidos pelas organizações paramilitares?

ANEXO 8B

Aula Nº. 2 – 12º.LH1

“O Ensino dos Temas Programáticos Liberalismo Português e Estado Novo e o Papel da História na Formação da Consciência Cívica do Aluno”

Os Princípios Ideológicos do Estado Novo

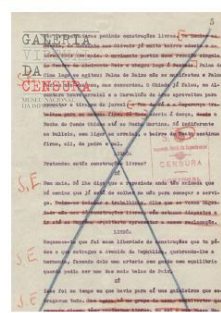
Censura: música



F18 – Letra do fado “A Guitarra”, aprovada com cortes pela Inspeção dos Espetáculos, Serviços de Inspeção de Censura, 1939.

Os Princípios Ideológicos do Estado Novo

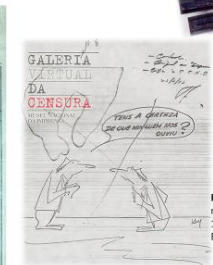
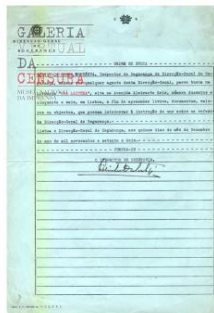
Censura: teatro



F19 – Guião de revista “Travessa da Espera”, a exibir no Teatro Maria Vitória, em 1945, da autoria de Vasco Sequeira e António Cruz.

Os Princípios Ideológicos do Estado Novo

Censura: literatura

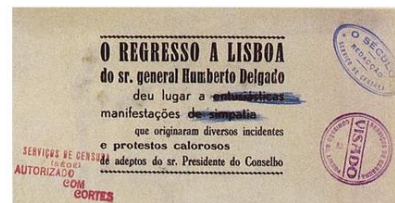


F20 – Auto de busca à livraria “Boa Leitura”, em Lisboa, em 1972, para apreensão de livros e documentos de origem diversa.

F21 – Cartoon publicado no jornal Expresso, em 1973, proibido pelo Exame Prévio.

Os Princípios Ideológicos do Estado Novo

Censura: política



F22 – Publicação de jornal O Século, autorizado com cortes pelos Serviços de Censura (Sede).

Os Princípios Ideológicos do Estado Novo

Censura: sindicatos



F23 – Convocatória para a Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato Nacional dos Empregados Bancários do Distrito do Porto, cortada pelo Exame Prévio em Jornal de Notícias, 1974.

A estabilidade financeira



F24 – A Lição de Salazar, cartaz nº 1, Raquel Roque Gameiro, 1938.

A estabilidade financeira

Ditadura Financeira

- Controlar as contas de todos os Ministérios
- Diminuição da despesa
- Aumento de impostos
- As verbas tinham de ser sempre discutidas
- Vetar aumentos de despesas dos Ministérios
- Evitar recorrer a créditos

A estabilidade financeira

Controlo das finanças

Equilíbrio orçamental

PRIORIDADE

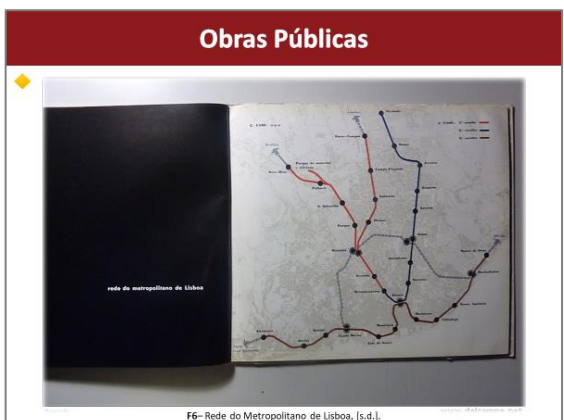
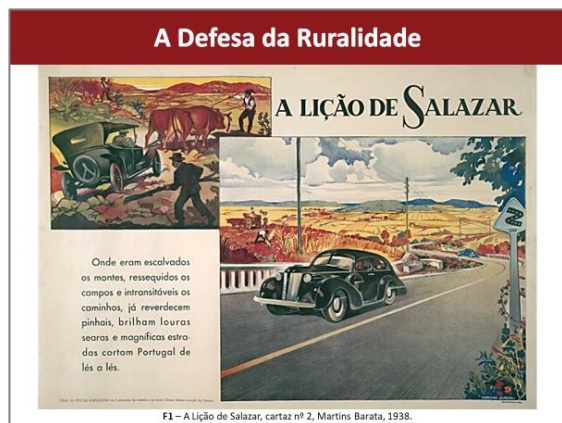
Milagre financeiro



F25 – O equilíbrio financeiro, jornal Os Rídiculos, 1933.

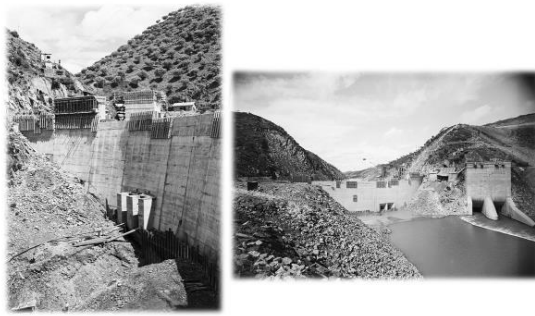
ANEXO 8C

Aula Nº. 3 – 12º.LH1



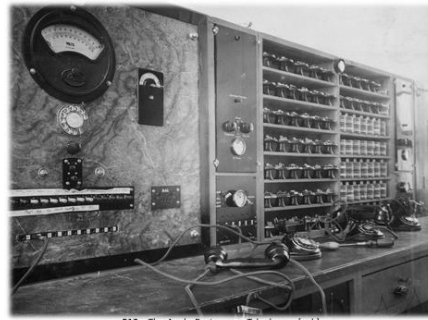
“O Ensino dos Temas Programáticos Liberalismo Português e Estado Novo e o Papel da História na Formação da Consciência Cívica do Aluno”

Obras Públicas



F10, 11 – Barragem de Castelo de Bode, Mário Novais, 1945-1951.

Obras Públicas



F12 – The Anglo Portuguese Telephone, (s.d.).

Obras Públicas



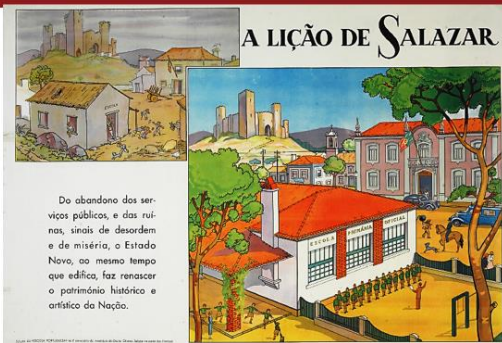
F13 – Maternidade Alfredo da Costa, 1932.

Obras Públicas



F14 – Hospital de Santa Maria, c. 1950.

Obras Públicas



F15 – A Lição de Salazar, cartaz nº 4, Emmerico Nunes, 1938.

Obras Públicas



F16 – Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho, 1958.

Obras Públicas



F17 – Inauguração do Estádio do Jamor, Horário Novais, 10 de junho de 1944.

Condicionamento Industrial

- Intervenção do Estado na economia
- Defesa do nacionalismo
- Criação de regras para evitar a superprodução
- Estado é mediador dos interesses privados e coletivos
- Regular, organizar e gerir os diferentes setores de atividades
- Regular a concorrência
- Diminuir o desemprego
- Proteção das empresas
- Aumento da burocracia
- Limitação da modernização

ANEXO 8D

Aula Nº. 5 – 11º.LH1

“O Ensino dos Temas Programáticos Liberalismo Português e Estado Novo e o Papel da História na Formação da Consciência Cívica do Aluno”

Escola Secundária
Maria Amália
Vaz de Carvalho

U
LISBOA

HISTÓRIA A

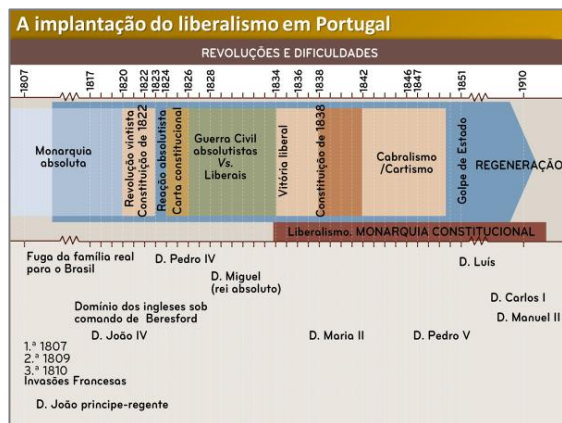
Turma: **11ºLH1**



A implantação do liberalismo em Portugal
Antecedentes e conjuntura



F1: A partida da família real para o Brasil



A implantação do liberalismo em Portugal

Persistência do Antigo Regime (absolutismo)

Bloqueio Continental: recusa de Portugal em aderir

INVASÕES FRANCESAS

Dominio inglês

Sociedade desigual

Descontentamento da burguesia

Atraso económico do país

Destruição, pilhagens; abalo da economia; perda de património

Retirada da família real e da corte para o Brasil

Abertura dos portos do Brasil e Tratado de Comércio com o Brasil (1810)

Beresford: comanda as tropas e preside à Junta governativa de Portugal

Ação repressiva e abuso do poder. Comando de Beresford: era temido e odiado.



F2: Beresford

A implantação do liberalismo em Portugal

INFLUÊNCIA DA REVOLUÇÃO LIBERAL EM ESPANHA

A ausência da família real desagradava aos portugueses.

Os ideais liberais difundidos em Portugal, através da presença dos exércitos napoleónicos, ou veiculados pela imprensa e por panfletos, **PAPEL DO SINÉDRIO**


CONDIÇÕES GERAIS DE DESCONTENTAMENTO DA BURGUESIA E DOS MILITARES

O general Gomes Freire de Andrade, defensor dos ideais liberais, empreendeu, em Lisboa, uma conspiração em 1817.

Objetivos:

- expulsar os ingleses do reino
- promover a independência nacional

Esta conspiração foi descoberta pelos ingleses. Gomes Freire de Andrade e outros oficiais foram condenados à morte.



F3: Gomes Freire de Andrade

A implantação do liberalismo em Portugal

A REVOLUÇÃO DE 1820: ANTECEDENTES E CONJUNTURA

24 DE AGOSTO DE 1820: PORTO

Pronunciamento militar: revolução em marcha com apoio da burguesia e dos militares

"Manifesto aos portugueses"

OBJETIVOS DA REVOLUÇÃO

- RECUSA DO DOMÍNIO INGLÊS
- RESPEITO PELA MONARQUIA
- EXIGIR O REGRESSO DO REI E DA FAMÍLIA REAL
- DEFESA DA RELIGIÃO CRISTÃ E DO CATOLICISMO
- CONVOCAR AS CORTES
- APROVAR UMA CONSTITUIÇÃO



A implantação do liberalismo em Portugal

24 DE AGOSTO DE 1820: pronunciamento militar

PORTO

Junta Provisional do Governo Supremo do Reino exigiu:

- uma nova governação do país
- a convocação de Cortes
- a elaboração de uma Constituição.

Um segundo levantamento militar, a 15 de setembro de 1820, em Lisboa, conduziu à destituição dos governadores e à constituição de um Governo Interino.



A Junta Provisional do Governo Supremo do Reino e do Reino e Regencia Interina De Lisboa

Em Lisboa em 15 de Setembro de 1820

DO INTERESSÍSSIMO SENHOR D. JOÃO DE BRITANHA

A implantação do liberalismo em Portugal

24 DE AGOSTO DE 1820: pronunciamento militar

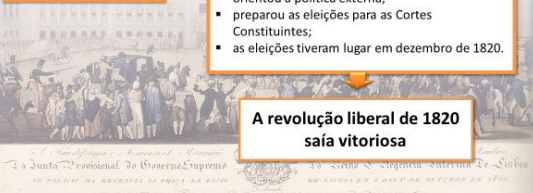
PORTO

A 28 de setembro a Junta do Porto e o Governo Interino de Lisboa uniram-se

Formaram a Junta Provisional do Governo Supremo do Reino:

- manteve a ordem;
- orientou a política externa;
- preparou as eleições para as Cortes Constituintes;
- as eleições tiveram lugar em dezembro de 1820.

A revolução liberal de 1820 saía vitoriosa

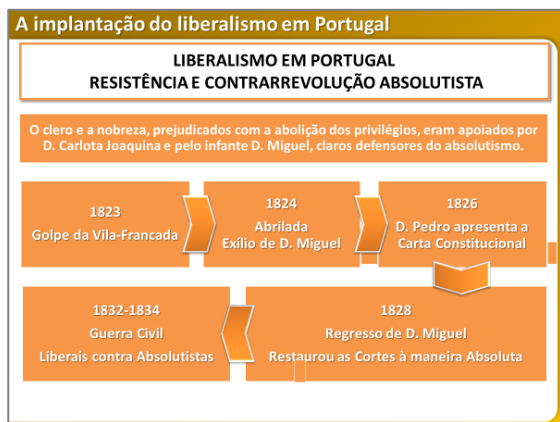
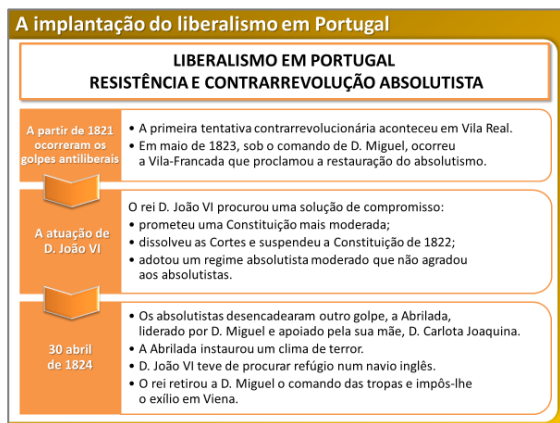


A Junta Provisional do Governo Supremo do Reino e do Reino e Regencia Interina De Lisboa

Em Lisboa em 15 de Setembro de 1820

DO INTERESSÍSSIMO SENHOR D. JOÃO DE BRITANHA

“O Ensino dos Temas Programáticos Liberalismo Português e Estado Novo e o Papel da História na Formação da Consciência Cívica do Aluno”





A implantação do liberalismo em Portugal

O LIBERALISMO EM PORTUGAL GUERRA CIVIL

Organização da expedição de uma esquadra de cerca de 7500 homens. As tropas liberais partem em direção ao reino.

Desembarque no Mindelo

Cerco do Porto pelas tropas absolutistas.

A implantação do liberalismo em Portugal

O LIBERALISMO EM PORTUGAL GUERRA CIVIL

Os liberais tomaram Lisboa.

O cerco do Porto foi levantado. As tropas miguelistas rumaram para o Sul, em direção a Lisboa.


Foram derrotadas na batalha de Almoester (fevereiro de 1834) e na batalha de Asseiceira (maio de 1834).

Chegava ao fim a guerra civil em Portugal.

A 26 de maio de 1834 foi assinada a Convenção de Évora-Monte.

D. Miguel foi obrigado ao exílio.

Triunfava então o liberalismo que se instaurava definitivamente em Portugal.





D. Maria I, A Piedosa





D. João VI, O Clemente





D. Pedro IV, O Libertador





D. Miguel, O Absolutista





D. Maria II, A Constitucional





D. Pedro V, O Esperançoso
D. Luís I, O Popular
D. Carlos I, O Diplomata
D. Manuel II, O Desafortunado



ANEXO 9

Documentos Analisados em Aula – 12º.LH1



*Conceitos considerados estruturantes no Programa da disciplina.

LINEA CONCEITUAL

Quais as principais linhas que conduzirão o estudo desta temática?

Onde se desenrolaram os acontecimentos e a ação dos homens?

NO ESPAÇO

A EUROPA EM 1930



A crise de 1929, iniciada com o crash bolsista de Nova Iorque, teve um impacto social e económico que causou, nos anos 30, a Grande Depressão.

A solução para a crise da democracia liberal e do capitalismo tornou-se mais diferenciada. Nos países mais afetados pela crise do pós-guerra e com forte descontentamento social, assistiu-se à afirmação de regimes

totalitários (Itália e Alemanha). Nos países com uma tradição democrática mais forte, a intervenção do Estado na economia e na sociedade foi a forma encontrada para enfrentar a crise. A Rússia prosseguiu a edificação do modelo soviético através do “socialismo num só país”, implementado pelo totalitarismo do regime estalinista.

A par da afirmação da cultura de massas nos anos 30, a literatura e a arte assumiram uma dimensão social e política. Portugal integrou-se no contexto ideológico e político dos anos 30 com a adoção de um regime autoritário e conservador de direita. As tensões políticas contribuíam para a degradação do ambiente internacional e culminaram na Segunda Guerra Mundial.

HEIAS DE APRENDIZAGEM (espécie e conjunto de aprendizagens previstas no Programa)

****Compreender** a expansão de regimes autoritários como reflexo do problema do empobrecimento das massas na vida política, em países em que a democracia representativa não se consolidara.

****Relacionar** os períodos de crise gerados pelo capitalismo liberal com a expansão de novas ideologias e com a influência intervencionista dos Estados democráticos.

****Caracterizar** a ideologia fascista, distinguindo particularismos e influências mútuas.

****Reconhecer** que no Estado Novo a defesa da estabilidade e da autarquia se apoiou na adoção de mecanismos repressivos e impediu a modernização económica e social do país.

Distinguir cultura de elites e cultura de massas, avaliando o peso das massas nas transformações socioculturais e identificando formas de controlo do comportamento das mesmas.

***Aprendizagens consideradas estruturantes no Programa da disciplina.

Quando ocorreram os principais eventos?

NO TEMPO

1932

Adolf Hitler eleito chanceler da Alemanha
Viagem ao Rio de Janeiro, de Adolfo Hitler
Machado da Costa em Londres
Roosevelt eleito presidente dos EUA

1933

Interrupção das exportações americanas à Europa
Ata Colonial (Portugal)
Formação da União Nacional
Reformulação da República

1933

Hitler nomeado chanceler da Alemanha
Criação do Estado Novo
Estado da República Nacional
Lei do New Deal nos EUA
A Crise da Alemanha de Adolf Hitler

1933-1938

Segundo plano quinquenal na URSS

1934

Expedição Colonial da Porto

1935

Lei de Murochanga
Segundo plano do New Deal

1937-1938

Grande purga na URSS

1938

Morte de Ciano na Alemanha

1939

Ata de Vichy do Rio de Janeiro

Aula Nº. 1 – 29 de novembro de 2016

Documento 1

Doc. 4 Exaltação Nacionalista

Com muitos outros defendendo, do alto das fortalezas erguidas por gigantes em séculos de esforço, um vasto império – a unidade política e moral da pátria e a integridade de um império colonial. No ardo do trabalho ou da luta, na honesta ambição do engrandecimento pátrio, parece esmagar-nos a grandeza da tarefa e muitas vezes me sucede perscrutar com olhos as profundezas do horizonte, inquieto porque tardam a surgir dele entusiastas e viris, mais braços e mais almas e, muitos que fossem, todos precisos para a reconquista de Portugal.

Oliveira Salazar, *Discursos*.

Documento 2

Doc. 5 Tradição e Conservadorismo

Não discutimos a família. Aí nasce o Homem, aí se educam as gerações, aí se forma o pequeno mundo de afetos sem os quais o Homem dificilmente pode viver. Quanto a família se desfaz, desfaz-se a casa, desfaz-se o lar, desatam-se os laços de parentesco, para ficarem os homens diante do Estado isolados, estranhos, [...] e despidos moralmente de mais de metade de si mesmos [...]. A natureza reconquistará os seus direitos e a sociedade civil verá mais uma vez como a sua moral, consistência e coesão dependem diretamente da moral, consistência e coesão do agregado familiar. Este é na verdade a origem necessária da vida, fonte das riquezas morais, estímulo dos esforços do Homem na luta pelo pão de cada dia [...].

Oliveira Salazar, *Discursos*.

Aula Nº. 2 – 2 de dezembro de 2016

Documento 1

Doc. 6 A legitimação da censura

Art. 1.º - É garantida a expressão do pensamento por meio de qualquer publicação gráfica, nos termos da lei de imprensa e nos deste decreto.

Art. 2.º - Continuam sujeitas a censura prévia as publicações periódicas definidas na lei de imprensa, e bem assim as folhas volantes, folhetos, cartazes e outras publicações, sempre que em qualquer delas se versem assuntos de caráter político-social.

Art. 3.º - A censura terá somente por fim impedir a perversão da opinião pública na sua função de força social e deverá ser exercida por forma a defendê-la de todos os fatores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a moral, a boa administração e o bem comum, e a evitar que sejam atacados os princípios fundamentais da organização da sociedade.

Art. 4.º - A censura será exercida por comissões nomeadas pelo Governo [...].

Art. 6.º - As comissões encarregadas da censura não poderão alterar o texto censurado com aditamentos ou substituições, devendo limitar-se a eliminar os trechos ou passagens reputados inconvenientes [...].

Decreto-lei n.º 22469, *Diário do Governo*, 11 de abril de 1933

Documento 2

Doc. 7 A criação da polícia política

Art. 1.º - É criada a polícia de vigilância e defesa do Estado, diretamente subordinada ao Ministro do Interior e exercendo a sua ação em todo o território da República Portuguesa.

Art. 2.º - A polícia de vigilância e defesa do Estado funciona com duas secções: 1 – a defesa política e social; 2 – a internacional.

Art. 3.º - à secção de defesa política e social da polícia de vigilância e defesa do estado compete especialmente a prevenção e repressão contra os crimes de natureza política e social. [...]

Art. 8.º - A polícia de investigação criminal e a política de segurança pública prestarão à polícia de vigilância e defesa do Estado o auxílio que lhes for pedido. [...]

Decreto-lei n.º 22992, Diário do Governo, 29 de agosto, 1993

Documento 3

Doc. 8 A repressão no Estado Novo: depoimentos

Álvaro Cunhal contou que, da primeira vez em que foi preso, nos anos trinta do século XX, o colocaram, algemado, no meio de uma roda de agentes, onde foi espancado a murro, pontapé, cavalo-marinho e com umas grossas tábuas. Depois, deixaram-no cair, imobilizaram-no no solo, descalçaram-lhe os sapatos e meias e deram-lhe violentas pancadas nas plantas dos pés. Quanto o levantaram, obrigaram-no a marchar sobre os pés feridos e inchados, ao mesmo tempo que voltaram a espancá-lo. Isto repetiu-se por numerosas vezes, durante largo tempo, até que perdeu os sentidos, ficando cinco dias sem praticamente dar acordo de si.

Na sua segunda prisão, em Maio de 1973, José Lamago foi sujeito a espancamentos e a dois períodos de “sono”, respetivamente, de sete e seis dias e noites. Detido pela terceira vez, em finais de Janeiro de 1974, foi então sujeito a dezasseis dias e noites, ininterruptos, de tortura do “sono”, aos quais se sucederam, posteriormente, mais sete dias e, de novo, mais três dias e noites. Sofreu ainda seis dias de “estátua”, transformando-se então os seus pés “numas bolas enormes, a pele ficava muito fina e sensível e as unhas das mãos sangravam”. Ao descrever a privação de sono, contou que se tratava a tortura “mais sofisticada”, pois se ficava “numa apatia geral, com períodos de lucidez” e ao “fim de três dias, vinham as alucinações visuais e auditivas”.

Vítimas de Salazar – Estado Novo e Violência Política, (Coord.) João Madeira, A Esfera dos Livros, Lisboa, 2007, pp. 105 e ss.

Documento 4

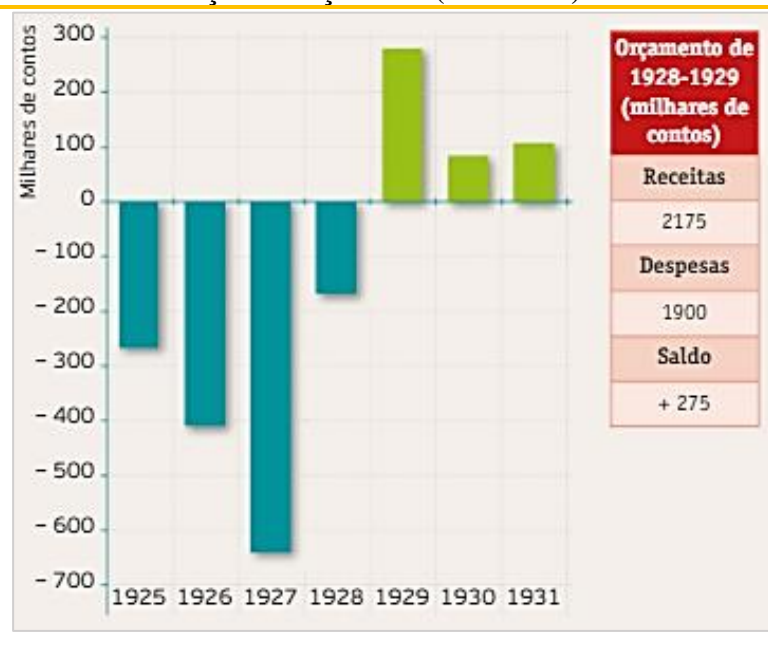
Doc. 10 O Equilíbrio Financeiro

Represento uma política de verdade e de sinceridade, contraposta a uma política de mentira e de segredo. Advoguei sempre que se fizesse a política de verdade, dizendo-se claramente ao povo a situação do país, para o habituar à ideia dos sacrifícios que haviam um dia de ser feitos, e tanto mais pesados quanto mais tardios. Advoguei sempre a política do simples bom sendo contra a dos grandiosos planos, tão grandioso e tão vastos que toda a energia se gastava em admirá-los, faltando-nos as forças para a sua execução. Advoguei sempre uma política de administração, tão clara e tão simples, como a pode fazer qualquer boa dona de casa – política comezinha e modesta que consiste em gastar bem o que se possui e não despender mais do que os próprios recursos.

António de Oliveira Salazar, Discursos, 1928

Documento 5

Doc. 11 A evolução do orçamento (1925-1931)



Documento 6

Doc. 13 A política financeira do Estado Novo

As reformas financeiras de Salazar são bem conhecidas. Entre as principais conta-se a reforma de 1928, relativa à disciplina orçamental dos ministérios [...]. Em 1929, o ministro das Finanças introduziu uma nova lei tributária que permitiu a recuperação dos rendimentos impostos degradados pela inflação. No mesmo ano ainda foi reforçada a posição da Caixa Geral de Depósitos enquanto bando de investimento e instrumento da política económica do Estado. Esta caixa recebeu do Banco de Portugal a gestão dos fundos públicos destinados ao crédito agrícola, e viu reforçados os fundos à sua disposição para conceder crédito à indústria, à construção urbana e às obras públicas. [Em 1929] foi promulgada uma pauta de cariz protecionista [...].

História Económica de Portugal – 1143-2010, A Esfera dos Livros, Lisboa, 2011, pp. 377-378

Aula Nº. 3 – 5 de dezembro de 2016

Documento 1

Doc. 14 A comemoração da Campanha do Trigo

A

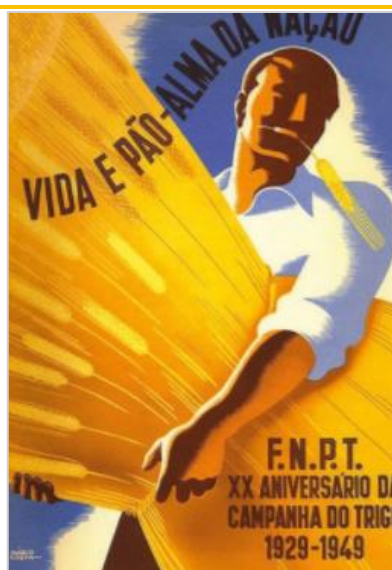
Considerações financeiras e económicas aliaram-se naquela que foi porventura a medida mais emblemática do período, a Campanha do Trigo. Importando, evidentemente, o nome e a forma de Itália, a Campanha do Trigo aplicava algumas [...] soluções identificadas por Salazar na sua primeira dissertação académica “Questão cerealífera: o trigo”. Apelava-se que Portugal se tornasse autossuficiente em trigo, para que a importação de um alimento tão básico não prejudicasse a balança

comercial num país que era, afinal, agrícola. O objetivo seria alcançado de diversas formas, capazes de conciliar o fim desejado – autossuficiência em trigo – com a necessidade política [...] de trabalhar em concertação com os proprietários rurais do sul do país, que constituíam uma voz forte e poderosa na política portuguesa. Assim, a campanha não contemplava planos imediatos para dispendiosos sistemas de irrigação, nem ideias sobre muito debatidas questões de propriedade rural e da redistribuição populacional. A produção de trigo seria aumentada dedicando mais terra ao seu cultivo e aumentando a colheita média. [...] Para o assegurar, [...] havia subsídios para desbravar a terra para o cultivo e prémios para os produtores com melhores resultados [...]. Havia mais subsídios ao transporte e distribuição e [...] havia um preço de venda garantido para a colheita. [...] A campanha estava em sintonia com o pensamento de Salazar sobre economia, visto que implicava restringir a despesa aos bens essenciais e [...] portugueses. Outro pilar da campanha era a disponibilidade de crédito barato; por cada hectare de terra dedicada ao trigo, o agricultor podia pedir um empréstimo [...]. A indústria de fertilizantes, encabeçada pela mais importante entidade industrial portuguesa, a Companhia União Fabril, [...] bem como os fabricantes de alfaia e maquinaria agrícola, também lucraram significativamente com as novas oportunidades. Uma aliança política importante entre latifundiários e grandes industriais foi assim forjada pelo Estado graças à Campanha de Trigo. [...]

Filipe Ribeiro Menezes, *Salazar*, Publicações D. Quixote, 2009, pp. 77-78

Documento 2

B



Cartaz alusivo à campanha do trigo, 1929

Documento 3

Doc. 15 A criação de infraestruturas

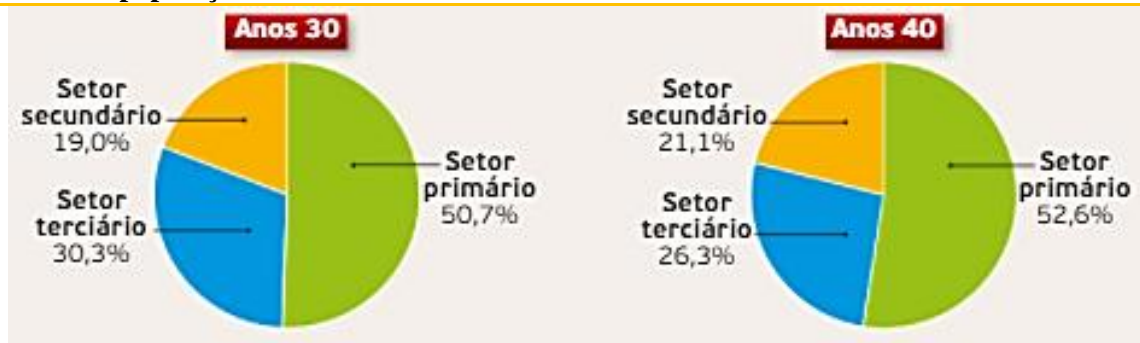
Com o que há feito, porém – e é a base indispensável do muito que há s fazer –, já é possível contemporaneamente ao desenvolvimento do plano financeiro [...], pensar a sério nas obras de renovação económica [...] Temos no primeiro plano as seguintes: a reconstrução de estradas e o desenvolvimento da sua rede, de que dependem [...] as comunicações fáceis que estão na base de toda a economia nacional; a expansão dos caminhos-de-ferro; os grandes aproveitamentos hidroelétricos do Douro e do Zêzere [...]; as obras de hidráulica regadia [...]; a extensão e aperfeiçoamento da rede telefónica [...]; as obras dos portos que ligam com todas as outras [...]; a

reconstituição do crédito, que abrange [...] o fornecimento de mais importantes capitais à agricultura e à indústria.

Entrevista a Salazar, *Diário de Notícias*, 2 de fevereiro, 1929

Documento 4

Doc. 16 A população ativa e a atividade económica



Documento 5

Doc. 17 A política industrial do Estado Novo nos anos 30

O condicionamento industrial, um instrumento importante do dirigismo e intervencionista do Estado na economia, e particularmente, na indústria, teve uma nova disposição legal em 1937 – a lei n.º 1956. Sendo as primeiras leis do condicionamento industrial de 1927 e 1931, os seguintes instrumentos [...] sofreram diversas cambiantes, adaptando-se à própria perspetiva delineada para a indústria. Porém, no anos 30, a lei n.º 1956 impôs que qualquer indústria com um mínimo de relevância económica, para se poder instalar ou reabrir, ampliar as suas instalações, comprar novas máquinas, mudar de localização ou ser vendida, carecia de prévia licença por parte do Estado, tramitada através de um complexo e moroso processo burocrático. O primeiro modo ensaiado pelo Estado Novo para o desenvolvimento de uma política industrial ficou, assim, aquém das expectativas [...]. A modernização industrial idealizada ficara dependente do intervencionismo do Estado, constituindo uma das peculiaridades deste processo. Integrado na vontade disciplinadora e organizadora da política de então, o modelo preconizado afastou-se do funcionamento das leis de mercado. Os propósitos da política económica de Salazar, nesta fase, centraram-se na manutenção da normalidade da atividade produtiva, procurando, simultaneamente, que o país garantisse quer a estabilidade dos preços quer a substituição das importações, suprimindo as necessidades de abastecimento através dos produtos nacionais. [...]

Deolinda Folgado, *1933-1968: A Nova Ordem Industrial do Estado Novo*, Livros Horizonte, Lisboa, 2012, pp. 61-62

ANEXO 10

Documentos Analisados em Aula – 11º.LH1



Domingos António Sequeira, *Alargando o Horizonte*, pintura a óleo, 1821

4

Unidade

A implantação do Liberalismo em Portugal



Conteúdos

- 4.1 Antecedentes e conjuntura (1807-1820)*
- 4.2 A Revolução de 1820 e as dificuldades de implantação da ordem liberal (1820-1834)*
- 4.3 O novo ordenamento político e socioeconómico (1832/34-1851)*

* Conteúdos de aprofundamento

Aprendizagens

- Analisar a intersecção dos fatores que contribuíram para a Revolução Liberal portuguesa.*
- Explicar a invasão de Portugal pelas tropas napoleónicas.
- Relacionar a conjuntura política, económica e social resultante das invasões francesas e da dominação inglesa com a Revolução Liberal de 1820.
- Analisar as transformações operadas pelo vintismo na política, na economia e na sociedade.
- Relacionar a Independência do Brasil com:
 - a atitude das Cortes Constituintes;
 - a desarticulação do sistema colonial luso-brasileiro e as dificuldades do Liberalismo.*
- Comparar a Carta Constitucional de 1826 com a Constituição de 1822.
- Distinguir na persistência das estruturas arcaicas da sociedade portuguesa um fator de resistência à implantação do Liberalismo*.
- Relacionar a guerra civil de 1832-1834 com a resistência ao Liberalismo.
- Analisar o papel da legislação de Mouzinho da Silveira e outros na extinção do Antigo Regime.
- Caracterizar o setembrismo.
- Mostrar que o capitalismo se identifica com o projeto cartista da alta burguesia.

* Aprendizagens estruturantes

ABSOLUTISMO		LIBERALISMO		ABSOLUTISMO		LIBERALISMO	
D. João - Príncipe Regente	D. João VI - Rei	D. Pedro IV	D. Maria II	D. Miguel	D. Maria II	D. Maria II	D. Maria II
1.ª invasão francesa Declaração da corte para o Rio de Janeiro (1807)	2.ª invasão francesa Revolução Liberal de 1820 Guerra de 1820-21	Revolução Liberal de 1820 Constituição (1822) Independência do Brasil	Carta Constitucional outorgada por D. Pedro IV, que D. Maria II, que D. Maria II, que	Regime liberal de 1820-21 D. Pedro assume a Regência (1822) Mouzinho da Silveira, 1822-23 Guerra Civil	Carta Constitucional outorgada por D. Maria II, que D. Maria II, que D. Maria II, que	Carta Constitucional outorgada por D. Maria II, que D. Maria II, que D. Maria II, que	Carta Constitucional outorgada por D. Maria II, que D. Maria II, que D. Maria II, que
Guerra de 1807-1808	Guerra de 1820-1821	Guerra de 1822-1823	Guerra de 1823-1824	Guerra de 1824-1825	Guerra de 1825-1826	Guerra de 1826-1827	Guerra de 1827-1828

Aula Nº. 4 – 8 de fevereiro de 2017

Documento 1

B – O pronunciamento militar

Soldados! Acabou-se o sofrimento. A Pátria em ferros, a vossa consideração perdida, vossos sacrifícios baldados, um Soldado Português próximo a mendigar uma esmola!...

Camaradas vinde comigo. Vamos com os nossos irmãos de armas organizar um governo provisional que chame as Cortes a fazerem uma Constituição, cuja falta é a origem dos nossos males. É desnecessário o desenvolvê-los porque cada um de vós os sente. É em nome e conservação do nosso Augusto Soberano, o Senhor D. João VI, que há de governar-se. Assim como os nossos esforços são puros e virtuosos, assim Deus os há de abençoar. Os soldados que compõem o bravo exército português hão de acorrer a abraçar a nossa causa, porque é igualmente sua. Soldados, a força é nossa, nós devemos, portanto, não consentir os tumultos. Se cada um de nós deve a Pátria a salvação, deve cada um de nós a Nação a sua segurança e tranquilidade. Tende confiança num chefe que nunca soube ensinar-vos senão o caminho da honra!

[...] Viva El-Rei o Senhor D. João VI! Vivam as Cortes e por elas a Constituição Nacional.

Proclamação lida aos soldados pelo coronel Sepúlveda, no Campo de Santo Ovídio, 24 de agosto de 1820

Documento 2

Doc. B A Revolução de 1820 (continuação)

C – O Manifesto aos Portugueses

Uma administração inconsiderada, cheia de erros e de vícios, havia acarretado sobre nós toda a casta de males, violando nossos foros e direitos, quebrando nossas fraquezas e liberdade [...]. Para cúmulo de desventura deixou de viver entre nós o nosso adorável soberano. Portugueses! Desde esse dia fatal contamos nossas desgraças pelos momentos que tem durado a nossa orfandade. [...]

Nossos avós foram felizes porque viveram nos séculos venturosos em que Portugal tinha um governo representativo nas Cortes da Nação [...].

Imitando nossos maiores, convoquemos as Cortes e esperemos da sua sabedoria e firmeza as medidas que só podem salvar-nos da perdição e assegurar nossa experiência política. Eis o voto da Nação e o exército, que o anunciou por este modo, não fez senão facilitar os meios de seu cumprimento [...]. A mudança que fazemos não ataca as partes estáveis da monarquia. A religião santa de nossos pais ganhará mais brilhante esplendor [...].

As leis do Reino, observadas religiosamente, segurarão propriedade individual [...]

Portugueses! Vivei certos de bons desejos que nos animam. Escolhidos para vigiar sobre vossos destinos, até o dia memorável em que vós, competentemente representados, haveis de estabelecer outra forma de governo, empregaremos todas as nossas forças para [elaborar] uma Constituição que segure solidamente os direitos da monarquia e os vossos [...].

Porto e Paço do Governo, 24 de agosto de 1820

A JUNTA PROVISIONAL DO SUPREMO GOVERNO DO REINO

Documento 3

B – Manifesto da Nação Portuguesa aos soberanos e povos da Europa (15 de dezembro de 1820)

[...] O Povo Português apela para o sentimento íntimo de todos os seus concidadãos, dos homens ilustrados de todos os países, dos Povos da Europa e dos Augustos Monarcas que os regem. [...]

No curto espaço de trinta e sete dias [mudou-se] a face de uma Nação inteira, e de uma Nação que se preza de religiosa, e leal, sem derramar uma só gota de sangue; sem dar lugar a um só insulto contra a autoridade, a um só ataque contra a propriedade pública ou individual; sem ocasionar a mais ligeira desgraça, ou desordem [...] Os estrangeiros não podem deixar de render a devida homenagem ao carácter nobre, generoso e pacífico dos Portugueses [...]. Os seus patrióticos movimentos merecem a mais favorável consideração e justo louvor; tanto na opinião pública nas nações ilustradas, como na dos gabinetes dos soberanos que regem os diferentes povos da Europa. [...]

Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, 15 de dezembro de 1820

Documento 4

Doc. 11 – A Constituição de 1822

Art. 1.º - A Constituição política da Nação Portuguesa tem por objetivo manter a liberdade, segurança e propriedade de todos os Portugueses. [...]

Art. 6.º - A propriedade é um direito sagrado e inviolável, que tem qualquer Português, de dispor à sua vontade de todos os seus bens [...].

Art. 7.º - A livre comunicação dos pensamentos é um dos mais preciosos direitos do Homem. Todo o Português pode conseqüentemente, sem dependência de censura prévia, manifestar sua opinião em qualquer matéria, contanto que haja de responder pelo abuso desta liberdade nos casos, e pela forma que a lei determinar. [...]

Art. 9.º - A lei é igual para todos. [...]

Art. 12.º - Todos os Portugueses podem ser admitidos nos cargos públicos, sem outra distinção que não seja a dos seus talentos e das suas virtudes. [...]

Art. 26.º - A soberania reside essencialmente em a Nação. Não pode porém ser exercida senão pelos seus representantes legalmente eleitos. [...].

Art. 29.º - O governo da Nação Portuguesa é a Monarquia constitucional hereditária, com leis fundamentais, que regulem o exercício dos três poderes políticos.

Art. 30.º - Estes poderes são legislativo, executivo e judicial. O primeiro reside nas Cortes com dependência da sanção do rei (arts. 110, 111 e 112). O segundo está no rei e nos secretários de Estado, que o exercitam debaixo da autoridade do mesmo rei. O terceiro está nos juizes.

Cada um destes poderes é de tal maneira independente que um não poderá arrogar a si as atribuições do outro. [...]

Art. 105.º - A iniciativa direta das leis somente compete aos representantes da Nação juntos em Cortes.

Podem, contudo, os secretários de Estado fazer propostas, as quais, depois de examinadas por uma comissão das Cortes, poderão ser convertidas em projetos de lei. [...]

Art. 110.º - Ao rei pertence dar a sanção à lei: o que fará pela seguinte fórmula assinada de sua mão: Sanciono e publique-se como lei.

Art. 121.º - A autoridade do rei provém da Nação e é indivisível e inalienável.

Art. 122.º - Esta autoridade geralmente consiste em fazer executar as leis; expedir os decretos, instruções e regulamentos adequados a esse fim; e prover a tudo o que for concernente à segurança interna e externa do Estado, na forma da Constituição. [...]

Art. 127.º - A pessoa do rei é inviolável e não e não está sujeita a responsabilidade alguma. O rei tem tratamento de *Majestade Fidelíssima*. [...]

Art. 176.º - O poder judicial pertence exclusivamente aos juizes. Nem as Cortes nem o Rei o poderão executar em caso algum. [...]

Extratos da *Edição Oficial* de 1822

Documento 5

Doc. 15 O Reino Unido de Portugal e Brasil

A – A elevação do Brasil a reino (1815)

Dom João por Graça de Deus Príncipe Regente de Portugal e dos Algarves daquém e dalém-mar, em África, de Guiné, e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia [...]. Faço saber aos que a presente Carta de Lei virem, que, tendo constantemente em meu real Ânimo os mais vivos desejos de fazer prosperar os Estados, que a Providência Divina confiou ao Meu Soberano Regime, e dando ao mesmo tempo a importância devida à vastidão e localidade dos meus Domínios da América, à cópia e variedade dos precisos elementos de riqueza que eles em si contêm e também reconhecendo quanto seja vantajosa aos Meus fiéis Vassalos em geral uma perfeita união e identidade entre os Meus Reinos de Portugal, e dos Algarves, e os meus Domínios do Brasil [...]

Me apraz Ordenar [...]

1.º - Que, desde a publicação desta carta de lei, o Estado do Brasil seja elevado à dignidade, preeminência e denominação de Reino do Brasil.

2.º - Que os meus reinos de Portugal, Algarve e Brasil formem de ora em diante um só e único reino, debaixo do título Reino Unido de Portugal e do Brasil, e Algarves.

Dada no Palácio do Rio de Janeiro aos dezasseis de dezembro de mil oitocentos e quinze

Documento 6

Doc. 18 O fim do Reino Unido de Portugal e Brasil

A- A partida da família real do Rio de Janeiro, gravura de J.-B Debret



A família real partiu a 26 de abril de 1821, chegando a Lisboa em início de julho. Acompanhava-a uma comitiva de mais de 3 mil pessoas.

Documento 7

Doc. 15 O Reino Unido de Portugal e Brasil

C – Decretos das Cortes Constituintes

1 – 29 de setembro de 1821

- 1.º - Que o Príncipe Real regresse quanto antes a Portugal.
- 2.º - Que Sua Alteza real, logo que chegue a Portugal, passe a viajar incógnito às Cortes, e reinos de Espanha, França, e Inglaterra, sendo acompanhado por pessoas dotadas de luzes, virtudes, e adesão ao Sistema Constitucional, que para esse fim Sua Majestade houver por bem de nomear.

2 – 29 de dezembro de 1821

- 1.º - Ficam extintos todos os Tribunais criados no Rio de Janeiro, desde que El-Rei para ali trasladou a sua Corte em mil oitocentos e oito.
- 2.º - Todos os negócios que se expandiam por cada um dos referidos Tribunais, serão de ora em adiante expedidos como eram antes da sua criação [...].

3 – 9 de abril de 1822

- 1.º - O comércio entre os reinos de Portugal, Brasil e Algarves será considerado como da província de um mesmo continente.
- 2.º - É permitido unicamente a navios nacionais de construção e propriedade portuguesa fazer o comércio de porto a porto em todas as possessões portuguesas.

Em Diário das Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa

Aula Nº. 5 – 9 de fevereiro de 2017

Documento 1

Doc. 21 A reacção do infante D. Miguel ao vintismo

A – A Vila-Francada (maio de 1823)

Portugueses

É tempo de quebrar o férreo jugo em que ignominiosamente vivemos. [...] Em lugar dos primeiros direitos nacionais, que vos prometeram recobrar em 24 de agosto de 1820, deram-vos a sua ruína, e o rei reduzido a um mero fantasma; a Magistratura diariamente ultrajada; a Nobreza [...] à qual deveis vossa glória nas terras de África, nos mares de Ásia, reduzida ao abatimento, e despojada do lustre que outrora obtivera do reconhecimento real; a Religião e seus ministros objetos de mofa e de escárnio. [...]

Acho-me no meio de valentes e briosos portugueses, decididos como eu a morrer ou restituir a Sua Majestade a sua liberdade e autoridade, e a todas as classes os seus direitos. Não hesiteis, eclesiásticos e cidadãos de todas as classes, vinde auxiliar a causa da religião, da realeza e de vós todos; e juremos não tornar a beijar a real mão, se não depois de Sua Majestade ser restituído à sua autoridade.

Não acrediteis que queremos restaurar o despotismo, operar reacções ou tomar vinganças; juremos pela religião e pela honra que queremos a união de todos os portugueses e um total esquecimento das opiniões passadas.

Vila Franca, 27 de maio de 1823

MIGUEL

Documento 2

Doc. 21 A reacção do infante D. Miguel ao vintismo

A – A Abrilada (abril de 1824)

Soldados! Se o dia 27 de Maio de 1823 raiou sobremaneira maravilhoso, não será menos o de 30 de Abril de 1824; antes um e outro irão tomar distinto lugar nas páginas da história lusitana; naquele deixei a capital para derrubar uma facção desorganizada, salvando o trono, e o excelso rei, a real família, e a Nação inteira, dando mais um exemplo de virtude à sagrada Religião, que professamos, como verdadeiro sustentáculo da realeza, e da justiça; e neste farei triunfar a grande obra começada, dando-lhe segura estabilidade, esmagando de uma vez a pestilenta cáfila de pedreiros livres*, que aleivosamente projetava alçar a mortífera foice para acabar e de todo extinguir a reinante Casa de Bragança.

* Trata-se dos membros da Maçonaria

Palácio da Bemposta, 30 de abril de 1824

Documento 3

Doc. 22 D. Pedro IV (1798-1834)

A- A abdicação

D. Pedro, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, daquém e dalém mar em África, senhor da Guiné e da conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e da Índia [...].

Faço saber a todos os meus súbditos portugueses, que sendo incompatível com os interesses do Império do Brasil e os do Reino de Portugal que eu continue a ser rei de Portugal, Algarves e seus domínios; e querendo felicitar aos ditos reinos, quanto a mim couber; hei por bem, do meu *motu próprio* e livre vontade, abdicar e ceder de todos os indisputáveis e inauferíveis direitos que tenho à coroa da monarquia portuguesa e à soberania dos mesmos reinos, na pessoa da minha sobre todas muito amada, prezada e querida filha, a princesa do Grão-Pará, D. Maria da Glória [...]

Dada no palácio do Rio de Janeiro, aos dias 2 do mês de maio do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1826. = El-Rei, com guarda.

Em *Documentos para a História das Cortes Gerais da Nação Portuguesa*, Tomo I, 1826, Lisboa, 1884

Documento 4

Doc. 23 A Carta Constitucional

A

Dom Pedro, por Graça de Deus Rei de Portugal, dos Algarves [...] Faço saber a todos os meus súbditos portugueses que sou servido decretar, dar e mandar jurar imediatamente pelas três Ordens do Estado a Carta Constitucional abaixo transcrita [...]

Art. 11.º - Os poderes políticos reconhecidos pela Constituição do Reino de Portugal são quatro; o poder legislativo, o poder moderador, o poder executivo e o poder judicial. [...]

Art. 12.º - Os representantes da Nação Portuguesa são o rei e as Cortes Gerais.

Art. 13.º - As Cortes compõem-se de duas Câmaras: Câmara de Pares e Câmara de Deputados. [...]

Art. 34.º - A Câmara dos Deputados é eletiva e temporária [...].

Art. 39.º - A Câmara dos Pares é composta por membros vitalícios e hereditários, nomeados pelo rei e sem número fixo [...].

Art. 59.º - O rei dará, ou negará, a sanção em cada decreto dentro de um mês depois que lhe for apresentado. [...]

Art. 63.º - As nomeações dos deputados para as Cortes Gerais serão feitas por eleições indiretas, elegendo a massa dos cidadãos ativos, em assembleias paroquiais, os eleitores de província, e estes os representantes da Nação. [...]

Art. 65.º - São excluídos de votar nas assembleias paroquiais:

§ 5.º - Os que não tiverem de renda líquida anual cem mil réis, por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos. [...]

TÍTULO V

Do rei

Art. 71.º - O poder moderador é a chave de toda a organização política e compete privativamente ao rei, como chefe supremo da Nação, para que incessantemente vele sobre a manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos mais poderes políticos.

Art. 72.º - A pessoa do rei é inviolável e sagrada. Ele não está sujeito a responsabilidade alguma. [...]

Art. 75.º - O rei é chefe do Poder Executivo e o exercita pelos seus ministérios de Estado. [...]

Art. 118.º - O poder judicial é independente e será composto de juizes e jurados [...].

Art. 145.º - A inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos portugueses, que tem por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade, é garantida pela constituição do Reino, pela maneira seguinte: [...]

§ 15.º - Ficam abolidos todos os privilégios que não foram essencial e inteiramente ligados aos cargos por utilidade pública. [...]

§ 21.º - É garantido o direito de propriedade em toda a sua plenitude. [...]

§ 31.º - Garante a nobreza hereditária e suas regalias.

Outorgada em 29 de abril de 1826 e publicada na *Gazeta de Lisboa*, em 15 de junho de 1826

ANEXO 11

Trabalho de Grupo “Constituição de 1933”: Documentos de Apoio

Quarta-feira 22 de Fevereiro de 1933

I Série — Número 43



DIÁRIO DO GOVERNO

Presidência do Ministério:

Constituição Política da República Portuguesa

Decreto n.º 22:241 — Promulga o Projecto de Constituição Política da República Portuguesa.

PARTÉ I

Das garantias fundamentais

TÍTULO I

Da Nação Portuguesa

Artigo 1.º O território de Portugal é o que actualmente lhe pertence e compreende:

- 1.º Na Europa: o Continente e Arquipélagos da Madeira e dos Açores;
- 2.º Na África Ocidental: Arquipélago de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe e suas dependências, S. João Baptista de Ajudá, Cabinda e Angola;
- 3.º Na África Oriental: Moçambique;
- 4.º Na Ásia: Estado da Índia, Macau e Timor e respectivas dependências.

§ único. A Nação não renuncia aos direitos que tenha ou possa vir a ter sobre qualquer outro território.

Art. 2.º Nenhuma parcela do território nacional pode ser adquirida por Governo ou entidade de direito público de país estrangeiro, salvo para instalação de representação diplomática ou consular, se existir reciprocidade em favor do Estado Português.

Art. 3.º Constituem a Nação todos os cidadãos portugueses residentes dentro ou fora do seu território, os quais são considerados dependentes do Estado e das leis portuguesas, salvas as regras aplicáveis de direito internacional.

§ único. Os estrangeiros que se encontrem ou residam em Portugal estão também sujeitos ao Estado e às leis portuguesas, sem prejuízo do preceituado pelo direito internacional.

Art. 4.º A Nação Portuguesa constitui um Estado independente, cuja soberania só reconhece como limites, na ordem interna, a moral e o direito; e, na internacional, os que derivem das convenções ou tratados livremente celebrados ou do direito consuetudinário livremente aceito, cumprindo-lhe cooperar com outros Estados na preparação e adopção de soluções que interessem à paz entre os povos e ao progresso da humanidade.

§ único. Portugal preconiza a arbitragem, como meio de dirimir os litígios internacionais.

Art. 5.º O Estado português é uma República unitária e corporativa, baseada na igualdade dos cidadãos perante a lei, no livre acesso de todas as classes aos benefícios da civilização e na interferência de todos os elementos estruturais da Nação na vida administrativa e na feitura das leis.

§ único. A igualdade perante a lei envolve o direito de ser provido nos cargos públicos, conforme a capacidade ou serviços prestados, e a negação de qualquer privilégio de nascimento, nobreza, título nobiliárquico, sexo, ou condição social, salvas, quanto à mulher, as diferenças resultantes da sua natureza e do bem da família, e, quanto aos encargos ou vantagens dos cidadãos, as impostas pela diversidade das circunstâncias ou pela natureza das cousas.

Art. 6.º Incumbe ao Estado:

1.º Promover a unidade moral e estabelecer a ordem jurídica da Nação, definindo e fazendo respeitar os direitos e garantias resultantes da natureza ou da lei, em favor dos indivíduos, das famílias, das autarquias locais e das corporações morais e económicas;

2.º Coordenar, impulsionar e dirigir todas as actividades sociais, fazendo prevalecer uma justa harmonia de interesses, dentro da legítima subordinação dos particulares ao geral;

3.º Zelar pela melhoria de condições das classes sociais mais desfavorecidas, obstando a que aquelas desçam abaixo do mínimo de existência humanamente suficiente.

Quarta-feira 22 de Fevereiro de 1933

I Série — Número 43



DIÁRIO DO GOVERNO

TÍTULO II

Dos cidadãos

Art. 7.º A lei civil determina como se adquire e como se perde a qualidade de cidadão português. Este goza dos direitos e garantias consignados na Constituição, salvas, quanto aos naturalizados, as restrições estabelecidas na lei.

§ único. Dos mesmos direitos e garantias gozam os estrangeiros residentes em Portugal, se a lei não determinar o contrário. Exceptuam-se os direitos políticos e os direitos públicos que se traduzam num encargo para o Estado, observando-se porém, quanto aos últimos, a reciprocidade de vantagens concedidas aos súbditos portugueses por outros Estados.

Art. 8.º Constituem direitos e garantias individuais dos cidadãos portugueses:

- 1.º O direito à vida e integridade pessoal;
- 2.º O direito ao bom nome e reputação;
- 3.º A liberdade e a inviolabilidade de crenças e práticas religiosas, não podendo ninguém por causa delas ser perseguido, privado de um direito, ou isento de qualquer obrigação ou dever cívico. Ninguém será obrigado a responder acerca da religião que professa, a não ser em inquérito estatístico ordenado por lei;
- 4.º A liberdade de expressão do pensamento sob qualquer forma;
- 5.º A liberdade de ensino;
- 6.º A inviolabilidade do domicílio e o sigilo da correspondência, nos termos que a lei determinar;
- 7.º A liberdade de escolha de profissão ou género de trabalho, indústria ou comércio, salvas as restrições legais requeridas pelo bem comum e os exclusivos que só o Estado e os corpos administrativos poderão conceder nos termos da lei, por motivo de reconhecida utilidade pública;
- 8.º Não ser privado da liberdade pessoal nem preso sem culpa formada, salvo os casos previstos nos §§ 2.º e 3.º;
- 9.º Não ser sentenciado criminalmente senão em virtude de lei anterior que declare puníveis o acto ou omissão;
- 10.º Haver instrução contraditória, dando-se aos arguidos, antes e depois da formação da culpa, as necessárias garantias de defesa;
- 11.º Não haver penas corporais perpétuas, nem a de morte, salvo, quanto a esta, o caso de beligerância com país estrangeiro, e para ser aplicada no teatro da guerra;
- 12.º Não haver confisco de bens, nem transmissão de qualquer pena da pessoa do delinquente;

Presidência do Ministério:

Decreto n.º 22:241 — Promulga o Projecto de Constituição Política da República Portuguesa.

13.º Não haver prisão por falta de pagamento de custas ou selos;

14.º A liberdade de reunião e associação;

15.º O direito de propriedade e a sua transmissão em vida ou por morte, nas condições determinadas pela lei civil;

16.º Não pagar impostos que não tenham sido estabelecidos de harmonia com a Constituição;

17.º O direito de reparação de toda a lesão efectiva conforme dispuser a lei, podendo esta, quanto a lesões de ordem moral, prescrever que a reparação seja pecuniária;

18.º O direito de representação ou petição, de reclamação ou queixa, perante os órgãos da soberania ou quaisquer autoridades, em defesa dos seus direitos ou do interesse geral;

19.º O direito de resistir a quaisquer ordens que infringam as garantias individuais, se não estiverem legalmente suspensas, e de repelir pela força a agressão particular, quando não seja possível recorrer à autoridade pública;

20.º Haver revisão das sentenças criminais, assegurando-se o direito de indemnização de perdas e danos pela Fazenda Nacional, ao réu ou seus herdeiros, mediante processo que a lei regulará.

§ 1.º A especificação destes direitos e garantias não exclue quaisquer outros constantes da Constituição ou das leis, entendendo-se que os cidadãos deverão sempre fazer uso deles sem ofensa dos direitos de terceiros, nem lesão dos interesses da sociedade ou dos princípios da moral.

§ 2.º Leis especiais regularão o exercício da liberdade de expressão do pensamento, de ensino, de reunião e de associação, devendo, quanto à primeira, impedir preventiva ou repressivamente a perversão da opinião pública na sua função de força social, e salvaguardar a integridade moral dos cidadãos, a quem ficará assegurado o direito de fazer inserir gratuitamente a rectificação ou defesa na publicação periódica em que forem injuriados ou infamados, sem prejuízo de qualquer outra responsabilidade ou procedimento determinado na lei.

§ 3.º É autorizada a prisão, sem culpa formada, em flagrante delicto e nos seguintes crimes consumados, frustrados ou tentados: contra a segurança do Estado; falsificação de moeda, notas de Banco e títulos de dívida pública; homicídio voluntário; furto doméstico ou roubo; furto, burla ou abuso de confiança, praticados por um reincidente; falência fraudulenta; fogo pôsto; fabrico, detenção ou emprêgo de bombas explosivas e outros engenhos semelhantes.

§ 4.º Fora dos casos indicados no parágrafo antecedente, a prisão em cadeia pública ou detenção em domicílio privado ou estabelecimento de alienados só poderá ser levada a efeito mediante ordem por escrito da autoridade competente, e não será mantida oferecendo o inculpatado caução idónea ou termo de residência, quando a lei o consentir.

Poderá contra o abuso de poder usar-se da providência excepcional do *Habeas Corpus*, nas condições determinadas em lei especial.

Art. 9.º A qualquer empregado do Estado, dos corpos e corporações administrativas ou de companhias que com um ou outros tenham contrato, é garantido o direito ao lugar durante o tempo em que fôr obrigado a prestar serviço militar.

Art. 10.º É vedado aos órgãos da Soberania, conjunta ou separadamente, suspender a Constituição, ou restringir os direitos nela consignados, salvos os casos na mesma previstos.

Quarta-feira 22 de Fevereiro de 1933

I Série — Número 43



DIÁRIO DO GOVÊRNO

Presidência do Ministério:

Decreto n.º 22:241 — Promulga o Projecto de Constituição Política da República Portuguesa.

TÍTULO IX

Da educação, ensino e cultura nacional

Art. 42.º A educação e instrução são obrigatórias e pertencem à família e aos estabelecimentos oficiais ou particulares em cooperação com ela.

Art. 43.º O Estado manterá oficialmente escolas primárias, complementares, médias e superiores e institutos de alta cultura.

§ 1.º O ensino primário elementar é obrigatório, podendo fazer-se no lar doméstico, em escolas particulares ou em escolas oficiais.

§ 2.º As artes e as ciências serão fomentadas e protegidas no seu desenvolvimento, ensino e propaganda, desde que sejam respeitadas a Constituição, a hierarquia e a acção coordenadora do Estado.

§ 3.º O ensino ministrado pelo Estado é independente de qualquer culto religioso, não o devendo porém hostilizar, e visa, além do revigoração físico e do aperfeiçoamento das faculdades intelectuais, à formação do carácter, do valor profissional e de todas as virtudes cívicas e morais.

§ 4.º Não depende de autorização o ensino religioso nas escolas particulares.

Art. 44.º É livre o estabelecimento de escolas particulares paralelas às do Estado, ficando sujeitas à fiscalização d'este e podendo ser por ele subsidiadas, ou oficializadas para o efeito de concederem diplomas quando os seus programas e categoria do respectivo pessoal docente não forem inferiores aos dos estabelecimentos oficiais similares.

TÍTULO X

Das relações do Estado com a Igreja Católica e demais cultos

Art. 45.º É livre o culto público ou particular de todas as religiões, podendo as mesmas organizar-se livremente de harmonia com as normas da sua hierarquia e disciplina, constituindo por essa forma associações ou organizações a que o Estado reconhece existência civil e personalidade jurídica.

§ único. Exceptuam-se os actos de culto incompatíveis com a vida e integridade física da pessoa humana e com os bons costumes.

Art. 46.º Sem prejuízo do preceituado pelas concordatas na esfera do Padroado, o Estado mantém o regime de separação em relação à Igreja Católica e a qualquer outra religião ou culto praticados dentro do território português, e as relações diplomáticas entre a Santa Sé e Portugal, com recíproca representação.

Art. 47.º Nenhum templo, edifício, dependência ou objecto do culto afecto a uma religião poderá ser destinado pelo Estado a outro fim.

Art. 48.º Os cemitérios públicos têm carácter secular, podendo os ministros de qualquer religião praticar neles livremente os respectivos ritos.

Quarta-feira 22 de Fevereiro de 1933

I Série — Número 43



DIÁRIO DO GOVERNO

Presidência do Ministério:

Decreto n.º 22:241 — Promulga o Projecto de Constituição Política da República Portuguesa.

TÍTULO VII

Da ordem politica, administrativa e civil

Art. 22.º Os funcionários públicos estão ao serviço da colectividade e não de qualquer partido ou organização de interesses particulares, incumbindo-lhes acatar e fazer respeitar a autoridade do Estado.

Art. 23.º Estão sujeitos à disciplina prescrita no artigo anterior os empregados das autarquias locais e corporações administrativas e bem assim os que trabalham em empresas que explorem serviços de interesse público.

Art. 24.º A suspensão concertada de serviços públicos ou de interesse colectivo importará a demissão dos delinquentes, além de outras responsabilidades que a lei prescrever.

Art. 25.º Não é permitido acumular, salvo nas condições previstas na lei, empregos do Estado ou das autarquias locais, ou daquele e destas.

§ 1.º O regime das incompatibilidades, quer de cargos públicos, quer destes com o exercício de outras profissões, será definido em lei especial.

§ 2.º Serão dificultadas, como contrárias à economia e moral públicas, as acumulações de lugares em empresas privadas.

Art. 26.º Todos os cidadãos são obrigados a prestar ao Estado e às autarquias locais cooperação e serviços em harmonia com as leis, e a contribuir, conforme os seus haveres, para os encargos públicos.

Art. 27.º O Estado concederá distinções honoríficas ou recompensas aos cidadãos que se notabilizarem pelos seus méritos pessoais, ou pelos seus feitos cívicos ou militares, e ainda aos estrangeiros por conveniências internacionais, estabelecendo a lei as ordens, condecorações, medalhas ou diplomas a isso destinados.

Art. 28.º O registo do estado civil dos cidadãos é da competência do Estado.

TÍTULO XII

Da defesa nacional

Art. 53.º O Estado assegura a existência e o prestígio das instituições militares de terra e mar exigidas pelas supremas necessidades de defesa da integridade nacional e da manutenção da ordem e da paz pública.

§ único. A organização militar é uma para todo o território.

Art. 54.º O serviço militar é geral e obrigatório. A lei determina a forma de ser prestado.

Art. 55.º A lei regulará a organização geral da Nação para o tempo de guerra, em obediência ao princípio da nação armada.

Art. 56.º O Estado promove, protege e auxilia instituições cívicas que tenham por fim adestrar e disciplinar a mocidade em ordem a prepará-la para o cumprimento dos seus deveres militares e patrióticos.

Art. 57.º Nenhum cidadão pode conservar ou obter emprego do Estado ou das autarquias locais, se não houver cumprido os deveres a que estiver sujeito pela lei militar.

Art. 58.º O Estado garante protecção e pensões àqueles que se inutilizarem no serviço militar em defesa da Pátria ou da ordem, e bem assim à família dos que nele perderem a vida.

Quarta-feira 22 de Fevereiro de 1933

I Série — Número 43



DIÁRIO DO GOVERNO

Presidência do Ministério:

Decreto n.º 22:241 — Promulga o Projecto de Constituição Política da República Portuguesa.

TÍTULO III

Da família

Art. 11.º O Estado assegura a constituição e defesa da família, como fonte de conservação e desenvolvimento da raça, como base primária da educação, da disciplina e harmonia social, e como fundamento de toda a ordem política pela sua agregação e representação na freguesia e no município.

Art. 12.º A constituição da família assenta:

- 1.º No casamento e filiação legítima;
- 2.º Na igualdade de direitos e deveres dos dois cônjuges, quanto à sustentação e educação dos filhos legítimos;
- 3.º Na obrigatoriedade de registo do casamento e do nascimento dos filhos.

§ 1.º A lei civil estatue as normas relativas às pessoas e bens dos cônjuges, ao pátrio poder e seu suprimento, aos direitos de sucessão na linha recta ou colateral e ao direito de alimentos.

§ 2.º É garantida aos filhos legítimos a plenitude dos direitos exigidos pela ordem e solidez da família, reconhecendo-se aos ilegítimos porfilháveis, mesmo os nascituros, direitos convenientes à sua situação, em especial o de alimentos, mediante investigação acerca das pessoas a quem incumba a obrigação de os prestar.

Art. 13.º Em ordem à defesa da família pertence ao Estado e autarquias locais:

- 1.º Favorecer a constituição de lares independentes e em condições de salubridade, e a instituição do casal de família;
- 2.º Proteger a maternidade;
- 3.º Regular os impostos de harmonia com os encargos legítimos da família e promover a adopção do salário familiar;
- 4.º Facilitar aos pais o cumprimento do dever de instruir e educar os filhos, cooperando com eles por meio de estabelecimentos oficiais de ensino e correcção, ou favorecendo instituições particulares que se destinem ao mesmo fim;
- 5.º Tomar todas as providências no sentido de evitar a corrupção dos costumes.

TÍTULO VI

Da opinião pública

Art. 20.º A opinião pública é elemento fundamental da política e administração do País, incumbindo ao Estado defendê-la de todos os factores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a boa administração e o bem comum.

Art. 21.º A imprensa exerce uma função de carácter público, por virtude da qual não poderá recusar, em assuntos de interesse nacional, a inserção de notas officiais de dimensões comuns que lhe sejam enviadas pelo Governo.

ANEXO 11A

Ficha de Trabalho

Ficha de Trabalho – Análise da Constituição de 1933

Grupo 1 – Nomes: _____

Título: _____

1. Identifique o tipo de documento analisado. _____
2. Explique em que contexto é aprovado o Projeto de Constituição Portuguesa da República Portuguesa, em 1933.

3. Descreva sucintamente o que considera mais relevante no texto.

4. Comente a seguinte frase: “Art. 6.º *Incube ao Estado: 1.º Promover a unidade moral e estabelecer a ordem jurídica da Nação [...].*”

Bom trabalho! 😊

Ficha de Trabalho – Análise da Constituição de 1933

Grupo 2/3 – Nomes: _____

Título: _____

1. Identifique o tipo de documento analisado. _____
2. Explique em que contexto é aprovado o Projeto de Constituição Portuguesa da República Portuguesa, em 1933.

3. Descreva sucintamente o que considera mais relevante no texto.

4. Comente a seguinte frase: “Art. 8.º: 4.º A liberdade de expressão do pensamento sob qualquer forma”.

Bom trabalho! ☺

Ficha de Trabalho – Análise da Constituição de 1933

Grupo 4 – Nomes: _____

Título: _____

1. Identifique o tipo de documento analisado. _____
2. Explique em que contexto é aprovado o Projeto de Constituição Portuguesa da República Portuguesa, em 1933.

3. Descreva sucintamente o que considera mais relevante no texto.

4. Comente a seguinte frase: “Art. 42.º A educação e instrução são obrigatórias e pertencem à família e aos estabelecimentos oficiais ou particulares em cooperação com ela.”.

Bom trabalho! ☺

Ficha de Trabalho – Análise da Constituição de 1933

Grupo 5 – Nomes: _____

Título: _____

1. Identifique o tipo de documento analisado. _____
2. Explique em que contexto é aprovado o Projeto de Constituição Portuguesa da República Portuguesa, em 1933.

3. Descreva sucintamente o que considera mais relevante no texto.

4. Comente a seguinte frase: “Art. 56.º O Estado promove, protege e auxilia instituições civis [...] para o cumprimento dos seus deveres militares e patrióticos.”.

Bom trabalho! ☺

Ficha de Trabalho – Análise da Constituição de 1933

Grupo 6 – Nomes: _____

Título: _____

1. Identifique o tipo de documento analisado. _____
2. Explique em que contexto é aprovado o Projeto de Constituição Portuguesa da República Portuguesa, em 1933.

3. Descreva sucintamente o que considera mais relevante no texto.

4. Comente a seguinte frase: “Art. 11.º O Estado assegura a constituição e defesa da família [...], e como fundamento de toda a ordem política pela sua agregação e representação [...]”.

Bom trabalho! ☺

ANEXO 11B

CrITÉrios de Classificação

CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO
FICHA DE TRABALHO – ANÁLISE DA CONSTITUIÇÃO DE 1933

GERAL	
Título - Cada grupo deve identificar qual o título da Constituição analisado.	20 pontos
Questão 1 - Os alunos devem responder: <u>documento escrito</u> . - Aceita-se quem escrever: <u>Constituição Portuguesa</u> .	20 pontos 10 pontos

40 pontos

DESCRITORES DO DOMÍNIO DA COMUNICAÇÃO ESCRITA	
3	Texto bem estruturado e linguisticamente correto, ou com falhas esporádicas que não afetem a inteligibilidade do discurso.
2	Texto bem estruturado, mas com incorreções linguísticas que conduzam a alguma perda de inteligibilidade do discurso. OU Texto linguisticamente correto, mas com deficiências de estruturação que conduzam a alguma perda de inteligibilidade do discurso.
1	Texto com deficiências de estruturação e com incorreções linguísticas, embora globalmente.

Questão 2 – 40 pontos

Descritores do nível de desempenho no domínio específico da disciplina		Descritores do nível de desempenho no domínio da comunicação escrita da língua portuguesa			Níveis		
		1	2	3	1	2	3
5	<p>Interpretação clara e completa do Documento, por referência ao solicitado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - é o documento fundador de um novo período em Portugal: o Estado Novo; - foi coordenado por António de Oliveira Salazar; - resulta de um longo processo de revolta social e instabilidade governativa, assim como diversos e graves problemas financeiros e económicos (durante a I República); - resulta também do regime de ditadura militar, de 1926-1933, do qual, em 1928, Salazar surge como Ministro das Finanças impondo uma ditadura financeira para resolver os graves problemas existentes; - em 1932, após a obtenção de resultados positivos no país, a nível financeiro e económico, Salazar é nomeado o Presidente do Conselho de Ministros, sendo, portanto, importante escrever uma nova Constituição que legitimasse as leis e ordens realizadas OU havia a necessidade de estabilizar o país a vários níveis (financeiros, económicos, políticos e sociais), sendo necessário a existência de um Estado forte e com um poder executivo forte; - pode ser considerada uma carta de estabilidade jurídica da revolução de 1926; - tem um carácter autoritário, intervencionista, controlador e repressivo; - foi aprovada em plebiscito – pelo povo, sendo o voto obrigatório (por homens e mulheres com mais de 21 anos, que soubessem ler e escrever e comprovassem ter uma profissão e ser chefes de família); - vem substituir a Constituição de 1911, da I República; <p>Referência dos aspetos que estão nos tópicos de conteúdo de correção (devem responder a pelo menos 6 tópicos);</p>	38	39	40			

	Utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina;			
4	Nível Intercalar	33	34	35
3	Interpretação incompleta e pouco clara do Documento, por referência ao solicitado; Referência de alguns aspetos que estão contidos nos tópicos de conteúdo da correção (pelo menos 4); Utilização adequada da terminologia específica da disciplina;	28	29	30
2	Nível Intercalar	23	24	25
1	Incipiente interpretação do Documento, por referência ao solicitado; Apresentação genérica de aspetos referidos no nível 5 (menos de 4); Utilização pouco rigorosa da terminologia específica da disciplina.	18	19	20

GRUPO I – DA NAÇÃO PORTUGUESA
Questão 3 – 50 pontos

Descritores do nível de desempenho no domínio da comunicação escrita da língua portuguesa		Níveis		
Descritores do nível de desempenho no domínio específico da disciplina		1	2	3
5	Interpretação clara e completa do Documento, por referência ao solicitado: - o aluno deve ser capaz de compreender a informação do documento e selecionar o que considera mais relevante, como por exemplo: - a constituição do território português; - quem faz parte da Nação portuguesa; - como está organizada a Nação portuguesa; - qual o regime do Estado português (República); - como é encarada a igualdade; - quais os deveres do Estado; - outros aspetos que considerem relevantes; Referência dos aspetos que estão nos tópicos de conteúdo de correção (devem responder a pelo menos 4 tópicos); Utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina;	48	49	50
4	Nível Intercalar	43	44	45
3	Interpretação incompleta e pouco clara do Documento, por referência ao solicitado; Referência de alguns aspetos que estão contidos nos tópicos de conteúdo da correção (pelo menos 3); Utilização adequada da terminologia específica da disciplina;	38	39	40
2	Nível Intercalar	33	34	35
1	Incipiente interpretação do Documento, por referência ao solicitado; Apresentação genérica de aspetos referidos no nível 5 (menos de 3); Utilização pouco rigorosa da terminologia específica da disciplina.	28	29	30

Questão 4 – 70 pontos

Descritores do nível de desempenho no domínio da comunicação escrita da língua portuguesa		Níveis		
Descritores do nível de desempenho no domínio específico da disciplina		1	2	3
7	Interpretação clara e completa do Documento, por referência ao solicitado: - privilegia-se o pensamento reflexivo e crítico do aluno, tendo por base:	68	69	70

	- que meios usou o regime para promover a unidade moral e/ou a ordem jurídica da Nação (nacionalismo, tradicionalismo, conservadorismo, estado autoritário, doutrinador e repressivo, corporativismo, controlo da sociedade, propaganda, etc.); Referência dos aspetos que estão nos tópicos de conteúdo de correção (devem responder a pelo menos 5 tópicos); Utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina;			
6	Nível intercalar	63	64	65
5	Interpretação oportuna do Documento, por referência ao solicitado; Referência de alguns aspetos que estão contidos nos tópicos de conteúdo da correção (pelo menos 3); Utilização adequada da terminologia específica da disciplina;	58	59	60
4	Nível Intercalar	53	54	55
3	Interpretação incompleta e pouco clara do Documento, por referência ao solicitado; Referência de alguns aspetos que estão contidos nos tópicos de conteúdo de correção (menos de 3); Utilização adequada da terminologia específica da disciplina;	48	49	50
2	Nível Intercalar	43	44	45
1	Incipiente interpretação do Documento, por referência ao solicitado; Apresentação genérica de aspetos referidos no nível 5; Utilização pouco rigorosa da terminologia específica da disciplina.	38	39	40

GRUPO II e III – DOS CIDADÃOS
Questão 3 – 50 pontos

Descritores do nível de desempenho no domínio específico da disciplina		Níveis		
		1	2	3
5	Interpretação clara e completa do Documento, por referência ao solicitado: - o aluno deve ser capaz de compreender a informação do documento e selecionar o que considera mais relevante, como por exemplo: - quem goza os direitos e garantias do Estado; - quais os direitos e as garantias individuais; - que liberdades estão implementadas; - que casos são previstos em situação de detenção e culpa; - outros aspetos presente no Artigo 8.º e que considerem relevantes; Referência dos aspetos que estão nos tópicos de conteúdo de correção (devem responder a pelo menos 4 tópicos); Utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina;	48	49	50
4	Nível Intercalar	43	44	45
3	Interpretação incompleta e pouco clara do Documento, por referência ao solicitado; Referência de alguns aspetos que estão contidos nos tópicos de conteúdo da correção (pelo menos 3); Utilização adequada da terminologia específica da disciplina;	38	39	40
2	Nível Intercalar	33	34	35
1	Incipiente interpretação do Documento, por referência ao solicitado; Apresentação genérica de aspetos referidos no nível 5 (menos de 3); Utilização pouco rigorosa da terminologia específica da disciplina.	28	29	30

Questão 4 – 70 pontos

Descritores do nível de desempenho no domínio específico da disciplina		Descritores do nível de desempenho no domínio da comunicação escrita da língua portuguesa			Níveis		
		1	2	3	1	2	3
7	Interpretação clara e completa do Documento, por referência ao solicitado: - privilegia-se o pensamento reflexivo e crítico do aluno, tendo por base: - justificar se, de facto, a sociedade tinha liberdade sob qualquer forma (nacionalismo, tradicionalismo, conservadorismo, estado autoritário, doutrinador e repressivo, corporativismo, controlo da sociedade, propaganda, etc.); Referência dos aspetos que estão nos tópicos de conteúdo de correção (devem responder a pelo menos 6 tópicos); Utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina;	68	69	70			
6	Nível Intercalar	63	64	65			
5	Interpretação oportuna do Documento, por referência ao solicitado; Referência de alguns aspetos que estão contidos nos tópicos de conteúdo da correção (pelo menos 4); Utilização adequada da terminologia específica da disciplina;	58	59	60			
4	Nível Intercalar	53	54	55			
3	Interpretação incompleta e pouco clara do Documento, por referência ao solicitado; Referência de alguns aspetos que estão contidos nos tópicos de conteúdo de correção (menos de 3); Utilização adequada da terminologia específica da disciplina;	48	49	50			
2	Nível Intercalar	43	44	45			
1	Incipiente interpretação do Documento, por referência ao solicitado; Apresentação genérica de aspetos referidos no nível 5; Utilização pouco rigorosa da terminologia específica da disciplina.	38	39	40			

GRUPO IV – DA EDUCAÇÃO, ENSINO E CULTURA NACIONAL + DAS RELAÇÕES DO ESTADO COM A IGREJA CATÓLICA E OS DEMAIS CULTOS

Questão 3 – 50 pontos

Descritores do nível de desempenho no domínio específico da disciplina		Descritores do nível de desempenho no domínio da comunicação escrita da língua portuguesa			Níveis		
		1	2	3	1	2	3
5	Interpretação clara e completa do Documento, por referência ao solicitado: - o aluno deve ser capaz de compreender a informação do documento e selecionar o que considera mais relevante, como por exemplo (têm de falar acerca dos dois textos): - como era o ensino, no geral; - como era o ensino ministrado pelo Estado; - qual a situação da religião; - qual a situação do Estado e da Igreja; - outros aspetos que considerem relevantes; Referência dos aspetos que estão nos tópicos de conteúdo de correção (devem responder a pelo menos 3 tópicos); Utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina;	48	49	50			
4	Nível Intercalar	43	44	45			

3	Interpretação incompleta e pouco clara do Documento, por referência ao solicitado; Referência de alguns aspetos que estão contidos nos tópicos de conteúdo da correção (pelo menos 2); Utilização adequada da terminologia específica da disciplina;	38	39	40
2	Nível Intercalar	33	34	35
1	Incipiente interpretação do Documento, por referência ao solicitado; Apresentação genérica de aspetos referidos no nível 5 (menos de 2); Utilização pouco rigorosa da terminologia específica da disciplina.	28	29	30

Questão 4 – 70 pontos

Descritores do nível de desempenho no domínio da comunicação escrita da língua portuguesa Descritores do nível de desempenho no domínio específico da disciplina		Níveis		
		1	2	3
7	Interpretação clara e completa do Documento, por referência ao solicitado: - privilegia-se o pensamento reflexivo e crítico do aluno, tendo por base: - como era ministrado o ensino nas escolas e qual o papel da família neste contexto (nacionalismo, tradicionalismo, conservadorismo, estado autoritário, doutrinador, propaganda, família, controlo da sociedade, etc.); Referência dos aspetos que estão nos tópicos de conteúdo de correção (devem responder a pelo menos 5 tópicos); Utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina;	68	69	70
6	Nível Intercalar	63	64	65
5	Interpretação oportuna do Documento, por referência ao solicitado; Referência de alguns aspetos que estão contidos nos tópicos de conteúdo da correção (pelo menos 3); Utilização adequada da terminologia específica da disciplina;	58	59	60
4	Nível Intercalar	53	54	55
3	Interpretação incompleta e pouco clara do Documento, por referência ao solicitado; Referência de alguns aspetos que estão contidos nos tópicos de conteúdo de correção (menos de 3); Utilização adequada da terminologia específica da disciplina;	48	49	50
2	Nível Intercalar	43	44	45
1	Incipiente interpretação do Documento, por referência ao solicitado; Apresentação genérica de aspetos referidos no nível 5; Utilização pouco rigorosa da terminologia específica da disciplina.	38	39	40

GRUPO V – DA ORDEM POLÍTICA, ADMINISTRATIVA E CÍVIL + DA DEFESA NACIONAL

Questão 3 – 50 pontos

Descritores do nível de desempenho no domínio da comunicação escrita da língua portuguesa Descritores do nível de desempenho no domínio específico da disciplina		Níveis		
		1	2	3
5	Interpretação clara e completa do Documento, por referência ao solicitado: - o aluno deve ser capaz de compreender a informação do documento e selecionar o que considera mais relevante, como por exemplo (têm de falar acerca dos dois textos): - quem integra as coletividades; - quais as restrições de emprego;	48	49	50

	<ul style="list-style-type: none"> - razão das distinções do Estado; - como é o serviço militar; - qual o dever do Estado na defesa nacional; - outros aspetos que considerem relevantes; Referência dos aspetos que estão nos tópicos de conteúdo de correção (devem responder a pelo menos 4 tópicos); Utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina;			
4	Nível Intercalar	43	44	45
3	Interpretação incompleta e pouco clara do Documento, por referência ao solicitado; Referência de alguns aspetos que estão contidos nos tópicos de conteúdo da correção (pelo menos 3); Utilização adequada da terminologia específica da disciplina;	38	39	40
2	Nível Intercalar	33	34	35
1	Incipiente interpretação do Documento, por referência ao solicitado; Apresentação genérica de aspetos referidos no nível 5 (menos de 3); Utilização pouco rigorosa da terminologia específica da disciplina.	28	29	30

Questão 4 – 70 pontos

Descritores do nível de desempenho no domínio específico da disciplina Descritores do nível de desempenho da comunicação escrita da língua portuguesa		Níveis		
		1	2	3
7	Interpretação clara e completa do Documento, por referência ao solicitado: - privilegia-se o pensamento reflexivo e crítico do aluno, tendo por base: - como o Estado fazia a defesa nacional através das instituições e milícias (nacionalismo, tradicionalismo, conservadorismo, estado autoritário, doutrinador (LG, MP, MPF), propaganda, controlo da sociedade, etc.); Referência dos aspetos que estão nos tópicos de conteúdo de correção (devem responder a pelo menos 5 tópicos); Utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina;	68	68	70
6	Nível Intercalar	63	64	65
5	Interpretação oportuna do Documento, por referência ao solicitado; Referência de alguns aspetos que estão contidos nos tópicos de conteúdo da correção (pelo menos 4); Utilização adequada da terminologia específica da disciplina;	58	59	60
4	Nível Intercalar	53	54	55
3	Interpretação incompleta e pouco clara do Documento, por referência ao solicitado; Referência de alguns aspetos que estão contidos nos tópicos de conteúdo da correção (menos de 3); Utilização adequada da terminologia específica da disciplina;	48	49	50
2	Nível Intercalar	43	44	45
1	Incipiente interpretação do Documento, por referência ao solicitado; Apresentação genérica de aspetos referidos no nível 5; Utilização pouco rigorosa da terminologia específica da disciplina.	38	39	40

GRUPO VI – DA FAMÍLIA + DA OPINIÃO PÚBLICA
Questão 3 – 50 pontos

Descritores do nível de desempenho no domínio específico da disciplina		Descritores do nível de desempenho no domínio da comunicação escrita da língua portuguesa			Níveis		
		1	2	3	1	2	3
5	Interpretação clara e completa do Documento, por referência ao solicitado: - o aluno deve ser capaz de compreender a informação do documento e selecionar o que considera mais relevante, como por exemplo (têm de falar acerca dos dois textos): - a importância da família para o Estado; - qual a constituição da família; - como é feita a defesa da família; - que aspetos refletem a opinião pública; - outros aspetos que considerem relevantes; Referência dos aspetos que estão nos tópicos de conteúdo de correção (devem responder a pelo menos 3 tópicos); Utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina;	48	49	50			
4	Nível Intercalar	43	44	45			
3	Interpretação incompleta e pouco clara do Documento, por referência ao solicitado; Referência de alguns aspetos que estão contidos nos tópicos de conteúdo da correção (pelo menos 2); Utilização adequada da terminologia específica da disciplina;	38	39	40			
2	Nível Intercalar	33	34	35			
1	Incipiente interpretação do Documento, por referência ao solicitado; Apresentação genérica de aspetos referidos no nível 5 (menos de 2); Utilização pouco rigorosa da terminologia específica da disciplina.	28	29	30			

Questão 4 – 70 pontos

Descritores do nível de desempenho no domínio específico da disciplina		Descritores do nível de desempenho no domínio da comunicação escrita da língua portuguesa			Níveis		
		1	2	3	1	2	3
7	Interpretação clara e completa do Documento, por referência ao solicitado: - privilegia-se o pensamento reflexivo e crítico do aluno, tendo por base: - qual a importância da família para o Estado português (nacionalismo, tradicionalismo, conservadorismo, estado autoritário, doutrinador (LG, MP, MPF, OMEN), propaganda, família (pai, mãe, filhos), controlo da sociedade, etc.); Referência dos aspetos que estão nos tópicos de conteúdo de correção (devem responder a pelo menos 5 tópicos); Utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina;	68	69	70			
6	Nível Intercalar	63	64	65			
5	Interpretação oportuna do Documento, por referência ao solicitado; Referência de alguns aspetos que estão contidos nos tópicos de conteúdo da correção (pelo menos 4); Utilização adequada da terminologia específica da disciplina;	58	59	60			
4	Nível Intercalar	53	54	55			
3	Interpretação incompleta e pouco clara do Documento, por referência ao solicitado;	48	49	50			

	Referência de alguns aspetos que estão contidos nos tópicos de conteúdo da correção (menos de 4); Utilização adequada da terminologia específica da disciplina;			
2	Nível Intercalar	43	44	45
1	Incipiente interpretação do Documento, por referência ao solicitado; Apresentação genérica de aspetos referidos no nível 5; Utilização pouco rigorosa da terminologia específica da disciplina.	38	39	40

ANEXO 11C

Grelha de Classificação

Grelha de Correção | Constituição de 1933

		A	Questão 1	Questão 2	Questão 3	Questão 4	Total	Obs.
Nº/Nomes	Cotação	20	20	40	50	70	200	
1 - Afonso Videira								EXT
2 - Ana Lima		20	20	25	43	54	162	*
3 - Caetano Andrade		-	-	-	-	-	-	F
4- Carlos Magalhães		20	20	30	33	58	161	*
5 - Carolina Chang		20	20	25	43	54	162	*
6 - Duarte Frade		20	20	30	33	58	161	*
7 - Eduardo Oliveira		20	20	30	45	55	170	*
8 - João Bule		20	20	23	43	53	159	*
9 - Madalena Santos								TR
10 - Mafalda Proença		20	20	30	33	58	161	*
11 - Maria Costa		20	20	30	33	58	161	*
12 - Maria Abreu		20	20	25	43	38	146	*
13 - Mariana Romana		20	20	23	43	58	164	*
14 - Marisa Gama		-	-	-	-	-	-	F
15 - Martim Loureiro		20	20	23	43	53	159	*
16 - Rafaela Fonseca		20	20	23	43	58	164	*
17 - Rita Freire		-	-	-	-	-	-	F
18 - Rita Reis		20	20	30	45	55	170	*
19 - Rita Vaz		20	20	23	43	58	164	*
20 - Sara Conceição		20	20	30	45	55	170	*
21 - Sofia Fernandes		-	-	-	-	-	-	F
22 - Soraia Guerra		20	20	30	45	55	170	*
23 - Tiago Carvalho		20	20	25	43	54	162	*
24 - Tomás Menino		20	20	25	43	38	146	*
25 - João Gracias		20	20	25	43	54	162	*
26 - Gabriel Malagutti								EXT
27 - Edine Silva		20	20	25	43	38	146	*
28 - Mónica Harris		20	20	23	43	53	159	*
29 - Maria Sampaio		20	20	25	43	38	146	*

* Os alunos têm de refletir melhor sobre o que lhes é perguntado, desenvolvendo a resposta de acordo com os Critérios de Classificação. Devem igualmente melhorar a capacidade escrita de forma a conseguirem produzir um texto com início, meio e fim.

ANEXO 11D

Trabalhos da Turma

Ficha de Trabalho – Análise da Constituição de 1933

Grupo 1 – Nomes: Maria Costa, Mafalda Proença, Duarte Froeh, Carlos Daniel
Título: Da Nação Portuguesa ✓

1. Identifique o tipo de documento analisado Documento escrito, constituição ✓
2. Explique em que contexto é aprovado o Projeto de Constituição Portuguesa da República Portuguesa, em 1933.

Em 1933, vivia-se um clima de elevada tensão e controlo sobre a opinião pessoal. Após o clima de crise da 1ª República, Salazar conseguiu recuperar financeiramente o país, cobrindo medidas protecionistas e dilatorias concentrando em si, todo o poder. Esta constituição consagra o poder do Estado e estabelece os alicerces que sustentam as doutrinas defendidas pelo Estado. ✓

3. Descreva sucintamente o que considera mais relevante no texto.

O que consideramos ser mais relevante no texto é o facto do Estado Português ser uma República Unitária e corporativa no qual os direitos e as igualdades são iguais para todos e essa lei aplica-se a todos os que querem entrar no nosso país.

Podiam desenvolver mais...

- a constituição do território português;
- a organização da Nação Portuguesa;
- deveres do Estado;

4. Comente a seguinte frase: "Art. 6.º Incube ao Estado: 1.º Promover a unidade moral e estabelecer a ordem jurídica da Nação [...]";

Esta frase tem o intuito de demonstrar uma das imposições que o Estado pretendia implementar de modo a proteger e salientar o poder do seu líder. Esta medida consistia na censura jurídica e na restrição da opinião pública. Esta "Promoção" era, na verdade, uma imposição veiculada pelo Estado, pretendendo condicionar toda e qualquer ideia que se afastasse dos ideais propostos por Salazar. ✓

Ficha de Trabalho – Análise da Constituição de 1933

Grupo 2 – Nomes: Amara Lima, Carolina Chang, João Gaspar, Tiago Crevalho

Título: dos cidadãos ✓

1. Identifique o tipo de documento analisado. texto constitucional Fonte escrita ✓

2. Explique em que contexto é aprovado o Projeto de Constituição Portuguesa da República Portuguesa, em 1933.


O Projeto de Constituição Portuguesa da República Portuguesa é aprovado no contexto de uma crise política, económica e social desfavorável, da 1ª República. Esta fonte escrita tem como objetivo legitimar, reforçar o poderio do Estado e estabelecer a ordem política. ✓

3. Descreva sucintamente o que considera mais relevante no texto.

No texto, cujo o título é "dos cidadãos" pretende-se legitimar e reforçar o poderio do Estado. Neste estão explícitas as principais leis e órgãos de poder do mesmo. Todavia, algumas das leis presentes na constituição não correspondem à realidade, uma vez que ^{demonstram ter} têm um caráter liberal e democrático não se enquadrando ~~nessa~~ regime autoritário e ditatorial como por exemplo nos artigos 8º, 14º, 18º, 19º. ✓

4. Comente a seguinte frase: "Art. 8.º: 4.º A liberdade de expressão do pensamento sob qualquer forma".

A afirmação não corresponde à realidade vivida pelos portugueses no Estado Novo, pois salazar defendia o controlo da liberdade. Esta frase é o excento máximo do aposto aos standards do regime. Em qualquer regime autoritário, os interesses do indivíduo ~~se~~ subordinam-se aos interesses do nação (bem comum). Logo, a liberdade de expressão é estritamente proibida, uma vez que pode ir contra a ideologia nacional. ✓

 Escola Secundária
Maria Amália
Vaz de Carvalho
História A – 12ºLH1
Mestranda Sílvia Nobre *SN*

Bom+

Ficha de Trabalho – Análise da Constituição de 1933

Grupo 3 – Nomes: *Hárcia Harris, Martin Loureiro, João Bule*

Título: *Título II Dos cidadãos* ✓

1. Identifique o tipo de documento analisado. *Documento escrito* ✓
2. Explique em que contexto é aprovado o Projeto de Constituição Portuguesa da República Portuguesa, em 1933.

O Projeto da Constituição Portuguesa da República Portuguesa, de 1933, surgiu num contexto de mudança e de procura de estabilidade, pondo fim ao período controverso da 1ª República. Serviu para consagrar o novo regime: O Estado Novo. ✓

3. Descreva sucintamente o que considera mais relevante no texto.

A nosso ver, os pontos mais relevantes deste documento são: o direito à vida e integridade pessoal; o direito ao bom nome e reputação; a liberdade de expressão e à liberdade de ensino. Outro ponto importante neste documento é a autorização da prisão sem culpa formada, em "flagrante delito" e em determinados crimes consumados, frustrados ou tentados. ✓

4. Comente a seguinte frase: "Art. 8.º: 4.º A liberdade de expressão do pensamento sob qualquer forma".

Na nossa opinião, o artigo consagra uma liberdade que, na prática, não era existente. A aprovação desta liberdade aparente serviu para iludir a população a acreditar e apoiar o Estado Novo.

Esta liberdade não era assim tão clara e o Estado Novo ficou marcado pela censura, repressão e pelos milhares de presos políticos. ✓

Ficha de Trabalho – Análise da Constituição de 1933

Grupo 4 – Nomes: Mariana Romão, Rafaela Fonseca, Rita Vaz -

Título: Título IX (Da educação, ensino e cultura nacional); Título X (das
Relações do Estado com a Igreja católica e demais cultos) ✓

1. Identifique o tipo de documento analisado. documento escrito ✓
2. Explique em que contexto é aprovado o Projeto de Constituição Portuguesa da República Portuguesa, em 1933.

dando início
Este projeto é aprovado na época do Estado Novo, tendo sido
este projeto aprovado após a uma decadência financeira, criando
na 1ª República. Este projeto teve como objetivo uma imposição
societal no país, de forma a controlar a educação e a religião.
E não só!

3. Descreva sucintamente o que considera mais relevante no texto.

No primeiro texto (Título IX), ressalta-se a importância dada à
educação, sendo esta obrigatória para toda a população. Utili-
zavam esta para impunir os ideais do Estado Novo. Da mesma
maneira utilizavam a religião.

Neste texto (Título X), temos uma ideia de várias religiões
que se podem organizar livremente desde que o façam
em harmonia e conforme os ideais do Estado. Dando
sempre uma especial importância à religião católica. ✓

- como era o ensino e onde era ministrado;

Manter-se o regime
de separação...

4. Comente a seguinte frase: “Art. 42.º A educação e instrução são obrigatórias e pertencem à família e aos estabelecimentos oficiais ou particulares em cooperação com ela.”.

Neste artigo, demonstra-se que a educação e instrução
eram obrigatórias, passando-se não só nas escolas, ✓
como nas famílias (estas educavam e preparavam os
filhos para o futuro, seguindo o ideal socializante). ✓
Este ideal defendia a importância do “família perfeita”,
do amor e devoção à pátria, e de seguir os ideais da
Igreja católica. ✓

 Escola Secundária
Maria Amália
Vaz de Carvalho
História A – 12ºLH1
Mestranda Sílvia Nobre

Muito Bom

Ficha de Trabalho – Análise da Constituição de 1933

Grupo 5 – Nomes: Eduardo, Sara, Soraia e Rita Reis

Título: VII - "Da ordem política, administrativa e civil" XII - "Da defesa nacional"

1. Identifique o tipo de documento analisado. documento escrito
2. Explique em que contexto é aprovado o Projeto de Constituição Portuguesa da República Portuguesa, em 1933.

O Projeto de Constituição Portuguesa da República Portuguesa, de 1933, surgiu na sequência da Palácio do Primeiro República porque a sociedade queria uma Constituição que resolvesse todos os seus problemas. Consequentemente, o Estado Novo aproveitou para criar um Estado Único e corporativo que consiste num princípio económico e social em que tem como objetivo formar uma ligação simbiótica entre patrões e trabalhadores.
3. Descreva sucintamente o que considera mais relevante no texto.
As ideias fundamentais do texto são:

- todos os funcionários públicos, empregados das autarquias locais e corporações administrativas estavam ao serviço e eram controladas pelo Estado;
- demissão imediata de ^{trabalhadores} ~~funcionários~~ que perturbassem os serviços públicos de interesse coletivo;
- Não é permitido ter mais que um emprego;
- Serviço militar geral e obrigatório;
- O Estado garante proteção e pensão àqueles que se ferirem no serviço militar;

4. Comente a seguinte frase: "Art. 56.º O Estado promove, protege e auxilia instituições civis [...] para o cumprimento dos seus deveres militares e patrióticos."

O artigo 56 remete para a ~~este~~ integração dos jovens na Moçada Portuguesa, onde tem como objetivo doutrinar e alargar os jovens para o seu dever patriótico e a importância de defender a pátria, viver de acordo com os valores morais do salazarismo (forma de viver).

Ficha de Trabalho – Análise da Constituição de 1933

Grupo 6 – Nomes: *Maria Abreu, Tómba Mesino, Edine Silva, Jorma Sampaio*

Título: *Título III - Família e Título VI - Opinião pública.* ✓

1. Identifique o tipo de documento analisado. *Documento escrito* ✓
2. Explique em que contexto é aprovado o Projeto de Constituição Portuguesa da República Portuguesa, em 1933.

Durante o período da Primeira República, Portugal ultrapassou um período de crise, violando o nível financeiro, desvalorização da moeda, económica e social. ~~Para~~ Para legitimar o Estado Novo, ~~foi~~ surgiu a constituição de 1933 que veio fortalecer o governo de Salazar. ✓

3. Descreva sucintamente o que considera mais relevante no texto.

O que consideramos mais relevante no texto é a defesa que o Estado exercia sobre a família e o direito sobre a opinião pública. ~~de~~ política, administração do país.

Quanto à família, valorizava-se a igualdade entre os cônjuges, obrigando-os à participação na educação dos filhos e a proteção da maternidade (entre outros).

A opinião pública é fundamental para a política pois defendia e sustentava os valores. Mais?!

4. Comente a seguinte frase: “Art. 11.º O Estado assegura a constituição e defesa da família [...], e como fundamento de toda a ordem política pela sua agregação e representação [...]”.

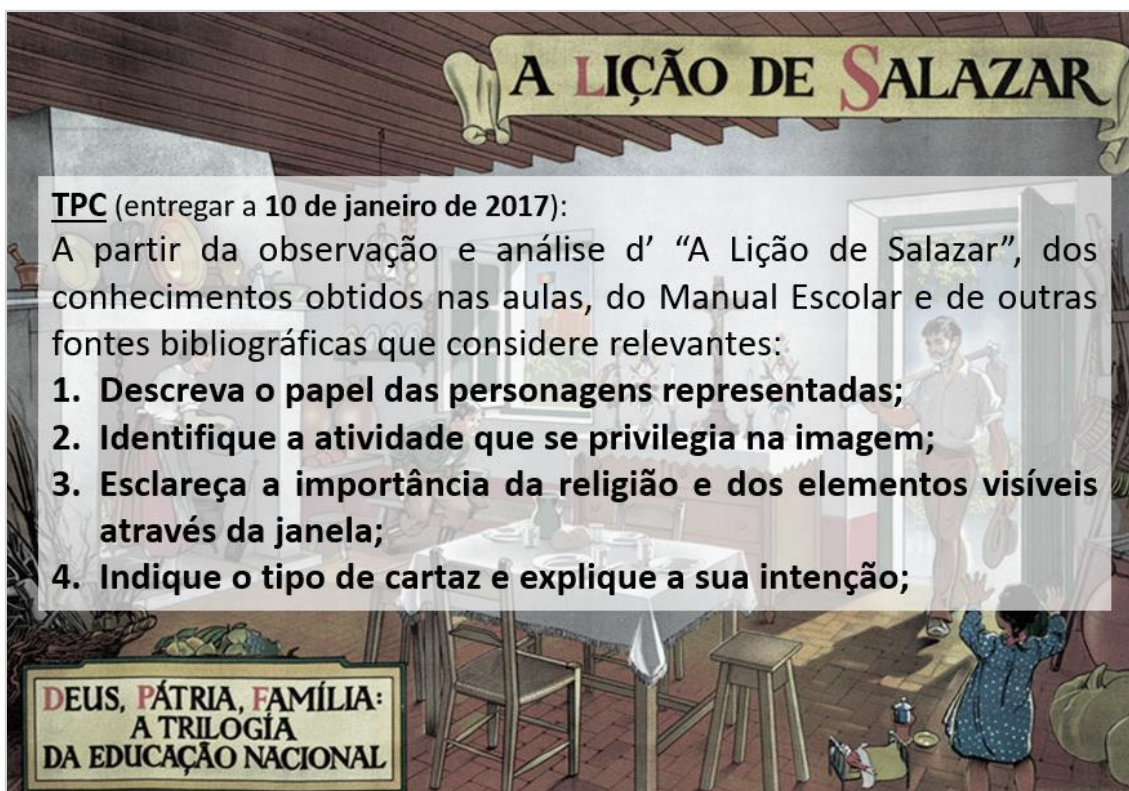
Os ideais de Salazar assentavam na defesa da família, na educação e na religião como representação do indivíduo. Utilizava o slogan “Deus, pátria e família” como uma sociedade ideal. ✓

Podiam ter desenvolvido mais...

- a importância da família (papel do pai, mãe e filhos);
- nacionalismo, tradicionalismo, conservadorismo;
- ensino + enquadramento de massas;

ANEXO 12

Trabalho “A Lição de Salazar”: Questões Orientadoras



ANEXO 12A

CrITÉrios de Classificação

CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO
TRABALHO – “A LIÇÃO DE SALAZAR”

DESCRIPTORIOS DO DOMÍNIO DA COMUNICAÇÃO ESCRITA	
3	Texto bem estruturado e linguisticamente correto, ou com falhas esporádicas que não afetem a inteligibilidade do discurso.
2	Texto bem estruturado, mas com incorreções linguísticas que conduzam a alguma perda de inteligibilidade do discurso. OU Texto linguisticamente correto, mas com deficiências de estruturação que conduzam a alguma perda de inteligibilidade do discurso.
1	Texto com deficiências de estruturação e com incorreções linguísticas, embora globalmente.

Questão 1 – 50 pontos

<div> <div>Descritores do nível de desempenho no domínio da comunicação escrita da língua portuguesa</div> <div>Descritores do nível de desempenho no domínio específico da disciplina</div> </div>		Níveis		
		1	2	3
7	<p>Interpretação clara e completa do Documento, por referência ao solicitado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Podem referir que a família era uma das principais bases do regime, do qual o Estado assegura a sua constituição e defesa, como uma fonte de conservação e desenvolvimento do povo, a família como a base primária da educação, da disciplina e da harmonia social; - Pai: é o pai, marido ou irmão; chefe de família, aquele que tem o dever de trabalhar para sustentar a sua família; todos lhe devem respeito e obediência, visível pela atitude das restantes personagens quando chega a casa depois de um dia de trabalho; é a figura paternal que se rege pelos valores defendidos pelo salazarismo, tendo de difundi-los nos seus filhos, para que não sigam caminhos adversos ao correto; - Mãe: tem de seguir a sua utilidade natural, i.e., ser boa mãe, boa esposa e boa dona de casa; tem, no entanto, de ter alguma noção de cultura, da política, dos valores defendidos pelo salazarismo por causa da educação dos filhos, da mesma forma que o pai, para não seguirem outros caminhos; o ideal era ter curso de puericultura ou de educação familiar, através da OMEN, que além disso também influenciava vários aspetos da vida da mulher como a leitura, os divertimentos e o vestuário; a mulher trabalhava dentro do lar e não fora deles, porém, nem sempre isso era possível, pois na realidade a mulher tinha de ajudar no sustento da casa; tinha de respeitar a hierarquia da casa, tendo a função de criar conforto, alegria e paz no lar; - podem referir, se assim o quiserem, o voto feminino e o modelo feminino utilizado por Salazar; - Rapaz: vê como figura ideal o seu pai, pois o seu futuro seria igual: sustentar a sua família; é representado como um membro da MP, onde deve aprender as suas principais referências como Nuno Álvares Pereira, Infante D. Henrique e D. João I; devia estar apto física e 	48	49	50

	<p>moralmente para que, sempre que necessário, defender o país; reforçar o sentimento pela pátria, família e hierarquia social;</p> <p>- Rapariga: a figura a seguir era a mãe através dos seus ensinamentos; usa também os brinquedos para desenvolver a sua capacidade, no futuro, de boa mãe e boa dona de casa, isto para quem não tivesse acesso ao ensino e os cursos de educação familiar; sendo a mais velha, tomava conta dos seus irmãos na ausência da mãe;</p> <p>Referência dos aspetos que estão nos tópicos de conteúdo de correção;</p> <p>Utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina;</p>			
6	Nível intercalar	43	44	45
5	<p>Interpretação oportuna do Documento, por referência ao solicitado;</p> <p>Referência de alguns aspetos que estão contidos nos tópicos de conteúdo da correção;</p> <p>Utilização adequada da terminologia específica da disciplina;</p>	38	39	40
4	Nível Intercalar	33	34	35
3	<p>Interpretação incompleta e pouco clara do Documento, por referência ao solicitado;</p> <p>Referência de alguns aspetos que estão contidos nos tópicos de conteúdo de correção;</p> <p>Utilização adequada da terminologia específica da disciplina;</p>	28	29	30
2	Nível Intercalar	23	24	25
1	<p>Incipiente interpretação do Documento, por referência ao solicitado;</p> <p>Apresentação genérica de aspetos referidos no nível 5;</p> <p>Utilização pouco rigorosa da terminologia específica da disciplina.</p>	18	19	20

Questão 2 – 50 pontos

<div>Descritores do nível de desempenho no domínio da comunicação escrita da língua portuguesa</div> <div>Descritores do nível de desempenho no domínio específico da disciplina</div>		Níveis		
		1	2	3
7	<p>Interpretação clara e completa do Documento, por referência ao solicitado:</p> <p>- Atividade agrícola: pela posição do pai ao chegar a casa com uma enxada; pelos diversos objetos que podemos ver no cartaz – as loiças em cima da chaminé, as abóboras, os artigos por detrás da porta de entrada, a própria casa que é rústica;</p> <p>- Podem igualmente falar da defesa da ruralidade, da Campanha do Trigo;</p> <p>Referência dos aspetos que estão nos tópicos de conteúdo de correção;</p> <p>Utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina;</p>	48	49	50
6	Nível intercalar	43	44	45
5	Interpretação oportuna do Documento, por referência ao solicitado;	38	39	40

	Referência de alguns aspetos que estão contidos nos tópicos de conteúdo da correção; Utilização adequada da terminologia específica da disciplina;			
4	Nível Intercalar	33	34	35
3	Interpretação incompleta e pouco clara do Documento, por referência ao solicitado; Referência de alguns aspetos que estão contidos nos tópicos de conteúdo de correção; Utilização adequada da terminologia específica da disciplina;	28	29	30
2	Nível Intercalar	23	24	25
1	Incipiente interpretação do Documento, por referência ao solicitado; Apresentação genérica de aspetos referidos no nível 5; Utilização pouco rigorosa da terminologia específica da disciplina.	18	19	20

Questão 3 – 50 pontos

<div>Descritores do nível de desempenho no domínio da comunicação escrita da língua portuguesa</div> <div>Descritores do nível de desempenho no domínio específico da disciplina</div>		Níveis		
		1	2	3
7	<p>Interpretação clara e completa do Documento, por referência ao solicitado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Religião: a religião volta a estar ao lado do Estado, com o objetivo de se reforçar o valor das tradições, da moralidade, do conservadorismo e tradicionalismo, do qual a sociedade tinha de adotar um estilo simples sempre de acordo com as intenções da Igreja e, claro, do EN; a adoração à moral cristã era importante para Salazar pois era um fator muito poderoso de coesão da Nação portuguesa, tendo sido algo reconhecido na Constituição de 1933; em 1940 há a Concordata de Separação, e acordos Missionários, com o Papa Pio XII, onde continuava a haver a separação de poderes do Estado e da Igreja (como no período Republicano), mas há o aproveitamento da religião como um fator de estabilização da sociedade e, como referido, reforçar na Nação a sua unidade moral, com o objetivo de também de educar a população das colónias, obtendo a Igreja o seu papel de missionação; - Castelo e Bandeira: simbolismo do nacionalismo e da Pátria, dois elementos muito importantes para o regime; a influência, p.e., do Integralismo Lusitano levam a uma valorização da História Portuguesa e dos feitos realizados por personagens anteriores, que são, neste período, consideradas como heróis nacionais que lutaram pela Pátria, que a defenderam com coragem; através da propaganda, em consideração o ensino, são estes os valores transmitidos: respeitar aqueles que tanto fizeram pelo país, incutir nos mais novos a importância da defesa da Nação perante os inimigos, i.e., todos aqueles contra a Pátria e, por conseguinte, contra Salazar; defesa do Império Colonial, da missionação; <p>Referência dos aspetos que estão nos tópicos de conteúdo de correção (devem responder a pelo menos 6 tópicos);</p>	48	49	50

	Utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina;			
6	Nível intercalar	43	44	45
5	Interpretação oportuna do Documento, por referência ao solicitado; Referência de alguns aspetos que estão contidos nos tópicos de conteúdo da correção; Utilização adequada da terminologia específica da disciplina;	38	39	40
4	Nível Intercalar	33	34	35
3	Interpretação incompleta e pouco clara do Documento, por referência ao solicitado; Referência de alguns aspetos que estão contidos nos tópicos de conteúdo de correção; Utilização adequada da terminologia específica da disciplina;	28	29	30
2	Nível Intercalar	23	24	25
1	Incipiente interpretação do Documento, por referência ao solicitado; Apresentação genérica de aspetos referidos no nível 5; Utilização pouco rigorosa da terminologia específica da disciplina.	18	19	20

Questão 4 – 50 pontos

<div> <div>Descritores do nível de desempenho no domínio da comunicação escrita da língua portuguesa</div> <div>Descritores do nível de desempenho no domínio específico da disciplina</div> </div>		Níveis		
		1	2	3
7	Interpretação clara e completa do Documento, por referência ao solicitado: - Cartaz: de propaganda política; através do cartaz, havia uma facilidade em perceber, através das formas, das cores, da cena representada, o que era pretendido, o que era necessário saber e respeitar, como a sociedade devia agir e tomar como o caminho correto; - Intenção: celebração dos 10 anos de poder de Salazar, e do sucesso obtido. Demonstrar, por forma de cartaz, pois era mais fácil de interiorização, como deveria ser a sociedade portuguesa e que caminho era o mais correto seguir, de acordo com a religião, os valores nacionalistas, tradicionalistas, patrióticos, conservadores, qual o papel para cada personagem representada. Referência dos aspetos que estão nos tópicos de conteúdo de correção (devem responder a pelo menos 6 tópicos); Utilização adequada e sistemática da terminologia específica da disciplina;	48	49	50
6	Nível intercalar	43	44	45
5	Interpretação oportuna do Documento, por referência ao solicitado; Referência de alguns aspetos que estão contidos nos tópicos de conteúdo da correção; Utilização adequada da terminologia específica da disciplina;	38	39	40
4	Nível Intercalar	33	34	35
3	Interpretação incompleta e pouco clara do Documento, por referência ao solicitado;	28	29	30

“O Ensino dos Temas Programáticos Liberalismo Português e Estado Novo e o Papel da História na
Formação da Consciência Cívica do Aluno”

	Referência de alguns aspetos que estão contidos nos tópicos de conteúdo de correção; Utilização adequada da terminologia específica da disciplina;			
2	Nível Intercalar	23	24	25
1	Incipiente interpretação do Documento, por referência ao solicitado; Apresentação genérica de aspetos referidos no nível 5; Utilização pouco rigorosa da terminologia específica da disciplina.	18	19	20

ANEXO 12B

Grelha de Classificação

“O Ensino dos Temas Programáticos Liberalismo Português e Estado Novo e o Papel da História na Formação da Consciência Cívica do Aluno”

Grelha de Correção A Lição de Salazar						
	Questão 1	Questão 2	Questão 3	Questão 4	Total	Obs.
Cotação	50	50	50	50	200	-
1 - Afonso Videira						EXT
2 - Ana Lima	35	48	38	0	121	*
3 - Caetano Andrade	-	-	-	-	-	A
4- Carlos Magalhães	-	-	-	-	-	A
5 - Carolina Chang	23	25	25	30	103	*
6 - Duarte Frade	48	48	50	49	195	-
7 - Eduardo Oliveira	-	-	-	-	-	A
8 - João Bule	-	-	-	-	-	A
9 - Madalena Santos						TR
10 - Mafalda Proença	18	0	18	20	56	*
11 - Maria Costa	25	18	24	25	92	*
12 - Maria Abreu	23	25	30	0	78	*
13 - Mariana Romana	45	0	40	40	125	*
14 - Marisa Gama	-	-	-	-	-	A
15 - Martim Loureiro	-	-	-	-	-	A
16 - Rafaela Fonseca	-	-	-	-	-	NE
17 - Rita Freire	-	-	-	--		NE
18 - Rita Reis	33	33	33	33	132	*
19 - Rita Vaz	-	-	-	-	-	A
20 - Sara Conceição	45	43	40	35	163	-
21 - Sofia Fernandes	-	-	-	-	-	F/NE
22 - Soraia Guerra	30	18	20	38	106	*
23 - Tiago Carvalho	30	18	0	0	48	*
24 - Tomás Menino	20	30	20	25	95	*
25 - João Gracias	39	45	20	25	129	**
26 - Gabriel Malagutti						EXT
27 - Edine Silva	-	-	-	--		F/NE
28 - Mónica Harris	45	50	40	45	180	-
29 - Maria Sampaio	-	-	-	-	-	NE

* Os alunos precisam de desenvolver melhor as suas respostas e raciocínio, para obterem uma resposta estruturada e organizada, de acordo com o que é pedido, não ficando apenas em situações básicas.

** O João Gracias tem, ao todo, 129 valores, porém, atribui-se 1 valor a mais pela apresentação do trabalho, ficando no final com 139 valores.

A – Anulado. Copiaram todo o trabalho de sites da internet.

F – Faltaram à aula de agendamento do trabalho.

NE – Não Entregaram.

ANEXO 12C

Trabalhos da Turma

TPC- “A Lição de Salazar”

1- O cartaz de propaganda dos valores morais e sociais do Estado Novo “Deus, Pátria, Família: a Trilogia da Educação Nacional” é uma esplêndida síntese da pedagogia e moral salazaristas. A imagem trespassa o lar perfeito, rústico, humilde, analfabeto, patriarcal e cristão. As personalidades presentes nela são a mulher, o homem e os filhos.

A mulher tem um papel de submissão, cumpre a sua missão de esposa e mãe; O pai por sua vez é chefe de família, que chega do campo onde labuta para angariar o sustento da casa. Ele é a figura que todos os outros membros da família recebem com respeito e alegria. Apesar de simples, o pai transmite uma autoridade, fazendo lembrar um pouco o próprio Salazar; os filhos saúdam o pai, o Chefe.

2- A atividade privilegiada na família era a que o pai, chefe de família, tinha. O pai tinha acabado de chegar do trabalho, um trabalho agrícola dado a presença da enxada, mostrando, assim, que Portugal na época era um país praticamente agrícola, pouco industrializado e, assim sendo, com um carácter bastante conservador apoiado essencialmente por António de Oliveira Salazar.

3- Ao observarmos a figura presente na página 191 conseguimos retirar que a religião é bastante importante para a lição de Salazar. Começamos então por Deus.

No meio da casa, observa-se uma espécie de mesa encostada à parede, nessa mesma mesa está presente um crucifixo, símbolo explícito da religião Cristã. Pode-se concluir que o crucifixo está a abençoar a casa e a família, mostrando o poder de Deus perante a sociedade.

Em relação aos elementos visíveis através da janela, estes mostram a importância da pátria. O que se observa através da janela é um castelo onde está hasteada a bandeira portuguesa, que é a melhor representação do valor que a pátria assumia para o Estado Novo.

4- Estes cartazes intitulados de “A Lição de Salazar” faziam parte de uma estratégia de demonstração de valores por parte do Estado Novo, destinando-se a glorificar a obra feita até então pelo ditador, desde o campo económico-financeiro às obras públicas. Durante muitos anos, estes cartazes didáticos foram utilizados como forma de transmitir uma ideia central que é a superioridade de um Estado forte e autoritário sobre os regimes demoliberais.

Para acentuar a importância do Estado Novo enquanto garante da ordem e progresso do país, os cartazes fazem uma comparação organizada entre a obra do regime salazarista e a 1ª República: à desorganização económica e financeira e ao alheamento do Estado democrático e liberal republicano face aos problemas do país, sucede a organização financeira, a melhoria das vias de comunicação, a construção de portos, o ordenamento e progresso social promovidos pelo Estado Novo. Os cartazes acentuam esta ideia a partir de uma imagem que visionamos nas aulas, cinzenta e triste da época da 1ª República, enquanto que o “depois” da obra salazarista nos aparece colorido, organizado, moderno.

Ana Marta Lima Nº2 12ºLH1

Mestranda Sílvia Nobre

Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho

A lição de Salazar:

As personagens representadas mostram o papel que cada elemento de uma família tinha na sociedade na altura em que o cartaz foi produzido. A mulher tinha como função ficar em casa, cuidar dos filhos, dar-lhes educação, por outro lado o marido era o único que trabalhava para poder alimentar a sua família.

Esta imagem revela o lar perfeito, patriarcal e cristão. É a apologia da saudável e simples vida do campo, por oposição aos vícios gerados pela vida urbana. Este cartaz representa para o Estado Novo o mundo perfeito.

Caetano

Deus, Pátria, Família: A Trilogia da Educação Nacional é um cartaz da série A Lição de Salazar editada em 1938 pelo Secretariado da Propaganda Nacional do Estado Novo, a fim de ser comentada pelos professores nas escolas primárias portuguesas.

A «pedagogia» salazarista enaltecia a obra do Chefe, Salazar, e os valores supremos do regime. Neste cartaz, de Martins Barata, ergue-se, num cenário rural, a família típica do salazarismo, uma família remediada, religiosa e trabalhadora. É na representação desta casa humilde, patriarca, cristã, tradicional, sem energia eléctrica, rústica, que, no fundo, observamos todos os elementos icónicos da política salazarista que fazem apologia à vida simples rural, isenta dos vícios da sociedade urbana, que refletia o ruralismo exacerbado vivido nos anos 30 em Portugal. Deus está presente no altar familiar, representado simbolicamente pelo crucifixo, instalado no melhor móvel da casa ladeado de castiçais. Este elemento destaca a proteção dada à religião católica, definida, na década de 1950, como religião da nação portuguesa. Considerava-se a «verdadeira família portuguesa» como uma família católica de moralidade austera, que repelia o vício e os costumes liberais proporcionados pela sociedade de ordens. O crucifixo, em cima do móvel, o pão e o vinho, sobre a mesa, simbolizam a constante celebração cristã vivida pela família numa casa humilde, mas devota.

A Pátria distingue-se, através da janela, no castelo que ostenta a bandeira nacional e na própria farda da Mocidade Portuguesa vestida pelo rapaz. O Estado Novo perfilhou um nacionalismo exacerbado. Criou o slogan «Tudo pela Nação, nada contra a Nação.», realçando que todas as ações deviam reger-se tendo em conta o bem da nação, pois na visão de António de Oliveira Salazar a nação representava um todo orgânico e não um conjunto de indivíduos isolados. Esta ideologia fez dos portugueses um povo de heróis, dotado de qualidades civilizacionais ímpares, de que eram testemunhas a grandeza e a sua história, a ação evangelizadora e a integração racial levadas a cabo no Império colonial. Quanto à Mocidade Portuguesa, de inscrição obrigatória para os estudantes dos ensinos primário e secundário, destinava-se a ideologizar a juventude, incutindo-lhe os valores nacionalistas e patrióticos do Estado Novo. A autoridade da Família surge, indiscutivelmente, na figura do pai, que chega a casa depois de um dia de trabalho e encontra o carinho e o entusiasmo da filha a reverência do filho, que se levanta para o saudar, e a subserviência da esposa, que se confina ao lar e à economia doméstica. Nesta casa todos ocupam o lugar que lhes era destinado: a mulher cumpre as suas funções de esposa e mãe; o pai é o chefe de família, representa o sustento e a força de trabalho no campo; os filhos recebem o pai alegremente, é de realçar que enquanto o rapaz segura um caderno, demonstrando interesse pelos estudos, a rapariga brinca às donas de casa, o que espelha por um lado que apenas os homens tinham acesso à formação escolar e intelectual e, por outro o futuro que lhes está pré-destinado. Também na presença de apenas duas cadeiras, em vez de quatro, e de dois bancos na mesa se evidencia a superioridade dos pais perante os filhos, visto que as cadeiras se destinam a ser utilizadas pelos pais e os bancos, mais simples, destinam-se às crianças. A mulher tinha um papel passivo do ponto de vista económico, social, político e cultural. A mulher-modelo foi definida como uma mulher de grande feminilidade, uma esposa carinhosa e submissa, uma mãe sacrificada e virtuosa. Daí que o trabalho feminino fora do lar fosse entendido como uma ameaça à estabilidade familiar e à formação moral das gerações de portugueses.

Carlos

Lição de Salazar

Trabalho realizado por Carolina Chang nº4 12ºLH1

Ano Lectivo 2016/2017

Prof. Silvia Nobre

1. As personagens representadas no cartaz têm como papel dar o exemplo à sociedade portuguesa do que seria o ideal familiar. Dar como exemplo do que seria uma família exemplar em que o pai era a autoridade, o chefe da família, a mãe deveria ser honrada e submissa e os filhos obedientes. A família representada vive de forma humilde e simples, como se vê pelo vestuário e pela casa, no meio em que era tida para a sociedade portuguesa?, na altura, como o mais correcto, o meio rural pois a cidade era tida como profanadora, geradora de vícios.
2. A actividade privilegiada na imagem é a actividade rural. O Estado Novo privilegia esta actividade pois o próprio Salazar veio de um meio semelhante, por isso via o campo como um espaço virtuoso ao contrário da cidade que era perigosa e "desviava" as pessoas. A ruralidade também era privilegiada porque entrou no plano de relançamento da economia, que era deficiente até Salazar ter aceitado cuidar da Pasta das Finanças, tentando assim garantir a autarcia, fazendo com que Portugal dependesse menos das importações estrangeiras e aumentasse as suas exportações e receitas.
3. A religião para a sociedade portuguesa do Estado Novo era tida como um dos pilares fundamentais para a vida sendo o lema "Deus, Pátria e Família". A religião católica Era defendida pelo Estado e foi desde cedo introduzida na escola integrando-se na perfeição num estado conservador e tradicionalista. Os elementos observados através da janela do documento são um castelo a bandeira portuguesa. Estes elementos têm como função engrandecer os feitos do passado português, valorizar o povo e comparar António de Oliveira Salazar com os heróis da antiguidade pois ele era considerado um herói
4. O cartaz é de tipo educacional pois constava nos livros escolares da altura para desde cedo dar o exemplo e educar a juventude para que não houvesse uma divergência de ideais dos e por isso não se revoltassem contra o regime.

Trabalho sobre “A Lição de Salazar”



1. Cada uma das personagens presentes neste cartaz simbolizam um ideal defendido pelo regime implementado por Salazar, sendo que todas estas personagens em conjunto constituem o que é considerada ser a vida quotidiana que cada indivíduo deve privilegiar. Em primeiro lugar, o homem que chega a casa vindo do trabalho agrícola e que é recebido em euforia por parte da esposa e respetivos filhos, sugere o papel que deve ser desempenhado pelo homem no contexto familiar, ou seja, representa o sustento da família e deve ser recebido de uma maneira singular de maneira a destacar o seu papel crucial na família. De seguida, a mulher, que se encontra no cartaz, demonstra como se deve comportar uma esposa “ideal”, como deve proceder a mulher diariamente e o comportamento para com o seu marido. A mulher idealizada pelo regime salazarista encarrega-se das lides da casa, dos cuidados higiénicos dos filhos, da confeção das refeições familiares que decorrem diariamente e da receção calorosa que tem de protagonizar perante a chegada do marido. Logo, a esposa desempenha um papel predominantemente caseiro e de trabalhos considerados “suaves”. Por fim, os filhos simbolizam o futuro da Nação e, por isso, carregam uma grande responsabilidade. Para além de fazerem parte da receção que é desenvolvida para o seu progenitor vindo do trabalho, também vão para a escola para crescerem como crianças instruídas. O aspeto mais importante na função dos filhos é a sua devoção à Pátria e às ideias do regime que está representada através da vestimenta de um dos filhos, que corresponde à da Mocidade Portuguesa, e sugere que o filho é apoiante das doutrinas defendidas pelo Estado e, dessa forma, constitui um paradigma para cada jovem.
2. A agricultura é a atividade que detém o maior destaque, de acordo com a visão partilhada por Salazar e pelas ideologias que suportam o seu regime. O homem, representante máximo do lucro familiar, comparece em casa com um utensílio que pertence à atividade agrícola. Mesmo sem o cartaz poderíamos concluir que a agricultura foi a atividade de eleição mediante os seus inúmeros apelos às vantagens da ruralidade e de uma vida modesta e humilde em que se enquadra na perfeição a atividade agrícola.

3. Esta lição de Salazar assenta em três ideias fulcrais: em Deus, na Pátria e na Família. Na resposta à primeira pergunta já foi explicitado o papel da família, sendo que nesta resposta será revelada a importância tanto religiosa como patriota na sociedade projetada por Salazar. A religião está representada através da cruz de Cristo que demonstra o grande valor conferido por parte de Salazar ao Catolicismo e que não podia negar devido às crenças já bastante enraizadas na população. Apesar da separação entre o Estado e a Igreja, a devoção religiosa e a presença da religião no quotidiano eram ideias defendidas pelo Estado. Por outro lado, o Estado pretendia despertar na população o seu lado mais patriota e nacionalista, porque, segundo Salazar, a Pátria estava acima de qualquer interesse pessoal. Esta promoção do patriotismo está implícita no castelo e na bandeira portuguesa que são visíveis pela janela, tentando valorizar tudo o que a Pátria abrange, de forma a impingir estas ideias que apenas têm o objetivo de fomentar o pensamento de que a Pátria está, de facto, num patamar exclusivo, acima de qualquer outro interesse.
4. Este é um exemplo de um cartaz de propaganda que foi um método utilizado exaustivamente por Salazar de forma a enquadrar as massas, ou seja, a promover as suas ideologias com o objectivo de governar de forma tranquila e anular qualquer tipo de revolta contra o regime. Salazar, através destas iniciativas, pretende controlar a opinião pública e restringir o pensamento de cada pessoa para evitar o desenvolvimento de ideias contrárias ao Estado. Este cartaz define o que deve ser prioritário para cada indivíduo e o que é essencial para conduzir uma vida de maneira correta, manipulando e influenciando o pensamento de cada pessoa com o objetivo de proteger os interesses da Pátria.

Duarte Frade Nº-6 12ºLH1

Deus, Pátria, Família: A trilogia da educação nacional

Neste cartaz está representado, aquilo que era considerado, um ideal de família. Neste, o pai tem a função de trabalhar (neste caso no sector agrícola) para poder sustentar a família, a mãe preocupa-se a ser “dona de casa”, ou seja, cuida da casa, limpa, arruma, cozinha, e para além disso cuida dos seus filhos. Para além dos pais também estão representados os seus filhos. O filho tem como obrigações, ir à escola, para que no futuro possa trabalhar, para quando o pai já não estiver apto a sustentar a família, estar preparado para sustentar os seus familiares. A filha tenta aprender as coisas que a mãe faz, ou seja, a ser uma boa “dona de casa”.

Para assinalar os dez anos de governo de Salazar, é editada, em 1938, uma série de sete cartazes intitulada “A Lição de Salazar”, distribuída por todas as escolas primárias do país. Estes cartazes faziam parte de uma estratégia de inculcação de valores por parte do Estado Novo, destinando-se a glorificar a obra feita até então pelo ditador, desde o campo económico-financeiro às obras públicas. Durante muitos anos, estes cartazes didáticos foram utilizados como forma de transmitir uma ideia central: a superioridade de um Estado forte e autoritário sobre os regimes demoliberais.

Eduardo Oliveira Nº7 12ºLH1



Escola Secundária Maria Amália Vaz de Carvalho

Disciplina História A

João Filipe Bule, nº 8 12º LH1

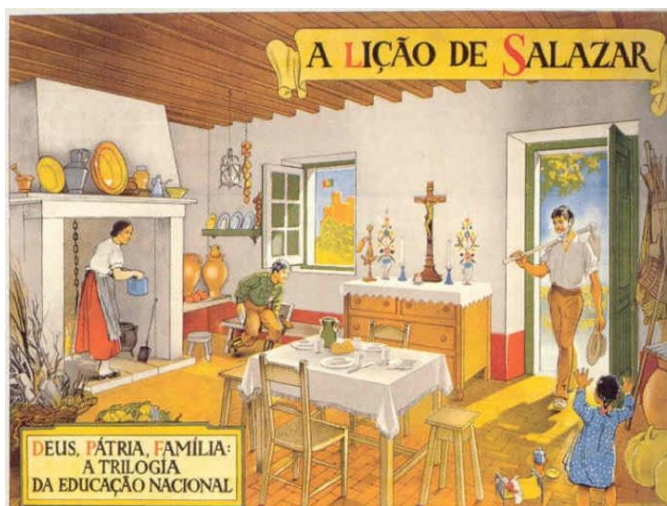
“ A Lição de Salazar ”

Entre 1933, data da sua criação e 1974, com o 25 de abril, vigorou em Portugal, o que se designou por “Estado Novo”. O Estado Novo, em termos gerais foi um regime totalitário do tipo fascista, implementado por Salazar.

António de Oliveira Salazar, em 1928, ainda em plena ditadura militar do General Gomes da Costa, foi nomeado para o governo como ministro das finanças. Conseguiu com que o orçamento de estado tivesse um saldo positivo, tendo, mais tarde, em 1932, sido nomeado chefe do governo. A partir desta data e até à sua substituição no poder por Marcelo Caetano, em 1969, controlou todos os aspetos da vida nacional, a tal ponto, do regime, ser conhecido pelo seu próprio nome, ou seja, regime Salazarista.

Uma característica fundamental e patrioticamente defendida pelo “Estado Novo” de Salazar, era a conservação e valorização do clássico estilo de vida portuguesa. Inspirado na população rural, honesta e trabalhadora, profundamente temente a Deus e submissos ao poder totalitário. Salazar via na nação portuguesa, uma verdadeira utopia que o mundo deveria adotar.

Para assinalar os dez anos do governo de Salazar, é editada, em 1938, uma série de sete cartazes, intitulada “ A Lição de Salazar”, que foi distribuída por todas as escolas primárias do país. Estes cartazes faziam parte de uma estratégia de inculcação de valores por parte do Estado Novo, destinando-se glorificar a



obra feita até então pelo ditador, desde o campo económico-financeiro, às obras públicas. Durante muitos anos, estes “cartazes didáticos” foram utilizados como forma de transmitir uma ideia central: a superioridade de um Estado forte e autoritário sobre outros

regimes. Para acentuar a importância do Estado Novo enquanto garante da ordem e progresso do país, os cartazes fazem uma comparação sistemática entre a obra do regime salazarista e a 1ª República, à desorganização económica e financeira e ao alheamento do Estado democrático e liberal republicano face aos problemas do país, sucede a organização financeira, a melhoria das vias de comunicação, a construção de portos, o ordenamento e progresso social promovidos pelo Estado Novo. Os cartazes acentuam esta ideia a partir de uma imagem cinzenta e triste da 1ª República, enquanto o “depois” da obra salazarista nos aparecia, organizado e moderno. Como se pode constatar no cartaz que apresento (havia sete cartazes), a base da sociedade deveria assentar em três pilares da educação nacional: Deus, Pátria, Família.

Deste modo, os valores considerados fundamentais não podiam ser postos em causa: Salazar falava do “conforto das grandes certezas”, “não discutimos Deus”(...), “não discutimos a Pátria e a sua História”(...), “não discutimos a autoridade”(...), “não discutimos a família”(...)

A base da Nação era a família, entendida como núcleo de autoridade com papéis rigidamente atribuídos: o pai trabalhador, a mulher confinada ao estatuto de esposa e mãe e os filhos obedientes.

A vida rural era valorizada, enquanto o cosmopolitismo citadino era desprezado. A hierarquia católica era protegida e a religião era o primeiro dos pilares da “educação nacional”, resumida no Lema: “Deus, Pátria, Família”.

João Filipe Carinhas Bule

Nº 8 – 12º LH1

A lição de Salazar



Trabalho realizado por:

João Gracias, 12ºLH1

1. Descreva o papel das personagens presentes na figura 1.

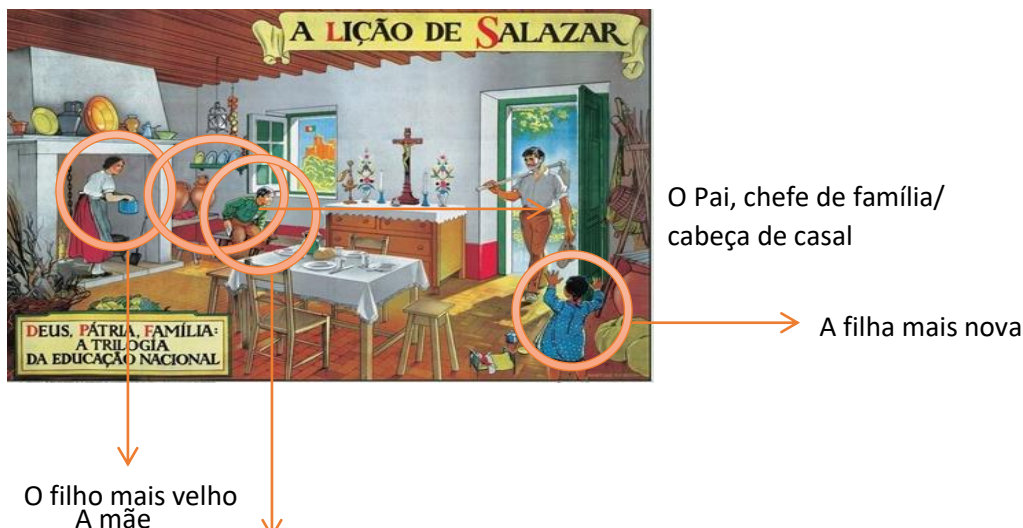


Figura 1: “A Lição de Salazar”.

Como podemos observar nesta imagem (figura 1), estão presentes quatro personagens, que Oliveira Salazar considera vitais para a construção de uma Família ideal, que por sua vez contribuem para a educação nacional perfeita.

Temos como figura do sustento, estabilidade familiar e de autoridade o “Pai” pois, é a este que estão encarregues as tarefas de sustento, trabalhando no campo (representado pelo machado que carrega). Também é associado à estabilidade familiar e autoridade pois é ele que, representa a família como cabeça de casal e ou chefe de família em todas as ocasiões.

Por outro lado, temos presente a “Mãe” que é dona de casa a tempo inteiro e tem o dever de cuidar dos filhos, organizar a economia de casa e satisfazer o seu marido.

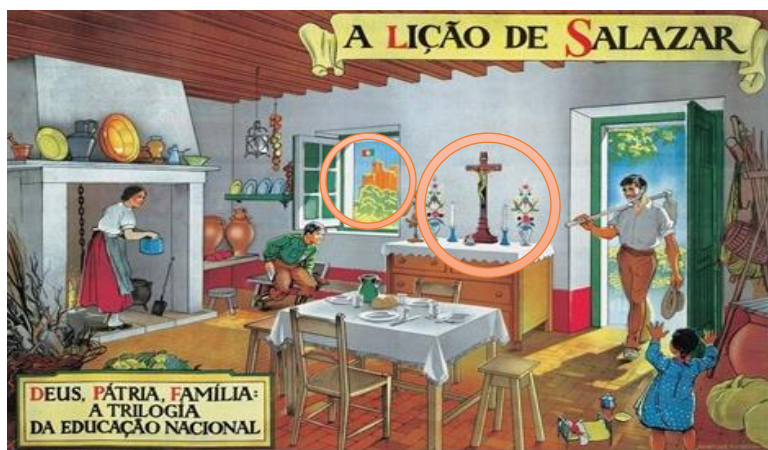
O filho mais velho, que representa a Pátria amada através da Mocidade Portuguesa envergada (fardado de Lusito).

Esta é a família típica do salazarismo, uma família com um nível baixo de pobreza, trabalhadora e religiosa. Esta vai ao encontro de todos os ideais do estado novo, ao apresentar uma casa humilde, asseada, de pessoas pobres, mas felizes.

2. Identifique a atividade privilegiada na figura 1.

Ao observarmos a figura 1 concluímos que se trata de costumes tradicionais com baixo rendimento, trabalhadora, religiosa e rural. E é a partir da figura representativa do chefe de família que, a atividade privilegiada é a agricultura.

3. Esclareça a importância da religião e dos elementos visíveis a partir da janela.



A religião (Deus) está presente no altar familiar, instalado no melhor e único móvel da casa; a Pátria divisa-se através da janela, no castelo que apresenta a bandeira nacional e pela farda do filho mais velho, anteriormente enunciado.

4. Indique o tipo de cartaz e explique a sua intenção.

É um cartaz de propaganda dos valores morais e sociais do estado novo. Apresentando assim a triologia educacional.

Neste cartaz onde é representada "A lição de Salazar", podemos observar a chegada do homem, o chefe da família, do trabalho exaustivo, enquanto que a mulher está a cozinhar e a cuidar das crianças, como é suposto s crianças, por sua vez, estão apenas felizes e gratas de o pai ter chegado, pois este deve ser um símbolo de admiração.

Conseguimos também observar a pátria representada pelo castelo com a bandeira de Portugal içada, e os elementos religiosos presentes na cruz à entrada do lar.

Concluindo, com este cartaz Salazar mostra os seus princípios, dando especial valor à Pátria, Deus e Família, e defende que se devia levar uma vida modesta, cumprindo-se as obrigações a que cada um estava destinado.

Mafalda Proença, nr 10, LH1



TRABALHO DE CASA



1. DESCREVA O PAPEL DAS PERSONAGENS REPRESENTADAS.

NESTE CARTAZ ESTÃO REPRESENTADAS QUATRO PERSONAGENS, QUE PERTENCEM A UMA FAMÍLIA MODESTA, SENDO EVENTUALMENTE POSSÍVEL CONSIDERAREM-SE MAIS DUAS: “DEUS” REPRESENTADO NA CRUZ, NO ALTAR SOBRE O MÓVEL QUE OCUPA LUGAR DE DESTAQUE NESTA CASA E A PÁTRIA, ATRAVÉS DO CASTELO COM A BANDEIRA NACIONAL HASTEADA. AS CRIANÇAS ESTÃO EM CASA COM A MÃE, POSSIVELMENTE A ÚNICA RESPONSÁVEL POR TODAS AS TAREFAS DOMÉSTICAS E PELA EDUCAÇÃO DOS FILHOS, QUANDO O PAI, O CHEFE DE FAMÍLIA, CHEGA DEPOIS DE UM DIA DE TRABALHO.

A MULHER REPRESENTA, DESTE MODO, AS FUNÇÕES DE ESPOSA E MÃE ; O HOMEM REPRESENTA A FORÇA DE TRABALHO NO CAMPO E O SUSTENTO DA FAMÍLIA.

2. IDENTIFIQUE A ATIVIDADE QUE SE PRIVILEGIA NA IMAGEM.

NESTA IMAGEM É PRIVILEGIADA A FAMÍLIA TRABALHADORA TÍPICA DA ÉPOCA NA SUA HUMILDE E TRADICIONAL CASA. NA MÃE SE DELEGA A RESPONSABILIDADE DAS LIDES DA CASA E DOS FILHOS, O PAI , TRABALHADOR NO CAMPO, REPRESENTA A RURALIDADE. TAMBÉM SE EVIDENCIA A RELIGIOSIDADE, COMO PODEMOS OBSERVAR PELOS ELEMENTOS “DECORATIVOS” APRESENTADOS. PODE-SE AFIRMAR QUE SE EXALTAM OS VALORES TRADICIONAIS E O RURALISMO.

3. ESCLAREÇA A IMPORTÂNCIA DA RELIGIÃO E DOS ELEMENTOS VISÍVEIS ATRAVÉS DA JANELA.

A RELIGIÃO CATÓLICA ERA UM PILAR FUNDAMENTAL DO ESTADO NOVO. NÃO SE DISCUTIA DEUS. APESAR DA SEPARAÇÃO ENTRE O ESTADO E A IGREJA, A DEVOÇÃO RELIGIOSA E O FERVOR CATÓLICO ERAM VALORES FUNDAMENTAIS DEFENDIDOS PELO ESTADO POR ESTAREM FORTEMENTE ENRAIZADOS NA SOCIEDADE PORTUGUESA.

DEUS ESTÁ PRESENTE NO ALTAR FAMILIAR, REPRESENTADO SIMBOLICAMENTE PELO CRUCIFIXO, EM CIMA DO MÓVEL. ESTE ELEMENTO DESTACA A PROTEÇÃO DADA À FAMÍLIA PELA RELIGIÃO CATÓLICA.

ATRAVÉS DA JANELA, DISTINGUIMOS UM CASTELO COM A BANDEIRA NACIONAL PORTUGUESA, QUE REPRESENTA A PÁTRIA. **O SLOGAN, CRIADO NO ESTADO NOVO, «TUDO PELA NAÇÃO, NADA CONTRA A NAÇÃO.»** REALÇA QUE TODAS AS AÇÕES SE DEVIAM REGER TENDO EM CONTA O BEM DA NAÇÃO; ESTA IDEOLOGIA FEZ DOS PORTUGUESES UM POVO DE HERÓIS, DOTADO DE QUALIDADES CIVILIZACIONAIS.

4.INDIQUE O TIPO DE CARTAZ E EXPLIQUE A SUA INTENÇÃO.

O CARTAZ É DE PROPAGANDA DOS VALORES MORAIS E SOCIAIS DO ESTADO NOVO.

ESTE É UM DOS SETES CARTAZES INTITULADOS **“A LIÇÃO DE SALAZAR”** EDITADOS PELO SECRETARIADO DE PROPAGANDA NACIONAL (SPN), EM 1938, PARA ASSINALAR OS DEZ ANOS DE GOVERNO DE ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR. ESTES CARTAZES ERAM DISTRIBUÍDOS POR TODAS AS ESCOLAS PRIMÁRIAS PORTUGUESAS A FIM DE SEREM COMENTADOS PELOS PROFESSORES, FAZENDO PARTE DE UMA ESTRATÉGIA DE MANIPULAÇÃO DE IDEIAS LEVADA A CABO PELO ESTADO NOVO. A SUA IDEIA PRINCIPAL ERA GLORIFICAR A OBRA FEITA POR SALAZAR, DESDE O CAMPO ECONÓMICO-FINANCEIRO ÀS OBRAS PÚBLICAS, BEM COMO TRANSMITIR A IDEIA DE UM ESTADO FORTE E AUTORITÁRIO SOBRE OS REGIMES DEMOCRÁTICOS E LIBERAIS.

ESTA PROPAGANDA PROCURAVA FAZER UMA COMPARAÇÃO ENTRE A OBRA DO ESTADO NOVO E A 1.^a REPÚBLICA, REALÇANDO SEMPRE UMA IMAGEM POSITIVA DE UM PAÍS COLORIDO, ORGANIZADO E MODERNO, FRUTO DA OBRA SALAZARISTA.

É UM CARTAZ DE PROPAGANDA E NÃO DE PUBLICIDADE PORQUE IMPÕE CRENÇAS E ATITUDES QUE, A LONGO PRAZO, MODIFICAM O COMPORTAMENTO, A MENTALIDADE E MESMO AS CONVIÇÕES RELIGIOSAS OU FILOSÓFICAS.

TRABALHO REALIZADO POR: MARIA ABREU, Nº 12, 12ºLH1

PROPOSTO PELA PROFESSORA: SÍLVIA NOBRE

Lição de Salazar - Deus, Pátria e Família

Ao observar o cartaz podemos tirar várias conclusões, acerca da ideologia política em Portugal, o fascismo

Para Salazar existiam três valores que considerava fundamentais. A devoção a Deus, à Pátria e à Família. Estes 3 valores estão presentes em pequenos pormenores.

Deus:

No meio da modesta casa, vemos uma cómoda encostada à parede, nessa cómoda está presente um crucifixo, símbolo da religião Cristã. Podemos também concluir que o crucifixo está ali com o objetivo de proteger a casa

Pátria:

O símbolo mais visível, é a farda do rapaz da Mocidade Portuguesa. Todos os rapazes e raparigas eram obrigados a frequentar a mocidade portuguesa.

Se olharmos pela janela aberta na casa, reparamos num castelo onde está visível a bandeira portuguesa.

Família:

Podemos observar a mulher na cozinha com os tachos e as panelas, é uma autêntica dona de casa, como Salazar queria que todas as mulheres fossem.

A rapariga a brincar com os brinquedos - que são utensílios próprios das lides domésticas, o rapaz a estudar, e o pai a figura que todos os outros membros da família recebem com respeito e alegria. O pai transmite uma autoridade, fazendo lembrar um pouco o próprio Salazar.

Neste cartaz, o pai aparenta estar a chegar do trabalho, um trabalho agrícola visto a enxada, mostrando assim, que Portugal na época era um país praticamente agrícola, pouco industrializado

O objetivo deste cartaz era influenciar a sociedade em geral, e os mais novos em particular, inculcando-lhes as ideias fascistas. O Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) foi um instrumento de grande relevância para a consolidação desta doutrina, em Portugal, desenvolvendo várias estratégias propagandistas

Trabalho realizado por:

Maria Melo Costa

12ºLH1 nº11



Trabalho de férias proposto por a professora estagiária

1. Nesta imagem estão representadas quatro figuras, e cada uma delas está a desempenhar a sua função:

A mulher (a mãe), que está dentro da lareira com um tacho na mão, tinha o papel de obedecer, respeitar e agradar o marido (principalmente quando ele chega a casa cansado do trabalho). Tem também o papel de cuidar da casa, alimentar a sua família e educar os filhos (caso eles não frequentem a escola, o caso ainda não tenham idade para frequentá-la).

O homem (o pai), que está a chegar a casa com um utensílio de trabalho do campo, e com um ar cansado (podemos reforçar esta ideia através da observação da sua cara avermelhada, que pode representar o excesso de sol que apanhou durante o dia, devido a trabalhar muito tempo exposto ao sol, o que se torna esgotante). Isto simboliza o grande esforço do homem para sustentar a sua família, tendo por isso que ser recompensados por a sua mulher e por os seus filhos (que ao vê-lo chegar a casa vão a correr para os seus braços, mostrando o seu entusiasmo, a sua adoração e a sua veneração por ele). O pai era o chefe de família, todos tinham de o respeitar.

As crianças (os filhos): a menina apresenta-se rodeada de brinquedo que simbolizam uma pequena casa e com eles, ela brinca e aprende a cuidar de uma. Deste modo a rapariga começa-se já a preparar para no futuro o fazer. Para além de aprender a brincar com as suas casinhas, imitava também a sua mãe, sendo, por isso, esta um modelo a seguir. O menino seguia o modelo do seu pai, para que no futuro fosse igual a ele. Está vestido com um uniforme da escola, o que pode simbolizar a maior oportunidade de os rapazes irem a escola do que as meninas.

2. Nesta imagem está representado o ideal de uma família bem estorturada e em harmonia, sendo por isso um modelo a seguir, para que todos vivessem em harmonia.
3. Salazar dava também muito valor à igreja e à pátria.

À igreja pois considerava que esta era um pilar fundamental do Estado Novo. Deste modo, esta foi reposta nas escolas para incutir a religião às crianças (aumentando assim a religiosidade do Estado Novo) e foi começado a ser obrigatório a presença de um símbolo de Deus em todas as casas e instituições.

À pátria com o objetivo de fazer ressurgir a crença no sentimento de nação e para fazer lembrar a todos os grandes heróis e os grandes acontecimentos passados de Portugal. Deste modo deixou se apenas de fazer culto ao chefe, como se começou a fazer culto aos heróis da história e aos seus acontecimentos. Uma das maneiras que arranjou para o fazer, foi através da colocação de bandeiras de Portugal em todos os

edifícios importantes (como esta representado na imagem, uma bandeira de Portugal no castelo).

4. Este cartaz chama-se “A lição de Salazar” e o seu nome diz tudo. Através dele, Salazar queria mostrar à população as ideias a seguir, como é que as coisas tinham de ser feitas, para que tudo funcionasse ao seu gosto.

Mariana Romana, nº13, 12ºLH1, 01/2017



A LIÇÃO DE SALAZAR

Deus, Pátria e Família



10 DE JANEIRO DE 2017

Marisa Gama
12ºLH1 Nº 14



Deus, Pátria e Família

Para assinalar os dez anos de governo de Salazar, foi editada, em 1938, uma série de sete cartazes intitulada "A Lição de Salazar", distribuída por todas as escolas primárias do país. Estes cartazes integravam uma estratégia de divulgação e pretendiam enaltecer os valores do Estado Novo.

Neste cartaz "Deus, Pátria e Família", da autoria de Mendes Barata, é nos ilustrado um cenário rural, onde está representada a típica família salazarista, uma família humilde, de poucas posses, trabalhadora e religiosa.

Aqui, a figura do chefe de família, representa a autoridade, alguém trabalhador que sustenta a família e que ao fim de um dia de trabalho, regressa a casa, onde lhe espera a família, que se alegra ao vê-lo, como podemos ver pelo entusiasmo mostrado através da figura que representa a filha deste trabalhador. A mulher tinha o papel de esposa e mulher ideal devota á vida doméstica.

A religião era muito importante e como tal não podia deixar de fazer parte deste cartaz, esta é representada no altar, exposto no melhor móvel da casa.

A Pátria, também esta muito valorizada, é representada através do castelo que podemos ver pela janela e onde é erguida a bandeira nacional, assim como pelo uniforme da Mocidade Portuguesa que o filho está a usar.

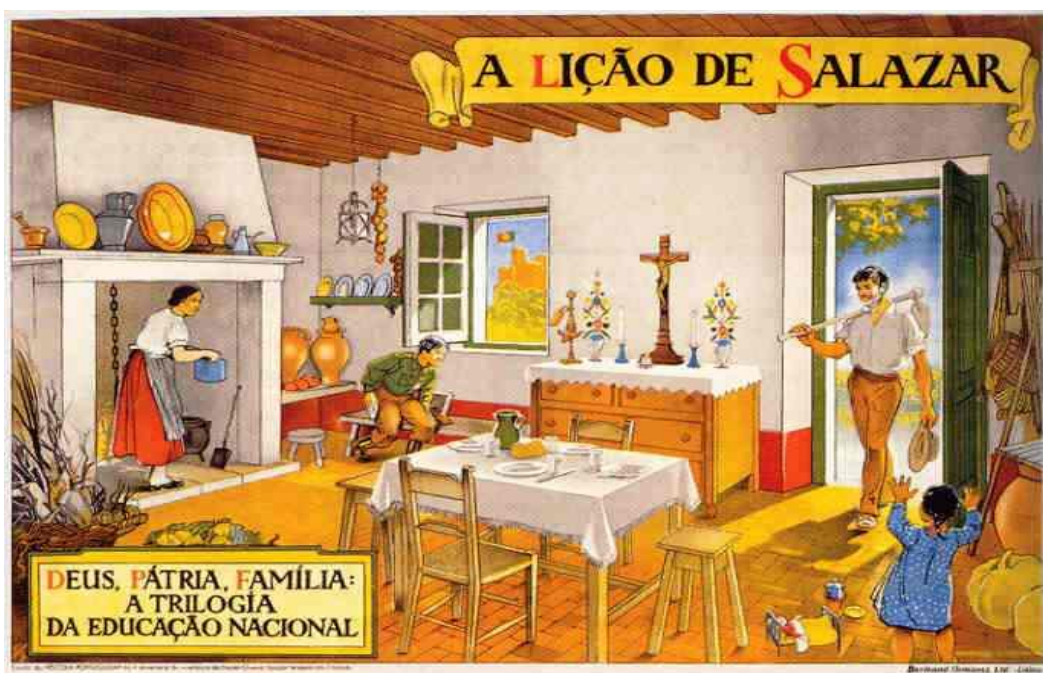
Este cartaz representa o tradicional lar salazarista, mesmo que pobre não deixa de ser organizado. Ilustra um lar cristão, patriarcal, rural e muito tradicional, onde não vemos utensílios modernos e onde não está representado o mundo industrial.

Estes cartazes eram, de certo modo uma propaganda onde eram vinculados os valores do Estado Novo, que pretendia transmitir a ideia de superioridade de um Estado forte e autoritário sobre os regimes demoliberaes.

Os cartazes eram divulgados especialmente através das escola, onde eram ensinados e estudados com o fim de glorificar os feitos do Estado Novo e do seu líder, Salazar.

“A Lição de Salazar”

Para assinalar os dez anos de governo de Salazar, é editada, em 1938, uma série de sete cartazes intitulada “A Lição de Salazar”, distribuída por todas as escolas primárias do país. Estes cartazes faziam parte de uma estratégia de inculcação de valores por parte do Estado Novo, destinando-se a glorificar a obra feita até então pelo estadista António de Oliveira de Salazar, desde o campo económico-financeiro às obras públicas. Durante muitos anos, estes cartazes didáticos foram utilizados como forma de transmitir uma ideia central: a superioridade de um Estado forte e autoritário sobre os regimes demoliberais.



Deus, Pátria, Família: A Trilogia da Educação Nacional é um cartaz da série “A Lição de Salazar” editada em 1938 pelo Secretariado da Propaganda Nacional do Estado Novo. A «pedagogia» salazarista enaltecia a obra do Chefe, Salazar, e os valores supremos do regime. Neste cartaz, de Martins Barata, ergue-se, num cenário rural, a família típica do salazarismo, uma família remediada, religiosa e trabalhadora. É na representação desta casa humilde, patriarca, cristã, tradicional, sem energia elétrica, rústica, que, no fundo, observamos todos os elementos

icónicos da política salazarista que fazem apologia à vida simples rural, isentados vícios da sociedade urbana, que refletia o ruralismo exacerbado vivido nos anos 30 em Portugal.

- Cartaz pág.191 (Deus, Pátria e Família)

- Cada personagem acima representada tem um papel muito importante na mensagem que o Estado Novo tenta incutir, em conjunto representavam a verdadeira família portuguesa:
 - Pai: O chefe de família deveria ser o homem, com a função de afastar o agregado de vícios. Este era o “ganha-pão” da família.
 - Mulher: À mulher deveria caber o trabalho doméstico e servir o marido, cuidar dos filhos, uma mãe sacrificada e esposa como fonte de feminilidade.
 - Filhos: As filhas deveriam ser educadas para serem donas de casa, aprendendo a costurar e a cozinhar; é de realçar que enquanto o rapaz segura um caderno, demonstrando interesse pelos estudos, a rapariga brinca às donas de casa, o que espelha por um lado que apenas os homens tinham acesso à formação escolar e intelectual e, por outro o futuro que lhes está predestinado.
- A atividade que se privilegia na imagem é a atividade rural, enalteceu-se o mundo rural, refúgio seguro da virtude e da moralidade e criticou-se a sociedade urbana e industrial, fonte de todos os vícios. O mundo rural é caracterizado pela foice que o Pai ou homem da família traz ao chegar a casa.
- Deus está presente no altar familiar, representado simbolicamente pelo crucifixo, instalado no melhor móvel da casa ladeado de castiçais. Este elemento destaca

a proteção dada à religião católica, definida, na década de 1950, como religião da nação portuguesa.

Considerava-se a «verdadeira família portuguesa» como uma família católica de moralidade austera, que repelia os vícios e os costumes liberais proporcionados pela sociedade de ordens.

- A Pátria distingue-se, através da janela, no castelo que ostenta a bandeira nacional e na própria farda da Mocidade Portuguesa vestida pelo rapaz. Esta ideologia fez dos portugueses um povo de heróis, dotado de qualidades civilizacionais ímpares, de que eram testemunhas a grandeza e a sua história, a ação evangelizadora e a integração racial levadas a cabo no Império colonial.

Trabalho realizado por : Martim Loureiro 12º LH1

“A lição de Salazar”

1. As personagens representadas têm, em conjunto, o papel de representar uma família ideal salazarista: pobre e humilde, mas feliz, onde cada membro tem as suas funções e características. Mais particularmente, o pai tem o papel de chefe de família, devendo, por isso, impor respeito e autoridade (na figura está a regressar de um dia de trabalho no campo). A mulher tem o papel de executar as tarefas domésticas (tal como está representada na imagem), estando confinada ao lar e submissa ao marido. Ambos os filhos mostram alegria perante o regresso do pai e devem mostrar-lhe a sua obediência, contudo a filha e o filho têm papéis diferentes. A rapariga, na figura, brinca com bonecas e louças, pois um dia terá o papel de mãe exemplar e dona de casa. O rapaz (vestido com a farda da Mocidade Portuguesa), está a estudar (tem um livro na mão) e ergue-se para saudar o pai, na esperança de um dia se tornar um cidadão exemplar como ele.
2. A atividade que se privilegia na imagem é a agricultura (visível na enxada carregada pelo pai e na ausência de referências ao mundo industrial, uma vez que estamos perante uma casa rural e tradicional, sem utensílios e objetos modernos).
3. A religião é importante, na medida em que nesta casa modesta, é observável a presença de um crucifixo (símbolo da religião cristã), que está a abençoar não só a casa, mas também a família, denunciando o poder de Deus sobre a sociedade. A religião é pois, um dos pilares fundamentais do Estado Novo e um valor fundamental que está fortemente enraizado na sociedade, como é possível ver na figura. Os elementos visíveis através da janela, ou seja, o castelo e a bandeira portuguesa nele hasteada, também são importantes uma vez que representam a pátria e o valor que esta tinha para o Estado Novo, tal como afirmou Salazar: o slogan “Tudo pela Pátria, nada contra a Pátria”.

Este nacionalismo exacerbado tinha como objetivo unir os portugueses para que lutassem e defendessem a Pátria.

4. Este cartaz trata-se de um cartaz didático que pretendia incutir na população alguns dos valores do Estado Novo (tais como a religião católica, a Pátria e a família) e celebrar os dez anos de sucesso de governo de Salazar. Através da representação daquilo que o Estado Novo considerava uma família ideal (humilde, cristã, entre outros), o cartaz fazia apologia à ruralidade, por oposição à vida urbana, uma vez que era um meio mais ordenado (política, económica e socialmente) e pacífico e menos violento, considerado perfeito para o Estado Novo.

Mónica Vargas Harris

Nº28, 12ºLH1

Analisar a Lição de Salazar da página 191

Descrever papel das personagens representadas

Neste cartaz, de propaganda dos valores morais e sociais do Estado Novo, está presente um cenário rural, a família típica do salazarismo, ou seja, uma família pobre, trabalhadora e religiosa.

A família representada na lição vai ao encontro de todos os ideais e valores salazaristas, ao apresentar uma casa humilde, organizada e simples, onde cada familiar tem as suas tarefas características.

A figura com mais autoridade é o chefe de família (pai e marido), que na imagem está representado com um ar de cansaço devido ao seu trabalho mas é recebido em casa com alegria, pela filha que ergue os braços de contentamento, pela consideração e veneração do filho, que se ergue como sinal de respeito para o cumprimentar, e a adulação da esposa, que o aguarda durante todo o dia enquanto cuida dos filhos e realiza todas as tarefas domésticas.

Através da interpretação das tarefas das crianças, verificamos que a menina estava no chão a brincar com louças e com uma boneca, o que simboliza que tem como modelo exemplar a mãe, pois sabe que no futuro irá exercer as mesmas tarefas. O rapaz tem como modelo exemplar o pai, pois sabe que um dia deverá realizar as suas funções, uma delas sustentar todos os familiares sendo assim o “ganha pão da família”.

Podemos também entender a diferenciação que existe nas expectativas futuras do rapaz e da rapariga pois o primeiro encontra-se com a farda da *Mocidade*

Portuguesa e tem um livro na mão o que nos indica que está a estudar ou seja ainda terá uma certa chance de mudar o seu rumo de vida, mas nesta altura as raparigas que estudavam eram muito poucas, havendo mais

oportunidades para os rapazes nas funções políticas,financeiras...

Identificar a atividade que se privilegia na imagem

A atividade que se privilegia no cartaz de propaganda dos valores morais e sociais do Estado Novo é setor primário,a agricultura,representada pela ausência de qualquer tipo de instrumentos industriais,pelo domínio de materias simples que representam a vida rural, a paisagem que a a janela e a porta demonstram ao estarem abertas e por fim todos os utensílios agrícolas que estão presentes na imagem como por exemplo a enxada que a figura paternal traz para casa.

Esclarecer a importância da religião e dos elementos visíveis através da janela

A religião e a pátria são dois aspetos fundamentais implementados por Salazar no Estado Novo,como podemos observar no slogan presente na Lição de Salazar “Deus, Pátria,Família: A trilogia da educação nacional”. Em termos de religião,conseguimos vizualizar a cruz de cristo em cima de um móvel de madeira, entre duas velas e umas flores,tentando criar um género de altar de Igreja ,onde a família possa praticar o culto. Este elemento religiso encontra-se enquadrado no meio do cartaz e entre os quatro elementos familiares representando assim a grande força da religião sobre as típicas famílias do Estado Novo.

Os elementos visíveis através da janela,o castelo e a bandeira de Portugal,são muito importantes no cartaz de propaganda,pois um dos princípios ideológicos do Estado Novo é o nacionalismo,com a finalidade de fazer ressurgir a crença no sentimento nacional.

A unidade nacional e a valorização do povo português foram elementos da narrativa do Estado Novo:mitificou-se a ideia do passado glorioso da pátria e dos portugueses

como um povo heróico,valorizando-se as tradições populares e exaltando-se a singularidade da nação. Com estes dois pilares fundamentais do Estado Novo,entendemos que Salazar procurou dotar a sociedade de uma nova moral,em que os valores materiais se sobrepõe aos valores morais.

Indicar o cartaz e explicar a sua intenção

Esta imagem , presente no documento 5 (tradição e conservadorismo) B(cartaz de propaganda dos valores morais e sociais do Estado Novo),representa um dos muitos cartazes distribuídos por todas as escolas primárias do país que tinham como objetivo incutir aos jovens os ideias salazaristas.Assento-se nos valores da tradição,nacionalismo e do conservadorismo.A religião católica era um pilar fundamental.Não se discutia a pátria como unidade territorial herdada da História.A família era outro dos elementos estruturantes da sociedade. Enquanto discurso publicitário envolve-se de toda uma atmosfera ideológica e social,abordando os sujeitos para lhes veicular um determinado sistema de conceitos e relatar-lhes como se deve ajustar os seus comportamentos.

Salazar, incutia assim a principal triologia do Estado Novo,através de cartazes publicitários,transmitindo a ideia da família perfeita e das funções de cada membro,dando destaque á vida rural.

Trabalho realizado por: Rita Reis nº18 da turma 12ºLH1

“A Lição de Salazar”

O Estado Novo foi um importante período histórico da História Portuguesa, marcada por uma política ditatorial e privativa das liberdades garantidas a todos os cidadãos. A principal figura deste regime foi António de Oliveira Salazar.

Para marcar os dez anos de governo de Salazar, é editada, em 1938, uma série de sete cartazes intitulados “A Lição de Salazar”, distribuída por todas as escolas primárias do país.

Neste cartaz, de Mendes Barata, surge um cenário rural, a **família típica do salazarismo**, uma família remediada, se não pobre, trabalhadora e religiosa. A família representada vai ao encontro de todos os ideais salazaristas, ao apresentar uma casa humilde, asseada, de pessoas pobres, mas felizes.

Deus está presente no altar familiar, representado simbolicamente pelo crucifixo, instalado no melhor móvel da casa contornado de castiçais. Este elemento destaca a proteção dada à religião católica, definida, na década de 1950, como religião da nação portuguesa. Considerava-se a “verdadeira família portuguesa” como uma família católica de moralidade rígida, que afastava o vício e os costumes liberais proporcionados pela sociedade de ordens. O crucifixo, em cima do móvel, o pão e o vinho, sobre a mesa, simbolizam a constante celebração cristã vivida pela família numa casa humilde, mas dedicada.

A Pátria distingue-se, através da janela, no castelo que ostenta a bandeira nacional e na própria farda da Mocidade Portuguesa vestida pelo rapaz. O Estado Novo adotou um nacionalismo exacerbado «Tudo pela Nação, nada contra a Nação.», realçando que todas as ações deviam conduzir o bem da nação, pois na visão de Salazar a nação representava um todo fundamental e não um conjunto de indivíduos isolados.

Quanto à Mocidade Portuguesa, de estudo obrigatória para os estudantes dos ensinos primário e secundário, destinava-se a ideologizar a adolescência, para a aprendizagem dos valores nacionalistas e patrióticos do Estado Novo. A autoridade da Família surge, na figura do pai, que chega a casa depois de um dia de trabalho e encontra o carinho e o entusiasmo da filha, a reverência do filho, que se levanta para o saudar, e a subserviência da mulher, que se limita à casa e à economia doméstica. Nesta casa todos ocupam o lugar que lhes era destinado: a mulher cumpre as suas funções de esposa e mãe; o pai é o chefe de família, representa o sustento e a força de trabalho no campo; os filhos recebem o pai alegremente, é de realçar que enquanto o rapaz segura um caderno, demonstrando interesse pelos estudos, a rapariga brinca às donas de casa, o que reflete por um lado que apenas os homens tinham acesso à formação escolar e intelectual e, por outro o futuro que lhes está pré-destinado.

Na imagem predominam as cores verde, vermelho e amarelo: as cores da bandeira portuguesa. O verde está presente na porta da casa e na farda vestida pelo rapaz. A barra da parede e a saia da mulher são vermelhas. E por fim, o amarelo predomina em quase todo o cartaz: nos móveis, no chão, no castelo e na luz da imagem em si. Isto remete-nos, para os valores patrióticos e nacionalistas.

Rita Vaz
Nº19, LH1

A LIÇÃO DE SALAZAR

Os valores do Estado Novo assentaram nos valores de tradição e conservadorismo, a família era um pilar fundamental e inquestionável. A mulher deveria ser submissa, honrada e simples, devotada ao seu marido, aos filhos e às tarefas domésticas, na imagem representada vemos que está de saia e avental. De acordo com os ideais salazaristas, a mulher não precisava de ser instruída, apenas o essencial para saber cuidar da casa e dos filhos, inserindo assim as mães em programas como “ o movimento da obra das Mães pela educação Nacional. “ Nesta época não eram muitas as mulheres que podiam votar, ou exercer alguma profissão, normalmente eram mulheres que já eram viúvas e, não tinham outra opção se não trabalhar.

O homem era a autoridade e o ganha-pão da casa, o chefe de família. Passava o dia trabalhar, na agricultura, onde podemos observar no cartaz as bochechas queimadas do sol, a roupa, e a enxada. Chegava a casa no final do dia com o sustento para a mulher e para os filhos. O jantar já está a sua espera, e a família pronta para o receber. Sem dúvida, tinha que representar um modelo exemplar para o seu filho, para que um dia ele cresça, e escolha viver de acordo com os mesmos valores morais e sociais.

O enquadramento da juventude foi promovido através da criação da Ação Escolar de Vanguarda, em 1934, e da criação da Mocidade Portuguesa, em 1936, uma organização paramilitar destinada aos jovens entre os 11 e os 14 anos. Estes membros identificam-se por meio de fardas, como podemos concluir através do rapaz representado no cartaz, símbolos, códigos de conduta e comportamento. Este por sua vez, olhava para o pai como um modelo a seguir.

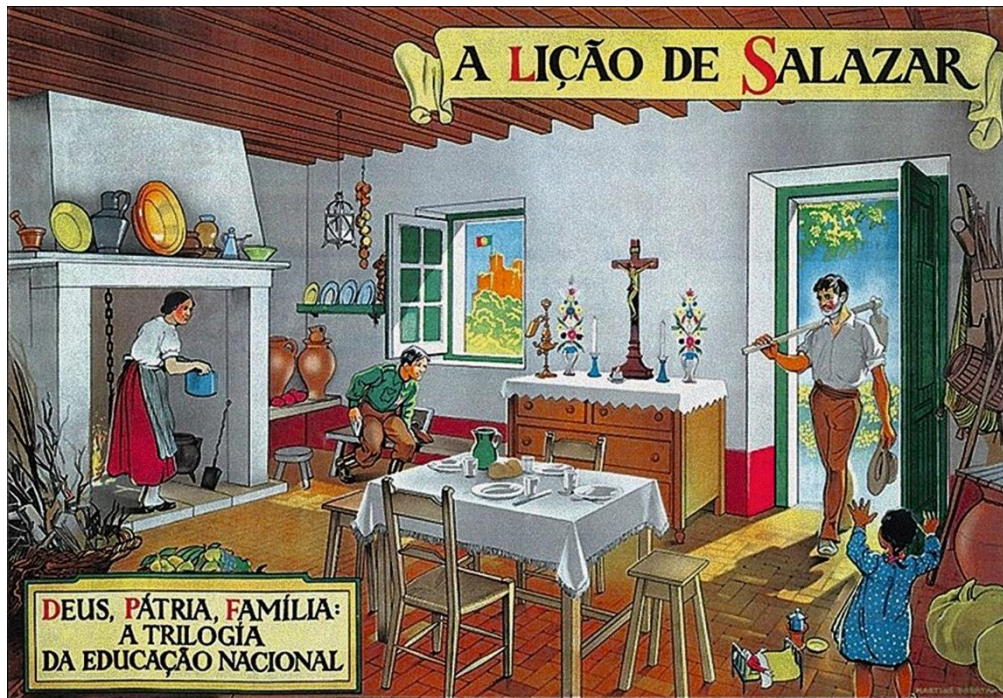
A menina por sua vez, apresenta-se de uma forma muito simples, como a mãe, apenas com um vestido, pois já nestas idades todas as actividades que realizam tem o objetivo de as preparar para serem boas mulheres e, boas mães. Até mesmo os brinquedos, como mostram o cartaz.

A religião católica era um pilar fundamental do Estado novo, e inquestionável. Apesar da separação entre o Estado e a Igreja, a religião estava fortemente enraizada na sociedade portuguesa e, a reintrodução do ensino religioso nas escolas fortaleceu o regime, enquadrando assim a população nos ideais Salazaristas. O típico português, em cima da mesa, tinha sempre Deus, pois levava uma vida modesta e católica, através da janela, vemos a Bandeira portuguesa que exalta os valores nacionalistas e a cultura popular, e o castelo que mitificou a ideia do passado glorioso da pátria e dos portugueses como um povo de heróis.

Nesta época, a actividade que se privilegiava era a agricultura, o mundo rural constituía-se como um mundo de valores da simplicidade, do trabalho, e da família. O Estado novo fez da defesa da ruralidade uma das suas imagens de propaganda. A valorização da agricultura visava garantir a autarcia e diminuir a dependência do estrangeiro, consequentemente aumentando o número de exportações.

O tipo de cartaz é um cartaz de propaganda e, tem como objetivo pregar os valores morais e sociais do Estado Novo. Deste modo, mantém a população controlada e não dá aso a outras ideias ou rumos.

Sara



1. O pai acaba de chegar do trabalho, do campo, tem os seus filhos e a sua mulher a sua espera. O seu filho tem uma frada da Mocidade Portuguesa, pois para Salazar os jovens têm de ser educados segundo os seus ideais para não ter uma mentalidade diferente da Salazar. A sua filha, ainda pequena, está a brincar as arrumações, pois Salazar achava que as meninas deviam ficar em casa e aprender a ser “uma boa esposa” como as suas mães. A mulher passa os dias em casa, não podendo trabalhar, ensinado a sua filha a cuidar da casa e do seu futuro marido, depois de pôr a mesa e de arrumar a sua casa, está a preparar o jantar para o seu marido que vêm casado do trabalho.
2. A atividade que se destaca é a atividade agrícola.
3. Na mesa que está encostada à parede, está um crucifixo, símbolo explícito da religião Cristã. podemos concluir que o crucifixo está a abençoar a casa e a família, mostrando o poder de Deus perante a sociedade.
4. É um tipo de cartaz de propaganda, a sua intenção é de divulgar uma ideia, uma forma de uma comunicação mais rápida, pois sendo público vai poder ser visto por muita gente. Como tem uma forma simples de expressar as ideias todas as pessoas o conseguem entender, porque naquela época havia muitos analfabetos.

Soraia Guerra nº22, 12º LH1
Disciplina de História
Professora: Sílvia Nobre

Análise d’ "A Lição de Salazar"

1. Na imagem é passível de observar um homem a chegar a casa, proveniente do trabalho. Ao entrar em casa encontra a sua esposa, dedicada às tarefas domésticas, e os filhos, estes a aguardarem o seu regresso.

O homem representa a autoridade máxima da casa, chefe de família, a quem os filhos deveriam obedecer e a sua esposa servi-lo com honra, lealdade e submissão.

A mulher, submissa, cumpre a sua missão de mãe, esposa e dona da casa, a quem estavam entregues os afazeres domésticos.

As crianças desempenham o papel de obediência e respeito para com a autoridade suprema da família, o pai. O rapaz, fardado com o uniforme da Mocidade Portuguesa, procurará tomar o pai como modelo e referência dado que um dia será também chefe de família. A rapariga, por sua vez, procurará imitar a mãe nos afazeres domésticos com vista a se tornar a melhor dona de casa possível, no futuro.

2. A imagem é a síntese da pedagogia e moral salazarista: a imagem revela o lar perfeito, rústico, humilde, analfabeto, patriarcal, tradicional, cristão, sem utensílios de modernidade, onde não existe nenhuma referência ao mundo industrial. É a apologia da saudável e simples vida do campo, por oposição aos vícios gerados pela vida urbana. É o mundo perfeito, sem violência, sem vícios, sem protestos, perfeitamente ordenado. Assim, a atividade económica, por excelência, exaltada na imagem é a agricultura. Valoriza-se a ruralidade.

3. O Estado Novo assumiu-se como nacionalista, tradicionalista e conservador. Assim, e sob a égide Deus, Pátria e Família erguiam-se os valores nacionais, inquestionáveis. Estes eram os alicerces da pedagogia do Estado Novo e estão todos presentes na imagem.

Deus está presente no altar familiar, instalado no melhor móvel da casa. Durante o Estado Novo não se discutia Deus. A religião católica era um pilar fundamental do

regime. Apesar da separação entre o Estado e a Igreja, a devoção religiosa e o fervor católico eram valores fundamentais, defendidos pelo Estado, por estarem fortemente enraizados na sociedade portuguesa. A reintrodução do ensino religioso nas escolas fortaleceu o pendor religioso do Estado Novo.

A Pátria divisa-se através da janela, no castelo que exhibe a bandeira nacional. Este revela a gloriosa história do país. A própria farda da *Mocidade Portuguesa* envergada pelo filho (fardado de *Lusito*) faz alusão à pátria como elemento estruturante da sociedade. Não se discutia, assim, a pátria como unidade territorial herdada da História.

4. Para assinalar os dez anos de governo de Salazar, é editada, em 1938, uma série de sete cartazes intitulada “A Lição de Salazar”, distribuída por todas as escolas primárias do país. Estes cartazes faziam parte de uma estratégia de inculcação de valores por parte do Estado Novo, destinando-se a glorificar a obra feita até então pelo ditador, desde o campo económico-financeiro às obras públicas.

“Deus, Pátria e Família: A Trilogia da Educação Nacional”. Este cartaz elaborado pelo *Secretariado de Propaganda Nacional* tinha como propósito de ser comentado pelos professores nas escolas primárias. A “pedagogia” salazarista, que comemorava os 10 anos de governo do chefe, enaltecia a sua obra e os valores supremos do regime.

Neste cartaz, da autoria de Mendes Barata, ergue-se num cenário rural, a família típica do salazarismo, remediada, se não pobre, trabalhadora e religiosa. A família representada vai ao encontro de todos os ideais salazaristas, ao apresentar uma casa humilde, asseada, de pessoas pobres, mas felizes.

Os grandes objetivos eram assim a promoção da religião e família (conservadorismo), da pátria (nacionalismo). Neste cartaz está igualmente patente a defesa da ruralidade. O mundo rural constituía-se como um bastião dos valores da simplicidade, do trabalho, da humildade e da família.

Tiago Carvalho

Nº23 12º LH1

T.P.C de História-“ A Lição de Salazar”

Papel das Personagens

-O papel do homem (chefe de família) era basicamente alimentar e trabalhar para a sua família, era o que cuidava da família a nível financeiro, era a figura mais importante para Salazar de uma família moderna Portuguesa.

-O papel da mulher (Mãe) era cuidar das lidas da casa, dos seus filhos e satisfazer todas as necessidades do Homem.

-O papel do filho era ajudar o seu pai e aprender com este mesmo, como se devia chefiar uma família e estudar para depois um dia mais tarde ser alguém importante na sociedade.

-O papel da filha era aprender com a mãe e ao mesmo tempo ajuda-la nas lidas da casa, com o objectivo de um dia mais tarde, quando crescer e tiver a sua família fazer isso mesmo.

Actividade

A actividade que se privilegia nesta imagem é uma actividade agrícola, uma vida modesta e sem muitos luxos, eram assim as ideias de uma família correta para Salazar.

Importância da Religião

A religião para Salazar era um ponto muito importante, ele dava extrema importância a isso, por isso podemos ver na imagem uma Cruz e também ao fundo lá na janela um Castelo com a bandeira de Portugal, como uma referência a importância também da Pátria, vemos que a casa é muito modesta, sem muitos luxos e apresenta um carácter religioso com muitas velas, muitas flores.

Cartaz e a sua Intenção

A intenção era reforçar o poder que o Estado Novo detinha sobre a sociedade, e como esta devia-se comportar, tinha de obedecer a esta seguinte Trilogia “Deus, Pátria, Família”. Só cumprindo esta trilogia, Salazar consideraria uma família “Á Portuguesa”. A imagem encontra-se no Manual de História de 12ºano (1ª parte página 191 Documento 5).

Tomás Menino Nº24 12ºLH1

ANEXO 13

Recursos Audiovisuais

(DVD)

ANEXO 13A

“Salazar – O Super-Ministro das Finanças”

(DVD)

ANEXO 13B

“A Construção da Ponte Sobre Tejo”

(DVD)

ANEXO 13C

“A Revolução Liberal”

(DVD)

ANEXO 13D

“A Constituição de 1822”

(DVD)

ANEXO 13E

“A Independência do Brasil”

(DVD)

ANEXO 13F

“A Carta Constitucional de 1826”

(DVD)

ANEXO 14

Grelha de Observação – Exemplo

Nº	NOME	DOMÍNIO COGNITIVO										ATITUDES E VALORES				
		Compreensão histórica	Comunicação em História	Questões-aula	Resolução de exercícios – Manual Escolar – Aula 1, 2 e 3	Documentário – 29/11/2016	Brainstrom – 29/11/2016	Cartazes – A Lição de Salazar – Aula 1, 2 e 3	I	G	TPC – 10/01/2017	Assiduidade e Pontualidade	Material (Manual Escolar e Material)	Comportamento	Participação	Empenho e Interesse
1																
2																
3																
4																
5																
6																
7																
8																
9																
10																
11																
12																
13																
14																
15																
16																
17																
18																
19																
20																
21																
22																
23																
24																
25																
26																
27																
28																
29																

Legenda:

-6 (Muito Insuficiente) 7-9 (Insuficiente) 10-13 (Suficiente) 14-16 (Bom) 17-18 (Muito Bom) 19-20 (Excelente) x Não Observável/Não Avaliado I – Individual G – Grupo ■ Faltou / EXT / TR